ITEQ

Projetos e Projeções

Volume 3 – Número 4 (Outubro de 2020) ISSN 25959042



ITEQ

520
741

PROFESSOR

AQUELE QUE DEDICA SUA VIDA A CONSTRUIR UM FUTURO MELHOR

15 DE OUTUBRO - **DIA DO PROFESSOR**



(11) 2074-5110
(11) 97355-2554
grupoiteq.com.br

EDITORIAL

No mês de outubro comemoramos “o dia do professor”, neste ano além das comemorações, teremos uma reflexão sobre a profissão e valorização dos professores, responsáveis pelo desenvolvimento da educação em todas as modalidades, desde a educação infantil até o ensino superior. Como sabemos, trata-se de uma das mais importantes profissões praticadas no mundo. O Grupo ITEQ sempre acreditou nessa afirmação e investiu na formação continuada dos profissionais da educação. O grande problema com relação ao exercício do professorado é a desvalorização da profissão com baixos salários, condições de trabalho precárias e excessiva carga de trabalho diária, além de outros fatores como a indisciplina dos alunos, a superlotação das salas de aula, etc.

Essa realidade reflete-se também no baixo interesse dos estudantes em se tornarem futuros professores. Segundo “Mario Sérgio Cortella”, há uma diferença muito nítida entre “educar” e “escolarizar”, sendo a primeira responsabilidade da família e a segunda da escola e do professor. Atualmente, estamos vivendo uma crise dos sentidos e a partir dela, muitas ações propostas no campo educacional e família deixam de serem cumpridas sobrecarregando os proponentes; família e escola.

Infelizmente a pandemia pelo Covid-19, nos atingiu e o fechamento das escolas aconteceu como medida preventiva para a não propagação do vírus.

A nossa vida mudou e a escola teve que adotar aulas na modalidade a distância. Parece que a partir daí as famílias passaram a valorizar mais a profissão docente.

Quantos depoimentos tivemos de pais perdidos, desesperados com as aulas online. Por outro lado, também os professores ficaram sobrecarregados com essa nova modalidade de ensino. Uma revolução no campo teórico começou a acontecer! Quem ensina? Como deve ensinar? Como o aluno aprende? Foram as questões iniciais para estas novas realidades.

Nós, do Grupo ITEQ, sabemos muitas das respostas, pois trabalhamos em nossos cursos com os melhores mestres, conteúdos e metodologias para fortalecer a atuação dos professores em sala de aula. Sabemos reconhecer a importância dos professores e temos muitas razões para enumerar e despertar a valorização da docência em nosso país, porque não dizer para o mundo.

Sabemos que o professor é um agente da transformação social, pois se preocupa em formar estudantes autônomos com pensamentos críticos e que sejam capazes de realizar uma leitura de mundo com empatia e valores humanos. Enquanto ensina, o professor também aprende. Essa troca é rica e recompensadora. Que o professor pode fazer diferença na vida dos alunos, pois no exercício de sua profissão colabora no desenvolvimento da personalidade e encaminha a elaboração psicológica das mentes de seus alunos.

Enfim, dar parabéns pelo seu dia, é gratificante. Investir em sua formação é nossa missão. Conte com o Grupo ITEQ, para ajudá-lo na valorização da sua profissão.

Renato Eduardo Natale
Diretor Comercial

520
741



ITEQ

Blackboard do ITEQ

Novo sistema para você estudar online

- ✓ Ótima interação para alunos e professores;
- ✓ Interface amigável e funcional;
- ✓ Recursos de áudio, vídeo, chat e webconferência;
- ✓ Aprendizagem intuitiva.

(11) 2074-5110 (11) 97355-2554 grupoiteq.com.br

EXPEDIENTE

PROJETOS E PROJEÇÕES
Volume III – Edição 4 (Outubro de 2020)
ISSN: 25959042
Periodicidade: Trimestral

1- O Comportamento Leitor na Educação Infantil
Heloisa de Sousa Palha Correia

2- A Influência e Contribuição dos Contos Maravilhosos no Ciclo de Alfabetização
Cássia Carla Caetano Navarro

3- A Importância Social da Leitura e Escrita
Gláucia Silva Soares

4- A Arte de Contar Histórias nos Anos Iniciais
Ketti Rodrigues Machado

5- A Importância da Formação de Professores Diante das Tecnologias Digitais Educacionais
Mirian Araujo de Luna Silva

6- A Afetividade como Ferramenta no Desenvolvimento da Aprendizagem
Rita Gimenes Cedran Inamine

7- Contando História e Desenvolvendo Múltiplos Conhecimentos
Rosana Guilherme Ramos

8- O Uso da Paródia na Modernidade
Maria das Graças de Oliveira

9- A História do Complexo Hospitalar Padre Bento Guarulhos – SP
Camila Nascimento Spioni de Paula

10- Aprendizagem Lúdica: A Arte e as Brincadeiras na Educação Infantil
Michelli Santana Andrade Ferreira

11- A Atividade Lúdica na Prática Educativa
Marina Dias Silva Alves

12- Os Desafios da Educação Inclusiva nas Escolas Públicas
Daiane Machado Caetano Pelisser

13- Apropriação Social da Leitura e da Escrita de Crianças do 1º Ano do Ensino Fundamental, por Meio do Letramento, em uma Unidade Escolar do Município de Mauá-SP
Angela Cristina Torres de Andrade

14- Intervenção Psicopedagógica no Processo de Inclusão na Educação Infantil
Cleide Rosália Fernandes Nichele

15- A Importância da Leitura no Processo Educacional
Raphaella Christina Rocha Nascimento

16- Mediação e Gestão de Sala de Aula em Tempos de Pandemia: Um Estudo de Caso em uma Escola Pública de São Paulo
Luana Beatriz Xavier Nunes

17- Desigualdade Social e Sistema Educacional: A Distribuição de Renda como Ferramenta para Melhorar a Educação
Tainá Mayra Moreira Maciel

18- A Importância das Vivências dos Estudantes nos Colegiados como Forma de Conscientização Cidadã e Incentivo das Práticas Políticas e Democráticas
Jeanini Goretti Beloto Bonazzi

19- Contribuição Antônio Gramsci na Educação
Agnaldo dos Santos

20- Alfabetização e Letramento: A Importância de Conciliar Dois Processos Distintos, Mas Indissociáveis
Patricia Silva Vieira

Os conceitos contidos nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores.
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem prévia autorização dos autores.

CONSELHO EDITORIAL
Profª Maria José P. Natale
João Felipe Furlanetti da Silva Natale
Renato Eduardo Natale

EDITOR CHEFE
Maria Rafaella Furlanetti da Silva Natale

REVISÃO E NORMATIZAÇÃO DE TEXTOS
Victor Oliveira Tarsitano
Gabriela Nogueira
Maurício S. Martins

CAPA E ELABORAÇÃO DO PROJETO GRÁFICO
Sette Marketing

GRUPO ITEQ
Rua Lagoa Taí Grande, 91
São Paulo – SP – CEP: 08290-500
Tel: (11) 2074-5110

grupoiteq.com.br
ISSN 25959042

Revista Iteq Educacional: Projetos e Projeções [recurso eletrônico] / Instituto Total de Educação e Qualificação Profissional. – Vol. 3, n. 4 (out. 2020) – São Paulo: Iteq, 2020.

Trimestral

Disponível em: <https://issuu.com/iteqleste>

e-ISSN 25959042

1. Formação de professores. 2. Inclusão escolar. 3. Leitor na educação infantil. 4. Ludicidade. 5. Narração de histórias. I. Instituto Total de Educação e Qualificação Profissional.

CDU 37

CDD 370

Elaborado por Paula Soares – CRB-8/7605

APRESENTAÇÃO

TICS NA EDUCAÇÃO: COMO TORNAR O ENSINO TECNOLÓGICO?

Com o acelerado desenvolvimento tecnológico ocorrido nos últimos anos, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) tornaram-se cada dia um instrumento auxiliar em praticamente todos os campos das atividades humanas. Diante desta importância social, as tecnologias devem adquirir cada vez mais relevância também no cenário educativo, considerando não apenas a formação profissional ou a modernização das instituições escolares, mas também as mudanças no modelo pedagógico, nas concepções de educação, na relação entre educador e educando, no desenvolvimento de indivíduos participativos, que devem adquirir senso crítico e habilidades para integrar-se ao mundo em constante evolução.

Não se trata de ter habilidades ou não para o uso das tecnologias, a questão problematizadora é como usar os equipamentos e recursos tecnológicos em benefício da educação, de forma contextualizada em projetos com fins pedagógicos.

TICs podem ser entendidas como um conjunto de recursos tecnológicos que proporcionam um novo modo de comunicação, por meio das funções de hardware, software e telecomunicações, a automação dos processos de negócios, da pesquisa científica e de ensino e aprendizagem.

Conforme as necessidades vão surgindo, o homem busca soluções para facilitar seu dia a dia, desenvolvendo assim, novas tecnologias e mecanismos para a comunicação. A tecnologia pode ser definida como tudo aquilo que leva alguém a evoluir, a melhorar ou a simplificar.

Mas como ter maior facilidade ao incorporar as TICs na educação?

O grande desafio é a conscientização dos educadores a utilizar o espaço tecnológico com mais frequência, e ainda realizar ações, como formações continuadas, comprometimento e novas práticas pedagógicas. Mas isto não seria suficiente. Os alunos precisam sentir-se motivados para a busca do conhecimento.

Quando se fala em tecnologia e processo de aprendizagem cabe uma discussão dentre os assuntos e como a tecnologia é inserida dentro da sala. Os alunos se sentem mais motivados e interessados quando são inseridos novos meios de ensino, pois o modelo tradicional desperta cada vez mais um desinteresse nos estudos.

Na verdade, o educador será obrigado a utilizar as tecnologias em suas aulas, a educação é uma coisa só, com ou sem tecnologia, contudo se optar em desenvolver um plano pedagógico com o apoio desta nova ferramenta de aprendizagem, o resultado tende a ser mais significativo e os alunos terão cada vez mais disponibilidade em aprender com esse recurso que os instigam. Incluir essa tecnologia na formação continuada dos professores é essencial.

Como equilibrar o uso de novas tecnologias com recursos consolidados?

A escola deve dar suporte para a capacitação dos professores, pois estamos vendo uma evolução tecnológica muito ampla a cada dia. Para existir esse entrelaçamento entre professor, aluno e tecnologia as escolas devem ter estruturas que comportem um ensino de qualidade. Não se pode apenas deixar nas mãos dos professores se não existe esse suporte para um ensino de qualidade. Os professores são pouco capacitados e alguns com medo, se acomodam com esta situação e não mudam a prática pedagógica no ambiente escolar.

Os itens tecnológicos vêm fazendo parte da vida das pessoas, modificando seus costumes e a tendência é que esse fenômeno venha aumentar de maneira progressiva nos tornando cada vez mais dependentes do uso desses elementos. A expansão da rede mundial de computadores concede um novo sentido na organização do tempo do espaço. Hoje, muitos serviços essenciais só podem ser acessados pela internet e isso revela que o uso das TIC tem se tornado um divisor de águas entre velhos e novos hábitos, ao mesmo tempo em que produz um tipo de exclusão para aqueles que não dominam o seu uso.

Qual o caminho para as aulas seguirem alinhadas às inovações?

O computador irá disponibilizar uma enorme variedade de conteúdos à serem trabalhados. É uma ferramenta que proporciona um leque de ações e ajuda em sala de aula. A internet veio para conceber novos meios de comunicação, portanto, comunicar-se por meio da tecnologia é uma maneira de aprender e agir, de construir novos alicerces na forma de comunicação e conhecimento.

Existe uma ampla variedade de recursos para se usar em sala, mas muitas vezes vai depender da estrutura que a escola disponibiliza. Os computadores e outros aparatos tecnológicos têm auxiliado os professores de uma forma que o ensino fique mais fácil e que seja de interesse dos alunos.

Hoje a maioria das escolas, possuem computadores em suas salas ou um laboratório de informática. Computadores estão cada dia mais potentes, aplicativos que auxiliam no processo de ensino aprendizagem. Estamos vendo que a tecnologia é uma necessidade mundial, então, devemos estar preparados para esses avanços. Há escolas que já estavam mais preparadas e adiantadas no processo de transformação digital. Outras continuam sofrendo com a carência de infraestrutura técnica e com um corpo docente despreparado para trabalhar com ferramentas tecnológicas. Outro grande desafio é a falta de suporte necessário para aulas a distância, especialmente quando se trata de estudantes com falta de recursos. Essa questão, de *homeschooling*, não pode ficar à margem, pois temos que garantir uma educação não excludente. A falta de tempo e preparo das famílias para mediar à realização de atividades pedagógicas torna o ensino ainda mais complexo.

APRESENTAÇÃO

Existe uma dúvida entre os educadores sobre a forma como os conteúdos vêm sendo trabalhados em sala de aula, o que tem ampliado a procura de novos caminhos para tornar o ensino algo realmente relevante à transformação do indivíduo e da sociedade. Nessa procura se faz necessário compreender que a escola está inserida em um contexto no qual as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) já são uma realidade e precisam ser utilizadas e isso não tem mais reversão, visto que não se aprende hoje como no passado, a apropriação do saber mudou.

Como a tecnologia foi fundamental na pandemia?

A tecnologia assumiu o papel importante nesse momento difícil de pandemia. Os recursos tecnológicos proporcionam a continuidade dos estudos e tornou-se o principal recurso dos professores. As escolas tiveram que se adaptar para que as atividades fossem mantidas dentro de casa, foram criados novos jeitos de aprender e ensinar. Mais do que nunca estamos vendo que o professor jamais deixará de ser essencial para as aulas, o papel dele nesse cenário é ainda mais primordial.

As tecnologias precisam agregar o interesse de pais, alunos e professores, de forma a deixar as aulas mais motivadoras, criativas e interessantes. Além disso, a tecnologia oferece formas mais práticas, lúdicas, interativas e dinâmicas de explicar um conteúdo, envolvendo e dando autonomia aos estudantes.

Mas, não podemos esquecer que a mediação do professor é imprescindível para que o processo alcance o sucesso almejado, afinal, os recursos da tecnologia, por si só, jamais darão conta de efetivar o processo educativo. Então, diante deste novo cenário que se apresenta, continua sendo fundamental e insubstituível, pois, além de fazer a mediação entre o conhecimento e o aluno, o professor também consegue atribuir à educação um toque de humanidade, característica que máquina nenhuma é capaz de fazer. Mesmo com todo o avanço que ocorre no passar do tempo, as tecnologias jamais conseguiram entender o aluno em suas particularidades e suas dificuldades.

O professor deverá ser mais valorizado, as famílias estão lidando com os estudantes em casa e descobrindo a importância do profissional da educação e do seu papel. A profissão de professor envolve muita relação interpessoal e acolhimento. Talvez aqui esteja a maior perda. A falta do olho no olho e das interações entre professores e alunos assim como entre alunos e os colegas. Um dos principais desafios é adequar aulas, materiais e atividades para outro modelo que não o presencial. Muitas tecnologias estão sendo disponibilizadas neste momento de crise. É uma avalanche de informações, o que torna muito difícil encontrar a melhor solução para atender a essa necessidade não planejada de ensinar além dos muros da escola.

Equipe Editorial
Grupo ITEQ



SUMÁRIO

1. O Comportamento Leitor na Educação Infantil
Heloisa de Sousa Palha Correia..... **11**

2. A Influência e Contribuição dos Contos Maravilhosos no Ciclo de Alfabetização
Cássia Carla Caetano Navarro..... **16**

3. A Importância Social da Leitura e Escrita
Gláucia Silva Soares..... **21**

4. A Arte de Contar Histórias nos Anos Iniciais
Ketti Rodrigues Machado..... **28**

5. A Importância da Formação de Professores Diante das Tecnologias Digitais Educacionais
Mirian Araujo de Luna Silva..... **33**

6. A Afetividade como Ferramenta no Desenvolvimento da Aprendizagem
Rita Gimenes Cedran Inamine..... **38**

7. Contando História e Desenvolvendo Múltiplos Conhecimentos
Rosana Guilherme Ramos..... **42**

8. O Uso da Paródia na Modernidade
Maria das Graças de Oliveira..... **49**

9. A História do Complexo Hospitalar Padre Bento Guarulhos – SP
Camila Nascimento Spioni de Paula..... **54**

10. Aprendizagem Lúdica: A Arte e as Brincadeiras na Educação Infantil
Michelli Santana Andrade Ferreira..... **59**

11. A Atividade Lúdica na Prática Educativa
Marina Dias Silva Alves..... **64**

12. Os Desafios da Educação Inclusiva nas Escolas Públicas
Daiane Machado Caetano Pelisser..... **69**

13. Apropriação Social da Leitura e da Escrita de Crianças do 1º Ano do Ensino Fundamental, por Meio do Letramento, em uma Unidade Escolar do Município de Mauá-SP
Angela Cristina Torres de Andrade..... **77**

14. Intervenção Psicopedagógica no Processo de Inclusão na Educação Infantil
Cleide Rosália Fernandes Nichele..... **89**

15. A Importância da Leitura no Processo Educacional
Raphaella Christina Rocha Nascimento..... **100**

16. Mediação e Gestão de Sala de Aula em Tempos de Pandemia: Um Estudo de Caso em uma Escola Pública de São Paulo
Luana Beatriz Xavier Nunes..... **105**

17. Desigualdade Social e Sistema Educacional: A Distribuição de Renda como Ferramenta para Melhorar a Educação
Tainá Mayra Moreira Maciel..... **112**

18. A Importância das Vivências dos Estudantes nos Colegiados como Forma de Conscientização Cidadã e Incentivo das Práticas Políticas e Democráticas
Jeanini Goretti Beloto Bonazzi..... **117**

19. Contribuição Antônio Gramsci na Educação
Agnaldo dos Santos..... **122**

20. Alfabetização e Letramento: A Importância de Conciliar Dois Processos Distintos, Mas Indissociáveis
Patricia Silva Vieira..... **124**

ITEQ

520
741



O brilho nos olhos de uma criança é a esperança de um mundo melhor

12 de Outubro
Dia das Crianças

(11) 2074-5110 (11) 97355-2554 grupoiteq.com.br

O Comportamento Leitor na Educação Infantil

Heloisa de Sousa Palha Correia

RESUMO

Este artigo visa conhecer, refletir e questionar a contribuição que a literatura infantil para o desenvolvimento das crianças e bebês da Educação Infantil no sentido de buscar entendimento como acontece o comportamento leitor em crianças tão pequenas. Pretende conferir a temática na Base Curricular Nacional, bem como avaliar o quanto refletem nas práticas pedagógicas na Educação Infantil. E sob o ponto de vista da Prática Pedagógica, fazer uma reflexão, o quanto se estimula na prática, o acesso à leitura na Educação Infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Literatura. Comportamento leitor.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema "O Comportamento Leitor na Educação Infantil". Comecemos a abordar o tema, citando o conceito de Comportamento leitor e Educação Infantil. Para esclarecer como a Leitura aparece na Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil e a sua real importância no desenvolvimento Infantil.

Quanto mais conhecemos o quanto a Leitura contribui para o desenvolvimento da criança, mais entenderemos a importância que ela tem para o letramento, principalmente quando a proposta Pedagógica vai de encontro ao protagonismo da criança, que se mostra um ser que tem uma história e que também é construtora desta história.

Essa pesquisa tem como objetivo fazer um breve estudo para compreender a possibilidade de despertar um comportamento leitor em crianças tão pequenas, buscando informações sobre o Conceito de comportamento leitor e de educação infantil, como a BNCC contextualiza a leitura na Educação Infantil e Gêneros textuais. Associando tais informações com a Importância da leitura para o desenvolvimento da criança.

A motivação principal desta pesquisa, foi a sensibilidade de perceber os entusiasmos dos bebês e crianças, quando estão interagindo com a leitura e com vários portadores textuais e a todo tempo experimentam, com as interações, estas convivências que apoiam e somam à várias linguagens importantes para o desenvolvimento global dos bebês e crianças.

Para Silva, Gabriele (2019), o contato com os livros, o ato de sentir o cheiro, as texturas e interagir com as histórias auxilia no desenvolvimento psicomotor, cognitivo e intelectual das crianças. A leitura também contribui para melhorias no vocabulário, na fala e no rendimento escolar.

Quando fazemos um Planejamento para essas crianças que demonstram uma grande satisfação pela leitura, devemos ouvi-las, mesmo sem ser verbalizadas essas vontades, mas o protagonismo infantil é obrigatório aparecer neste planejamento, que nos leva à várias reflexões.

A opção metodológica adotada nesse trabalho foi a da pesquisa bibliográfica referentes às definições, BNCC, Gêneros de leitura e a importância da Leitura na Educação Infantil. Que fundamentam o efetivo direito da criança à educação e ao acesso à leitura.

2. COMPORTAMENTO LEITOR

Para Nova Ecola.com (2020), Comportamento leitor são as ações cotidianas de quem lê. Por exemplo:

- Comentar ou recomendar o que leu.
- Compartilhar a leitura.
- Confrontar com outros leitores sua interpretação sobre um livro ou uma notícia.
- Antecipar o conteúdo do texto com base na foto.
- Reler para se verificar o que se compreendeu.

Quando conseguimos compreender a definição de Comportamento leitor, percebemos que muitos momentos de nossa vida que esse comportamento está presente, pois o mundo é letrado, com acesso à cartazes, panfletos, quadros de avisos..., nos tornaremos pessoas observadoras sensíveis e atentos, e devemos facilitar para que as crianças e bebês (seres da primeira infância) tenham tais acessos, pois as crianças que têm acessos, mesmo que não dominam a leitura ela observa, pergunta o que está escrito, tentam interpretar as figuras, isso também acontece nos momentos de interações e brincadeiras.

2.1. CONTEXTOS DE FORMAÇÃO DO LEITOR

Segundo Strano (2012), para que uma pessoa se torne boa leitora, é necessário que passe por um longo processo de formação, envolvendo todas as suas vivências acerca da linguagem escrita. Nesse processo, no qual tudo o que acontece pode ser relevante, a presença de leitores mais experientes tem grande importância, pois

eles podem proporcionar o contato com textos e a inserção em práticas de leitura: aspectos fundamentais para que a formação aconteça. A tarefa de mostrar às crianças as características e o sentido da escrita fica, portanto, a cargo dos leitores que convivem com elas. Cabe a eles compartilhar momentos reais de leitura com as crianças, tornando-as usuárias da linguagem escrita. Ana Teberosky e Teresa Colomer acreditam que, pela interação com textos e com leitores em suas primeiras experiências com a linguagem escrita, a criança adquire dois tipos de conhecimento: os elaborados por ela a partir da interação com os leitores e com o material escrito e os conhecimentos socialmente transmitidos pelos adultos. Esse processo de aquisição deve começar no ambiente familiar, quando isto é possível.

A criança aprende com as interações, observando as ações dos adultos de seu convívio e de outras crianças, cabe ao adulto através de suas ações, despertar o interesse das crianças pela leitura, através de um comportamento leitor também, um bom exemplo é a professora sempre ler os bilhetes e lembretes, com o tempo as próprias crianças vão solicitar as devidas leituras, ou até mesmo em uma brincadeira simbólica, pegar a agenda e ler um bilhete de faz de conta.

2.1.1. DEFINIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo MEC, a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica. É a única que está vinculada a uma idade própria: atende crianças de zero a três anos na creche e de quatro e cinco anos na pré-escola.

Para Oliveira (2020), Educação Infantil é entendida em amplo sentido, é na educação infantil que se podem englobar todas as modalidades educativas vividas pelas crianças pequenas na família e na comunidade, antes mesmo de atingirem a idade da escolaridade obrigatória. A Educação Infantil é uma das mais complexas fases do desenvolvimento humano, em seus diversos aspectos, tais como intelectual, emocional, social e motor. Por isso, hoje, ao pensar em Educação Infantil, não é possível desassociar o cuidar e o educar, eixos centrais que caracterizam e constituem o espaço e o ambiente escolar nesta etapa de educação.

Ao contrário do que muitos ainda pensam o cuidar e o educar não remetem respectivamente ao assistencialismo e ao processo de ensino-aprendizagem, pois um complementa o outro e ambos precisam se integrar para melhor atender ao desenvolvimento da criança na construção de sua totalidade e autonomia. A criança necessita de cuidados básicos relativos à saúde, os quais se concretizam por meio de uma alimentação saudável, hábitos de higiene, exercícios e atividades físicas, momentos de repouso, entre outras diversas situações que exigem do professor atenção especial em relação aos cuidados com a criança. No entanto, é imprescindível que o profissional de Educação Infantil desenvolva um trabalho educacional que favoreça e a conduza na descoberta e construção de sua identidade, apropriando-se de saberes necessários à constituição de sua autonomia. Percebendo a definição de Educação Infantil, fica mais claro pensar em Comportamento Leitor na Educação Infantil, já que é a primeira etapa da Educação Básica no Brasil, isto é até bebês, podem ser inseridos dentro do comportamento leitor, pois é um processo, que através das vivências se adquire este comportamento.

2.2. OS DIREITOS PREVISTOS AO ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL

A Constituição de 1988 define de forma clara a responsabilidade do Estado para com a educação das crianças de 0 a 6 anos em creches e pré – escolas sendo como educação não obrigatória e compartilhada com a família (art. 280, inciso IV).

“No art.29. A Educação Infantil é conceituada como a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico e social, complementando a ação da família e da comunidade.

É importante ressaltar que a Educação Infantil tem uma função pedagógica, um trabalho que toma a realidade e os conhecimentos infantis como ponto de partida e os amplia através de atividades que tem significado concreto para a vida das crianças, e a leitura se torna também um momento de prática pedagógica, sendo planejada, articulada, preparada, nos espaços e nas materialidades no espaço educativo.

“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV- atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (...) (BRASIL. Constituição. Artigo 208, 1988)

Também a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, concretizou conquistas em relação aos direitos de crianças declarados na Constituição/88.

Art. 53. A criança e o adolescente têm o direito á Educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente (...)

IV – atendimento em creche e pré-escola as crianças de zero a seis anos de idade (...)
(BRASIL. ECA. 1990)

A trajetória de consolidação do que antes era um favor ou uma dádiva social – cujo atendimento era realizado sem exigências quanto à qualidade – para a transformação e a inclusão escolar como um direito da criança á Educação Infantil a LEI 9394/96 define seus objetivos:

Art. 29 – A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integrado da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 – A Educação Infantil será oferecida em:

I – Creche, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – Pré-escolas, para crianças de quatro seis anos de idade.

Tanto a Constituição Federal de 1988, o ECA e a LDB buscam a proteção e a garantia dos direitos das crianças, garantindo o acesso das mesmas em instituições de ensino.

Se pudermos considerar esses marcos legais, como avanços no reconhecimento do direito da criança a educação nos seus primeiros anos de vida, é necessário considerar os desafios impostos para o efetivo atendimento desse direito, que podem ser resumidos em duas grandes questões: a do acesso e a da qualidade do atendimento.

Conforme PIAGET. 1991. Pág. 34)

> Eis por que a proclamação de um direito à educação implica desde que se tenha vontade de lhe outorgar um significado que ultrapasse o nível das declarações verbais, na utilização dos conhecimentos psicológicos e sociológicos que possuímos acerca das leis do desenvolvimento mental, e na elaboração de métodos e técnicas ajustadas aos inúmeros dados que estes estudos fornecem ao educador.

2.2.1. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) - EDUCAÇÃO INFANTIL E O COMEÇO DA FORMAÇÃO DO LEITOR

Na BNCC, o ensino de crianças pequenas é baseado em campos de experiências. Neles, há a definição dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de cada ano. A Literatura aparece de maneira mais forte no campo de experiência denominado Escuta, fala, pensamento e imaginação.

Até os seis anos de idade, o ensino de Literatura é pautado na Literatura Infantil, que desenvolve o gosto pela leitura, estimulando a imaginação e ampliando o conhecimento de mundo das crianças. A aproximação com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis faz com que os alunos iniciem seu relacionamento com os livros. Por compreender a etapa que antecede a alfabetização e a ortografização, o contato com diferentes gêneros literários, além da diferenciação entre ilustrações e escrita, são aprendizagens necessárias nessa fase de ensino.

Realça as experiências com a linguagem oral que ampliam as diversas formas sociais de comunicação presentes na cultura humana, como as conversas, cantigas, brincadeiras de roda, jogos cantados etc. Dá destaque, também, às experiências com a leitura de histórias que favoreçam aprendizagens relacionadas à leitura, ao comportamento leitor, à imaginação e à representação e, ainda, à linguagem escrita, convidando a criança a conhecer os detalhes do texto e das imagens e a ter contato com os personagens, a perceber no seu corpo as emoções geradas pela história, a imaginar cenários, construir novos desfechos etc. O Campo compreende as experiências com as práticas cotidianas de uso da escrita, sempre em contextos significativos e plenos de significados, promovendo imitação de atos escritos em situações de faz de conta, bem como situações em que as crianças se arriscam a ler e a escrever de forma espontânea, apoiadas pelo professor, que as engajam em reflexões que organizam suas ideias sobre o sistema de escrita.

2.3. MODOS DE NARRAR E GÊNEROS DA LITERATURA INFANTIL

Segundo Aline (2015), assim como na literatura voltada especificamente para o público adulto, há uma variação nos modos de narrar histórias para crianças. Durante o processo criativo, o autor escolhe de que forma representará o mundo e os homens para o seu leitor, o que pode resultar em estruturas narrativas diferentes. Daí que os diferentes gêneros da literatura infantil incorporam representações variadas da realidade – mesmo que imaginária – e a forma como os personagens interagem com ela. São eles:

Mito

Dentre os gêneros da literatura infantil, o mito está relacionado a uma narrativa atemporal, explicando as origens de forma não racional. São as chamadas narrativas primordiais, que buscam explicar, por exemplo, a origem de um determinado povo ou mesmo de astros do céu. Os mitos gregos são bons exemplos, como Afrodite, deusa do amor, e Ares, deus da guerra.

Lenda

A lenda tem base histórica e costuma derivar da criação coletiva de um povo. Idealiza um fato pertencente a um acontecimento ou pessoa de um

tempo histórico determinado e pode ter versões diferentes, apesar de próximas. Um exemplo é a lenda do saci-pererê.

Fábula

A fábula é, provavelmente o mais conhecido entre os gêneros da literatura infantil. É uma narrativa curta cujos personagens, em sua maioria, são animais que falam. Além disso, apresentam esses personagens dialogando para mostrar pontos de vista diferentes. Costuma trazer uma moral – implícita ou explícita – ao final da história. Um exemplo clássico é a fábula da raposa e as uvas.

Apólogo

Apesar de semelhante à fábula por trazer personagens não humanos e a moral no fim, o apólogo tem como foco os objetos inanimados. Alguns personagens presentes no apólogo são: plantas, pedras, rios, relógios e agulhas. O apólogo da agulha e do novelo de linha, de Machado de Assis, é um bom exemplo.

Conto

O conto, um dos gêneros da literatura infantil também, caracteriza-se pela narrativa curta, ação única, poucos personagens e acontecimentos. Dentro desse conceito, existem os contos maravilhosos, que apresentam uma visão mágica da realidade, com presença de fadas ou não; os contos do cotidiano, que têm crianças sozinhas ou em grupos como personagens, vivendo conflitos na rua, na escola, em casa; contos de aventuras e de problemas sociais, entre outros. Um exemplo é o conto da Bela Adormecida.

Crônica

Entre os gêneros da literatura infantil, a crônica é o que tem maior proximidade com assuntos do cotidiano. Baseia-se na observação da realidade trabalhada a partir de um sentido lírico. Dada a sua relação com uma época, corre o risco de envelhecimento. Carlos Drummond de Andrade trabalhou bastante esse gênero.

Novela

A novela apresenta várias ações simultâneas e um desenvolvimento linear da narrativa. Há também um maior número de personagens e uma maior extensão da história. Há certa repetição e previsibilidade, além de picos de suspense. Um exemplo recente é a série Harry Potter.

2.4. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL DA CRIANÇA

Os primeiros anos de vida de uma criança, são marcados por grandes descobertas e transformações. Aos poucos, com as interações os pequenos começam a entender o mundo em que vivem, aprendem a lidar e a conviver consigo mesmos e com os outros.

O desenvolvimento infantil, engloba aspectos físicos, emocionais, sociais e cognitivos. Para um bom desenvolvimento, a criança precisa de um ambiente acolhedor, estimulante. Novas tecnologias (celular, tablets, computador), claro que são bem-vindas, porém, nada substitui uma boa leitura, um bom livro. É através das interações com outros leitores que a criança cria uma relação com a leitura, que é importante para a formação da criança em relação a si mesma e o que está a sua volta. Os significados da literatura, tornam a compreensão de alguns conceitos e valores básicos para a formação da conduta humana e do convívio social.

Segundo Portal Educação (2020), no século XVII, a única literatura destinada a crianças eram livros que ensinavam valores, e hábitos que ajudavam a enfrentar a realidade social. Nessa época, a criança era considerada um pequeno adulto, com as mesmas responsabilidades e valores de um, e dessa forma, crianças nobres já liam clássicos da literatura universal e as crianças pobres, liam clássicos e lendas folclóricas de sua região. No final do século XVIII, com o conceito de criança alterado, os grandes clássicos passaram por adaptações e inspiraram contos de fadas conhecidos hoje.

De acordo com Sousa (1992), leitura é, basicamente, o ato de perceber e atribuir significados através de uma conjunção de fatores pessoais com o momento e o lugar, com as circunstâncias. Ler é interpretar uma percepção sob as influências de um determinado contexto. Esse processo leva o indivíduo a uma compreensão particular da realidade.

A leitura é importante para as crianças, mesmo sem dominarem a leitura, sempre estão em constante contato com o mundo letrado. A leitura e a sua utilização promovem condições de aprendizagem, perpassando pelas múltiplas linguagens que as crianças têm contato.

Para Pinto (1999), ao buscarmos a leitura como recurso pedagógico, procuramos encontrar nas crianças uma conexão com a realidade e a imaginação e é claro com a aprendizagem. As histórias infantis proporcionam atividades que objetivam a interdisciplinaridade na alfabetização, tornando menos cansativa e mais estimulante.

É bem significativa a Literatura Infantil no desenvolvimento de crianças dentro do universo da Educação Infantil, onde se refletem situações emocionais, fantasias,

curiosidades e enriquecimento do desenvolvimento perceptivo. A leitura de histórias influi em todos os aspectos da educação da criança: na afetividade: desperta a sensibilidade e o amor à leitura; na compreensão: desenvolve o automatismo da leitura rápida e a compreensão do texto; na inteligência: desenvolve a aprendizagem de termos e conceitos e a aprendizagem intelectual.

Segundo Abramovich (1993, p.16) que destaca: "[…] Ah, como é importante para a formação de qualquer criança ouvir muitas, muitas histórias… escutá-las é o início da aprendizagem para ser leitor é ter caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão do mundo[…]". Portanto, podemos compreender a importância da leitura para o desenvolvimento cognitivo da criança.

As crianças aprendem a ler o mundo, antes de serem alfabetizadas, desde pequenos, interagem com o mundo com muitas letras e imagens. O prazer da leitura, vem com a acolhida dessas informações letradas pelas crianças, coincide com um enriquecimento íntimo, já que a imaginação dela recebe subsídios para a experiência do real, ainda quando mediada pelo elemento de procedência fantástica.

Para PINTO (2004, p. 109), uma criança é capaz de interpretar, compreender uma história e seus significados, uma vez que o cognitivo e o afetivo estão interligados, […] acredita-se que as duas estruturas (afetividade e cognição) funcionem psicologicamente de maneira dinâmica e construtiva, como peças conjuntas de um processo único no funcionamento psicológico, sendo assim de pouco valor dividi-las em fragmentos dissociados entre si. Em cada experiência, o ser humano é cognitivo afetivo ao mesmo tempo, estando em proporções variáveis 'mais' afetivo ou 'mais' cognitivo, ou quem sabe ambas as duas somadas.

Percebe-se, que a leitura não só contribui para o desenvolvimento da linguagem oral e aumento do repertório de palavras, quando a criança tem acesso às histórias e aos livros, mas também ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança.

3. CONCLUSÃO

Pensar nas propostas e nas diversas formas de atuação pedagógica equivale pensar seriamente no atendimento em especial das crianças de 0 a 5 anos e 11 meses. O CEI nos remete a concepção de primeira infância e para tanto é necessário que seja privilegiada com bons profissionais que atuem em uma pedagogia inovadora que reconheça a especificidade desse nível de educação tanto nas práticas cotidianas quanto na formação de profissionais.

Em virtude dos acontecimentos já mencionados chega-se a conclusão que apesar dos enormes esforços por parte do governo e sociedade civil em pró da melhoria na qualidade da educação, ainda tem muito que se fazer, principalmente na formação dos educadores que atuam neste nível de ensino.

Sendo que o comportamento leitor é um hábito que é construído com o acesso, com exemplos, principalmente aos mais pequenos, pois aprendem com a convivência.

Segundo o Site Campus de Educação Villa, ter o hábito de ler traz inúmeros benefícios para a vida pessoal e profissional das pessoas, a exemplo do desenvolvimento do senso crítico e até mesmo a possibilidade de viver mais. Quanto mais cedo esse hábito começa, maiores são as chances do indivíduo se tornar um leitor ao longo da vida e conquistar esses e outros benefícios.

A leitura está presente em todos os documentos relacionados à Educação Infantil, já que a Educação é direito de todos e a Educação Infantil é comtemplada segundo à lei a esse direito, então as práticas pedagógicas também têm que comtemplar nos planejamentos as preparações dos espaços para a leitura, quanto mais cedo a criança tiver esse acesso, mais ela desenvolve o gosto pela leitura e adquire o comportamento leitor.

E ao adquirir o comportamento leitor a criança também estará se desenvolvendo e aprimorando as múltiplas linguagens globalmente, sem desassociar o cuidar do educar, somando a leitura como uma linguagem muito importante para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das crianças que acessam a Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

SILVA, Gabriele – **A importância dos livros e da leitura na Educação Infantil**, disponível em: < https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/a-importancia-dos-livros-e-da-leitura-na-educacao-infantil>, acesso em: 23/07/2020

NOVA ESCOLA - **O que é comportamento leitor?,** disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/8714/o-que-e-comportamento-leitor>, acesso em: 23/07/2020

STRANO, Paula Carrascosa Von Glehn (2012) - **Contextos de formação do leitor**, disponível em:< https://avisala.org.br/index.php/assunto/aprendendo-com-a-crianca/investigando-contextos-de-formacao-do-leitor/>, acesso em:23/07/2020

MEC (Ministério da Educação), **Definiçaõ de Educação Infantil**, disponível em: http://educacaointegral.mec.gov.br/educacao-infantil , acesso em: 23/07/2020

PEREIRA, Kelys Christiane Coura Martins – **Definião de Educação Infantil**, disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/conteudo/o/19023>, acesso em 23/07/2020

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Editora José Olympio, 11º ed. Rio de Janeiro, 1991.

Portal Educação - **A importância da Literatura Infantil no desenvolvimento da criança**, disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao-fisica/a-importancia-da-literatura-infantil-no-desenvolvimento-da-crianca/48693>, acesso em: 30/07/2020

ALINE, Rozine (2015) - **Modos de narrar e gêneros da literatura infantil**, disponível em: <http://www.ronizealine.com/2015/10/quais-sao-os-generos-da- literatura-infantil.html>, acesso em:30/07/2020

SOUZA, Renata Junqueira de. **Narrativas Infantis: a literatura e a televisão de que as crianças gostam**. Bauru: USC, 1992.

PINTO, F. E. M. **Por detrás dos seus olhos: a afetividade na organização do raciocínio humano Dissertação** (Mestrado em Educação) – FE/Unicamp, Campinas, 2004.

ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. 3. Ed. São Paulo: Scipione, 1993.

Site Campus de educação Villa – **A Importância da leitura na Educação Infantil**, disponível em: <https://www.campusvilla.com.br/a-importancia-da-leitura-na-educacao-infantil/>, acesso em: 24/08/2020.

A Influência e Contribuição dos Contos Maravilhosos no Ciclo de Alfabetização

Cássia Carla Caetano Navarro

RESUMO

Os contos maravilhosos sobrevivem ao longo dos anos exercendo fascínio ajudando as crianças a ingressar no fantástico mundo do faz de conta. As histórias enriquecem a vida e estimulam o pequeno leitor a desvendar seus enigmas, compreender seus sentimentos e a enfrentar os conflitos do mundo a sua volta.

Este trabalho tem como tema "A Influência e Contribuição dos Contos Maravilhosos no Ciclo de Alfabetização", abordando assuntos que esclarecem quais são os contos maravilhosos, a importância que exercem no desenvolvimento infantil e as contribuições na pratica pedagógica.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Contos Maravilhosos. Desenvolvimento Infantil.

INTRODUÇÃO

A leitura é essencial para aperfeiçoar o vocabulário, dinamizar o raciocínio, melhorar a memória, aprimorar a escrita além de beneficiar o aprendizado de diversos tipos de conteúdo.

Os livros são capazes de transportar o leitor para diversos lugares, proporcionando prazer, permitindo sonhar, ampliar a criatividade, abertura ao novo e uma leitura reflexiva auxilia a compreender a realidade.

A criança é transportada para um mundo mágico por intermédio das histórias que para ela são contadas, pois a leitura é apresentada para as crianças através da audição. Para Villardi (1999) é importante desenvolver na infância o gosto pela leitura, para que seja formado um leitor para a vida inteira.

Ao ouvir ou ler uma história a criança imagina o ambiente que está sendo narrado, sendo extremamente importante a valorização da leitura por parte dos pais e educadores. E os contos maravilhosos tem o poder de fascinar o público infantil instigando a imaginação e despertando o interesse pela leitura auxiliando no processo escolar e também no desenvolvimento da personalidade.

Os contos maravilhosos, sofreram adaptações ao longo dos anos e versões para crianças foram escritas, se tornando importante para a formação desse ser em desenvolvimento, elas se identificam com os personagens, ensinando a enfrentar medos e superar obstáculos. Através dos contos, sentimentos e emoções são resgatados e a criança passa a viver a sua história imaginária.

Radino (2003), salienta que os contos são importantes para auxiliar a criança a lidar com os sentimentos, ajudando no desenvolvimento da personalidade. Aprendendo a respeitar o próximo através das mensagens que os contos trazem, como explica Bettelhein (2002 p. 323):

> Cada conto de fadas é um espelho mágico que reflete alguns aspectos de nosso mundo interior, e dos passos necessários para evoluirmos da imaturidade para a maturidade. Para os que mergulham naquilo que os contos de fadas têm a comunicar, estes se tornam lagos profundos e calmos que, de início, parecem refletir nossa própria imagem. Mas

> logo, descobrimos sob a superfície os turbilhões de nossa alma – sua profundidade e os meios de obtermos paz dentro de nós mesmos e em relação ao mundo, o que recompensa nossas lutas.

As histórias contribuem na formação da identidade infantil colaborando para o desenvolvimento emocional e imaginário, despertando a curiosidade e a descoberta de um mundo repleto de conflito, através dos problemas que os personagens são envolvidos e nas soluções encontradas.

Este trabalho parte da reflexão de como os contos maravilhosos podem auxiliar a aprendizagem das crianças nos anos iniciais, durante o ciclo de alfabetização e letramento, contribuindo no processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil, pois é notório que esses contos influenciam no imaginário da criança.

QUAIS SÃO OS CONTOS MARAVILHOSOS

Os contos maravilhosos são recontados ao longo dos anos permanecendo quase que intactos, os acontecimentos não são determinados historicamente. Transpondo as fronteiras dos contos de fadas, ou seja, não se limita apenas esse gênero textual, apresentando elementos diversificados. Os contos maravilhosos não são apenas os que começam com "Era uma vez..." e terminam com "Felizes para sempre", nesse gênero possuem acontecimentos sobrenaturais que não seriam possíveis na realidade

De acordo com Todorov (1981, p. 30):

> Costuma-se a relacionar o gênero do maravilhoso com o do conto de fadas; em realidade, o conto de fadas não é mais que uma das variedades do maravilhoso e os acontecimentos sobrenaturais não provocam nele surpresa alguma: nem o sonho que dura cem anos, nem o lobo que fala, nem os dons mágicos das fadas (para não citar mais que alguns elementos dos contos de Perrault). O que distingue o conto de fadas é uma certa escritura, não o status do sobrenatural. Os contos de Hoffmann exemplificam bem esta diferença: Quebranozes e o rei dos ratos, O menino estrangeiro, A noiva do rei pertencem, por características de escritura, ao conto de fadas; A eleição de uma noiva, no que o sobrenatural conserva o mesmo status, não é um conto de fadas. As mil e uma noites teria que ser caracterizado como uma série de contos maravilhosos mais que como contos de fadas (assunto que exigiria um estudo especial). Para marcar com precisão o maravilhoso puro, convém eliminar deste gênero diversos tipos de relatos, nos quais o sobrenatural recebe ainda uma certa justificação.

Os contos maravilhosos são histórias que permanecem de geração a geração, transmitidas oralmente, pois surgiram antes da produção de textos em massa (impressão), permitindo a ressignificação de acordo com o período histórico vivido. Os fatos são narrados no passado não há uma precisão do tempo, essas histórias são marcadas pela presença de magia e fantasias como animais que possuem características humanas, feitiçaria, bruxaria que são importantes para auxiliar no desenvolvimento da história, que geralmente são fantasiosas e não existe na nossa realidade, mas que dão significados as histórias narradas.

Gerona e Marangon (2012), ressaltam que não eram historias adequadas ao público infantil e sofreram adaptações para atender as necessidades dessa faixa etária, os contos que provocavam angustia e pavor passaram por alterações suavizando os acontecimentos e sempre terminando com final feliz.

De acordo com Gagliardi e Amaral (2001), com a invenção da imprensa, visando registrar e evitar que esses clássicos fossem perdidos ou esquecidos estas histórias foram recolhidas, escritas e adaptadas por escritores e estudiosos como Hans Christian Andersen (1805- 1875), Charles Perrault (1805-1875), Andrew Lang (1844-1912), Jacob Grimm (1785-1863) e seu irmão Wilhelm Grimm (1786-1859) e assim registradas em livros.

A pedagoga brasileira Fanny Abramovich (2006, p. 120) diz que:

> Os contos de fadas estão envolvidos no maravilhoso, um universo que denota fantasia, partindo sempre duma situação real, concreta, lidando com emoções que qualquer criança já viveu... Porque se passam num lugar que é apenas esboçado, fora dos limites do tempo e do espaço, mas onde qualquer um pode caminhar... (...) Porque todo esse processo é vivido através da fantasia, do imaginário, com intervenção de entidades fantásticas (bruxas, fadas, duendes, animais falantes, plantas sábias"...).

Alguns exemplos de contos maravilhosos: Os três porquinhos, Chapeuzinho vermelho, O gato de botas, João e o pé de feijão, O pequeno polegar, Branca de Neve e os sete anões, Cinderela, Aladim e a lâmpada maravilhosa, entre outros.

Chapeuzinho Vermelho é um dos contos que permanecem ao longo do tempo, encontramos várias versões e adaptações para a história que mantem o enredo, é como Celina Bruniera (página 3), analisa:

> "Note que do ponto de vista da estrutura da história há elementos que se mantêm. Essa é a história de Chapeuzinho Vermelho, uma menina querida pelas pessoas do lugar onde mora e que, sabendo que sua avó está doente, decide visitá-la. No caminho para a casa de sua avó, Chapeuzinho encontra o lobo que lhe pergunta aonde ela vai. O lobo, então, querendo

> devorá-la, segue pelo caminho mais curto e chega à casa da avó antes da menina. O que se passa na casa da avó varia muito de versão para versão, mas uma coisa é comum a todas: o lobo quer enganar a menina e se livrar de sua avó."

Os contos maravilhosos provocam fascínio mesmo com algumas adaptações, continuam despertando nas crianças o prazer de ouvir e imaginar em diferentes décadas.

Quanto a estrutura é uma narrativa básica recheada pelo fantástico envolvendo monstros, dragões, duendes, gnomos, bruxas, feitiços, animais que falam, dentre outros elementos mágicos e mantem o foco na resolução de um único conflito, inicia com expressões que não indica precisamente o tempo, possui poucos personagens, realidade ilógica e algumas apresentam uma moral. Abramovich (1994, p. 120) apud Aguiar (2004) esclarece:

> Os contos de fadas mantêm uma estrutura fixa. Partem de um problema vinculado à realidade (como estado de penúria, carência afetiva, conflito entre mãe e filho), que desequilibra a tranquilidade inicial. O desenvolvimento é uma busca de soluções, no plano da fantasia, com a introdução de elementos mágicos (fadas, bruxas, anões, duendes, gigantes etc.). A restauração da ordem acontece no desfecho da narrativa, quando há uma volta ao real. Valendo-se desta estrutura, os autores, de um lado, demonstram que aceitam o potencial imaginativo infantil e, de outro, transmitem à criança a ideia de que ela não pode viver indefinidamente no mundo da fantasia, sendo necessário assumir o real, no momento certo.

Por apresentarem narrativas breves e lineares facilitam a compreensão por parte das crianças, como explica Bettelheim, (2002, p. 7.): "Isto permite a criança aprender o problema em sua forma mais essencial, onde uma trama mais complexa confundiria o assunto para ela. O conto de fadas simplifica todas as situações."

A IMPORTANCIA DOS CONTOS MARAVILHOSOS NO DESENVOLVIMENTO INFALTIL

Segundo Bettelheim (2002.p 26), quando as crianças solicitam a leitura de uma história várias vezes, pode ser porque aquele conto está atuando em seu inconsciente e auxiliando na resolução de algum problema, que ela mesma pode até não ter identificado. Se percebemos que não há entusiasmada pela história, o tema não abordado pode não ser significativo no momento que a criança está vivendo. Considerar as preferencias do pequeno leitor ou ouvinte é sempre a melhor opção. O dia em que a criança perder temporariamente o interesse por esse tipo de conto pode ser porque os problemas que a tinham feito procurar a história foi substituído por outros, que podem encontrar uma melhor expressão num outro conto, por esse motivo é que a melhor opção é sempre ouvir a indicação da criança.

Os aspectos lúdicos e fantasiosos apresentados nos contos permitem que a criança crie um mundo simbólico, vivendo a experiência dos personagens e descobrindo novos sentimentos e compreendendo sua própria identidade.

A resolução dos conflitos traz a esperança de que tudo pode acabar bem desde que enfrente os obstáculos com garra e determinação, preparando a criança para acontecimentos que fazem parte da vida como o nascimento de um irmão, separação dos pais ou o falecimento de alguém próximo, facilitando a compreensão infantil já que a literatura indiretamente ensina a enfrentar esses episódios.

As histórias auxiliam as crianças entenderem melhor seus sentimentos, se identificam com os personagens ajudando a resolver conflitos pelos quais ela pode estar passando e através da ludicidade colabora na compreensão do mundo. Segundo Pietro (2000, p.22):

> Os contos de fadas podem servir de mediadores na formação de valores nas crianças, conservando neles até a fase adulta, o sonho de manter acesa a chama vibrante, intensa e colorida da infância. Pretende-se apontar caminhos, fazendo dos contos de fadas um elo permanente entre a razão e a emoção, como educar as crianças numa era em que a tecnologia tomou conta do mundo, numa globalização onde o individualismo e a aparência teimam em ditar regras e é mais valiosa que a essência. É na infância que nós e professores devemos transmitir esses valores a criança para que elas cresçam saudáveis, conscientes e com respeito a si mesmo e com os outros, usando os contos como mediadores, pois assim de maneira agradável sem impor o que esta criança deve ser ou fazer, estaremos através dos contos de fadas transmitindo-lhes esses valores éticos e emocionais que irão transformá-los num adulto seguro de suas opiniões e atitudes. Trata-se do nosso currículo, da bagagem que uma criança traz á escola, só detectável pela sensibilidade do professor que não considerar seu aluno como um vaso oco a ser preenchido por conhecimentos pré-determinados pelos currículos oficiais.]

A literatura infantil colabora na formação da personalidade, auxiliando no autoconhecimento e a despertar a solidariedade, esperança, confiança e o amor, favorece desenvolvimento cognitivo, social e emocional da criança.

Para Cruz 2012, a maneira que os contos se desenrolam são semelhantes aos pensamentos do público infantil, aproximando da visão de mundo desse ser em desenvolvimento, por isso essas histórias são significativas e ela confia na mensagem transmitida pois apresentam seme-

lhanças ao seu ponto de vista. Os contos fornecem explicações para as diversas duvidas das crianças ajudando a compreender o mundo que a cerca.

A literatura infantil colabora para a formação de uma nova mentalidade proporcionando o desenvolvimento emocional, cognitivo e social indiscutíveis. A criança que ouve ou lê histórias consegue expressar melhor suas ideias (habilidades linguísticas), ampliando a imaginação, desenvolvendo a capacidade criativa e adota uma postura critico reflexiva, aumentando as possibilidades de se tornar um indivíduo leitor na idade adulta.

A oferta de livros para as criança folhear, tocar devem acontecer desde a mais tenra idade, desde muito pequenas elas se interessam pelas ilustrações cores que mais tarde farão sentido. Portanto, estabelecer rotinas de leitura auxilia no fortalecimento entre o elo da criança com seus familiares ou responsáveis e desenvolve o prazer de ler mostrando que a leitura é transformadora e mágica.

A introdução da leitura desde a primeira infância irá ampliar os horizontes e possibilitara a criança conhecer outros universos sem sair do lugar. A escola e a família desempenham importante papel nessa caminhada: a família ao estimular a leitura irá garantir que esse habito faça parte da vida pessoal, assegurando que a literatura acompanhe esse pequeno leitor além dos muros da escola e a instituição de ensino irá auxiliar na mediação e compreensão da leitura naturalmente respeitando os limites e estimulando conversas e interações em torno da obra lida.

CONTOS MARAVILHOSOS E A CONTRIBUIÇÃO NA PRÁTICA PEDAGOGICA

O Ciclo de alfabetização é constituído pelos três anos iniciais do ensino Fundamental, tendo como foco a alfabetização e letramento que deve ser continuo sem interrupções para que todos os alunos tenham o seu tempo de desenvolvimento respeitado e a oportunidade de aprofundar os aprendizados básicos, conforme descrito no material Currículo da Cidade de São Paulo (2019, página 42):

> O Ciclo de Alfabetização (1o ao 3o ano) é entendido como tempo sequencial de três anos que permite às crianças construírem seus saberes de forma contínua, respeitando seus ritmos e modos de ser, agir, pensar e se expressar. Nesse período, priorizam-se os tempos e espaços escolares e as propostas pedagógicas que possibilitam o aprendizado da leitura, da escrita e da alfabetização matemática e científica, bem como a ampliação de relações sociais e afetivas nos diferentes espaços vivenciados.

Decodificar o código escrito é fundamental para se tornar leitor, a escola possui a responsabilidade de auxiliar a criança a desmitificar esse enigma e aperfeiçoar a habilidade leitora, afinal ler vai além de juntar letras para formar palavras, é necessário interpretar, compreender a mensagem que o texto pretende transmitir.

O educador terá a importante função de despertar a curiosidade e a necessidade do educando de valorizar a leitura, proporcionando um ambiente estimulador que auxilie e instigue a criança a se tornar leitora e escritora.

A leitura desenvolvera um importante papel na alfabetização das crianças auxiliando na ampliação do vocabulário, melhorando na comunicação, oportunizando o conhecimento de diversos assuntos e favorecendo a formação de leitores e escritores competentes.

A leitura de história é fundamental nesse processo, mesmo quando os educandos aprendem a ler, pois segundo Abramovich (1997, p.23) “quando a criança sabe ler é diferente sua relação com as histórias, porém, continua sentindo enorme prazer em ouvi-las”. Ao escutar uma história, a criança aprimora sua capacidade de imaginação, pois estimula o pensar, o desenhar, o escrever, o criar, o recriar. Habilidades estas que devem ser estimuladas e valorizadas no mundo atual tão cheio de tecnologia, onde encontramos informações prontas com facilidades e que se não forem trabalhadas adequadamente na infância poderão fazer falta no futuro, a ausência desse estimulo poderá propiciar um indivíduo com baixa criatividade, inovação e capacidade de gerar novas ideias.

Contar uma história é diferente de ler, ambas permitem viajar pelo mundo da ficção e intercalar essas práticas favorecerá o enriquecimento das aulas. A contação de histórias envolve espontaneidade e improviso do narrador, não é preciso fidelidade ao texto e permite a interação com os educandos e o incremento do enredo, encantando os ouvintes. Ao ler é necessário fidelidade, a criança passa a perceber que a escrita é uma forma de registrar o texto e a história será sempre a mesma, nota- se a riqueza da linguagem literária a qualidade estética ao redigir um texto. O estudante constrói seu conhecimento de linguagem escrita que vai além de escrever letras.

Gerona e Marangon (2012, p. 19) ressaltam que “a leitura além de ser uma prática social, tem um papel muito significativo no que diz respeito ao relacionamento social e ao conhecimento de mundo”. Ler vai além de compreender, é uma forma de comunicação, de aquisição de aprendizados, ampliação dos conhecimentos de mundo e das relações social. A decodificação, interpretação e analise dos textos é uma pratica fundamental na vida, empregada em diversas situações do cotidiano.

É necessário desenvolver na criança a fluência em leitura, ou seja, precisamos trabalhar a habilidade de ler com velocidade, precisão e prosódia. Ao se concentrar na decodificação da palavra diminui a carga cognitiva

nos processos de compreensão do texto e a criança não entende o que leu. O desenvolvimento da fluência tornará a leitura mais agradável e consequentemente menos trabalhosa. Para auxiliar a criança a aprimorar essa prática é adequado propor atividades que envolvam a leitura em voz alta, reler trechos diversas vezes para auxiliar na capacidade de reconhecer as palavras automaticamente e ler diariamente para os educandos para que tenham um modelo de leitura fluente.

Oferecer livros de qualidade para o pequeno leitor é fundamental, considerar apenas o número de páginas para que a leitura não seja cansativa colaboram para o desencorajamento da leitura no futuro. O educador desempenha importante papel na seleção dos materiais que serão apresentados, conforme explica Ceccantini (2004, p.132):

> Embora seja necessário reconhecer o papel fundamental que textos curtos, simples e ilustrados possam ter na formação dos leitores iniciantes, que se encontram nas primeiras fases do letramento e, sobretudo, a função que tais textos podem desempenhar junto a crianças que só tem acesso a eles na escola, oriundas, que são, de meio iletrado, não é concebível que esse tipo de texto seja transformado em norma quase que absoluta do que virá a ser literatura lida pelo estudante ao longo do Ensino Fundamental. Quem se vê na posição de mediador de leitura tem por dever ser bastante exigente e seletivo nos títulos que indica, não se deixando satisfazer com textos banais, didatizados, simplificadores, feitos por encomenda pelo mercado para atender a esta ou aquela faixa etária, a esta ou aquela série escolar, a este ou aquele tema da moda [...] É preciso não ter medo de colocar na mão das crianças, o quanto antes, textos literários densos, de maior complexidade, de ampla envergadura, textos cuja literatura deixe marcas profundas na personalidade de quem os lê.

O educador como mediador da aprendizagem deve inserir no cotidiano escolar literaturas que favoreçam o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, com narrativas envolventes, vocabulários ricos, que incentivem a imaginação e o encantamento.

As ilustrações desempenham importante papel, é um estimulo visual capaz de atrair o público, principalmente o infantil, não é apenas uma imagem e sim um complemento para o texto, é uma forma de linguagem que desperta a curiosidade. Cadermartori (2010, p. 19-20) ressalta que:

> Em boa parte dos livros para leitores iniciantes, observa-se que a ilustração constitui um acontecimento narrativo, que oferece informações que o texto escrito, em geral enxuto, para se adequar à competência textual do destinatário, não ofereceu. E há também aqueles que os signos visuais representam apenas parcialmente uma situação, uma circunstância, uma personagem, um cenário, ao apenas um objeto que remeta um ambiente narrado. A tendência atual da produção infantil, no entanto, especialmente em livros para leitores iniciantes é a valorização dos dois textos, o visual e o verbal, sendo mantida a interação entre eles que estimula múltiplas percepções, possibilitando diversos reconhecimentos e interpretações nas leituras dos textos compostos por diferentes signos.

A criança se comunica através dos desenhos, expressando seus sentimentos e externando sua visão de mundo, as atividades artísticas ajudam a lidar com ansiedades e medos exercendo função terapêutica. Formar leitores visuais irá potencializar a capacidade de análise e observação, desenvolvendo o macro pensamento.

CONSIDERAÇOES FINAIS

A leitura permite viajar sem sair do lugar e conhecer outros universos, diferentes culturas, ampliar horizontes, descobrir que há outras possibilidades além do cotidiano vivido. Os contos maravilhosos possuem o poder de ensinar e colaboram para o desenvolvimento da autoestima infantil e formação da personalidade, auxiliando a criança a refletir sobre o momento de vida através das relações que são estabelecidas entre a ficção e a realidade, encorajando os pequenos a enfrentar e buscar soluções para os conflitos que irá se deparar ao longo da vida.

Trabalhar com os contos maravilhosos colabora na preservação da memória cultural, pois são histórias que apesar das adaptações sofridas são contadas ao longo do tempo passando de geração em geração mantendo o enredo principal e continuam conquistando crianças por todo o mundo.

O uso dos contos maravilhosos no Ciclo Inicial é um importante recurso pedagógico, favorecendo a ampliação do vocabulário, melhorando a comunicação, ajudando na interpretação de textos, beneficiando a escrita e a leitura. Além de proporcionar momentos lúdicos e prazerosos, tornando as aulas significativas contribuindo não somente para o desenvolvimento da alfabetização, mas também para que o educando compreenda suas emoções e desenvolva a criatividade, ou seja, a literatura infantil colabora para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional.

Incorporar o habito da leitura na rotina desde a primeira infância trará grandes benefícios no desenvolvimento do indivíduo tanto pessoal como intelectual. Quem adquire a pratica de ler consegue desenvolver melhor suas ideias e opiniões, aprimora o raciocínio e enriquece os conhecimentos. A criança que adquiriu prazer pela leitura terá suas chances aumentadas de se tornar um adulto culto, dinâmico, perspicaz, menos vulneráveis e mais humano.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: Gostosuras e bobices**. São Paulo:Scipione, 1997.

BETTELHEIM, Bruno. **Psicanálise dos contos de fadas**. (Trad. Arlene Caetano) 16ºedição São Paulo: Paz e Terra, 2002 Acesso: https://docplayer.com.br/2334085-A-psicanalise-dos-contos-de-fadas.html em 10/08/2020.

BRUNIERA, Celina. **Conto maravilhoso (1) - "O Chapeuzinho Vermelho" numa versão de 1823**. Pedagogia & Comunicação. Acesso: https://educacao.uol.com.br/disciplinas/ingles/conto-maravilhoso-1-o-chapeuzinho-vermelho-numa-versao-de-1823.htm em 12 agosto 2020.

CADEMARTORI, L. **O que é Literatura Infantil**. 2º Ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

CECCANTINI, J:.L.C.T. **Literatura Infantil – A narrativa**. In: CECCANTINI, J.L.C.T., PEREIRA, R. F., ZANCHETTA, J. J. Pedagogia cidadã: Cadernos de Formação: Língua Portuguesa. São Paulo: Unesp, Pró-Reitoria de Graduação, 2004, vol 2.p.131- 148.

CRUZ, J. M. D. A. **A contribuição dos contos de fadas no desenvolvimento infantil**. Universidade Candido Mendes. Acesso: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/T207919.pdf em 06/08//2020.

GAGLIARDI, Eliana; AMARAL, Heloisa. **Contos de fadas: trabalhando com os gêneros do discurso narrar**. São Paulo: FTD, 2001.

GERONA, A. P. A. C; MARANGON, M. F. **A leitura de contos clássicos feita pelo professor nas séries iniciais (2ºano).** Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium (Unisalesiano). Acesso: http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/54804.pdf em 10/08//2020.

PIETRO, Heloísa. **Lá vêm Histórias**. Ed. Companhia das letrinhas, 2000.

RADINO, G. **Contos de Fadas e Realidade Psíquica: a importância da fantasia no desenvolvimento**.1º Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

São Paulo (SP). **Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da Cidade Pedagógica: Ensino Fundamental: componente curricular: Língua Portuguesa – 2 ed.** São Paulo: SME/COPED, 2019.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à Literatura Fantástica**. Editora Perspectiva, 198. Acesso: http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/2260559.pdf em 13/08/2020.

VILLARDI, Raquel. **Ensinando a gostar de ler e formando leitores para a vida inteira**. Rio de Janeiro: Qualitymark/Dunya Ed., 1999.

A Importância Social da Leitura e Escrita

Gláucia Silva Soares

RESUMO

Desde a Pré-História o homem Neandertal procurava se comunicar, usando desenhos nas paredes das cavernas. Foi na Mesopotâmia que a escrita foi criada e os egípcios desenvolveram a escrita quase na mesma época.

Estudiosos fazem relação do desenvolvimento da escrita com o das sociedades urbanas, alguns afirmam que a escrita e a sociedade evoluíram de forma conjunta e esse desenvolvimento trouxe a organização e a modernização da sociedade.

Aprender a ler e escrever são um dos maiores objetivos da educação básica, por outro lado alcançá-lo não é uma das tarefas mais fáceis. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Brasil aparece em 8º lugar entre os países com maior número de analfabetos adultos.

Conhecer a leitura e a escrita bem como seus processos de aquisição e aprendizagem são fundamentais para professores que trabalham com a Educação Infantil e Ensino Fundamental nos anos iniciais.

Este e outros fatores nos faz acreditar a necessidade deste e muitos outros trabalhos que explique, esclareça e nos guie no caminho da leitura e da escrita para aquisição de conhecimento e uma vida social plena.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura. Escrita. Conhecimento. Educação.

INTRODUÇÃO

Aprender a ler e escrever são um dos maiores objetivos da educação básica, por outro lado alcançá-lo não é uma das tarefas mais fáceis e isso vem se tornando cada vez mais evidente, basta observar os índices que apontam o número de alunos com dificuldades de aprendizagem da escrita.

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Brasil aparece em 8º lugar entre os países com maior número de analfabetos adultos.

Acredita-se que a taxa de analfabetismo de pessoas com mais de 15 anos fica em torno de 8,7% o que soma aproximadamente 13,2 milhões de brasileiros analfabetos em nosso país.

É um índice bastante elevado e muito preocupante, se levarmos em conta que este número não distingue os que apresentam dificuldades ou distúrbios de aprendizagem dos que tem baixo rendimento escolar.

Tudo isso é pouco animador e deixam no ar questões altamente relevantes principalmente no que tange as fases iniciais da educação.

Sabemos que existem várias razões que fazem com que essa situação se prolongue com o passar dos anos, mesmo com tantas reflexões políticas, sociais e de aprendizagem.

A intenção deste trabalho, é mostrar alguns aspectos importantes da aprendizagem da escrita que devem ser levados em conta nos projetos de trabalhos pedagógicos voltados para a alfabetização e aquisição da linguagem escrita e minimizar as falhas apontadas nessa área.

1. O SURGIMENTO DA ESCRITA E DA LEITURA

Desde a Pré-História o homem Neandertal procurava se comunicar, usava desenhos nas paredes das cavernas. Este tipo de representação, chamada pintura rupestre, possibilitava a troca de mensagens, de ideias e ainda transmitia seus desejos e suas necessidades. Contudo, não era ainda um tipo de escrita pois não havia padronização das representações gráficas (com letras). O surgimento da escrita é um marco importante na história por datar a separação entre a pré-história e a história.

Com relação à necessidade do surgimento da escrita para o dia a dia da Humanidade, Cagliari (1998, p. 14) confirma que:

> "De acordo com os fatos comprovados historicamente, a escrita surgiu do sistema de contagem feito com marcas em cajados ou ossos, e usados provavelmente para contar o gado, numa época em que o homem já possuía rebanhos e domesticava os animais. Esses registros passaram a ser usados nas trocas e vendas, representando a quantidade de animais ou de produtos negociados. Para isso, além dos números, era preciso inventar os símbolos para os produtos e para os proprietários."

Foi na Mesopotâmia que a escrita foi criada. Por volta de 4000 a.C, os sumérios desenvolveram a escrita chamada cuneiforme. Eles usavam placas de barro, onde cunhavam a escrita. Tudo que sabemos deste período devemos a estas placas de argila com registros do cotidiano, administrativos, econômicos e também políticos.

Os egípcios desenvolveram a escrita quase na mesma época. Existiam duas formas de escrita: a demótica (mais simplificada) e a hieroglífica (mais complexa). Uma espécie de papel chamado papiro, produzido a partir de uma planta com o mesmo nome, era utilizado para escrever.

A escrita chinesa e das civilizações pré-colombianas na América, como por exemplo, a escrita maia, tiveram suas origens independentes. A escrita japonesa foi criada a partir da escrita chinesa por volta do século IV.

A escrita alfabética foi difundida com a criação do alfabeto fenício, constituído por vinte e dois signos que permitiam escrever qualquer palavra. Adotado pelos gregos, foi aperfeiçoado passando a ser composto por vinte e quatro letras, divididas em vogais e consoantes. A partir deste alfabeto surgiram outros e também o latino, que com a expansão do Império Romano, dominou o mundo ocidental e mais o contato com os povos bárbaros, o impôs em todas as suas colônias. Isso permitiu que as línguas latinas predominassem em muitas culturas até hoje incluindo o nosso país.

No século XV, alguns eruditos italianos, incomodados com um estilo complexo de escrita, criaram um novo estilo. No ano de 1522, um italiano chamado Lodovico Arrighi, foi o responsável pela publicação do primeiro livro de caligrafia. Foi ele quem deu origem ao estilo que hoje denominamos itálico. Após esta criação, em muitos outros lugares com o passar do tempo também elaboraram seus livros de caligrafia dando origem a escrita calcográfica.

Muitas ciências têm como tema a escrita. Hoje o estudo de escritas, símbolos e seus significados é uma ciência que recebe o nome de Paleografia. A Grafologia estuda a personalidade do ser humano através da forma como ele escreve e a Epigrafia estuda a escrita, mas como auxiliar da História.

2. A IMPORTÂNCIA SOCIAL DA ESCRITA

Estudiosos fazem relação do desenvolvimento da escrita com o das sociedades urbanas, alguns afirmam que a escrita e a sociedade evoluíram de forma conjunta e esse desenvolvimento trouxe a organização e a modernização da sociedade.

A escrita trouxe um grande crescimento para a economia devido a sua função na organização de despesas e receitas, em seguida no setor jurídico e assim se estendeu à religião.

No tempo em que surgiu a escrita, pouca importância se dava a alfabetização, até porque a necessidade de domínio era menor. Aprendia-se e ensinava-se apenas o básico e tendo como forma de ensino um modelo mecânico.

> "nessa época de escrita primitiva, ser alfabetizado significava saber ler o que aqueles símbolos significavam e ser capaz de escrevê-los, repedindo um modelo mais ou menos padronizado, mesmo porque o que se escrevia era apenas um tipo de documento ou texto (CAGLIARI, 1998, p. 14)."

Mas antes de chegar ao seu estado atual a escrita conquistou outros domínios. Segundo Coulmas, é possível atribuir-lhes as seguintes funções:

1- A função mais conhecida é a de registro ou função mnemônica. As listas desempenharam um papel importante como mecanismo de ampliação da memória, mas foi a escrita que permitiu não só registrar com também recordar de forma mais ou menos exata essas listas. A história, como disciplina, originou-se na função mnemônica da escrita.

2 - Uma função relacionada com a anterior é a de permitir a comunicação a distância, no espaço e no tempo.

3 - A terceira função é derivada de um efeito da escrita: o distanciamento. O meio de transmissão gráfica que materializa a mensagem separa-o não só do seu emissor com relação ao receptor, mas também do emissor com relação a sua própria mensagem.

4 - A outra função é a de regulação e controle social e de comportamento. As noções de lei, direito, direitos e deveres, normas e correção estão associadas a escrita.

Quando está escrita, a lei adquire uma autoridade despersonalizada.

Além do mais, a existência social dos indivíduos depende do registro escrito: documentos e registros para pagar impostos, para fazer o serviço militar, para votar, entre outros. O controle social está relacionado ao efeito da escrita sobre a linguagem oral.

5 - Finalmente, uma função estética: grande parte da literatura, sobretudo alguns gêneros, são inimagináveis sem a escrita. Pensamos, por exemplo, em todos os tipos de romances, no drama, em certo tipo de poesia, propagandas, etc.

3. ASPECTOS NECESSÁRIOS PARA A APROPRIAÇÃO DA ESCRITA

Aprender a ler e escrever abrange vários aspectos que devem ser considerados, tais como, condições sociais. Essa questão é extremamente importante, porque pode ou não propiciar a condição para esse aprendizado, pois é relevante saber se a criança convive com pessoas letradas e se tem acesso ao universo da escrita, seja de modo formal ou não.

É preciso considerar se essa criança tem acesso a uma aprendizagem que leve em conta suas reais necessidades e potencialidades.

Sendo assim, o que define o momento de aprender a ler e escrever está relacionado não só a idade que a criança tem, mas também as suas condições culturais, sociais, o contexto histórico em que a criança vive e se tem acesso a um ambiente letrado que propicie seu letramento.

Sabemos que são muitas as crianças que se desenvolvem dentro de um ambiente letrado, elas convivem com textos escritos e consequentemente com pessoas que sabem ler e escrever. Isso proporciona momentos de descoberta e apropriação das funções da escrita e a compreensão de seu uso.

A intensidade e constância dessa interação ampliam as possibilidades de construção de conhecimentos da leitura e escrita.

Essa gama de conhecimentos age como ponto inicial na compreensão da criança ao que lhe é apresentado de modo de formal pela escola. Quando a criança se enquadra nestas condições as chances de sucesso aumentam consideravelmente, pois estes conhecimentos fazem parte de seu cotidiano.

Isso não quer dizer que a criança que tenha acesso limitado ou nenhum contato com o universo da escrita vão apresentar dificuldade de aprendizagem, mas são poucas as chances de apresentar o mesmo rendimento.

O fato é que infelizmente, essas condições podem interferir de modo negativo em seu desenvolvimento, por essa razão é necessário a elaboração de propostas pedagógicas que não descartem essa e outras possíveis realidades.

Segundo Soares (2005, p. 32):

> "Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita se dá simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização, e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização."

4. OS VARIADOS PERFIS DE ALUNOS

A linguagem escrita na rotina de uma criança, às vezes, tem início no momento que ela ingressa em uma instituição de ensino.

Isso é uma tarefa que fica sob a responsabilidade da escola de Educação Infantil e de Ensino Fundamental (anos iniciais), que por sua vez deve desenvolver atividade-

des que possibilitem ao aluno atingir essa meta a médio prazo, ou seja, a alfabetização e o letramento. Tornando-se assim capaz de ler e escrever.

O desenvolvimento motor, psíquico e cognitivo ocorre de maneira única para cada ser humano, portanto, cada criança atinge a apropriação da escrita e da leitura em momentos diferentes, por isso, cabe lembrar que cada criança possui um perfil e a escola precisa estar aberta a lidar com cada um deles.

Para começar, podemos discutir sobre as crianças que desde a primeira infância foram oportunizadas a construção de conhecimento através do acesso a livros e a outros diversos tipos de materiais escritos. O letramento delas se inicia quando começam a entrar em contato com diferentes manifestações escritas da sociedade como: placas, embalagens, rótulos, histórias em quadrinhos, livros, entre outros, e estende-se pelo resto de suas vidas pela participação em práticas sociais.

Sendo assim, essas crianças contraíram noções consideráveis sobre a escrita, o que poderá facilitar muito todo o processo de internalização de tudo o que lhe é ofertado pela escola.

Dessa forma, fica ao encargo das instituições de ensino continuar com esse processo de construção do conhecimento, proporcionando aos alunos uma formação efetiva como cidadãos capazes de utilizar a leitura e escrita para diversos fins e não de forma mecânica.

Mesmo possuindo todo esse suporte e acesso, a escola ainda encontrará crianças que apresentarão uma demora em assimilar o processo de leitura e escrita. Não quer dizer que tenham algum problema diretamente ligado a dificuldade de aprendizagem, o que pode acontecer, mas essa pode ter outros interesses que se sobrepõem aos escolares, por exemplo, a questão de maturidade. Fica evidente que a exclusiva oferta a diversos tipos de materiais escritos não garante a efetiva aprendizagem.

Surge então mais um desafio para as unidades escolares, que agora (e sempre) precisa descobrir novos meios de trazer a criança para esse novo e incrível mundo da escrita e da leitura.

A dificuldade de acesso as instituições de ensino por questões geográficas também é um problema para a alfabetização brasileira. No nosso país, um gigante em extensão territorial, temos vários casos de analfabetismo devido a ausência de escolas em alguns vilarejos e povoados. As crianças não têm transporte que as levem de casa para a escola e da escola para casa, quando têm, estão em estado precário e causam risco a integridade física dos educandos. Em outros casos é necessário o uso de mais de um meio de transporte e muitas não têm como arcar financeiramente com essa despesa.

Ainda há, um grande número de crianças que em razão de sua condição social desprivilegiada, seja nos centros urbanos ou em zonas rurais, terminaram por serem privadas de tais estímulos da linguagem escrita.

A aquisição da escrita é um grande desafio para as crianças, porém trabalhar com crianças que apresentam um histórico com tais restrições se torna um desafio ainda maior para a escola. Infelizmente uma boa parte dessas crianças está fadada ao fracasso escolar e consequentemente ao fracasso social.

Essas crianças têm grandes chances de ser classificadas como portadoras de distúrbios de aprendizagem. Porém, não se pode fazer tal afirmação, pois seria necessário promover uma gama de possibilidades para um aprendizado efetivo.

Por último, estão os alunos que apresentam níveis variados de dificuldades de aprendizagem, podemos incluir aqui as pessoas com deficiências que apresentam variadas especificidades de acordo com o órgão lesionado e o grau da lesão.

Um dos grandes problemas ainda hoje é a forma como lidam com esses alunos, a dificuldade é grande quando se enfrenta essa condição, pois a escola considera que essas crianças precisam de um atendimento fora de seus muros em vez de questionar seus métodos, responsabilizam de algum modo os alunos, alegando que o problema em questão é a deficiência e não o modo como lidam com ela.

5. LEITURA

A formação de leitores começa antes mesmo da alfabetização e se estende por toda a vida escolar.

Para ensinar a ler é necessário promover a criticidade do educando, permitir-lhe conhecer e escolher o tipo de leitura que mais o agrada, o que se encaixa em seu perfil.

É necessário aguçar sua curiosidade, fazer com que perceba o valor e a importância dessa ação.

Uma das principais tarefas do educador durante o processo de aprendizagem é aproximar o educando dos objetos cognoscíveis, ou seja, daquilo que ele é capaz de reconhecer, o que lhe é familiar e dessa forma o processo se simplifica, se torna mais prático. Pois assim ele começará a assimilar a leitura como algo que faz parte de seu universo, do seu cotidiano, mesmo antes de conhecê-lo como algo fundamentalmente teórico.

Em condições de real aprendizagem o educando não é somente um ser passivo, que fica sentado aguardando um mestre o mostrar o que deve ser feito, mas este é instigado a criar e a buscar meios para ampliar seus conhecimentos, ser ativo.

Mas nem sempre foi assim, houve um tempo em que acreditava que o processo de aprendizagem da leitura baseava tão somente em decifrar códigos.

Entre os muitos fatores de grande relevância para o processo de assimilação da leitura está o reconhecimento do conteúdo previamente adquirido pelos alunos, o seu conhecimento de mundo, suas capacidades e habilidades já construídas.

Como já foi mencionado anteriormente, ler é compreender o mundo através das letras, e para que essa aprendizagem seja possível é necessário levar em conta algumas competências:

• Entender a função da escrita como uma forma de interpretar a linguagem oral;

• Identificar grafias e diferenciá-las;

• Entender que a escrita possui uma forma particular de organização;

• Perceber num agrupamento de letras uma palavra e no agrupamento de palavras uma frase;

• Entender a importância de pontuar seus textos (pontuação);

• Procurar o entendimento do texto (compreensão e interpretação de texto);

• Procurar compreender a intenção do autor e refletir sobre aquilo que leu.

Hinson (2001) faz algumas sugestões que são de grande relevância quando se fala de formar leitores críticos e hábeis como:

- Ler deve ser algo diário, deve fazer parte do cotidiano;

- A habilidade de realizar uma leitura sem que o leitor se detenha em cada palavra;

- Ler de modo fluente;

- Ter a habilidade de perceber e apontar os pontos relevantes de um texto;

- Ler livros;

- Ter motivos para ler;

- Ter condição de produzir imagens partindo do texto;

- Fazer relação entre o texto e os fatos da vida;

- Querer ler;

- Conversar com o autor através do texto.

Existem crianças que já vivem em ambientes letrados que lhes propiciam uma comunicação contínua com a leitura, este trabalho é fundamental para a formação de leitores eficientes e quando isso ocorre o resultado é partilhado entre escola e família e se torna prazeroso, garantindo sempre resultados positivos. Isto posto, fica claro que não é somente na escola em que o letramento acontece.

Porém, quando se trata de crianças que não convivem em um ambiente letrado a situação muda completamente, já que o aprendizado fica a cargo da escola, que por sua vez precisa estar aberta a buscar meios pelos quais chamará a atenção do aprendiz e o fará se interessar por este novo universo.

Nas instituições de Educação Infantil que trabalham com crianças desde o berçário já é possível iniciar o interesse e o gosto pela leitura com as chamadas "bebetecas" e a contação de histórias. Esse é um facilitador para as fases seguintes e consequentemente para a alfabetização e o letramento. Esses trabalhos desde a primeira infância também permitem que alunos com necessidades especiais diagnosticadas desde a mais tenra idade se apropriarem desse mundo de imaginação, descobertas, criatividade e conhecimento que é a leitura.

Não podemos esquecer-nos de colocar neste tópico que além dos educandos, independente da idade ou fase escolar em que se encontram, o professor/educador deve também estar em constante formação e aprimoramento de estudos e práticas relacionados à alfabetização e ao letramento. Outro ponto importante é que o professor crie (se necessário), organize, mantenha, dinamize e aumente o acervo da biblioteca escolar e até mesmo da sua particular. Os bibliotecários podem ser ótimos parceiros nos trabalhos com as crianças e adolescentes desenvolvidos nas bibliotecas e salas de leitura.

6. TIPOS DE LEITURA

O ato de ler pode ser divido em dois pontos enquanto a leitura tem alguns tipos relacionados à forma como se lê e para qual propósito se lê.

O ato de ler:

1- Leitura como meio de decifrar códigos: atualmente convivemos com descrições de leitores em que deixam claro que para eles a leitura se restringe a decodificação de letras ou a junção delas. Isso faz da leitura algo efêmero, de pouca relevância na transformação da vida do aprendiz.

2- A leitura como avaliação: Para Luzia de Maria (2002, p.21) "ler é ser questionado pelo o mundo e por si mesmo, é saber que certas respostas podem ser encontradas na produção escrita, é poder ter acesso ao escrito e construir uma resposta que entrelace informações novas aquelas que já possuem".

Ou seja, ler é algo que deve ser valorizado e não deve ser alvo de avaliações sem critérios, não deve ser usado

para desclassificar. Pois essa prática tem como resultado na maioria das vezes a diminuição da autoestima e a sensação de impotência. Lembrando que o objetivo é o sucesso do aluno como leitor!

Os tipos de leitura relacionados à forma como se lê:

1- Decifratória e automática.

É aquela em que atenção e esforço se dissipam principalmente na decifração. É típica de quem está se familiarizando com a escrita e como aqueles que estão aprendendo uma segunda língua.

2- Vocal e mental.

A leitura vocal pode ir de sua forma mais apurada recitando com entoações até o murmúrio. A leitura mental pode simular uma recitação ou se afastar rumo a uma leitura mais rápida.

3- Fonológica.

A leitura fonológica é a tradução de um código visual para um código acústico. O visual é convertido em fonema, palavra, frase e texto.

4- Integral e seletiva

A leitura integral é feita palavra por palavra, linha sem pretensão alguma. Contrariamente, na leitura seletiva os objetivos são previamente estabelecidos, como encontrar palavras-chave e depois da busca ele realiza a leitura integral do texto.

Os tipos de leitura conforme o propósito de quem lê:

1- Leitura recreativa.

O objetivo é trazer satisfação à inteligência, a distração, o entretenimento e o lazer. Podemos citar como exemplo os romances, revistas de variedades, histórias em quadrinhos, entre outros.

2- Leitura técnica.

É o tipo de leitura que implica a habilidade de interpretar gráficos, tabelas e informações de cunho técnico. Como exemplos têm os relatórios econômicos, as plantas residenciais, etc.

3- Leitura de informação.

Esta leitura é realizada com a intenção de obter informações gerais, informações especificas ou cultural. Esta é realizada através da leitura de jornais e revistas.

4- Leitura de estudo.

Leitura com o objetivo exclusivo de adquirir ou aprimorar conhecimento. Podem ser feita lendo livros, artigos científicos e periódicos por exemplo.

7. DIFICULDADES E DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM RELACIONADOS A ESCRITA E A LEITURA

Distúrbios e dificuldades de aprendizagem muitas vezes são percebidos pela maioria das pessoas como "a mesma coisa", pois estão sempre juntas e associadas, contudo elas não são.

As dificuldades de aprendizagem caracterizam-se por um aprendizado com rendimento abaixo daquele esperado para a faixa etária ou para a idade escolar e esta diretamente ligada ao cotidiano acadêmico e, normalmente, está relacionadas a fatores externos que acabam interferindo no processo de aprendizado. Essas dificuldades podem aparecer tanto na Educação Infantil como também já na fase adulta.

São diversos os fatores que podem desencadear ou propiciar o surgimento das dificuldades, citamos aqui três deles:

1- Instituição escolar.

Muitas instituições de ensino ainda mantém um método de ensino tradicional, fechado ou centrado no professor e no conteúdo. Isso para alguns não facilita o aprendizado e pode assim prejudicar o educando facilitando o surgimento de uma dificuldade específica em uma matéria (só em matemática, só em ciências), ou geral quando a dificuldade engloba muitas ou todas as matérias. Devemos repensar a relação professor-aluno para torná-la uma relação pautada na interação e na cooperação que estimule as aprendizagens.

2- Família.

Neste as possibilidades são diversas e podem também cruzar com questões sociais.

Uma delas é a ausência da família na vida escolar do educando. O tempo, nos dias atuais, é tão precioso que muitos pais delegam a tarefa de ensinar e educar ao encargo exclusivo da instituição escolar.

Outra possibilidade é que a família não teve a mesma chance de instrução que aquele ente está tendo e por isso não pode acompanhá-lo e auxiliá-lo adequadamente.

Essas duas possibilidades bem como outras ainda podem estar tornando as dificuldades ainda maiores.

3- Sociedade.

Quando falamos em sociedade os desafios podem ser mais complexos do que quando citamos a família como possível responsável pelas dificuldades de aprendizagem.

As questões sobre moradia, alimentação, saneamento básico, transporte público, emprego, construção e manutenção de escolas entre outros, são questões sociais urgentes

e grandes contribuintes para o surgimento de dificuldades escolares, cognitivas e de aquisição do conhecimento.

Segundo Barbosa (apud Leal e Nogueira, 2011: p.54):

> "Estar com dificuldade de aprender (...) significa estar diante de um obstáculo que pode ter um caráter cultural, cognitivo, afetivo ou funcional e não conseguir dar prosseguimento à aprendizagem por não possuir ferramentas, ou não poder utilizá-las para transpô-lo".

Os distúrbios de aprendizagem fazem parte do indivíduo, está intrínseco e é orgânico, seja uma disfunção neurológica, química ou por fatores hereditários. Os distúrbios de aprendizagens são diagnosticados por uma equipe multidisciplinar, e não somente por um professor. Isso caracteriza algo bem mais complexo do que uma dificuldade de aprendizagem que pode ser observada pelo professor que acompanha o aluno. No momento em que o educador perceber as dificuldades de aprendizagem no discente, isto servirá como um ponto de partida para encaminhamento para diagnosticar um possível distúrbio de aprendizagem.

Assim como as dificuldades, os distúrbios de aprendizagem são muitos. Por este se tratar de um trabalho com enfoque na leitura e na escrita citaremos os distúrbios mais conhecidos relacionados a este tema.

1- Dislexia.

Dislexia tem base neurológica e é hereditária. É uma dificuldade específica de aprendizado da leitura, escrita e também em cálculos matemáticos. Sua causa não é a falta de interesse, de motivação, de esforço ou de vontade. Os disléxicos não apresentam necessariamente problemas visuais ou auditivos nem são sua causa primária.

2- Dislalia.

Distúrbio de fala caracterizado pela dificuldade em articular as palavras e pela má pronuncia, seja omitindo, acrescentando, trocando ou distorcendo os fonemas.

As trocas mais comuns são:

- P por B; - F por V; - T por D; - R por L.

3- Disgrafia.

É a inabilidade na Linguagem Escrita, especialmente da escrita cursiva. Escrever com o computador pode ser mais fácil. Manualmente, as letras podem ser borradas ou incompletas, com tendência à escrita em letra de bastão. Os erros ortográficos, inversões de letras, sílabas ou a falta delas ficam caracterizados com muita frequência.

4- Déficit de atenção.

É a dificuldade de manter a concentração e a concentração é fundamental para a fixação do aprendizado. A Deficiência de Atenção pode manifestar-se isoladamente ou associada à Hiperatividade ou ainda, a Hipoatividade.

8. COMO LIDAR COM AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Os procedimentos realizados fora da escola com foco em diagnósticos clínicos têm como objetivo selecionar ou reduzir os problemas apresentados e desse modo garantir a aprendizagem.

Mas não se pode pensar somente em processos clínicos sem que este esteja ligado à reestruturação dos métodos pedagógicos.

O que precisa ser levado em consideração é que não basta um diagnóstico, mas uma alteração ao processo educativo, criando maneiras de certo modo exclusivas para atender de forma efetiva as necessidades de cada criança.

Falamos então, da aquisição de competências linguísticas imprescindíveis ao processo de alfabetização e letramento, e de ser e estar no mundo.

Todos esses desafios vêm surgindo e ficando cada vez mais evidentes, dados de pesquisas deixam claro que não tem sido tão simples vencê-los.

O que parece é que ainda não houve algo que deveria ter sido pensado e ter sido colocado em prática como políticas públicas que façam uma junção de esforços de profissionais de diversos áreas, trabalhando com o objetivo, de promover novos métodos que se encaixem nas necessidades da comunidade atendida.

O primeiro passo para lidar com as dificuldades e distúrbios de aprendizagem é diferenciá-los e conhecê-los ao máximo possível. O segundo passo é procurar e executar ações conjuntas que proporcionem facilitadores de aprendizagem para os alunos que necessitarem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os altos índices de fracasso e evasão escolar, a frustração de professores, alunos e pais e, o alto índice de analfabetismo no Brasil justifica o estudo e o debate de ações que invertam essa situação.

Este artigo teve por objetivo compreender que é possível, transformar a educação, respeitando as diferenças e partindo da necessidade de formar cidadãos leitores, críticos e capazes de pensar e resolver problemas socialmente.

A atuação do educador é extremamente importante no desenvolvimento da criança. A maior e principal preocupação é o aprendizado do ser humano como indivíduo e através da leitura, diminuir defasagem cognitiva e aumentar a criatividade, a curiosidade e o conhecimento.

Por isso quando propomos um trabalho de leitura, precisamos utilizar recursos dinâmicos que tornem a aprendizagem interessante, acessível e prazerosa ao educando.

A partir desses estudos podemos concluir que a maturidade do indivíduo, a sociedade, a família e a escola tem uma grande influência em seu desenvolvimento e na aquisição da leitura.

Através de brincadeiras, contações de histórias e outros projetos de leitura, as crianças aprendem de uma maneira descontraída e também desafiadora. Ligadas a essas atividades podem também ser desenvolvidas algumas habilidades tais como: raciocínio lógico, psicomotricidade, observação, concentração e levantamento de hipóteses.

Desse modo, o educador proporciona, numa esfera de confiança, interações pessoais e coletivas que suplantam o conteúdo para, através dele, ajudar a construir um referencial rico de conhecimento, de emoções e de práticas sociais, assim propiciadas pela experiência da leitura que levará os educandos a uma aprendizagem autônoma e a construção continuada destes conhecimentos. Necessitamos de crianças curiosas, sedentas pelo saber, que tenham coragem para acolher todos os desafios que contribuirão para o seu crescimento pessoal e o exercício de sua cidadania.

REFERÊNCIAS

BASSEDAS, E. **Aprender e ensinar na educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o Bá-Bé-Bi-Bó-Bu: Pensamento e**

Ação no Magistério. 1. Ed. São Paulo: Scipione, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 20ª edição. Paz e Terra. 2001.

GÓES, M.R.C e LOPES, P. **A linguagem no brincar: repercussões do faz-de-conta para o processo de letramento**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

KISHIMOTO, T.M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortaz.2003

LIMA, E.S. **A utilização do jogo na Pré-escola**. São Paulo:FDE. Diretoria Técnica,1991.

LODI, A.C.B. **Leitura e escrita: no contexto de diversidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004.NICOLAU, M.L. **Educação pré-escolar. Fundamentos e didáticas**. São Paulo, Ática:1988.

OLIVEIRA, V. e GOMES, C.F. **Ludicidade e adolescência**. Psicologia on line: Portal e saúde mental, Maio,2006.

PALANAGANA, I.C. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social**. São Paulo: Plexus, 1994.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VYGOTSKY, L.S, LURIA, A.R. E LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução Maria da Penha Villa Lobos. São Paulo: Ícone, 2001.

WEISS, M.L. **Psicopedagogia uma visão: Clinica diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar**. 1994, Editora DP&A, 19.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lev_Vygotsky

A Arte de Contar Histórias nos Anos Iniciais

Ketti Rodrigues Machado

RESUMO

Sendo a escola um lugar de construção e reconstrução de conhecimentos, devemos dar especial atenção à arte de contar historias na Educação Infantil e anos iniciais, pois ela contribui na aprendizagem escolar em todos os aspectos, psicológico, moral ou social, proporcionando um maior desenvolvimento futuro ao aluno. O presente trabalho tem por finalidade a contribuição da contação de histórias para o processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil. As histórias representam indicadores efetivos para situações desafiadoras, assim como fortalecem vínculos sociais, educativos e afetivos. Se faz necessário que os professores utilizem essas ferramentas para o desenvolvimento da criança, despertando pequenos leitores e estimulando para o mundo da imaginação. A contação de história nas escolas é uma forma de preparar crianças, e hoje vem ressurgindo a figura do contador de histórias, um precioso auxílio à prática pedagógica de professores na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

PALAVRAS-CHAVE: Escola, Histórias, Contação, Educação Infantil, anos iniciais.

ABSTRACT

As the school a place of construction and reconstruction of knowledge, we must pay special attention to the art of storytelling in early childhood education in the early years, as it contributes to the school learning in all aspects, mental, moral or social, providing further devel-

opment perceptual the student. This paper aims at contributing stories of storytelling for the teaching-learning process in kindergarten. The stories represent actual indicators for challenging situations, as well as strengthen social, educational and emotional ties. It is necessary that teachers use this tool for the development of the child, awakening and stimulating young readers to the world of imagination. The storytelling in schools was a way to distract children and today is resurfacing the figure of the storyteller, the story-telling is a valuable aid to the pedagogical practice of teachers in kindergarten and the early years of elementary school.

KEYWORDS: School, Stories, storytelling, childhood education, early years.

1. INTRODUÇÃO

A arte de contar histórias já foi vista de um modo de conquistar respeito como forma lúdica de educar as novas gerações, nos últimos tempos, no entanto, embora o próprio contador de histórias é um sujeito apaixonado, quando ele quer dividir com você aquela história que é só dele, passa a ser sua também naquele momento, a contação de histórias não é, necessariamente, uma atividade só para os pequenos.

Contar uma história pode ser a abertura para um caminho que deve ser cruzado não tanto pela necessidade de chegar, mas pelo prazer de curtir a paisagem. ao apresentar a história, falar com naturalidade e dar destaque aos tópicos mais importantes com gestos e variações de voz, de acordo com cada personagem e cada nova situação.

Contar histórias é uma arte, muitas pessoas têm um dom especial para esta tarefa, mas isso não significa que pessoas sem esse dom excepcional não possam tornar-se bons contadores de histórias. Com algum treinamento e alguns recursos práticos qualquer pessoa é capaz de transmitir com segurança e entusiasmo o conteúdo de uma história para pequenos.

O processo de estímulo e incentivo para se contar uma história são inúmeros, mas sua eficácia depende de como o contador os utilizará. Não há "fórmulas mágicas" que substituam o entusiasmo do contador. a história a ser contada e apresentada deve estar bem memorizada.

Toda história que contamos para uma criança ou ate mesmo para adultos, mexe com ela, produz emoções e provoca reações, por isso, é importante termos em mente, que o mundo da fantasia e da realidade se fundem e confundem, os pensamentos e os sentimentos da criança estão em permanente evolução e procuram respostas para certos medos e anseios. Qualquer história pode atingir uma criança profundamente e fazer com que ela peça a repetição dessa história durante dias e mesmo semanas, porque algo na essência de seu desenvolvimento e amadurecimento foi atingido.

1.1. ORIGENS E CONCEITOS DE CONTAR HISTÓRIAS

A arte de contar historias desde as primeiras civilizações , eram feitas com os povos reunidos ao redor das fogueiras onde eram narrados mitos e lendas , contos e acontecimentos sobre natural. O ato de contar Historias , contar pelo prazer de contar, contar pela alegria de ouvir, contar para fazer lembrar, , por mais que posse o tempo e o ato de contar historias adquiri diferentes feições, desdobrando se em sem numero de linguagens e suportes , ele tem na sua origem essa dupla raiz , BELEZA E NECESSIDADE.

Essa atividade oral e gestual foi passada de geração em geração, ministrada pelas comunidades para informar as gerações mais jovens, os saberes imprescindíveis para sobrevivência. Na antiguidade o contador de historias tornou-se uma atração popular pelo prazer que a narração proporciona.

Segundo BENJAMIM,1994, os camponeses navegantes e comerciantes foram os principais responsáveis pela preservação dessas histórias, nesse período foram realizadas comunidades de ouvintes e narrador que eram figuras de destaque. Na idade média o contador de histórias era respeitado em todos os lugares onde ia, chamados de trovadores e eram recebidos em palácios e aldeias, contando historias que habitam o imaginário popular.

Segundo TIERNO, 2010, na África os mestres contadores de historias fazem peregrinações de povoado a povoado, levando suas historias ensinando aos que ouvem suas tradições e culturas.

No SAARA noroeste da África na tradição oral dos grupos étnicos bambaras e fulas na região do Mali, o contador é importante agente da cultura, assumindo a função de noticiadores, mediadores e diplomatas, sendo contratados pelos nobres para pesquisa da genealogia de sua família, narrando dessa forma seus heróis e glorias.

SEGUNDO WARNER, na EUROPA, 1999, a figura do contador de historia sempre ligada as mulheres que durante seus trabalhos domésticos " teciam " suas historias, momentos onde podiam falar e transmitir sua sabedoria, já que não era permitida a participação na vida social e politica mais ampla por muito tempo contar historias de uma pratica domestica quase sempre presente no meio rural.

Segundo MALBA Tahan,1996;

> Até os nossos dias todos povos civilizados ou não, tem usado as histórias como veículo de verdades eternas, como meio de conservação de suas tradições ou da difusão de ideias novas (TAHAN, 1996, p. 24).

Com o aduento da tecnologia essa pratica passou a ser esquecida, mas atualmente viu-se a importância que essa prática tem para as crianças, e de uma maneira quase mágica, contar histórias está criando tendências atualmente.

1.2. O CONTO E ENCANTO: A ARTE DE CONTAR

A importância das histórias na Formação da criança, ao entrar em contato com histórias do cotidiano, desenvolvem a imaginação, criatividade e ludicidade. Assim as crianças escutam e vivenciam as historias despertando escutam e vivenciam as historias despertando emoções, exercitando a capacidade de solucionar problemas do dia a dia.

As historias Antigas contadas pelos mais sábios ainda estão dentro de nós, historias que despertam no intimo emoções intensas como rir, chorar, interagir com os personagens criando fantasias jamais sonhadas.

Através de ABRAMOUVICH, 1993;

> O primeiro contato da criança com um texto é feito oralmente através da voz da mãe, pai ou avos, contando conto de fadas, trechos da Bíblia, histórias inventadas (ABRAMOUVICH, 1993, p. 16)

Os contos fabulas e contos de fadas que desde há muito as crianças ouvem, trazem além da história valores morais encantos que as crianças levam para sempre em sua vida.

Ainda segundo ABROMOUVICH, 1993;

> É através de uma história que se podem descobrir outros lugares, outros tempos, outros jeito de agir e de ser outra ética, outra ótica (ABRAMOUVICH, 1993, p. 17).

Essas histórias que ficam no imaginário atravessam os tempos e guardam curiosidades, ajudam nos conflitos que desde crianças temos resgatado dessa forma valores guardados como tesouros.

Através de afirmações, TIERNO, 2010;

> Era uma vez que o tempo de ouvir acontece os barulhos, somem, a agitação frenética, os corações palpitam em outro ritmo o da ansiedade pelo que vira da boca do contador (TIERNO, 2010, p. 117)

Ao longo do tempo contar histórias foi realizada de diferentes formas, assim o acervo cultural destinado. As crianças foram se modificando, em diferentes partes do mundo a importância das historias deferiam de um lugar para outro com isso consideramos que no decorrer do tempo contar historias para crianças está intimamente ligado a conceito de infância, brincadeiras entre outros...

Com os contos nasce a literatura infantil por isso a conotação de historia é a origem da literatura, assim no século XVII, surgiram as primeiras produções literárias

, infanto – juvenil com a intenção de resgatar historias Antigas., dedicadas inicialmente a pequenos leitores tenha caráter Pedagógico adequado aos interesses burgueses, buscaria o controle intelectual da criança e dessa forma controlar suas emoções, buscando assim através da educação com livros, conduzir e orientar o pensamento do aluno, de acordo com suas concepções.

Tornando-os leitores obedientes, e submisso, LAJOLO E ZIBERMAM, 1998;

> Nesse contexto surgiriam princípios, rainhas fadas, magos e bruxas. Povoam o imaginário Infantil sendo assim essas historias escritas passam a mostrar a criança atitudes e valores que refletem na vida adulta, gravando no intimo boas mensagens esse conceito ainda é visto nos dias atuais, historias que foram imortalizadas. (LAJOLO apud ZIBERMAM, 1998, p.23)

O contador de Historias é aquele que cultiva a atenção e a delicadeza, que percebe seu corpo no espaço e o corpo do outro, fala sobre o que lhe acontece, sabe que para cultivar a arte de encontro é preciso além de calar muito e ter paciência , escutar aos outros. É imprescindível manter o equilíbrio entre seu esquema e sua imagem corporal, porque ambos envolvem sua sensibilidade postural, mantem uma conexão com a capacidade de localização, compreendem a imagem visual do corpo. (LAJOLO apud ZIBERMAM, 1998).

1.3. CONTADOR DE HISTÓRIAS: ARTE OU PROFISSAO?

A profissão de contador de histórias é antiga, desde a Era Medieval, quando nos castelos, o narrador amenizava os medos e ajudava as pessoas a entenderem melhor o que se passava a sua volta, a enfrentar seus dilemas, extraindo das experiências o aprendizado mais profundo.

Para ser um bom contador de histórias, é preciso saber que tipo de história é apropriada para cada faixa etária. Um breve conhecimento da psicologia ajuda a ter esse entendimento, além de auxiliar em muitas outras percepções na hora da narrativa. Embora todos possam ser contadores de histórias, ao contrário do que parece, esta vivência, hoje, é pouco saboreada, por razões inerentes aos tempos modernos em que estamos inseridos, nas relações de tempo e lazer.

Contar histórias vai muito além de somente contar relatos, é também ensinar, ajudar a ler, a tomar decisões e fazer os ouvintes terem prazer nas histórias contadas.

Os contadores têm uma importante missão. Eles ensinam que usar o dom de passar adiante histórias é levar boas memórias a outros.

A contação de histórias relaciona-se com vários aspectos, pois traz a fantasia, a descoberta, além de desenvolver a atenção e concentração nas crianças. As histórias trazem consigo um mundo mágico, onde tudo é possível, criando a expectativa em saber o que irá acontecer ao final, os olhos brilham ao ver e ouvi-las.

> Quando as situações lúdicas são intencionalmente criadas pelo adulto com vistas a estimular certos tipos de aprendizagem, surge a dimensão educativa. Desde que mantida as condições para a expressão do jogo, ou seja, a ação intencional da criança para brincar, o educador está potencializando as situações de aprendizagem. (KISHIMOTO, 1996, p.36)

Claro que para ser um contador de histórias não basta apenas um livro, reunir o público e ler. O segredo está no recurso dramático, aquele que gera o interesse pela história. É preciso ter artimanhas lúdicas, explorar diferentes entonações de narrativas, entre outros fatores que alguns cursos de contadores podem oferecer. Em cima do aprendizado, aprende-se a explorar melhor a leitura, o que torna o relato ainda mais intrigante.

> Mudar a voz imitando os personagens quebra a monotonia. Variar a tonalidade, abaixando-a ou levantando-a. Falar lentamente ou acelerar o ritmo, dependendo da situação da história. Tudo isso traz vida à narração. Exercícios de canto como vocalizes, escalas de intensidade, duração e articulação são muito eficazes para educação vocal. (...) No caso do contador de histórias, ela é seu principal recurso de trabalho. (MATOS, 2009, p.142)

É bastante frequente que contadores de histórias utilizem a música e outros elementos externos na composição de suas apresentações, que alteram de modo inevitável sua performance, exigindo grande atenção do estudo inicial ao treinamento com o conto. O uso de objetos cênicos requer um treinamento específico e intenso por parte do contador, para que possa dominá-los completamente, fazendo com que de fato contribuam para que a história afete o público. O mau uso de elementos cênicos pode causar dispersão, ou artificialidade, prejudicando o andamento da apresentação.

> Para adentrar esse universo (da história) é necessário preparar-se, como num ritual de passagem. O aquecimento terá por objetivo cuidar dessa preparação, colocando os ouvintes num estado de predisposição, catalisando sua atenção (...). Não há uma regra. É importante que cada contador, utilizando-se de seus talentos, encontre o próprio estilo. (...) Ritmos, adivinhas, cantos, música, brincadeiras, malabarismos, um dedo de prosa, algumas anedotas para relaxar... o que importa é que o narrador se sinta à vontade naquilo que estiver propondo. (...) Finalizar o conto é trazer os ouvintes de volta à terra firme, é lembrá-los de sua existência. (MATOS, 2009, p. 128)

O bom contador seleciona e estuda o que deseja alcançar no desenrolar do seu conto, quando quer explorar o humor, ele seleciona espaços, repertórios, a linguagem precisa ser acessível ao ouvinte, e seu senso de humor abrangente. A arte de saber contar uma história anima e prende no ouvinte sua atenção. O que um bom contador necessita para alcançar o seu ouvinte, é o gosto e admiração pelo prazer que a leitura traz. “A medida que os contadores vão se familiarizando com o seu ofício passam também a inventar histórias novas.” (GOUVEIA, 2003, p. 42)

> A boa memória, o talento interpretativo, o inventivo – a imaginação, a mímica, a voz, toda uma arte de representar – a capacidade de utilizar oportunamente o repertório fazem dos contadores de histórias, ainda hoje, personagens indispensáveis em determinados ambientes. (Meireles, 1984: 48)

O ser humano é naturalmente um contador de histórias. Independentemente da idade. São pessoas que tem suas próprias histórias e vivências. Todo humano carrega consigo uma bagagem histórica, e se permitido, enchem-se de alegrias ao encontrar alguém que mostre interesse em ouvir suas histórias de vida.

2. CONTAR HISTÓRIAS NOS DIAS ATUAIS

Hoje conta-se histórias, mas já não há uma “grande fogueira”. Contar histórias vai muito além de pequenos contos, tornou-se uma terapia, pois a oralidade de contar histórias nutre uma diversidade transformadora que nos remete ao mundo do lúdico, o potencial terapêutico verificado no tratamento de patologias psíquicas, traz grandes resultados.

A família é a primeira e principal fonte de histórias. No ambiente familiar, ouvimos nossas primeiras histórias, visto que as pessoas constituintes dessa instituição social são as primeiras a intermediar o contato da criança com o texto oral. É, através desse texto, que se tem uma das mais ricas formas de apresentar outros contextos e o passo inicial para a “leitura de mundo” (FREIRE, 1989). Afinal, as crianças não precisam ouvir histórias apenas quando já adquiriram o sistema de representação da língua escrita.

Se antigamente as histórias eram contadas somente pelos pais e avós na cabeceira da cama ou ao redor de uma fogueira, hoje, o contador se tornou uma profissão e está presente nas escolas, shoppings, praças, hospitais e feiras. A

essência de narrar não mudou, mas muitos grupos se valem de outras técnicas como o teatro, os bonecos e a música para dar uma incrementada nas fábulas, contos e lendas.

> "[...] como é importante para a formação de qualquer criança ouvir muitas, muitas histórias... escutá-las é o início da aprendizagem para ser leitor, e ser leitor é ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão do mundo [...]". (ABRAMOVICH, 1997, p.16).

Falar atualmente, em contar de histórias oralmente, parece tão arcaico que chega a ser um assombro, aos olhos de muitos, já que é uma das características dos tempos modernos. O conversar caiu em desuso, os jovens se falam pelo celular, pelo computador. O mundo das máquinas substituiu o fazer humano - as histórias são gravadas, na tentativa de substituir a voz do narrador. Mas, nem tudo está perdido porque vemos que algo da natureza humana, com raízes bem plantadas no mundo mágico e encantado, parece guardar-se intocável. Podemos dizer que todos os seres humanos gostam muito de ouvir histórias, parece que como diz Bruno Bettelheim (1984) os contos tradicionais falam ao ego em germinação e oferece estrutura e força para a lida com as adversidades da vida cotidiana.

> O conto oral é uma das mais antigas formas de expressão. E a voz constitui o mais antigo meio de transmissão. Graças à voz, o conto é difundido no mundo inteiro, preenche diferentes funções, dando conselhos, estabelecendo normas e valores, atentando os desejos sonhados e imaginados, levando às regiões mais longínquas a sabedoria dos homens experimentados (PATRINI, 2005, p.118).

A arte de contar histórias tem a habilidade de ativar diversas áreas do nosso cérebro, tendo como exemplos o processamento cognitivo da linguagem, a memória, nossas experiências, emoções e imaginação, além das sensações visuais, auditivas e motoras, de acordo com os estudos atuais. Através dos gestos e expressões a história chama nossa atenção de uma forma seletiva, impactando homens, mulheres, crianças ou idosos.

A Neurociência explica que nosso cérebro, ao entrar em contato com uma narrativa, torna-se um participante do filme, vivendo as ações e emoções. Passamos a viver aquela situação e podemos até mudar nosso comportamento imitando um personagem com o qual nos identificamos.

2.1. A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E O USO DA TECNOLOGIA

Na atualidade há uma discussão sobre despertar o gosto pela leitura nas crianças através da mediação de leitura com ênfase na contação de histórias. Com isso, há uma valorização de textos literários, pois, acreditamos ser indispensável desde a primeira infância o contato com os textos escritos, possibilitando que, antes da criança ler ela já tenha um contato com a leitura através do material escrito, aguçando e facilitando a assimilação entre o escrito e o ouvido.

Essa questão não impede que a criança se aproxime dos meios tecnológicos para desenvolver-se enquanto leitor, pelo contrário, ela, além desse contato com o material escrito ela precisa se perceber e ou se encontrar como agente ativo do seu processo de formação e autoformação leitora. Isso é possível com a inserção dos recursos tecnológicos nas atividades realizadas na escola.

> [...] a educação precisa incorporar mais as dinâmicas participativas como as de autoconhecimento (trazer assuntos próximos à vida dos alunos), as de cooperação (trabalhos de grupo, de criação grupal) e as de comunicação (como o teatro ou a produção de um vídeo). E alertar os professores para um aspecto crucial no relacionamento com as novas gerações: as tecnologias são cada vez mais multimídia, multissensoriais. As gerações atuais precisam mais do que antes do toque, da muleta audiovisual, do andaime sensorial. É um ponto de partida, uma condição de identificação, de sintonização para evoluir, aprofundar. Percebi que, para galgar novos patamares de conhecimento nesse percurso precisaria proceder de forma mais sistemática para acompanhar o processo e obter feedback do alcance dos objetivos. Ou seja, estava diante de uma necessidade de investigação e deveria, para tanto, buscar uma metodologia adequada. (COELHO, 2008, p. 4)

A responsabilidade na interação das novas tecnologias com a contação de histórias no ambiente escolar é quase obrigatória nos dias atuais.

> [...] "o prazer de ser transportado de forma amável e cuidadosa, ao universo das palavras que possuem corpo, das histórias que se tornam tangíveis, daquilo que nos humaniza" (SISTO, 2001, p. 32).

Pensando nisso, a utilização de diversos recursos para a contação de histórias (principalmente tecnológicos) deve preceder o conhecimento do aparato tecnológico a ser utilizado. A partir daí, as histórias desafiam o ouvinte a raciocinar usando o que ele já sabe e ao mesmo tempo exigindo um nível de abstração maior. Nessa situação os aparatos tecnológicos como vídeo, TV e computador, podem desempenhar papel de motivação, demonstração, instrumento para diferenciação progressiva e reconciliação integrativa e instrumento de apoio a exposição do contador de histórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É através de uma história que se pode descobrir outros lugares, tempos, outros jeitos de agir e de ser, toda his-

tória e toda dramatização deve apresentadas com entusiasmo e paixão. Sempre devem transparecer a alegria e o prazer que elas provocam, sem essas qualidades os que escutam não são atingidos e logo perdem o interesse pelo que está sendo apresentado.

O contador de histórias surgiu da necessidade de contar o imaginário individual ou coletivo e desempenha um papel especial, por meio dessas histórias descobrimos que amor e egoísmo, não são privilégios de uma época ou cultura, nem benção tão pouco maldição. Ao refletir sobre esse aspecto da narração de histórias podemos ver o contador como uma espécie de manipular forças invisíveis por meio do narrado, atua muito próximo da essência, onde tudo é imaterial e por meio do qual chegamos àquela imaginação da nossa mente.

As boas histórias de um contador sensível e comprometido com ela, os contos, cantos e os encantos, para embalar nosso coração e restituir a esperança de que viver bem, sob quaisquer circunstâncias é possível para todos. Coisas que mexem com o nosso emocional de uma forma que não conseguimos explicar, apenas nos identificamos com esse tipo de sentimento ou com a situação.

As Boas histórias não dependem da tecnologia, Isto é, contar histórias para as crianças ou adultos permite conquistas, no mínimo, nos planos psicológico, pedagógico, histórico, social, cultural, ao ouvir uma história, as crianças ou adultos vivenciam, no plano psicológico as ações, os problemas, os conflitos dessa história fazem aumentar consideravelmente o repertório de conhecimento da criança, sobre si e sobre o mundo.

Posso concluir que o professor como contador de histórias, transforma-se em um intermediário privilegiado dentro da educação quando leva o aluno a pesquisa e a novas produções, a história passa a ser reinventada pela criança através de um desenho, uma pintura, ou mesmo através de uma fala com enfoque pessoal.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 1993.

BENJAMIN, W. O narrador. **Considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 7º ed, 1994. p. 197-221.

CAFÉ ,Ângela Barcelos 2005 – **A arte de contar Historias** – São Paulo – 2005.

COELHO, **Historias do Cotidiano Contos, Mitos, Fabulas** – Atlas- 2004, p.17.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira: história e histórias**. 6 ed. São Paulo: Ática, 1999.

MATOS, Gislayne Avelar. **A palavra do contador de histórias**. Martins Fontes. São Paulo, 2005.

MATOS, Gilayne Avelar; SORSY, Inno. **O Ofício do contador de histórias**. WMF Martins Fontes. São Paulo, 2009.

MARINHO, M. **Pró-Leitura perspectivas interdisciplinares: a formação do professor**. Anais do 7° encontro de extensão da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2004.

A Importância da Formação de Professores Diante das Tecnológias Digitais Educacionais

Mírian Araujo de Luna Silva[1]

RESUMO

Diante da pandemia do coronavírus mudanças educacionais se fizeram presentes no dia a dia de professores e alunos, a tecnologia digital ganhou espaço e se fez presente no processo de ensino aprendizagem, evidenciando um déficit por parte dos educadores no uso das tecnologias. Sendo assim este trabalho tem o objetivo de buscar compreender a importância da formação dos professores para lidarem com as tecnologias digitais. Essa pesquisa foi pautada na revisão de literatura, fazendo uso de artigos disponíveis nas bases de dados da internet, Scielo, Biblioteca da USP, dentre outras. Conclui-se que a formação dos professores deve ser continuada uma vez que as tecnologias estão em constante avanço, permitindo ao professor a escolha do uso das ferramentas digitais existentes no meio social, fazendo uso destas em sua prática docente contribuindo para uma melhor qualidade no processo educacional.

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos o mundo vem passando por mudanças inesperadas, alterando o modo de vida de toda a população, serviços, educação, saúde, dentre outros,

(1) Licenciada em Pedagogia e Artes Visuais, professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I da Secretaria Municipal de Ensino de São Paulo.

formas foram alterados, nada foi poupado, de uma forma avassaladora surge um vírus letal.

Em meados de dezembro de 2019 surge um vírus mortal em Wuhan, China, conhecido hoje popularmente como "Covid 19" ou "Coronavirus", o vírus Sars-CoV-2, se disseminou rapidamente ocasionando um grande número de mortes, ocasionando medo e receios no desenvolvimento das atividades diárias, a escola por sua vez não ficou isenta dessas mudanças.

As aulas foram suspensas, os prédios escolares se esvaziaram e a garantia do direito de aprender não foi perdida, gestores escolares e equipe docente se reinventaram no seu papel docente. A tecnologia de informação se fez presente no papel pedagógico, por meio das redes sociais Facebook, WhatsApp, plataformas educacionais foram criadas e disponibilizadas, Google classroon, Teams, dentre outros ganharam espaço no mundo educacional.

Ao nos remeter ao uso da tecnologia educacional, podemos afirmar que as discussões em torno da temática não é algo recente, diversos textos legais já o trazem no seu bojo, destacando a importância da formação continuada para os professores no tange a tecnologia educacional.

Porém o que vimos no momento da pandemia foi o despreparo na utilização das ferramentas tecnológicas no campo educacional, muitos professores não sabiam utilizar computadores, redes sociais e os aplicativos desenvolvidos para tal fim, entrando em desespero ao lidarem com o novo.

Segundo Passos (2020) ao lidarmos com o novo surge um grande conflito, quando relacionado ao processo de ensino aprendizado o conflito pode ser um impulsionador no desenvolvimento cognitivo, para tanto devemos estar aberto ás mudanças, que embora traga desconforto no inicio, com o passar do tempo proporciona acomodação e aprendizado. Ao tratar da temática tecnologia da informação e comunicação afirma que não há como evitar o inevitável, uma vez que essas tecnologias fazem parte do meio social podendo ser ferramentas preciosas no processo de ensino aprendizado.

O atual cenário mundial, deixou evidente essa afirmação, os professores se viram obrigados a fazer uso de ferramentas tecnológicas as quais muitas das vezes não estavam presentes em seus planos e consequentemente em sua vida cotidiana.

Desta forma este trabalho tem o objetivo de buscar compreender a importância da formação dos professores para lidarem com as tecnologias digitais.

Diversas terminologias são utilizadas para tratar da temática tais como: Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), Tecnologias Educativas, ou Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC), o presente trabalho não desconsiderou tais terminologias, embora utilizou-se da terminologia Tecnologia digital ao longo do trabalho, por acreditar que seja mais abrangente considerando todas as outras.

Desta forma o trabalho foi dividido em subtemas, Letramento digital, A importância da formação digital para os professores.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DIGITAL PARA PROFESSORES

Segundo Frizon (et al, 2015) a educação é um instrumento de transformação no meio social e com as mudanças vigentes no mundo em torno do uso das tecnologias digitais, a formação de professores não pode ser esquecida, havendo a necessidade de ser continuada, uma vez que o cenário atual exige novas posturas dos educadores e do espaço educacional.

Para os autores as tecnologias digitais estreitam relações e propicia aprendizado, aprimorando nossos sentidos, reconfigurando a sociedade e sua composição, a comunicação se estreitou em relação a distância geográfica, as pessoas se tornaram mais próximas nos meios digitais, as imagens, os sons propiciaram uma aproximação virtual arraigadas de sentimentos.

Para Seabra (2010), a internet é uma ferramenta eficiente para o processo educacional estando cada vez mais presente na vida dos estudantes devendo ser direcionada o seu uso por meio dos educadores, propiciando um novo olhar aos alunos, com criticidade e não apenas mero copiador, portanto deve propor Pesquisar e atividades com o uso das diversas ferramentas presentes no mundo tecnológico digital, "... é importante o professor familiarizar- -se com essas ferramentas e dominar as habilidades envolvidas na pesquisa e na navegação, competências cada vez mais básicas" (p.4).

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em artigo 39 destaca a importância da educação tecnológica.

> Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.
>
> § 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.
>
> § 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

> I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

A formação continuada do professor é contemplada em lei, por representar importância imensurável ao processo ensino aprendizagem, uma vez que somos sujeitos históricos e tal como a historia mudamos constantemente, nossa cultura se altera com o tempo e a necessidade da época, o que reflete na necessidade de professores preparados para lidarem com tais mudanças.

Sendo assim, é imprescindível repensar as formações continuadas existente no campo educacional, as tecnologias devem se fazer presentes nas práticas cotidianas do ambiente escolar, no sentido de permitir que os professores se apropriem das ferramentas digitais tornando as ferramentas pedagógicas, as quais devem ser usadas em suas praticas docentes, permitindo aos alunos aprimoramento no aprendizado.

Segundo Morais (2019), é necessário que haja investimento na formação de professores no campo que tange a tecnologia e por sua vez mesmo que o professor apresente insegurança, incerteza e desconhecimento, deve estar aberto para o aprendizado sendo essa a essência do educador, cabendo aos gestores escolares viabilizar as politicas e programas de formação tecnológica, viabilizando uma capacitação continua.

> Para Freire (2002), a melhor forma de refletir é pensar a prática e retornar a ela para transformá-la. É preciso partir do que já se faz e do como se faz, percebendo as relações e interações dessas tecnologias com os saberes, de modo que se propicie a aprendizagem mobilizadora das dimensões cognitiva, social e afetiva dos estudantes. Nossas identidades e vidas dependem desse movimento, sendo que a cada novo uso em contextos diversos ocorre uma ação social significativa que define, codifica, organiza, regula e reconfigura a conduta de uns em relação aos outros. (apud in SÃO PAULO, 2019, P.70)

LETRAMENTO DIGITAL

Ao discutirmos o termo letramento digital antes e mais nada, temos que entender o que é letramento digital?

Freitas (2010) advoga em seu trabalho que há definições restritas e amplas para tal termo, onde as restritas não consideram contexto sócio histórico e políticos, uma vez que o letramento digital passa a ser visto apenas como mero domínio da tecnologia existente, já em uma definição ampla diversos aspectos o englobam, sendo a pratica de suma importância, porém, atrelado a criticidade no uso da tecnologia.

Diante deste contexto podemos afirmar que cabe a escola desenvolver o letramento digital em seus espaços, possibilitar aos alunos o desenvolver de suas capacidades criticas através do uso das tecnologias, o que requer muitas discussões em torno da temática a ser trabalhada em sala de aula. Estamos diante de um mundo repleto de informação as quais veiculam em diversas formas de mídia, entre elas destaco o computador, o qual oferta um ambiente rico em leitura, escrita, imagem, propiciando informações as quais chegam atribuídas de valores culturais, sociais e mercadológicos, práticas linguísticas desenvolvem-se nesse novo ambiente. Então dizer quem é ou não letrado digitalmente não é tarefa da mais fácil, muitos alunos dominam a tecnologia, mas será possuem criticidade na busca das informações trazidas pelas mesmas.

Freitas (2010), destaca quatro competências essenciais a um letrado digitalmente.

1. Avaliação critica de conteúdo

2. Leitura utilizando-se do modo não linear ou hipertextual

3. Associação das informações dessas diferentes fontes

4. Desenvolver habilidades de busca

O que não implica em algo estático, letrado digital muda tanto quanto o tempo, trata-se de uma cibercultura que evolui e modifica com o tempo, possibilita mudanças cognitivas, estruturais, o que dificulta ainda mais a definição de um sujeito letrado digitalmente.

Nesse pensar vislumbramos na tecnologia recursos para o apoderamento do letramento, celulares, computadores, internet, rede sociais, são recursos de escrita e leitura, que possibilitam o desenvolvimento de textos de diversos gêneros e o compartilhamento destes, entre as pessoas que fazem uso desses recursos.

A escrita e a leitura possibilitam a interação entre os sujeitos, as ferramentas utilizadas para sua disseminação são apenas meios que favorecem o seu dissipar e que mudam com o passar dos tempos, antes tínhamos os jornais impressos, hoje temos online. A escrita e a leitura permanecem no processo comunicacional, nesse sentido, a formação dos professores e o espaço escola deve estar antenado para as mudanças tecnológicas e sociais sem perder o foco no ler e escrever na busca da interpretação do mundo, para o mundo, com os recursos existentes no mesmo.

FERRAMENTAS POSSÍVEIS DE SEREM UTILIZADAS NO CONTEXTO ESCOLAR

As pesquisas são formas de busca de informações que propicia a construção de saberes ao compartilhar novas informações oriundas das fontes pesquisadas, portanto o professor pode fazer uso de:

WebQuest (que significa "busca na web") foi criado em 1995 "uma atividade investigativa, em que alguma ou toda a informação com que os alunos interagem provém da internet".

WebGincana, criada em 2002, estimula a pesquisa na Web, tratado como se fosse uma caça ao tesouro, o professor pode criar uma pagina na internet e definir as condições, o tempo e a concepção do trabalho a ser desenvolvido. A comunicação rápida e instantânea é um grande aliado na disseminação das informações desta forma o professor pode utilizar diversas ferramentas de comunicação dentre elas:

E-mail - correio eletrônico, as mensagens podem ser enviadas para um endereço eletrônico especifico e ser lida a qualquer momento, substituindo o papel das cartas escritas manualmente e encaminhadas ao correio físico, o qual gera custo e morosidade.

Mensagens instantâneas (MSN, Google Talk, WhatsApp), o professor pode fazer uso de aplicativos que propiciam o uso de mensagens instantâneas, individuais ou em grupos.

Salas de chat (palavra que significa bate-papo), pode ser utilizada como espaço de discussões abertas, podendo ser agendado o horário de uso, e o professor nesse ambiente será o mediador, estimulando as discussões no grupo.

O som e a imagem são recursos utilizados ao longo da historia do homem, visto que até mesmo os seres primatas faziam uso da imagem como forma de comunicação, desenhando nas cavernas com sangue de animais, o mundo que interpretavam.

Nota-se que a imagem possibilita expor a interpretação de mundo ora compreendida por cada sujeito, desta forma torna-se uma ferramenta rica em aprendizado, fotos, vídeos e música mostram o mundo tal como os alunos o vêem, são recursos simples que podem ser utilizados pelo professor em seu dia a dia.

Videoconferências: hoje as videoconferências são ferramentas muito utilizadas por professores em reuniões pedagógicas, onde realizam conversas abertas fazendo uso de vídeo e som, utilizando-se de computadores ou celulares.

VoIP: chamada telefônica realizada pela internet (o significado da sigla é "Voz sobre IP", sendo que IP é Internet Protocol, ou seja, o protocolo da internet). Esse serviço não pode ser utilizado como ferramenta pedagógica, mas tem um custo elevado para quem usa.

MP3: formato digital para música e áudio, pode ser utilizado como ferramenta para interpretação de textos, na produção de musicas, dentre outros.

Vídeos: plataformas como youtube, permitem a hospedagem de vídeos que podem ser criados pelos alunos juntamente com os professores e compartilhados na comunidade escolar e no mundo.

A criação de vídeos não é tarefa fácil exige do professor criatividade para desenvolver um projeto e coloca-lo em pratica juntamente com os alunos, podendo ser trabalhos individuais ou coletivos, mas não basta apenas filmar é importante que haja a edição dos trabalhos, a criação de roteiros, trilhas sonoras, e o que julgarem necessário. Nota-se que se trata de um trabalho grandioso que exige responsabilidade na sua confecção, o professor enquanto mediador deverá propor meios para que a criticidade dos alunos seja despertada no processo de produção.

O som pode ser utilizado na forma de musica, na produção de entrevistas, na gravação de aulas, possibilitando sua edição de acordo com os propósitos previstos.

Podcast: é a publicação de arquivos digitais sonoros pela internet. A origem do termo mescla a palavra pod (que vem de iPod, o aparelho reprodutor de músicas da Apple) com cast (que vem de broadcast, que é a transmissão de áudio ou tevê para vários equipamentos ou pessoas ao mesmo tempo). Esse recurso permite gravar o áudio e armazena-lo podendo ser ouvindo a qualquer momento.

Audiobook: também conhecido como audiolivro ou livro falado e a transcrição de um livro em áudio.

O uso de imagens no contexto escolar, possibilita desenvolver a criatividade, uma vez que pode ser alterada.

Scanner: é um aparelho de leitura ótica que permite converter imagens, fotos, ilustrações e textos em papel para um formato digital, podendo ser alterado no computador.

Blogs: são páginas na internet que possibilitam a publicação e o armazenamento de informações, podem ser utilizadas como mural de apresentação de trabalhos desenvolvidos pelos alunos, diversos recursos podem ser postados nessa pagina, vídeos, imagens, sons, trata-se de um excelente meio de comunicação e interação.

Fotoblog: assemelha-se aos blogs apresentando fotos ao invés de textos

Existem espaços de uso individual e coletivo, pagos e gratuitos que permitem o uso das tecnologias digitais em especial computadores e internet e suas diversas ferramentas, são eles:

Tele centro: local público de acesso gratuito à internet, comum em algumas cidades, ofertados pelo poder publico, alguns com monitores.

Cybercafé espaço comercial com computadores e internet, alguns com oferta de petiscos e café, local pago.

Lan house comum nas comunidades trata-se de uma local equipado com computadores onde as pessoas o utilizam

para a busca e troca de informação como para entretenimento por meio de jogos em rede ou online, na impressão de documentos, dentre outros, comumente um local pago.

As redes sociais são ferramentas também possíveis de utilização por parte dos educadores como instrumento de aprendizado

Facebook, o Twitter, o MySpace, Form spring, Badoo são plataformas abertas e gratuitas que podem ser utilizadas com apresentação de fotos, vídeos, músicas, textos.

Mas mesmo sem a presença da internet há possibilidade de trabalhos com o meio digital, existem softwares instalados nos computadores que auxiliam no processo de aprendizado.

Microsoft Office: oferta o uso do Word, o qual permite a produção de textos, Excel que permite a construção de planilhas e o PowerPoint que possibilita a apresentação de imagens, textos e vídeos, o pacote office não é gratuito.

OpenOffice: semelhante ao Microsoft Office, porem gratuito para qualquer pessoa.

Existem outros recursos que podem ser utilizados pelos educadores o que exige também pesquisa por parte do educador, e aprimoramento em sua utilização, a melhor ferramenta é a qual o educador se sente a vontade para utilizar, tendo uma intencionalidade no seu fazer pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação dos professores deve ser continuada uma vez que as tecnologias estão em constante avanço, permitindo ao professor a escolha do uso das ferramentas digitais existentes no meio social, fazendo uso destas em sua pratica docente contribuindo no processo educacional.

A comunicação é um instrumento de interação entre os seres vivos, não importando qual a sua forma, mas sim a sua intencionalidade, uma vez que possibilita o compartilhamento de ideias e por sua vez a alteração do meio vivenciado por todos.

Diversos recursos estão disponibilizados para o uso do professor exigindo do mesmo pesquisas e utilização das ferramentas para aprendizado e domínio do uso, para que possa compartilhar as experiências com os alunos, tornando esses recursos instrumentos de aprendizado.

Cabe ao professor propiciar condições para que o aluno torne-se um ser critico na utilização das ferramentas disponibilizadas, fazendo uso das mesmas em seu cotidiano, contribuindo para melhoria da sua qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

FREITAS, Maria Teresa. **Letramento Digital e Formação de Professores**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.26, n.03, p.335-352, dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n3/v26n3a17 Acessado em 05/09/2020.

FRIZON, Vanessa; LAZZARI, Marcia De Bona; SCHWABENLAND, Flavia Peruzzo; TIBOLLA, Flavia Rosane Camillo. **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES-SE AS TECNOLOGIAS DIGITAIS**. EDUCERE XII Congresso Nacional de Educação - Formação de Professores Complexidade e Trabalho Docente. PUCPR 26 a 29/10/2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/ 22806_11114.pdf

GRUBER, Arthur. **Covid-19: o que se sabe sobre a origem da doença**. JORNAL DA USP. Disponível em: https://jornal.usp.br/artigos/covid2-o-que-se-sabe-sobre-a-origem-da-doenca/ Acessado em 05/09/2020

MORAIS, Gilmar Rodrigues; MARTINS, Jordana Vilela; MATOS, Fernando Barbosa; FERREIRA, Júlio César. **NECESSIDADE DE FORMAÇÃO TECNOLÓGICA DOCENTE**. II Congresso Nacional de Ensino de Ciências e Formação de Professores - CECIFOP, 2019, UFG – Instituto Federal Goiana, ISSN: 2526-7485 (V. 2-2019). Disponível em: http://cecifop.sistemasph.com.br/index.php/cecifop/CECIFOP2019/paper/download/277/593

PASSOS, Clovis Dias dos. **INOVAÇÃO ESCOLAR ATRAVÉS DO USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC).** Revista Unificada – Revista Multidisciplinar da FAUESP. Unificada, v.2, n.2 (Março-Abril/2020) ISSN 2675-1186. Disponível em: http://revistafauesp2.Hospedagem desites.ws/index.php/Unificada/article/view/21/27 Acessado em 05/09/2020.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da cidade: Ensino Fundamental: componente curricular: Tecnologias para Aprendizagem**. – 2.ed. – São Paulo: SME / COPED, 2019. Disponível em: https://educacao.sme.prefeitura. sp.gov.br/wp- content/uploads/2019/10/cc-ef-tecnologias-para-aprendizagem.pdf Acessado em 05/09/2020.

SEABRA, Carlos. **Tecnologias na escola** - Como explorar o potencial das tecnologias de informação e comunicação na aprendizagem. Porto Alegre: Telos Empreendimentos Culturais, 1º Edição, 2010. Disponível em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015325.pdf Acessado em 05/09/2020.

SILVA, Solimar Patriota. **LETRAMENTO DIGITAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ERA DA WEB 2.0: O QUE, COMO E POR QUE ENSINAR?** Hipertextus. Revista n.8, jun. 2012 UNIGRANRIO, UFRJ. Disponível em: www.hipertextus.net Acessado em 05/09/2020.

A Afetividade como Ferramenta no Desenvolvimento da Aprendizagem

Rita Gimenes Cedran Inamine

RESUMO

A pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica e se faz necessária para a sociedade e a comunidade acadêmica buscar conhecimento em relação ao tema proposto, visto que uma falha no processo de aprendizagem pode ressaltar em grandes problemas no desenvolvimento da criança e nas próximas etapas relacionados ao estudo das próximas séries, bem como causar danos psicológicos e traumas. É essencial criar uma relação harmoniosa entre professor e o aluno, bem como um diálogo produtivo, visto que é essencial que o docente esteja envolvido em todas as etapas em conjunto com os familiares, sempre elaborando reunião de pais, conversando sobre o comportamento, atitude, percepções, entre outros que o discente está desenvolvendo e em relação às atividades que as crianças ainda irão realizar. Portanto, é necessário que o educador esteja preparado para lidar com todos os alunos, respeitando as diferenças sociais, emocionais e afetivas. Os conceitos de aprendizagem, da afetividade estão correlacionados, pois juntos temos uma aprendizagem mais eficaz, quando, inserimos a motivação e o desejo como instrumentos de apropriação da inteligência. As diversas abordagens atribuem à afetividade imprescindível valor para o desenvolvimento psíquico do ser humano. Os vínculos emocionais que se estabelecem desde o nascimento influenciam na criação da personalidade, do autoconceito e da autoestima do sujeito, propiciando lhe ferramentas necessárias a aquisição da aprendizagem e sua conservação.

PALAVRAS-CHAVE: Sentimentos. Ensino Aprendizagem. Praticas educativas.

ABSTRACT

The research was carried out through a bibliographic review and it is necessary for society and the academic community to seek knowledge in relation to the proposed theme, since a failure in the learning process can highlight major problems in the child's development and in the next related steps the study of the next series, as well as causing psychological damage and trauma. It is essential to create a harmonious relationship between the teacher and the student, as well as a productive dialogue, since it is essential that the teacher is involved in all stages together with family members, always preparing a parent meeting, talking about behavior, attitude, perceptions, among others that the student is developing and in relation to the activities that the children will still perform. Therefore, it is necessary that the educator is prepared to deal with all students, respecting social, emotional and affective differences. The concepts of learning, of affectivity are correlated, because together we have a more effective learning, when we insert motivation and desire as instruments of appropriation of intelligence. The different approaches attribute to the affectivity essential value for the psychic development of the human being. The emotional bonds that are established since birth influence the creation of the subject's personality, self-concept and self-esteem, providing him with the necessary tools for the acquisition of learning and its conservation.

KEYWORDS: Feelings. Teaching Learning. Educational practices.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresentou-se como a importância de mostrar a afetividade para o processo de ensino aprendizagem com o tema do expressar o sentimento da criança através da aprendizagem. E ao nos deparamos com situações de insensibilidade em relação ao estudante no sentido de aprendizagem, vemos que com o auxílio da afetividade os resultados tornam melhores neste processo

Dentro do proposto apresentado acima, visando a problematização mencionada acima é necessário demonstrar a importância das escolas dos professores se atentarem e se prepararem para o processo de aprendizagem com o auxílio da afetividade. A afetividade é um tema que vem ganhando força ao longo dos tempos, pois vários estudiosos abordam temas sobre a importância da afetividade entre professor e aluno.

A relação entre o educador e o aluno é de extrema importância para o bom andamento em sala de aula e de grande sabedoria para a construção do conhecimento. Um aluno que confia em seu professor, se sente seguro para fazer questionamentos quando não compreende algo. Pretendemos desenvolver a pesquisa de forma bibliográfica, utilizando autores que dissertem sobre o tema pretendido, sempre baseando em teóricos que falam sobre o processo de aprendizagem por intermédio da afetividade.

O presente tema surgiu da necessidade de averiguar os benefícios que a afetividade traz para o processo da aprendizagem escolar. E ao nos deparamos com situações de insensibilidade em relação ao estudante no sentido de aprendizagem, vemos que com o auxílio da afetividade os resultados tornam melhores neste processo.

O presente trabalho foi justificado pela afetividade ser um tema que vem ganhando força ao longo dos tempos, pois vários estudiosos abordam temas sobre a importân-

cia da afetividade entre professor e aluno. A relação entre o educador e o aluno é de extrema importância para o bom andamento em sala de aula e de grande sabedoria para a construção do conhecimento. Um aluno que confia em seu professor, se sente seguro para fazer questionamentos quando não compreende algo.

1. O QUE É AFETIVIDADE?

A afetividade é um tema que vem ganhando força ao longo dos tempos, pois vários estudiosos abordam temas sobre a importância da afetividade entre professor e aluno. A relação entre o educador e o aluno é de extrema importância para o bom andamento em sala de aula e de grande sabedoria para a construção do conhecimento.

A criança motivada exerce um grande papel em seu desenvolvimento, pois dependendo dos conteúdos abordados ou até mesmo das disciplinas, observaremos um grande avanço em seu aprendizado, a afetividade pode propiciar essa facilitação dentro do processo de ensino e aprendizagem , propiciando assim possibilidades de superar problemas que influenciaram seu processo de aprendizagem como a falta de coordenação motora, falta de atenção, falta de socialização entre outras dificuldades.

Para Jean Piaget (2001) é irrefutável que o afeto desempenha um papel essencial no funcionamento da inteligência. Sem afeto não haveria interesse, nem necessidade, nem motivação.

A vida intelectual com a vida afetiva reflete a adaptação de forma contínua, visto que os sentimentos surgem conforme os interesses, a partir de então há um plano de ação com os devidos valores, buscando alcançar as metas através dos objetivos conforme a estrutura construída para alcançá-los.

Afirma Piaget, (2001) que o afeto é uma importante energia para o desenvolvimento cognitivo e estudos que integram suas pesquisas e também de Freud, especificam que a afetividade influi na construção do conhecimento de forma essencial através da pulsão de vida pela excelência. Analisando a duplicidade desta relação inteligência e afeto, podemos requerer que o afeto faz ou pode causar a formação de estruturas cognitivas.

1.1. ATIVIDADES ENTRE PROFESSORES E ALUNOS

Para Freire (1986), o querer bem não significa a obrigação a querer bem a todos os alunos de maneira igual. Significa na verdade, que a afetividade não é assustadora, que não é preciso ter medo de expressá-la.

Sobretudo do ponto de vista democrático, que o professor será tão melhor quanto mais severo, mais distante e "cinzento", colocando se nas relações com os alunos, no trato dos objetos cognoscíveis que deva ensinar. A afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade. Entretanto, o que não se pode permitir é que a afetividade interfira no cumprimento ético do dever de professor e no exercício da sua autoridade.

Outro aspecto importante observado em Conselho de Classe é a imagem que os professores tem sobre a forma como os pais tratam os seus filhos. Observamos que os professores distinguem os alunos como possuidores de bons e maus lares, ou seja, os pais de alunos que se mostram interessados pela vida acadêmica de seus filhos e que acompanham seu andamento escolar, cuidam do material escolar, do uniforme, respondem aos recados enviados pela escola, comparecem a reuniões, ajudam nos serviços de manutenção da escola como pinturas, marcenaria, são considerados possuidores de bons lares. Os pais de alunos que se mostram ausentes por qualquer motivo, seja profissional, pessoal ou mesmo.

Por motivos de saúde são considerados como possuidores de maus lares, considerados pelos professores como negligentes e responsabilizados pelos problemas de seus filhos na escola. A tarefa de avaliar um aluno exige do professor mais do que saberes técnicos, já que o que está em jogo é a vida acadêmica de ser um ser humano.

1.2. AFETIVIDADE SEMPRE PRESENTE NA VIDA DO HOMEM

A afetividade sempre esteve presente na vida do homem, por isso o professor deve ter um bom diálogo com a sala de aula, mas para isso ele deve observar seus alunos minuciosamente.

Como já foi citada anteriormente, a afetividade é essencial para um bom aprendizado e para isso é fundamental que o professor conheça seus alunos pois cada aluno tem sua singularidade, uma história de vida e também ele deve respeitar a diversidade do ponto de vista dos alunos.

> A escola e seus atores - Professor e aluno precisam conhecer o modo de funcionamento da emoção para aprenderem a lidar adequadamente com suas expressões. O professor deve ter clareza sobre o que é emoção, como funciona, para poder administra- lá em si e no outro. É um grande desafio, uma vez que os progressos da inteligência, que são responsabilidade do professor, dependem, em grande parte, do desenvolvimento da afetividade. (PEREIRA, 2015, p. 56).

Para alguns professores ministrarem suas aulas com afetividade é um grande desafio, pois anteriormente a afetividade não era vista como um dos primórdios para o processo ensino aprendizagem.

Diante disso, fica evidente que a afetividade deve fazer parte desse processo que é de extrema importância para as aulas se tornarem dinâmicas e prazerosas para alunos e professor, assim o professor disponibiliza seu tempo para atender melhor os alunos, o ambiente escolar se torna harmonioso e os alunos aprendem a lidar com os outros e consigo mesmo.

Existem outros fatores que podem interferir na aprendizagem dos alunos, como problemas relacionados a dificuldades de aprendizagem, problemas de ordem social ou familiar. Mas focaremos na relação entre professor e aluno, que interferem na vida de todos os alunos, desde a educação infantil ao nível médio.

"Dado que a relação professor e aluno é uma das principais no ambiente escolar e que os alunos passam um período de tempo significativo na escola, não é surpreendente que esta relação seja importante para os estudantes." (TOGATLIAN, 2010, p. 24).

> Constataram que alunos da quita e sexta série que tinham relações pobres com seus professores tiveram pior pontuação nas avaliações dos professores e na auto avaliação ligadas ao ajustamento social e emocional, em comparação com os alunos que tinham relações positivas com os professores. (TOGATLIAN, 2010, p. 24).

Quando o aluno tem uma boa relação com seu professor, se sente mais à vontade para se reportar a ele, seja com dúvidas sobre o conteúdo de aprendizagem, acontecimentos em sua vida particular ou familiar. Mas para esta relação se estabeleça de formada bem-sucedida, o professor deve estar atento aos acontecimentos que envolvem os alunos e seus comportamentos.

O professor que se preocupa com a aprendizagem e o desenvolvimento integral de seu aluno, passar a ter um olhar mais atento para os acontecimentos em sala de aula. Mas quando não se preocupa com esta aprendizagem e desenvolvimento, acaba por gerar analfabetos funcionais. O que tem ocorrido em todo sistema de ensino seja público ou particular. Cada vez mais nos deparamos com alunos que vão sendo empurrados de um ano letivo a outro, sem ao menos serem alfabetizados (Esta foi uma triste realidade encontrada nos estágios). Não podemos atribuir toda responsabilidade aos educadores, pois o próprio sistema de ensino muitas vezes o encaminha para esta dura realidade.

> Passar de ano, sem ter o domínio dos conteúdos mínimos exigidos, faz com que esse aluno coloque em questão sua aprendizagem. Apesar de ser aprovado na escola, ele sabe que não sabe.
>
> Dizemos às novas gerações: 'estudem, pois só assim conseguiram ter uma vida melhor'. Falhamos. (TOGATLIAN, 2010, p. 07).

Este fator contribui para o fracasso escolar ou para a falta de entusiasmo deste aluno, porque sabe se aprender ou não será promovido para o ano seguinte, causando o desinteresse pelo aprendizado, e só esperará pelo diploma de formação. Sem expectativas, parará por aí sem dar continuidade aos estudos, não almejando um ensino superior, pois o mesmo se achará incapaz. Mas está triste realidade pode mudar se no meio deste processo encontrar um professor com um olhar diferenciado, que se preocupe com a aprendizagem.

RESULTADOS:

2.1. AFETIVIDADE E APRENDIZAGEM: UMA PARCERIA QUE PODE DAR CERTO

A afetividade é um tema que vem ganhando força ao longo dos tempos, pois vários estudiosos abordam temas sobre a importância da afetividade entre professor e aluno. A relação entre o educador e o aluno é de extrema importância para o bom andamento em sala de aula e de grande sabedoria para a construção do conhecimento. Um aluno que confia em seu professor, se sente seguro para fazer questionamentos quando não compreende algo. Este, precisa se sentir acolhido ao ingressar na escola, é necessário que os professores sejam pacientes, dedicados e interessados em cada indivíduo que pertence à sua sala educacional. Consequentemente, se sentirá motivado e disposto a estar presente todos os dias, logo, a aprendizagem torna-se mais efetiva.

O autor relaciona o comportamento do educador com a do aluno, bem como com a matéria lecionada por ele, visto que o aluno correlaciona o gosto pela matéria através dos ensinamentos repassados à ele por tal educador, portanto, é um reflexo. A emoção é um fator influenciador no ambiente escolar, a construção do "gostar" do aluno depende de um terceiro, ou seja, do educador.

A vida intelectual com a vida afetiva reflete a adaptação de forma contínua, visto que os sentimentos surgem conforme os interesses, a partir de então há um plano de ação com os devidos valores, buscando alcançar as metas através dos objetivos conforme a estrutura construída para alcançá-los.

O professor é o responsável por tornar a aprendizagem significativa para o aluno, desde que ele possa ter vínculos afetivos com os alunos, assim a aprendizagem terá êxito e as aulas poderão ser mais dinâmicas. Pois inúmeras vezes observamos professores que tem uma boa formação, mas não conseguem ter uma boa relação com a sala. O professor deve ter uma visão panorâmica de seus alunos, pois muitos alunos chegam à escola com problemas de casa e se o professor se disponibiliza a tratar os alunos de acordo com a diversidade do seu ponto de vis-

ta, respeitando sua cultura, os alunos verão no professor uma peça importante e o terá como espelho.

Quando essa relação não existe, a aprendizagem fica comprometida, pois os alunos ficarão reprimidos nas aulas e com isso, terá dificuldades de aprendizagem, em suma, o compromisso do professor é muito maior do que transmitir conteúdos e assuntos, mas desenvolver e aprimorar no aluno sua auto- estima para que o mesmo conquiste seus objetivos. Freire, (1996, p. 32) menciona:

> O educador educa a dor da falta cognitiva e afetiva, para a construção do prazer. E da falta que nasce o desejo. Educa a aflição da tensão da angustia de desejar. Educar a fome do desejo. Somos movidos pelo desejo de crescer, aprender, e nós, educadores, também de ensinar. (Freire,1996, p. 32)

Segundo Flores (2014, p. 20) "a afetividade no ambiente escolar contribui para o processo de aprendizagem, considerando que o professor não apenas transmite o conhecimento, mas também ouve os alunos e estabelece uma relação de troca."

A educação é primordial nas relações entre os indivíduos e a escola é um local apropriado para desenvolvê-la, porém de uma forma prazerosa em que professores e alunos conseguem estabelecer uma relação de afetividade.

O professor deve ter domínio e administrar suas aulas com afinco, pois os alunos passam muito tempo em sala de aula e o professor deve aproveitar bem suas aulas fazendo com que seus alunos se desenvolvam nos aspectos individual, social, cognitivo e afetivo. Pois quando o professor torna suas aulas dinâmicas contribui para o processo ensino aprendizagem.

De acordo com Pereira (2015) Henri Wallon foi o primeiro estudioso a dar importância não só ao corpo da criança, mas também a suas emoções em sala de aula. Pois está atrelada ao conhecimento, portanto, a pessoa é um ser que se desenvolve gradativamente e está sempre em processo de transição. O meio em que o indivíduo está inserido contribui para o seu desenvolvimento.

Pereira (2015, p. 20) diz: "Se o professor consegue entender o que ocorre quando o aluno está cansado ou desmotivado, por exemplo, é capaz de usar a informação a favor do conhecimento, controlando a situação".

É importante destacar que é de suma importância que o professor busque compreender o motivo do seu aluno estar desestimulado, para assim encontrar soluções plausíveis para ajudar seu aluno, pois o cognitivo do aluno está intrinsecamente ligado a vida emocional.

O professor deve ter consciência de que sua função não é simplesmente entrar na sala de aula e exercer aquilo que lhe é proposto pelos órgãos administradores, mas deve levar em conta as emoções e os sentimentos envolvidos em sala de aula pelos alunos, pois sendo assim, a aprendizagem se torna significativa e com isso seus alunos terão êxito tanto em sala de aula quanto na vida profissional.

DISCUSSÃO:

A afetividade e a inteligência se estruturam nas energias necessárias para que a estrutura ações e pelas ações dos indivíduos. O afeto pode, assim, ser entendido como o cognitivo passe a operar, pois quando as pessoas se sentem seguras, aprendem com mais facilidade.

A criança motivada exerce um grande papel em seu desenvolvimento, pois dependendo dos conteúdos abordados ou até mesmo das disciplinas, observaremos um grande avanço em seu aprendizado, a afetividade pode propiciar essa facilitação dentro do processo de ensino e aprendizagem, propiciando assim possibilidades de superar problemas que influenciaram seu processo de aprendizagem como a falta de coordenação motora, falta de atenção, falta de socialização entre outras dificuldades.

Foram apresentadas algumas teorias da construção e do desenvolvimento do autoconceito e da auto estima que demonstram a importância da família, desde as condutas de apego até as práticas educativas realizadas neste contexto, que interferem nas relações sociais que serão estabelecidas pelo indivíduo durante toda a vida.

A pesquisa realizada considerou apenas os tipos de relações afetivas intrapessoais e interpessoais desenvolvidas e as consequências de alguns destes no processo de aprendizagem do sujeito, não se atendo a nenhum método de aprendizagem especificamente, nem considerando aspectos diferentes relativos aos gêneros masculino e feminino. É certo que tais aspectos influenciam no processo de aprendizagem do indivíduo, e, esta pesquisa teve apenas o objetivo de apontar as relações sociais primárias como sendo a base para as relações afetivas que serão desenvolvidas nos diversos âmbitos do sujeito como ser intrinsecamente social.

Enfim, trabalhar a alfabetização na perspectiva do letramento implica substituir as práticas engessadas das cartilhas e dos livros didáticos por situações reais de uso dos diferentes gêneros e tipos textuais que circulam no cotidiano. Realizar esse trabalho é permitir a mudança de práticas tradicionais por práticas que façam sentido para o aluno, concedendo-lhe o direito de usufruir da escrita como bem cultural, tornando-o um sujeito mais participativo, crítico e consciente, capaz de exercer plenamente a sua cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A afetividade é um fator determinante que contribui para o desenvolvimento afetivo, motor e cognitivo, porém para ensinar é preciso ter interação com os alunos, pois

essa relação é primordial para a aprendizagem, uma relação de afetividade proporciona segurança aos alunos.

A alfabetização se inicia nos primeiros anos de escolarização, porém, não ocorre somente neste período, visto que ao longo dos anos é aperfeiçoado e consequentemente se avança em relação à ortografia por todo o período escolar. Um exemplo disto é quando uma pessoa apresenta alguma dúvida da escrita de uma palavra e diante disto pesquisa no dicionário ou na internet, retomando assim, o processo de alfabetização.

Diante do processo de aprendizagem, foi relatado durante o trabalho que é essencial o relacionamento afetivo entre o professor e o aluno, visto que é preciso investir em um desenvolvimento interativo, criativo e lúdico, portanto, é necessário criar habilidades de aprender a ouvir e estudar cada comportamento dos alunos, incluindo a troca de experiências para que haja reciprocidade e por consequência haverá um ensino adequado e o aluno conseguirá captar melhor e de forma efetiva os ensinamentos repassados pelo professor.

Enfim, trabalhar a alfabetização na perspectiva do letramento implica substituir as práticas engessadas das cartilhas e dos livros didáticos por situações reais de uso dos diferentes gêneros e tipos textuais que circulam no cotidiano. Realizar esse trabalho é permitir a mudança de práticas tradicionais por práticas que façam sentido para o aluno, concedendo-lhe o direito de usufruir da escrita como bem cultural, tornando-o um sujeito mais participativo, crítico e consciente, capaz de exercer plenamente a sua cidadania.

Em suma, concluiu-se que é preciso proporcionar à criança a oportunidade de expor os seus pensamentos e ideias, através do diálogo e interação, compreendendo o funcionamento social da linguagem e da escrita tendo em vista que cada criança possui seu canal de aprendizagem e é necessário e de extrema importância entender cada uma de forma individual e afetiva, facilitando assim o processo.

O essencial levar em conta que o aluno que chega à escola pela primeira vez já estabeleceu relações muito significativas com o mundo. Crianças que convivem com práticas de letramento desde cedo, em sua família, e vivem em um ambiente onde são estimuladas em seu processo de aprendizagem terão um caminho mais fácil a percorrer quando chegam na escola. Já a criança que não vem de um mundo letrado terá um processo de aquisição da escrita mais difícil, não por incapacidade, mas por não ter tido oportunidades de construir conhecimentos prévios.

O ambiente alfabetizador da escola é de suma importância, principalmente a sala de aula, onde a criança entrará em contato com os mais diversos materiais escritos, para ampliar sua vivência com o mundo letrado. Portanto o professor deve ser o porto seguro dessas empreitadas infantis, que devem ser feitas com alguma orientação, mas sempre com muita liberdade na transposição de barreiras na alfabetização.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-Educação: conflitos e acertos**. São Paulo: Max Limonade, sd.

BOSI, Alfredo. **Reflexões sobre a Arte**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** n.º 5.692/71. Brasília, MEC, 1971.

CARVALHO, Marlene. **Revistando as metodologias de alfabetização: Professores falam sobre suas práticas**. Educação e Trabalho, vol. 6, n.1. 2005. Juiz de Fora: UFJF.

Centro Técnico-Educacional Superior do Oeste Paranaense – CTESOP/CAEDRHS.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 3. ed. – São Paulo: Cortez, 1998.

COLI, Jorge. **O que é arte?** São Paulo: Brasiliense, 2004.

COLL, César [et al.] **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

DE LA TAILLE, PIAGET, VYGOTSKY E WALLON, **A Afetividade e a Construção do Sujeito na Psicogenética de Wallon, in: Teorias Psicogenéticas em Discussão**, São Paulo, Summus, 1992.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**, São Paulo, Cortez, 1987.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000. DUARTE JÚNIOR, João Francisco. Porque Arte-Educação? 6. ed. – Campinas, SP: Papirus, 1991.

ERN, Tânia Mara. **Contribuições do discurso musical no desenvolvimento da comunicação como estratégias para o ensino aprendizagem**. São Paulo: Escola de Comunicação e artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP, 2003 (Tese de Doutorado).

FARIA, Márcia Nunes. **A música, fator importante na aprendizagem**. Assis chateaubriand – Pr, 2001. 40f. Monografia (Especialização em Psicopedagogia).

Contando História e Desenvolvendo Múltiplos Conhecimentos

Rosana Guilherme Ramos

RESUMO

Este trabalho visa mostrar a importância da contação de histórias na aprendizagem da Educação Infantil, propondo técnicas e meios do educador trabalhá-las em sala de aula, através de análises de casos, e pesquisas literárias, tamanha importância e contribuição da atividade oral de contar histórias para a formação e evolução na Educação Infantil. Através do desenvolvimento integral da criança e sua relação com a arte da comunicação oral, acaba por encantar, trabalhar o corpo e a mente simultaneamente, estimular a imaginação e aprimorar sua sensibilidade despertando emoções na mesma. Abordando também o papel fundamental do professor como mediador do conhecimento, analisando de quais maneiras este pode agregar suas práticas pedagógicas por meio da contação de histórias. A ação de contar histórias é vista como ferramenta de suporte para o desenvolvimento da oralidade e intensificador do interesse da leitura nos alunos, trata se de uma tarefa complexa qual exige qualificação, disposição, habilidades e técnicas do educador contador de histórias, a fim de que as somas destas exigências possam ampliar o vocabulário da criança. As histórias devem proporcionar a formação do caráter e dar à criança perspectivas, mostrando um caminho onde elas possam se posicionar criticamente, avaliando sua realidade e ao mesmo tempo em que atrai a atenção, a atividade lúdica em questão também trará o conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Literatura Infantil. Imaginação. Oralidade. Leitura. Contação de Histórias. Desenvolvimento da criança.

1. INTRODUÇÃO

Contação de histórias, atividade pedagógica e interdisciplinar que tem como objetivo resultar em uma educação humanizada qual possui o fundamento gerar conhecimento através das experiências, vivencias e aprendizagens dos alunos.

Abramovich (1997) ressalta a importância de contar historias para crianças, de forma que escutá-las é um precedente para a formação de leitor, além de incitar seu imaginário para responder tantas questões existentes no mundo da criança. Sua contribuição para o ensino-aprendizado na Educação Infantil faz com que fortaleçam no aluno os vínculos afetivos, sociais e educativos, desta forma, se faz necessário que os educadores utilizem desta ferramenta de trabalho para um melhor desenvolvimento da criança, despertando desde cedo seu interesse na leitura e fortalecendo sua capacidade de imaginação e fantasiar.

Realizando a análise do estudo de caso "Árvore dos Pontos: quem conta um conto aumenta um ponto", feito no ano de 2016, apresentado no VI SECIN (Seminário em Ciência da Informação), em Londrina – PR, como suporte para complementar e embasar este artigo. Tal estudo fora realizado em uma biblioteca escolar com crianças na faixa etária de 5 a 10 anos de idade, visando expandir o conjunto de leitura das crianças, provar que, por meio deste, os alunos se apresentaram entusiasmados e dedicados a contar muitas outras histórias.

O ato de contar histórias existe desde os primeiros sinais da humanidade, sendo passados hereditariamente, de geração em geração, onde os pais e avós compartilhavam histórias com as crianças. Segundo FREIRE (1994, p.11) "a leitura do mundo procede à leitura da palavra", afirmando através desta sentença que a leitura se encontra em todos os lugares, e que a leitura faz parte da vida da criança antes mesmo da habilidade da leitura.

Utilizando do livro infantil como instrumento de ensino, o educador auxilia na capacidade de formação de empatia da criança, uma vez que a mesma, através da contação de história escolhida, cria certo vinculo para com os personagens inclusos, estimulando sua habilidade de opinar e de mudar seus pontos de vista a respeito do assunto abordado.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. ARTE DE CONTAR HISTÓRIAS

Em nossa atualidade tem se tornado um desafio para o educador fazer com que as crianças tomem gosto pela leitura, uma vez que, a mídia, através das novas tecnologias, está em constante evolução e cada vez mais acessível a estas. O que antes era utilizado como método recreativo, um momento de distração para os alunos em classe, hoje, é um precioso auxilio a prática pedagógica, por se tratar de uma atividade lúdica, que estimula diversos campos do conhecimento e da personalidade dos alunos.

Prática antiga que teve origem muito antes da escrita, quando as pessoas faziam o uso da oralidade para narrar acontecimentos na comunidade, transmitindo crenças, costumes, valores e mitos através do tempo e das gerações, e também fazendo o uso desta prática para o lazer, entretenimento e diversão. Conforme Bernadino Souza, 2011 "O contar de histórias tornou-se o centro da atenção popular pelo prazer que suas narrativas proporcionavam".

Após o surgimento e evolução da escrita, a atividade de contar histórias, vista antes como superior às outras, foi perdendo seu valor em virtude da separação entre cultura leiga e cultura instruída, sendo esta julgada como uma atividade simplória e de pouco valor na questão intelectual, voltando a ganhar espaço na sociedade como exemplo nas instituições educativas, apenas após o reconhecimento do valor de grande importância das artes, em geral.

Aos meados da transição do século XVII para o século XVIII era de conhecimento geral que as crianças fossem tratadas como pequenos adultos, compartilhando tarefas, cuidados, e cultura literária semelhante aos adultos, justificando através desta a grande taxa de mortalidade infantil durante aquela época.

Foi então a partir do século XVIII que a literatura infantil começou a crescer, juntamente da ascensão da classe da burguesia, e devido a uma importante reestruturação familiar qual resultou no reconhecimento das crianças como indivíduos diferentes dos adultos em diversos aspectos. Por meio deste crescimento, a literatura infantil passou a se mostrar importante no âmbito escolar e pela necessidade de uma mudança de mentalidade que as crianças possuíam até então. Foi através do auxílio da escola que esta mudança na literatura pode ocorrer, por mérito de profissionais e pedagogos, cujos foram pioneiros nas produções literárias infantis no fim do século XVII e no decorrer do século XVIII.

Contar história faz parte das práticas da cultura humana, visto que, tal atividade precede à escrita, a oralidade ao narrar fatos e acontecimentos e declamar versos nos remete ao surgimento do homem há milhões de anos atrás.

História é a maneira mais significativa que encontramos para relatar experiências que não ocorreriam através da narrativa realista. Vieira explica que, quando nos referimos aos contos, os mesmos tornam-se desafiadores por não serem justificados pela razão. “Em primeiro lugar, o fato de que eles falam sempre de relacionamentos humanos primitivos, e, por isso, exprimem sentimentos muito arcaicos do psiquismo humano” (VIEIRA 2005, p.10).

Desde o início da contação até os dias presentes, buscar o sentido da vida, transmitir valores, procurar explicações para nossas inquietações, são os principais fatores que impulsionam o ato de contar histórias, ouvi-las e reconta-las. A contação é uma atividade fundamental que transmite conhecimento e valores, além de pertencer, atualmente, ao campo da educação, uma atividade comunicativa pela qual a sociedade transmite seus costumes, valores e tradições, capazes de influenciar na formação pessoal e cultural do cidadão.

Para realiza-la se faz necessário criar um clima de encantamento, emoção, suspense e surpresa, dando vida à história, ao enredo e seus personagens, proporcionando desta maneira uma transformação ao ouvinte e concomitantemente ao narrador, impregnando todos os sentidos durante este ato. Ela está ligada diretamente a imaginação infantil, sabendo utilizar a mesma como uma ferramenta, torna-se possível proporcionar incentivo ao gosto pessoal, à imaginação, ao habito da leitura e ampliando o vocabulário, desenvolvendo o consciente e subconsciente infantil, por meio da relação entre o mundo interior e mundo exterior, ocasionando melhorias na formação de seus valores, crenças e personalidade.

Mediante a capacidade de imaginar, o aluno desenvolve a habilidade de compreensão e entendimento, as histórias transmitem informações e envolvem emoções, contribuindo para a formação da tolerância e senso de justiça social, podendo influenciar seus ouvintes positivamente ou negativamente.

Em virtude desta reformulação pela qual a literatura infantil foi exposta, possibilitou-se o aprimoramento de sua função social e individual, a fim de atender e respeitar a individualidade, e as necessidades quais devem ser transmitidas as crianças. No momento presente a literatura não recebe o estímulo adequado, então é por meio da contação de histórias que proporcionamos ao aluno uma experiência positiva para com a leitura e, consequentemente, para com a literatura, modificando- a de uma tarefa rotineira, de função exclusiva de avaliação, qual afasta o aluno do prazer pela leitura. “Para formar grandes leitores, leitores críticos, não basta ensinar a ler. É preciso ensinar a gostar de ler [...] com prazer, isto é possível, e é mais fácil do que parece” (VILLARDI, 1997, p.2).

Confirmado também através do pensamento de Abramovich, que expõe que “Ouvir histórias é viver um momento de gostosura, de prazer, de divertimento dos melhores... É encantamento, maravilhamento, sedução... O livro da criança que ainda não lê é a história contada. [...]”. Quando a criança se identifica com a história que está sendo narrada, ela consegue visualizar as semelhanças contidas na mesma com o seu dia-a-dia.

As histórias são classificadas como atividades lúdicas, pois estas, contadas ou lidas, são ferramentas de trabalho com o objetivo de aprimorar a educação, consequentemente trazendo momentos de lazer e diversão ao educando, contação e leitura se completam com o objetivo de estimular cada vez mais o gosto literário dos indivíduos relacionados.

Por meio dos variados exemplos que determinada história, ou livro, vem a ter, é que o aluno trabalha seus instintos e reações, aumentando sua experiência de vida e aprendendo a lidar com seus impulsos emocionais.

A arte de contar histórias se classifica como uma arte performática, uma vez que, para realiza-la com sucesso o contador, narrador, deve retransmitir características chave, tais como, voz, gestos e corpo, com a finalidade de prender a atenção de seus ouvintes fazendo com que estes se sintam “dentro” da história contada. Indispensável o uso de alguns elementos para realizar a contação da maneira ideal, CALDIN (2002, p.30) explica que se deve trabalhar a voz, utilizando variados formatos da mesma, como, sussurros, onomatopeias, ruídos, gritos, criando um clima de encanto, suspense e envol-

vimento através do poder da voz para com os ouvintes. Evitar descrições muito detalhadas para que os mesmos não desviem sua atenção dos fatos ocorridos durante a narrativa, estes elementos complementam a contação ensinando aos alunos ouvintes formas diversificadas de atrair a atenção do leitor-ouvinte.

BRITO (2003, p.162) nos afirma que, ao fazermos uso de uma voz clara e limpa, de mudanças de velocidade da narrativa, vozes mais finas, ou mais grossas, com maiores ou menores intensidades na mudança de entonação, atraímos a atenção de bebês e crianças com maior facilidade para as diversidades expressivas e sonoras.

Podemos aprimorar o trabalho de contação de histórias com o auxílio de acessórios, utilizados como ferramentas para potencializar a integração entre ouvinte e história. Estes acessórios podem ter sua origem simplória, como um chocalho, um brinquedo utilizado de maneira espontânea, ou até mesmo algo de origem mais sofisticada, utilizado após um planejamento específico para contar determinada história, como, fantasias, instrumentos musicais ou fantoches.

Ao incluir sons às histórias, por meio de materiais sonoros, nos remetemos aos recursos de sonoplastia utilizados constantemente no passado, na época de telenovelas onde o ouvinte podia imaginar toda a cena em virtude do auxílio do enriquecimento pela sonoplastia, momentos como uma chuva, ventos, animais entre barulhos diversos, ficaram cada vez nítidos a imaginação.

"A criança que ouve histórias com frequência educa sua atenção, desenvolve a linguagem oral e escrita, amplia seu vocabulário e principalmente aprende a procurar, nos livros, novas histórias para o seu entretenimento" Barcellos e Neves (1995, p. 18) ressaltam esta habilidade que também é aprimorada por meio da contação.

Após esclarecermos o tamanho da importância da atividade como fonte de aprendizagem e prazer das crianças, a mesma não deve ser realizada sem o preparo prévio e o conhecimento do livro escolhido.

2.2. A INCLUSÃO DAS ARTES A GRADE ESCOLAR

A incorporação do ensino da arte às disciplinas escolares da forma qual vemos hoje é fruto de grandes e importantes processos culturais e históricos. A educação artística brasileira data seu início no ano de 1816, com a inauguração da Escola Nacional de Belas Artes, porém mantinha os padrões europeus, dos quais, apenas a elite privilegiada era a única classe social que poderia ter acesso a esta educação. Foi por meio das pequenas evoluções que a ideologia fora passando que tal ensino foi adicionado às grades curriculares nas escolas tradicionais, que tinham como perspectiva, desenvolver tal disciplina a fim de melhorar a formação voltada para as vidas profissionais dos alunos, desenvolvendo artes como o desenho geométrico, e especialidades mais técnicas. Foi apenas após 1950 que a disciplina artística recebeu influencias da Escola Nova, voltando sua atenção exclusivamente para a criatividade e espontaneidade dos alunos.

Em 1971 foi então promulgada a lei nº 5.692 de 1971, cuja garantiu que a educação artística se tornasse propriamente um componente curricular, mas atuando basicamente em decorações das escolas, em datas cívicas, e em atividades sem contexto artístico histórico, então, apenas após a publicação da LDB 9.394/96, que a disciplina artística pode enfim se equiparar com as demais disciplinas, mediante a afirmação e reconhecimento de seu caráter de saber indispensável.

"A arte pode apresentar diferentes funções em cada sociedade. Ela pode contar histórias, educar, provocar reflexão; pode representara realidade ou critica-la; ser manifestação dos sentimentos do artista, do sonho, imaginação, ou fervor religioso; e pode também não ter função alguma, bastando-se por si mesma" (BOZZANO, Hugo; FRENDA, Perla, 2013, p.11). Através deste ponto de visão e forma de analisar a arte, podemos compreender que a arte vai além do caráter disciplinar visando apenas a vida profissional, pois a dimensão de seu impacto para com os alunos, os artistas, pode atingir limites diferentes variando de individuo para individuo, envolvendo aspectos pessoais, emotivos, espirituais, psicológicos de cada pessoa.

Manifestação subjetiva estritamente humana, qual engloba campos diversificados como, a estética em caráter físico, a comunicação e suas linguagens múltiplas como, arquitetura, escrita, escultura, música, dança, teatro, e a contação de histórias, desta forma fora reconhecido, o ensino da arte, como Patrimônio Cultural da Humanidade, do qual devemos estimular seu valor desde a base infantil, quando se iniciam as primeiras habilidades, curiosidades, interesses e descobertas da formação integral do sujeito.

2.3. METODOLOGIA

Fora consultado para auxilio neste trabalho, o projeto intitulado "Árvore dos pontos: quem conta um conto aumenta um ponto". Projeto este aplicado em alunos do 1º ao 5º ano de uma escola particular situada em Londrina-PR, realizado pela biblioteca da escola visando o aumento do interesse pela leitura por meio da contação de histórias, coletando dados através de formulários e por meio da técnica de observação.

Alunos de faixa etária entre 5 a 10 anos, do ensino fundamental do 1º ao 5º ano, dos quais, nem todos aprenderam efetivamente a ler, fora proposto, que,

contem histórias que já lhes foram narradas por alguém em determinada situação em suas vidas.

Em um primeiro momento, foi narrada uma história pelas bibliotecárias, que utilizaram de fantasias, tanto com o intuito de aumentar o interesse dos alunos, quanto para exemplificar o modelo/ forma que os mesmos poderiam contar suas histórias.

Na sala de leitura, espaço preparado visando o conforto de contar ou ler os livros, dispondo de figurinos, acessórios, palco e aparelhagem de som, os alunos escolheram as cores quais simbolizariam suas salas/ turmas e a cada conto narrado pela equipe seria pendurado na árvore um ponto. Desta maneira podemos analisar, através da observação, fatores como, comportamento destes no ato de contar histórias, o cuidado com a seleção do livro e como o grupo se preparou a fim de realizar a atividade.

Ficou proposto que os alunos escolhessem histórias que já conhecessem, ou que pudessem conhecer novas histórias e assim compartilhar com os amigos do grupo, desta maneira, após o início das apresentações, permitiu-se avaliar as formas de utilização da voz da criança, a sua interação para com a turma, as escolhas das histórias, a opção de utilizar, ou não, acessórios, e suas formas de expressão, faciais e corporais.

2.4. CARACTERIZAÇÃO DAS HISTÓRIAS, FÁBULAS E CONTOS DE FADAS

As histórias narradas estão com o homem desde o início de sua vida em sociedade, até os dias presentes, por meio destas realizamos a preservação de nossa cultura, estimulando a imaginação, sonhos, desejos, retratando acontecimentos, pessoas e lugares. É fonte de aquisição e transmissão do conhecimento, a arte de contar histórias, que é tão antiga quanto o homem.

2.4.1. CONTOS DE FADAS

Textos que mantém sua estrutura fixa, iniciando a partir de um problema inicial cujo desequilibra a tranquilidade da narrativa, durante seu desenvolvimento, ocorre à busca por soluções, dentro do plano da fantasia, apoiando-se através de elementos mágicos: fadas, bruxas, gigantes, duendes, etc., e a restauração da ordem e tranquilidade inicial ocorre no final da narrativa.

Este dilema existencial é característico dos contos de fadas, pois permite a criança a aprender sobre determinado problema em sua forma essencial, já uma trama de forma mais complexa poderia lhe causar certa confusão de ideias.

Conforme Bettelheim (2002) é a partir dos 4, 5 anos que o impacto benéfico dos contos de fadas começa a transparecer em nossas vidas.

Os escritores mais famosos no campo dos contos de fadas infantis são os alemães Irmãos Grimm, Jacob Grimm e Wilhelm Grimm dedicaram suas vidas ao registro dos contos infantis, ganhando fama e popularidade para com as crianças, fazendo muito sucesso até hoje. Seus contos destinados às crianças, na verdade, eram inicialmente destinados aos adultos, no entanto, eles tornaram a fantasia acessível às crianças adaptando as histórias para os pequenos.

Exemplo disto é um dos contos mais contados para as crianças, sobre a Bela Adormecida, onde, atualmente a princesa dormia por 100 anos após perfurar o dedo numa agulha, a mesma acorda após um beijo do príncipe, ambos se apaixonam, casam e vivem felizes para sempre, mas, originalmente é uma versão nada doce, onde a princesa adormece devido a uma profecia, o rei abusa sexualmente da mesma enquanto dormia, engravidando-a, esta dá à luz a duas crianças enquanto ainda dorme, onde não o beijo a desperta e sim um de seus filhos, que chupa seu dedo e retira o linho que a mantinha dormindo, ela enfim acorda, sendo mãe de duas crianças.

O conto de fadas é uma cartilha que auxilia a criança a aprender a ler sua mente através das imagens, tornando possível a compreensão antes de conseguirmos a maturidade intelectual, por meio do conteúdo pré-consciente das imagens contidas nos contos de fadas a criança é estimulada a desenvolver seu intelecto.

2.4. 2. FÁBULAS

Fábula, do latim, falar. Este gênero possui características marcantes, são pequenas narrações, em que os protagonistas, frequentemente, são animais que representam emoções e sentimentos humanos. Originalmente criadas com o intuito de serem contadas a adultos objetivando distraí-los e aconselhá-los. “Narração em prosa e destinada a dar relevo a uma ideia abstrata, permitindo, desta forma, apresentar, de maneira agradável, uma verdade que, de outra maneira, se tornaria mais difícil de ser assimilada. ” (LIMA; ROSA, 2012).

Registram as experiências e o modo de vida dos povos, trazendo reflexões quanto aos valores, tais como, companheirismo, respeito, amizade e diferenças. “A moral contida nas fabulas é uma mensagem animada e colorida... A moral transmite a crítica ou o conhecimento de forma impessoal, sem tocar ou localizar claramente o fato. ” (GOÉS, 1991, p.144). Resumem-se em uma ação e sua reação, seguidas de um discurso que leva seu leitor a refletir, podendo as mesmas ser construídas a começar de um diálogo ou um monologo interior.

As primeiras fábulas surgiram no ano de 1668, a fim de relatar a situação social daquela época, com injustiças, misérias e desigualdades, publicadas em “As Fábulas”,

por Jean La Fontaine. Já no Brasil, o fabulista pioneiro foi Monteiro Lobato, que recontava as famosas fábulas de Esopo e La Fontaine.

2.4.3. HISTÓRIAS CURATIVAS

Proposta da autora e médica Susan Perrow, trabalhar em histórias terapêuticas, visadas para comportamentos desafiadores. As histórias curativas envolvem os ouvintes, possibilitando ao contador promover as mudanças necessárias de comportamentos inadequados, em diferentes faixas etárias e por meio de diferentes procedimentos.

Cada situação deve ser analisada particularmente, pois cada ser é único, as histórias não podem ser interpretadas como pílulas mágicas com receitas para cada comportamento, devemos levar em conta o contexto sociocultural, para que através das histórias permitamos a imaginação de contar, criar e trazer-nos transformações.

A arte de contar histórias atravessa o tempo convidando a humanidade por meio da imaginação a refletir e modificar a própria existência, histórias podem ser lidas ou contadas, e se faz necessário responsabilidade e sensibilidade por parte do contador, para saber contá-las.

O contador, a fim de alcançar seus objetivos necessita estar atento a alguns pontos importantes, como, trazer vida as histórias, começar e finalizar as mesmas, utilizar de boa entonação de voz, falar com clareza para bom entendimento, preocupar-se com sua postura física, levar em conta as idades dos ouvintes, possuir sensibilidade ao multiculturalismo contido nas histórias, preparar o ambiente, estar atento às diversas maneiras de começar e acabar a narrativa, ser simples, e simultaneamente atrativo, aguçando a curiosidade das crianças, fazer uso de acessórios, como fantoches, por exemplo, e ao final do processo, realizar uma avaliação geral destes pontos.

2.5. TRADIÇÕES, IDEOLOGIAS E CULTURAS

Muitas tradições foram mantidas através do tempo em função da contação de histórias, um exemplo disto são as lendas, cujas tinham o objetivo de proteção às crianças perante os perigos, evitando que as mesmas se afastassem muito de suas casas, o que elas respeitavam devido ao medo de personagens surreais, tais como, lobisomem, chupa cabra e pai do mato.

As lendas serviam também para condenar atitudes incorretas das crianças, assumindo uma "função educativa", onde o medo era o principal fator, afinal, era através das indisciplinas que acontecia a aparição de figuras como, fantasmas, bicho-papão, cuca, monstros e etc. Despertando na criança além do medo, a curiosidade, emoção, receios e mistérios.

"Se for uma ação ruim, a resposta pode vir na figura de um monstro [...] o medo, o terror e a própria ambiguidade são estratégias narrativas que a partir do gênero fantástico podem ser usadas para refletir sobre a moral, sobre o que é certo ou errado. " (CARVALHO; JUNIOR, 2016, p.10-12).

A infância foi modificada através do tempo, sendo estudada e melhor interpretada, esta fase da vida humana hoje em dia é resguardada por variadas leis de proteção e garantia do desenvolvimento integral da criança, como, a Lei de Diretrizes e Bases (9.394/96), o Estatuto da criança e adolescente (8.069/90), e a Constituição Federal de 1988 – artigo 227, assegurando o direito das crianças desde o princípio de sua educação básica, iniciada na Educação Infantil, no Ensino Fundamental. Já não mais interpretada como um "depósito" da criança, a educação infantil possui um currículo bem estruturado conforme as propostas pedagógicas de modelos baseados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil e em Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil, garantido à mesma o contato direto com a arte, cultura e a estética, objetivando melhor desenvolvimento da expressividade, sensibilidade e da autonomia.

2.6. DESENVOLVIMENTO DA VOZ

No desenrolar do projeto "Árvore dos Pontos", ao ter contato com o microfone alguns alunos mostraram possuir desenvoltura ao falar em público e surpreenderam a todos com atitudes espontâneas no palco ao contar as histórias e ao se comunicar com os demais alunos.

Durante a contação, a voz pode ser explorada de diversas formas, desde, inventar uma nova voz para cada personagem a partir de suas características, como um idoso, ou um bebê, ou, realizando mudanças como, uma voz mais delicada, aterrorizante, em referência a tempo e espaço, proporcionando aos ouvintes, por meio destas, maior vontade de ouvir o que será narrado e chamando atenção para si mesmo, o narrador.

Por meio da análise da dicção dos narradores, podemos avaliar o nível e qualidade do conhecimento da história que será passado aos seus ouvintes, avaliando aspectos como velocidade e tonalidade na forma como os narradores oralizaram suas histórias.

2.7. ESCOLHA DAS HISTÓRIAS

Para selecionar as histórias a serem contadas, as crianças do projeto oscilaram entre diversos estilos de histórias e narrativas, desde contos de fadas a aventuras, executando as narrativas com ótimo desenvolvimento, mostrando diversas formas de contar uma história, até mesmo os alunos mais novos, do 1º ano, que ainda não aprenderam a habilidade da leitura, conseguiram passar seus co-

nhecimentos a respeito das histórias escolhidas para os demais, apenas por meio da disponibilidade e de suas curiosidades, despertando a criatividade e a imaginação.

2.8. ACESSÓRIOS E SUAS UTILIZAÇÕES

O uso de acessórios é uma ferramenta facilitadora ao narrador, que permite o mesmo transportar seus ouvintes para o cenário cuja história acontece, trazendo maior valorização e enriquecimento da narrativa.

Durante o projeto os alunos fizeram o uso de objetos variados e roupas diferentes para compor cada personagem de suas histórias, agregando valor com o uso de maquiagens, cantando e brincando com a voz, conseguindo prender a atenção dos demais, potencializando sua narrativa. Tendo algumas crianças feito o uso de objetos e brinquedos durante a narrativa a fim de complementar o cenário cuja história ocorre.

2.9. O USO DAS EXPRESSÕES

Durante a narrativa, adultos ou crianças também usam da interpretação para narra-la da forma ideal e para transferir ao ouvinte emoções como, medo, surpresa, tristeza, espanto e alegria, por meio de diversas expressões faciais envolvendo gradualmente os demais à narrativa.

Ao observar o projeto, nota-se que os alunos utilizaram muitas expressões físicas também, gestos e ações, em destaque, aqueles alunos que são bem comunicativos e conseguem propagar melhor a narrativa e pela sonorização da história estes conseguem transportar seus ouvintes para o universo qual lhes é apresentado.

Fizeram o uso de imitações conforme as demandas das histórias, caracterizando de melhor forma os personagens, principalmente quando se referia a animais, tornando as histórias mais interessantes e agradáveis aos ouvintes, que puderam imaginar e se identificar melhor com a narrativa.

2.10. INTEGRAÇÃO ATRAVÉS DA CONTAÇÃO

Com o estimulo do projeto percebeu-se melhorias para os alunos em relação às atividades em grupo, ao comportamento e comprometimento destes para com o objetivo inicialmente proposto, através das atividades grupais como a escolha de livro, os ensaios e a montagem do roteiro, os mesmos aprendem o respeito mútuo, aprendendo a ouvir os demais e interagindo melhor com a turma tornando o momento mais prazeroso e divertido, independente das diferenças como a faixa etária, estes conseguiram passar para os ouvintes realmente o que a história proporcionava, descobrindo um novo mundo, cheio de fantasias.

2.11. HISTÓRIAS COMO PRÁTICA EDUCATIVA

Prática cada vez mais presente no âmbito escolar seja por planejamento por parte do educador, que organiza uma contação, em certas vezes pela visita de um contador a escola para realizar tal feito, ou até mesmo via passeios mediados pela escola para espaços e feiras culturais.

Alvo de estudo de muitos teóricos, a importância dos textos literários na fase da escolarização infantil. A contação de histórias deve estar presente na grade escolar, não apenas por seu caráter lúdico, mas como metodologia, exercitada em momentos isolados exclusivamente para a prática, como a hora da leitura, ou do conto, adentrando as salas de aula, enriquecendo a prática docente e promovendo conhecimentos e aprendizagens variadas.

Por meio de pesquisas sobre opiniões de diversos educadores é evidente que a prática da contação de histórias deve ser utilizada como metodologia de ensino, com a finalidade do desenvolvimento dos alunos e de suas respectivas personalidades, ocasionando em melhorias significativas para o desempenho escolar.

“Na maioria dos casos, a Escola acaba sendo a única fonte de contato da criança com o livro e, sendo assim, é necessário estabelecer-se um compromisso maior com a qualidade e o aproveitamento da leitura como fonte de prazer. ” (MIGUEZ, 2000, p. 28).

A participação da contação de histórias como prática pedagógica é vista como auxilio, pois, graças a seu caráter artístico servindo como elo no processo de ensino e aprendizagem, torna-se possível esta cooperação sem que a contação perca seu valor artístico e estético. Porém diariamente a escola vem diminuindo seu papel de estimuladora da literatura, uma vez que, já não é contínuo o uso de livros paradidáticos, fazendo com que a literatura perca seu espaço em sala de aula, espaço este, que é visto com grande importância devido à maneira que o este enriquece o repertório discursivo dos alunos, revelando a eles diversas obras.

É estimulando a literatura para as crianças que estimulamos as mesmas a imaginar, criar e se envolver, realizando, através deste estímulo, grande avanço para o enriquecimento e desenvolvimento de sua personalidade. Sendo o conto de suma importância devido sua relação para com os estímulos, podendo este interferir positivamente para uma aprendizagem significativa, resultando na melhoria do desempenho escolar.

3. CONCLUSÃO

Por meio da consulta ao projeto “Árvore dos pontos”, é possível notar a liberdade e tranquilidade que os alunos

tiveram em revelar suas habilidades de forma autentica, naturalmente através da atividade realizada pelo grupo, provando que, ouvir e contar histórias incentiva diretamente a leitura, imaginação e a criatividade, mesmo até em alunos mais tímidos.

A escola é o ambiente de construção de conhecimentos, e para melhor alcançar este objetivo deve-se atentar-se especialmente a prática da contação de histórias, pois, através desta, gerará a contribuição na aprendizagem escolar, em todos os seus aspectos: social, psicológico, cognitivo, moral e físico, proporcionando maior desenvolvimento perceptivo, vantajoso aos alunos nos campos da disciplina, socialização, criatividade e comunicação. A importância das histórias nas escolas é fundamental também para o desenvolvimento infantil inicial da motricidade, para uma autoestima fortalecida, e um raciocínio lógico aprimorado, em caráter de sua função lúdica.

Pesquisas realizadas neste, a respeito da prática pedagógica da contação de histórias na Educação Infantil, enfatiza seu resultado de aprendizagens múltiplas aos respectivos alunos, contribuindo para a formação pessoal, social e integral do sujeito. Analisando igualmente o papel do educador como incentivador e mediador da prática, estimulando seus alunos a se situar no meio em que vivem, descobrindo e conhecendo experiências por meio da literatura.

Em suma, enfatizamos que, para a prática pedagógica ocorrer de maneira satisfatória, visando alcançar seus objetivos, se faz essencial uma boa qualificação profissional, políticas públicas de incentivo a literatura e as atividades literárias, e condições de trabalho adequadas, com preparo correto do ambiente e das histórias a serem contadas.

4. REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 1997.

BARCELLOS, G. M. F.; NEVES, I. C. **A hora do conto: da fantasia ao prazer de ler**. Porto Alegre: Sagra – DV Luzzatto, 1995.

BERNARDINO, A. D.; SOUZA, L. O. de. **A contação de histórias como estratégia pedagógica na Educação Infantil e no Ensino Fundamental**. Educare et educare – revista de educação. São Paulo, v. 06, nº. 12, p. 235 – 249, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.com.br/>. Acesso em 10 de Julho de 2020.

BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas**. Tradução de Arlene Caetano. ed. 16. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BOZZANO, H.; FRENDA, P. **O que é arte. Arte em Interação**. Volume único. São Paulo. IBEP. 2013.

BRITO, T. A. de. **Música na educação infantil: propostas para a formação integral da criança**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

CALDIN, C. F. **A oralidade e a escritura na literatura infantil: referencial teórico para a hora do conto**. Florianópolis, Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, n. 13, p. 25 – 38, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2002v7n13p25/5213>. Acesso em 10 de Julho de 2020.

CARVALHO, M. A. S.; JUNIOR, F. V. P. de. **A transmissão de valores morais em três causos fantásticos de tianguá. Ensaios Pedagógicos**. Revista eletrônica do curso de pedagogia das faculdades OPET ISSN 2175 – 1773, Jun. de 2016. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n11/artigo1.pdf>. Acesso em 20 de Julho de 2020.

FARINA, T. F. de. **A contação de histórias e sua contribuição no desenvolvimento da criança**. Seminário em Ciência da Informação, Londrina, 2016. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/30920/>. Acesso em 20 de Julho de 2020.

O Uso da Paródia na Modernidade

Maria das Graças de Oliveira[1]

RESUMO

Este artigo tem por objetivo mostrar a utilização da paródia na modernidade e como este estilo vem se tornando cada vez mais presente nas obras contemporâneas, ou seja, nos dias atuais, para tanto, será necessário também fazer uma breve explicação sobre o conceito de paráfrase, estilização e apropriação. A pesquisa foi baseada no livro do escritor Affonso Romano San'tanna.

PALAVRAS-CHAVE: Paródia, Modernidade, Paráfrase e Estilização.

INTRODUÇÃO

Neste artigo apresenta-se paralelo e oposições sobre diferentes tipos de estilos, para demonstrar essas variações

(1) Graduada em Letras pela Universidade Camilo Castelo Branco. Pós-Graduada em Práticas e Vertentes em Língua Portuguesa e Literatura. Graduado em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho. Docente de Língua Portuguesa/Literatura da Rede Pública Paulista.

será dado como exemplo um dos poemas mais parodiados na modernidade "A canção do exílio" de Gonçalves Dias e um trecho da carta de Pero Vaz de Caminha.

Há estudos mais profundos e complexos sobre a paródia, porém, neste artigo pretende-se abordar uma forma mais clara e objetiva de assimilar o tema às praticas do dia-a-dia, deixando em evidência a simplicidade da sua utilização.

CONCEITUAÇÃO

Para que possamos entender o uso da paródia na modernidade devemos falar um pouco sobre um período marcante da nossa literatura: O Modernismo Brasileiro, tudo o que existe hoje no campo da literatura, das artes plásticas, da música, do cinema está de alguma forma relacionado às experiências desenvolvidas pela arte moderna no começo do século XX.

De modo geral, o que marcou o espírito da arte moderna foi o desejo de libertação das amarras do passado e a busca de uma forma de expressão artística nova e sintonizada com a mentalidade do novo século. Compreender a arte moderna implica conhecer o formidável conjunto de transformações que ocorreram nesse período – desenvolvimento científico e tecnológico, invenções, guerra mundial, revolução comunista, etc. – e a forma de ver e sentir o mundo delas decorrentes que se manifestou numa nova forma de expressão artística: a arte moderna.

Conceito de Modernidade – Segundo SANT'ANNA (2002), o termo usado por vários ensaístas alemães e franceses que estuda de que maneira, na passagem do séc. 19 para o séc. 20, através, sobretudo das vanguardas, estabelecem-se uma nova noção de tempo e espaço. A modernidade, além de uma nova estética, nos deu também Freud (e a noção de inconsciente), nos deu Einstein (a teoria da relatividade e uma nova visão do universo) e, com Saussure, o desenvolvimento da lingüística, que possibilitou o aprofundamento das questões da linguagem e da teoria da literatura.

Para analisarmos a paródia há diversos pontos para serem repensados, a paródia não deve ser estudada como algo isolado, como se fosse um efeito solto entre os demais estilos. Na melhor das hipóteses, um ou outro estudioso a comparou a estilização, para entendê-la melhor devemos estudá-la, no mínimo ao lado não só da estilização, mas também da paráfrase e da apropriação.

Conceito de paródia – Segundo SANT'ANNA (2002), a Paródia é um efeito de linguagem que vem se tornando cada vez mais presente nas obras contemporâneas. A rigor, existe uma consonância entre paródia e modernidade. Desde que se iniciaram os movimentos renovadores da arte ocidental na segunda metade do séc. 19, e especialmente com os movimentos mais radicais do séc. 20, como o Futurismo (1909) e o Dadaísmo (1916), tem-se observado que a paródia é um efeito sintomático de algo que ocorre com a arte de nosso tempo. Ou seja: a freqüência com que aparecem textos parodísticos testemunha que a arte contemporânea se compraz num exercício de linguagem onde a linguagem se dobra sobre si mesma num jogo de espelhos.

Observa-se que a paródia é uma reformulação imitativa de um texto ou de um estilo que tem como objetivo desqualificar o que está sendo imitado seja ridicularizando-o ou negando.

Conceito de paráfrase – É a reafirmação, em palavras diferentes, do mesmo sentido de uma obra escrita, na paráfrase o autor procura tornar mais claro e objetivo aquilo que se disse em outro texto. Portanto, é sempre a reescrita de um texto já existente, uma espécie de tradução dentro da própria língua.

Conceito de estilização - Trata-se de um processo de reformulação imitativa de um texto ou estilo sem a intenção de negar ou desqualificar o que está sendo imitado.

Conceito de apropriação – é um termo de entrada recente na crítica literária. A rigor, não foi exaustivamente ainda definida. O termo apropriação designa o ato ou efeito de tomar para si, apoderar-se integralmente ou de partes de uma obra, para construir outra obra. A técnica da apropriação, modernamente, chegou à literatura através das artes plásticas. Como no caso da paródia, o que caracteriza a apropriação é a dessacralização, o desrespeito à obra do outro, ou seja, um modo de transformar a obra do outro em simples objeto e material para que o artista realize sua própria obra. Por exemplo, quando Salvador Dali toma a famosa Mona Lisa de Leonardo da Vinci e pinta-lhe uns bigodes, está se apropriando de um signo cultural e invertendo-lhe satiricamente o significado.

Na Modernidade podemos observar que esses conceitos – paródia, paráfrase, estilização e apropriação, interessam não só à literatura, mas também aos estudos semiológicos em geral, como por exemplo, na música, na pintura, confecção dos jornais, festas de carnavais, na moda, em jornais, cinema, etc.

Não significa isto, contudo, que a paródia seja uma invenção recente, ela existia na Grécia, em Roma e na Idade Média. Talvez o que tenha ocorrido modernamente seja não apenas uma intensificação do seu uso e, por isso, um interesse maior da crítica, o que faz com que, de repente pareça que a paródia seja um traço de nossa época.

PARÓDIA: UMA BREVE HISTÓRIA DO TERMO

A origem da palavra paródia, conforme assinala SANT'ANNA (2002), é grega, significando "ode que

perverte o sentido de outra ode (grego: para- ode)", essa definição implica o conhecimento de que originalmente a ode era um poema para ser cantado.

Conforme SANT'ANNA (2002), o termo paródia tornou-se institucionalizado a partir do séc. 17. A isto se referem vários dicionários de literatura. No entanto já em Aristóteles aparece um comentário a respeito dessa palavra. Em sua *Poética* atribuiu a origem da paródia, como arte, a Hegemon de Tharso (séc.5 a.C), porque ele usou o estilo épico para representar os homens não como superiores ao que são na vida diária, mas como inferiores; teria ocorrido, então, uma inversão. A epopéia gênero que a Antiguidade servia para apresentar os heróis nacionais no mesmo nível dos deuses, sofria agora uma degradação.

Modernamente a paródia se define através de um jogo intertextual. Pode-se falar em intertextualidade (quando um autor utiliza textos de outros) e intratextualidade (quando o escritor retoma sua obra e a reescreve).

PARÓDIA E ESTILIZAÇÃO: PARALELOS

O conceito de paródia tornou-se mais sofisticado a partir de *Iuri Tynianov*, quando ele o estudou lado a lado com o conceito de estilização.

A estilização está próxima da paródia. Uma e outra vivem de uma vida dupla: além da obra há um segundo plano estilizado ou parodiado. Mas, na paródia, os dois planos devem ser necessariamente discordantes, deslocados: a paródia de uma tragédia será uma comédia (não importa se exagerando o trágico ou substituindo cada um de seus elementos pelo cômico); a paródia de uma comédia pode ser uma tragédia. Mas quando há a estilização, não há mais discordância, e sim, ao contrário, concordância dos dois planos: o do estilizando e o do estilizado, que aparece através deste. Finalmente, da estilização à paródia não há mais que um passo; quando a estilização tem uma motivação cômica ou é fortemente marcada, se converte em paródia(TYNIANOV *apud* SANT'ANNA, 2002: 13-14).

PARÓDIA E PARÁFRASE: UMA OPOSIÇÃO FORTE

Para SANT'ANNA (2002), do lado da ideologia dominante, a paráfrase é uma continuidade. Do lado da contra-ideologia, a paródia é uma descontinuidade, Assim como um texto não pode existir fora das ambivalências paradigmáticas e sintagmáticas, paráfrase e paródia se tocam num efeito de intertextualidade, que tem a estilização como ponto de contato. Falar de paródia é falar de intertextualidade das diferenças. Falar de paráfrase é falar de intertextualidade das semelhanças.

Enquanto a paráfrase é um discurso em repouso, e a estilização é a movimentação do discurso, a paródia é o discurso em progresso. Podemos também estabelecer outro paralelo: paráfrase como efeito de condensação, enquanto a paródia é um efeito de deslocamento, ou seja, em uma há o reforço na outra a deformação. Na paráfrase alguém está abrindo mão de sua voz para deixar falar a voz do outro, na paródia busca-se a fala recalcada do outro.

Segundo SANT'ANNA (2002), o Brasil até o séc. 18 viveu no domínio da paráfrase. Seja porque a episteme da imitação era predominante no mundo ocidental, seja porque o país fosse ainda imaturo para produzir obras mais individualizadas. Um segundo período ocorre no séc. 19, uma espécie de descoberta da estilização. Neste sentido, o Romantismo é um avanço. Sendo um período de valorização do indivíduo, do nacionalismo e do subjetivismo, propicia uma caracterização ou particularização maior da literatura nacional. E, enfim, um terceiro período seria o parodístico, e coincidiria com os movimentos de vanguarda que em nossa cultura são representados em torno de Modernismo (1922). Um período crítico, autocrítico de nossa cultura, em que, tecnicamente, a paródia foi muito utilizada. A literatura contemporânea se caracteriza por uma mescla de estilos. Isto seria uma forma de ir entrando no que alguns autores chamam de *modernidade*. Ou seja, enquanto em outros períodos havia autoritariamente um estilo hegemônico, hoje democraticamente vários estilos convivem entre si.

Exemplos:

Tomemos o ultra-clássico poema "A canção do exílio", de Gonçalves Dias, possivelmente o poema mais, estilizado, parodiado e parafraseado de nossa literatura, variações feitas por alguns autores modernistas:

Texto original: Gonçalves Dias (primeira estrofe):

> Minha terra tem palmeiras
> Onde canta o sabiá
> As aves que aqui gorgeiam
> Não gorgeiam como lá.

Exemplo de paródia: Oswald de Andrade em "Canto de regresso à patria":

> Minha terra tem palmares
> Onde gorgeia o mar
> Os passarinhos daqui
> Não cantam como os de lá.
> (SANT'ANNA, 2002: 23-24).

No texto de Oswald de Andrade o distanciamento é absoluto. Ocorre um processo de inversão do sentido, com um deslocamento completo. Substitui-se logo o nome comum "palmeiras" – pelo nome próprio "Palmares", mas com letra minúscula. Introduz-se logo uma crítica histórica, social e racial. A substituição do ingênuo termo ro-

mântico "palmeira" pelo nome do famoso quilombo onde negros liderados por Zumbi foram dizimados, em 1695, tem um efeito irônico e crítico, introduzindo um comentário social. Preservando uma semelhança sonora e rítmica, Oswald de Andrade desarranja o sentido do texto original. Contrapõe a estética modernista à estética romântica, contrasta a alienação social à denúncia histórica e transforma o discurso do branco na afirmação do preto.

O resto da estrofe reforça o movimento de inversão. No verso seguinte: "onde gorgeia o mar", o autor modernista consegue um efeito surrealista praticando o nonsense. Aquele verso claro e linear de Gonçalves Dias: "as aves que aqui gorgeiam / não gorgeiam como lá", aqui se transforma numa frase logicamente incompreensível: "Minha terra tem palmares / onde gorgeia o mar". E assim vamos tropeçando em coisas insólitas, passando pelos "estranhamentos" de que falavam os formalistas russos. É uma leitura em duas vozes: uma em presença (texto moderno, parodístico) e outra em ausência (texto romântico, parodiado).

Exemplo de estilização: Cassiano Ricardo em "um dia depois do outro":

> Esta saudade que fere
> Mais do que as outras quiçá,
> Sem exílio nem palmeiras
> Onde cante um sabiá...
> (SANT'ANNA, 2002: 24)

Já no texto de Cassiano Ricardo o desvio aumenta, inclusive pela afirmação ao contrário, pois a "saudade" é descrita na ausência da "palmeira" e do "sabiá" ("sem exílio, nem palmeira / onde cante um sabiá). Ocorre um jogo de diferenciação em relação ao texto original sem que, contudo, haja traição ao seu significado primeiro.

Exemplo de paráfrase: Carlos Drumond de Andrade no poema "Europa, França e Bahia":

> "Meus olhos brasileiros se fecham saudosos
> Minha boca procura a 'Canção do Exílio'.
> Como era mesmo a 'Canção do Exílio'?
> Eu tão esquecido de minha terra...
> Ai terra que tem palmeiras
> Onde canta o sabiá! "
> (SANT'ANNA, 2002: 23-24)

Na paráfrase de Carlos Drumond de Andrade, o deslocamento é mínimo e ocorre uma técnica de citação e transcrição direta do poeta romântico.

Exemplo de apropriação de um trecho da Carta de Pero Vaz de Caminha (escrito em 1500):

> "Ali andavam, entre eles, três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, caídos pelas espáduas abaixo; e suas vergonhas tão altas e tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as olharmos muito bem, não tínhamos nenhuma vergonha" (...).

Apropriação: Oswald de Andrade em " as meninas da gare":

> "Eram três ou quatro moças bem moças e bem gentis. Com cabelos mui pretos pelas espáduas
> E suas vergonhas tão altas e tão saradinhas
> Que de nós as muito bem olharmos
> Não tínhamos nenhuma vergonha."
> (CEREJA; MAGALHÃES, 2005: 45)

Analisando o trecho da carta de Pero Vaz de Caminha fica claro que o primeiro contato com os índios causou no conquistador português um estranhamento. A nudez das índias chama à atenção dos portugueses e o fato de elas não terem pêlos pubianos também, a "vergonha" mencionada na carta revela uma formação moral e religiosa rígida de acordo com as idéias cristãs da época; na época de Caminha as índias viviam nuas, em estado natural, num Brasil primitivo, em que não havia doenças, prostituição, fome, etc. Depois de séculos de colonização, o Brasil do século XXI apresenta os males das civilizações modernas.

Segundo CEREJA, MAGALHÃES (2005), na apropriação Oswald de Andrade apodera-se de frases inteiramente recortadas da carta de Caminha e submetidas a um novo sentido: as índias do texto original se misturam às "meninas" expostas na gare de uma sociedade moderna industrial. Desta forma, podemos verificar que o autor moderno apropria-se da linguagem do autor antigo para descrever uma cena, que estruturalmente continua idêntica, apesar da diferença de quase 500 anos.

Quando Oswald de Andrade escreveu o poema "as meninas do gare" em 1924, havia muitas prostitutas nas imediações da estação de trem da cidade de São Paulo (Estação da Luz), onde vivia o poeta, fato muito comum ainda hoje em várias cidades brasileiras. Ao empregar o termo "gare" o poeta revela a forte influência da cultura francesa sobre os brasileiros no início do século XX, sentida na moda, nos hábitos e na língua; "moças gentis" refere-se às prostitutas urbanas. No poema além do caráter ideológico podemos observar também o tom crítico e irônico de Oswald de Andrade, o que coincide com as propostas do Modernismo brasileiro dos anos 1920.

USO DA PARÓDIA EM UM TEXTO JORNALÍSTICO

Conforme SANT'ANNA (2002), a paródia nos jornais de classe A e B(de maior poder aquisitivo) fica restrita

à charges políticas, a um ou outro comentário humorístico eventual, A paródia ocupa pequeno espaço nesses jornais ”sérios”. Ela vai se caracterizar nos jornais marginais, nos semanários, em publicações não diárias. Assim, alguns jornais podem se especializar nesse tipo de linguagem parodísticas comentando o texto dos jornais “sérios”, debochando de um texto anterior numa atividade intertextualizadora. Alguns jornais desse tipo não evitam parodia-se a si mesmos nem se contradizer. A notícia ai se desvia tanto do fato ocorrido, “deforma” tanto a realidade, “degrada” de tal forma o original, que se situa no terreno da “caricatura”. É curioso e sintomático que os jornais parodísticos não sejam diários. Eles carecem que o texto a ser parodiado tenha sido publicado anteriormente ou tenha se acumulado na memória do leitor durante uma semana ou mais. Ele vive da notícia já consumida. Ele não dá o “furo”, ele debocha do “furo” ou valoriza um aspecto só do todo.

USO DA PARÓDIA EM PROPAGANDAS

Utilizada também em propagandas, a paródia é um meio de familiarizar o produto em questão com as pessoas alvo. É o caso da lã de aço “Assolan”, que em seus comerciais televisivos parodia músicas de alguns grupos e/ou cantores que estão na mídia, isto é, canções que, normalmente a sociedade ouviu e, com isso, mantendo o ritmo e mudando a letra, os espectadores gravam consciente ou inconscientemente os trocadilhos e acabam adquirindo determinado item.

Com à marca “Assolan”, sua reformulação em cima de “Festa no apê – Latino” foi a seguinte:

Original

> “Hoje é festa lá no meu apê, pode aparecer, vai rolar bundalelê …
>
> …Chega aí, pode entrar, quem ta aqui, ta em casa
>
> é festa lá no meu apê, pode aparecer, vai rolar bundalelê …”

Paródia

> “A família não para de crescer, usou, passou, limpou, é Assolan fenômeno
>
> Lã de aço, têm esponjas, panos multiuso, saponáceos
>
> Hoje é festa na casa e no apê, usou, passou, limpou, é Assolan fenômeno (bis)”

A Bombril pegou carona na exposição da mídia das eleições e lançou uma campanha baseada nisso. Caracterizado como os dois presidenciáveis, o garoto-propaganda Carlos Moreno é apresentado na peça como Dilma e como Serra.



O slogan “Nem situação, nem oposição. Para um Brasil Limpo, Bom Bril é a solução”, com o jargão político “Bom Bril, preferido por 1001% dos brasileiros”. A campanha ficou em veiculação até 28 de outubro de 2010, em revistas e TV. A criação é da WMcCann.





Em um dos anúncios do Bom Bril, o ator Carlos Moreno se veste e se posiciona como se fosse a Mona Lisa de Leonardo da Vinci e cujo slogan era "*Mon Bijou deixa sua roupa uma perfeita obra-prima*". Esse enunciado sugere ao leitor que o produto anunciado deixa a roupa bem macia e mais perfumada, ou seja, uma verdadeira obra-prima (se referindo ao quadro de Da Vinci). Nesse caso a paródia assume a função de não só persuadir o leitor como também de difundir a cultura, uma vez que se trata de uma relação com a arte (pintura, escultura, literatura etc).

UMA ILUSTRAÇÃO DIDÁTICA

Há um texto do jornalista e escritor Lago Burnet, intitulado "quem tem medo do sublead" que podemos explicitar não apenas na linguagem estética, mas também na jornalística. Daí se poderá confirmar a vigência da paródia, estilização, apropriação e paráfrase no âmbito da teoria da comunicação.

O lead é a parte do texto que abre a notícia. Em poucas linhas, o leitor deve encontrar não apenas uma introdução à notícia, mas uma informação sobre quem, o que, quando, onde, como e porque algo aconteceu, vejamos o exemplo dado por Lago Burnet:

"O tenente Manuel Bandeira matou o bancário Afrânio Peixoto, ontem às 23 horas, na ladeira da Memória, com dorso de um dicionário, por questões gramaticais."

Neste texto didático existe já uma paródia: ele pressupõe personagens de nossa vida literária (Manuel Bandeira, Afrânio Peixoto) e personagens da crônica policial da década de 50 (Tenente Bandeira e o bancário Afrânio, envolvidos na morte de Marina). O resto da "notícia" continua no mesmo tom parodístico e irônico, e, em vez da Ladeira do Sacopã, onde ocorreu o crime verdadeiro, temos a Ladeira da Memória. A arma do crime, em vez de um revólver é um dicionário, e a razão do crime não é amorosa, mas gramaticais, já que os implicados (na paródia) são dois escritores. Como se vê, a paródia tem uma função até didática, e, o que não se aprende pela tragédia, aprende-se pela comédia. (BURNET apud SANT"ANNA, 2002: 69-70).

CONCLUSÃO

Nesta fase conclusiva podemos verificar que a paródia é um efeito não só moderno, mas também muito antigo, e que a afirmativa de que paródia caracteriza sobremodo a literatura atual pode ser uma distorção analítica sobre o presente e uma falta de conhecimento do passado.

Destacamos também que paródia, paráfrase, estilização e apropriação são efeitos que podem e devem coexistir no discurso, democraticamente, e que se deve evitar a idéia de que qualquer desses efeitos é "melhor" ou "mais necessário" que o outro, pois todos fazem parte do sistema.

REFERÊNCIAS

CEREJA, W.R.; MAGALHÃES T. C. **Português Linguagens: Literatura - Produção de Texto** – Gramática. 5º Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

LANDEIRA, J. L. M. L.; MATEOS, J. H. N. (org.) **Caderno do Professor: Linguagens, códigos e suas tecnologias** – Ensino Médio 3º série. São Paulo. CTP, Impressão e Acabamento: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2008.

PARÓDIA DA BOM BRIL/ASSOLAN. Disponível em: http://www.infoescola.com/generos-literarios/parodia/ acesso em: 20 agost. 2020.

SANT'ANNA, Affonso Romano. **Paródia, Paráfrase e Cia**. 7º Edição, 4º Impressão. São Paulo: Editora Ática, 2002.

A História Do Complexo Hospitalar Padre Bento Guarulhos – SP

Camila Nascimento Spioni de Paula[1]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar a história do Sanatório Padre Bento, como viviam os internos, do mais completo asilo-colônia construídos para os hansenianos, na cidade de Guarulhos, São Paulo e como tornou-se referência no tratamento desta doença infectocontagiosa, que assolou o país, no início do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Hanseníase. Sanatório. Infectocontagiosa.

ABSTRACT

This article aims to present the history of the Padre Bento Asylum, how the patients lived the inmates, the most comprehensive asylum colony built for leprosy patients in the city of Guarulhos , São Paulo and has become a reference in the treatment of this infectious disease , which devastated the country in the early twentieth century.

KEYWORDS: Leprosy, Sanatorium, Infectious.

1. INTRODUÇÃO

O Sanatório Padre Bento abrigou ali não só doentes, mas a história de vida de muitas pessoas que passaram anos, confinadas naqueles muros.

Esse lugar detém uma rica história para contar, desde a sua construção, que apresenta uma bela arquitetura até relatos de antigos internos que lá viveram.

Ainda, nos dias de hoje, oferece grande importância à cidade de Guarulhos, pois agora abriga um Complexo Hospitalar e deixou de herança parte do que foi construído no espaço do Sanatório, tornando possível preservar a memória de todos que presenciaram este momento da história.

2. O COMPLEXO HOSPITALAR PADRE BENTO

A partir do Arquivo Histórico de Guarulhos, foram realizados levantamentos de diversos registros sobre o Complexo Hospitalar Padre Bento, descritos a seguir.

Situado em Guarulhos, São Paulo, na região de Gopoúva e Jardim Tranquilidade, o Complexo Hospitalar Padre Bento, como hoje é conhecido, foi inaugurado em 5 de julho de 1931, na época com o nome de Sanatório Padre Bento, tendo como objetivo, internar compulsoriamente, os portadores de hanseníase (lepra), doença considerada infectocontagiosa.

As pessoas portadoras desse mal eram isoladas, a fim de evitar a proliferação da doença.

Este Complexo não era apenas um hospital aonde os doentes eram internados e, sim, um espaço de convivência, com todos os cuidados necessários para o tratamento da doença, oferecendo uma estrutura de cidade, que foi se desenvolvendo a partir da criação de uma cooperativa denominada Caixa Beneficente, segundo documentos do Governo do Estado de São Paulo (1993).

Com os donativos recebidos, foi construído, em 1936, o Teatro Padre Bento, que também abrigava um cinema, viabilizando apresentações teatrais, além de biblioteca, cassino, salão de baile e uma barbearia. Por iniciativa da Caixa, foram fundados o campo de futebol, a igreja e o grupo escolar, formando-se um complexo de 340 mil metros quadrados, impulsionando assim a vida social, cultural, artística e desportiva dos internos.

As escolas eram profissionalizantes, para suprir as necessidades do próprio Sanatório.

Apesar de todas as atividades culturais e sociais existentes no espaço do Sanatório, os internos viviam sob o regime de segregação, isolados do convívio familiar e da comunidade externa.

Portanto, a partir dessas informações, os habitantes dessa comunidade segregada, se reinventaram dentro desse cenário, conforme relato que segue:

> "O Leprosário constitui uma verdadeira cidade, um espaço de múltiplos sujeitos e experiências. Passa a ser o palco da vida desses milhares de internos que, excluídos do convívio habitual, passam ali a interagir, a festejar, a namorar, a escrever, a lamentar, a sentir saudade, esperança". (RODRIGUES, 2014, p.116)

Na imagem da Foto 1, é possível ter a visão panorâmica deste espaço, que era preservado pelos próprios internos e, na Foto 2, a organização destes pacientes, que cuidavam, dentre outras tarefas, da plantação, alimentação e limpeza do Complexo.



Foto 1- Vista aérea do Sanatório Padre Bento do ano de 1935 (Fonte: Arquivo Histórico)



Foto 2 - Internos trabalhando (Fonte: Guarulhos Tem)

A partir do levantamento bibliográfico e documentações encontradas, a localização deste Complexo foi estrategicamente escolhida, pois além de ser uma área previamente construída, possuía uma grande área livre para ampliação de futuras instalações, inovando na forma de atender a necessidade desses pacientes, que é importante ressaltar, não apresentavam um estágio avançado da doença, nem grande deterioração do corpo.

Outras razões relevantes para esta escolha, consta na íntegra, no relato de Rubio (2007) *apud* Borges (2014) que segue:

> Isso, possivelmente, porque os asilos – colonos de hansenianos foram organizados distantes dos centros urbanos, com exceção do Sanatório Padre

> Bento, onde eram mantidos pacientes sem sinais visíveis da doença, em geral pessoas de maior prestígio ou poder aquisitivo, ainda que na década de 1930 a atual região quase não fosse habilitada, a sua proximidade com a Avenida Guarulhos, que era caminho para Penha e para o Trem da Cantareira, que desde 1915 ligada Guarulhos à Zona Norte de São Paulo (Estação Gopoúva, a mais próxima do Padre Bento), fazia do Sanatório um lugar de fácil acesso, próximo à capital. (RUBIO, 2007, *apud* BORGES, 2014, p. 116)

Na Foto 3, fica comprovado que este espaço transformou-se em um novo modelo de sociedade, com suas próprias regras de convivência.



Foto 3 - Pacientes no Leprosário (Fonte: Site São Paulo Antiga)

Tão importante quanto conhecer os registros históricos desta instituição, é conhecer o relato de alguém que viveu essa experiência e que é testemunha viva da importância dessa estrutura, até a cura deste mal que segregou tantas pessoas.

2.1. O DEPOIMENTO DE UM EX-INTERNO DO SANATÓRIO PADRE BENTO

Para continuar a história do Complexo Padre Bento, serão utilizados alguns trechos de uma entrevista realizada com um antigo interno, o Sr. Walace Pereira, que aproximará o leitor, dos sentimentos dos principais personagens desta história.

O Sr. Walace, começa assim o seu relato:

> "Então, a saúde, o governo... o país vivia um regime de recessão... uma ditadura. Durou de 30 a 45, foram 15 anos de ditadura. Então, a ditadura houve por bem, criar asilos e leprosários para confiná-los, compulsoriamente, dado o pânico que passou a existir naquela época. Principalmente em São Paulo, aqueles que perambulavam pelas ruas da Capital, eram um bom número de leprosos. Depois passou a preocupar a sociedade paulistana, que exigiu do Governo que se criasse rapidamente isolamentos para confiná-los, compulsoriamente.

O governo, então, pressionado pela sociedade paulistana e, também, já era a própria medicina brasileira, Saúde Pública da época, passou a entrar em contato com Vargas, que era o ditador pra que se criasse no estado de São Paulo, asilos em várias regiões do estado". (entrevista concedida à Autora em 04/07/2016).

A partir desta fala é possível imaginar o clima de incerteza sobre esta iniciativa. O que estava por trás de tudo isso? Seriam as pessoas que entrassem nesses asilos, relegadas à própria sorte, ou seria uma luz no fim do túnel? Existiria a real possibilidade de serem tratadas com dignidade?

> (...) o único estabelecimento que teve o nome diferente foi Padre Bento, que não passou a se chamar asilos colônias, leprosários ,e sim, Sanatório Padre Bento. Por quê? Se previa também, que naquela época, embora, ficou se sabendo depois de alguns anos que a lepra era uma doença do pobre, da pobreza, que só atinge a pobreza, dado as condições precárias de vida do indivíduo, que se presumia, na época, que a doença era hereditária, foi um equívoco da medicina, ela é contagiante. A Saúde Pública só percebeu isso depois, longos anos depois, bem após, bom... então em sendo que o Sanatório Padre Bento tinha esse nome, já não tinha aquele nome contundente, asilo, leprosário, porque aqui eles achavam que, da classe média paulistana ia ser verificado, ia ser o Departamento de Profilaxia da Lepra. (entrevista concedida à Autora em 04/07/2016).

Entende-se que neste depoimento, o interno enxergou uma luz no fim do túnel, porque ele fala com ênfase em dois momentos que "o estabelecimento teve o nome diferente" e não seria mais tratado como asilos, colônias ou leprosários, expressões que notoriamente, o incomodava.

Em seu próximo relato, ele apresenta com orgulho e carinho um personagem dessa história, que marcou de forma definitiva os portadores da Hanseníase.

> Então até que um diretor, Dr. Lauro de Souza Lima (...) Ele foi o diretor, o primeiro diretor do Hospital Padre Bento e tinha um carinho todo especial por esse nosocômio aí. Bom... então, aqui começou a dar entrada, elementos da classe média, portadores da doença, raramente vinha um elemento de família pobre pra cá, ou ia pra Itu, tinha várias opções para o governo ou ia pra Itu, ou ia pra Bauru, ou ia pra Casa Branca, ou ia pra Mogi das Cruzes. Então, aqui foi um Sanatório, tudo feito com o maior carinho, e passou a se chamar o cartão de visitas do Departamento de Profilaxia da época, o Sanatório Padre Bento (...)

(entrevista concedida à Autora em 04/07/2016).

Neste trecho, o Sr. Walace, ainda faz referência à separação de classe, ou seja, percebe-se, de acordo com o seu depoimento, que o fato do público destinado a esta instituição, pertencer à classe média, garantiria ações mais concretas em busca de uma cura definitiva para a doença.

Outra citação importante e que merece ser explorada, é a figura do diretor Dr. Lauro de Souza Lima. Ele foi diretor do Departamento de Profilaxia da Lepra do Estado de São Paulo, além de atuar como consultor científico da ONU. Considerado como uma referência no tratamento da hanseníase foi considerado pelos internos como um pai, pois levou alívio aos sofredores desse mal.

Existem poucos registros sobre a importância deste per-



Foto 4 - Entrada do Estádio do Complexo do Sanatório Padre Bento. (Acervo: AAPAH)

Acompanhando os relatos do Sr. Walace, é evidente que esta nova estrutura de apoio aos leprosos, apresentava uma organização bem definida, o que pode ser confirmado, também, pelas fotos existentes em documentos históricos.

> (...) tudo era feito com o maior cuidado, tanto é que, hoje, onde tem a sede da Secretaria Municipal de Saúde, lá era o Pavilhão de Menores (...) Tinha uma ala feminina para as crianças e uma masculino, para as crianças. Eles iam pra lá com idade tenra, e com dezoito anos saíam de lá ou iam pra colônia pra comunidade Hospitalar se tivesse família. Se não tivesse família, se eles foram internos aí, sem nenhum elemento da família, portador também, eles ficavam lá, completavam dezoito anos... o projeto era que atingisse os dezoito anos, né? E continuariam no Pavilhão de Menores, lá era só pra menor de idade, mas se não tivesse famílias, eles tinham um Carvile aqui, tinha dois, ou três, ou quatro Carviles aqui na comunidade do Hospital, na área hospitalar, eles passavam a morar no Carvile, se tivesse família interna, eles passariam a morar na chamada Colônia (...) (entrevista concedida à Autora em 04/07/2016).

Na imagem da Foto 5 é possível visualizar os Pavilhões Infantis, citados pelo Sr.

Walace Pereira:



Foto 5 – Foto dos dois Pavilhões Infantis (Fonte: Era Assim Padre Bento)

Para a manutenção deste Complexo, foi criada uma Caixa Beneficente que recebia doações de empresários, comerciantes e famílias de posse, detalhado a seguir em mais um depoimento do Sr. Walace:

> (...) Caixa Beneficente, as caixas foram criadas quando o governo, o estado, criou as colônias, chamadas colônias-asilos criou-se uma Caixa Beneficente, cujo presidente era um doente interno que administrava a Caixa Beneficente, mas qual era o papel da Caixa Beneficente? Era escrever principalmente para firmas, comércios, para captação de recursos, levar para os asilos, dinheiro, principalmente dinheiro e espécies também de mercadorias, tudo em doação, porque o estado não podia receber doações, então tinha uma Caixa Beneficente pra captar recursos de fora, então tinha o Estatuto, foi criado o Estatuto pra vida das Caixas Beneficentes (...) (entrevista concedida à Autora em 04/07/2016).

Esta Caixa Beneficente foi motivo de desencontros, após a cura dos pacientes e o consequente desligamento desta instituição, conforme segue:

> (...) Ele (referindo-se ao Dr. Lauro de Souza Lima), foi o principal elemento que trouxe o remédio de lá pra cá, bem... quando o remédio adentrou as demais colônias, houve uma revolução no tratamento, em um ano, um ano e meio todo mundo tava curado, bom, e, em sendo assim, as altas começaram. Foi outro processo terrível também, a desinternação, desinternação compulsória também, a internação foi compulsória e a desinternação também. (...) Então porque que não havendo mais internação compulsória por força da cura, do remédio, porque então as Caixas continuavam atreladas à figura do diretor? Eu liderei um

movimento aqui.. Eu cheguei aqui em 57, mais eu fiquei 9 anos em Casa Branca, eu cheguei criança lá, no asilo-colônia Cocais, depois eu tive alta, fiquei 5 anos de alta, aí tive uma recidiva, a doença me apanhou de novo, aí eu não quis retornar pra á, vim pra cá, o DPL perguntou pra mim, porque eu tinha que internar, mas que eu escolhesse o Hospital, então eu preferi aqui, então dei entrada aqui em 57 e saí em 63, fiquei seis anos aqui... bom, então é o seguinte, naquele momento, porque os presidentes das Caixas não caiam a ficha e diziam assim: Por que depois da cura ter chegado, o presidente da Caixa que era um interno, um "ex"portador porque já estava curado, porque ele não administra a Caixa, sem a figura do diretor que tá ao lado dele? Não tinha mais cabimento o diretor ficar ao lado do presidente, então fizemos um movimento das Caixas Beneficentes de todas as cinco Caixas. Fizemos assembleias nos asilos, a gente queria ouvir opinião dos presidentes das Caixas, se eles concordavam em afastar a figura do diretor, ou se ele já estava acostumado com a figura do diretor, ele tinha que falar: „não, eu não tenho como administrar sozinho aí assim, eu quero continuar com a figura do diretor ao lado dela"... Não, isso aí era uma questão de autenticidade daquela pessoa, daquele indivíduo que estava sendo curado, mais com a moral super abatida, durante anos e anos, depois de tanta coisa, ele se abateu, ele tinha que reagir como pessoa humana, e dizer assim pro diretor: „sr. Diretor, aqui não cabe mais a sua presença, aqui nesse estabelecimento, nós vamos dirigir sozinhos isso aqui, os internos podem dirigir sozinhos essas Caixas"... só uma Caixa que quis continuar ao lado da figura do diretor de cinco, só essa, de Santo Ângelo em Mogi... O ex interno tinha que entender que ele era capaz de gerir aquilo sem a figura do diretor, isso a gente conseguiu, menos uma...Bom voltando as pessoas que davam entrada aqui eram pessoas da classe média tanto é que ao longo do tempo o que acontecia aí, tinha aqueles que internavam aqui, que eram chamados botina amarela, caipira mas raramente vinham um desses pra cá, aqui só classes média, mas de dois em dois anos a doença era tão avassaladora, que não tinha remédio, e o diretor fazia uma seleção dos elementos que estavam com sérios problemas da doença, o rosto atacado, pés e mãos ,que não podiam continuar mais aqui, tinham que ser removidos pra outros asilos aqui não ficavam ...então era um desespero por parte daquela pessoa que tinha que fazer as malas, entrar no carro do DPL e ir...foi um drama pra muita gente, porque eram tratados de tal forma aqui que não queriam sair, mas a cada dois anos era uma peneirada. (...) (entrevista concedida à Autora em 04/07/2016).

Os depoimentos do Sr. Walace foram de grande ajuda para compreender um pouco mais da vida dentro do Sanatório, a partir da visão de quem realmente viveu esta experiência, como interno.

É importante lembrar que a memória dessa época encontra-se não somente na memória dos seus historiadores e dos portadores de hanseníase, mas também nas imagens que se mantém até hoje dessa estrutura e, que é olhada com muito respeito por todos os cidadãos da cidade de Guarulhos.

Em conformidade com a decisão do Bacharel Jovino Cândido da Silva, Prefeito Municipal de Guarulhos, determina por meio do Decreto 21.143 de 26 de dezembro de 2000:

> **Artigo 1º** - Ficam tombados pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Arquitetônico e Paisagístico de Guarulhos os seguintes imóveis:
>
> I - Sanatório Padre Bento (imóveis e vegetação) exceto os prédios da Igreja e do Cine-Teatro tombados pela lei nº3587/90, localizado à Avenida Emílio Ribas nº 1573, Bairro Jardim Tranquilidade, de propriedade do Governo Estadual. (...) (ALBUQUERQUE, 2014, p. 36).

As Fotos 6 e 7 mostram alguns bens tombados no Sanatório Padre Bento.



Foto 6 – Pérgola (Fonte: Guarulhos Tem)



Foto 7 – Teatro Padre Bento (Fonte: Arquivo Histórico de Guarulhos)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa remete-nos a duas importantes constatações: a primeira é em relação à doença que estigmatizou uma parte considerável da população, entre as décadas de 1930 e 1960 e, a outra, é em relação, à estrutura montada para atender a estes pacientes.

Se por um lado, as pessoas se sentiram aprisionadas e excluídas da sociedade, por outro, puderam estas mesmas pessoas, encontrar o espírito de solidariedade, que provavelmente, até o momento, não haviam desfrutado.

Isto comprova que a responsabilidade do Estado, unida à solidariedade de espíritos humanitários, como o do Dr. Lauro de Souza Lima, é capaz de vencer qualquer obstáculo para suprir as necessidades de cada cidadão, respeitando os seus direitos, com dignidade.

O intuito de reafirmar exemplos, como o trabalho realizado no Sanatório Padre Bento, é motivar o Governo a trabalhar em ações parecidas, olhando com atenção e comprometimento, outros males que afetam a saúde do ser humano nos tempos atuais, direcionando este órgão, ao cumprimento da sua missão como protetor da sociedade.

4. AGRADECIMENTOS

Minha gratidão a todos que contribuíram para a realização deste artigo:

- Arquivo Histórico de Guarulhos
- Ana Maria Batista Ribeiro
- Biblioteca Paulo do Carmo Dias
- Silvia Tavares
- Vânia de Souza Nascimento
- Walace Pereira
- William de Queiroz

REFERÊNCIAS

ACEIRO, L. R. **Ritos de Passagem**. São Paulo: Scortecci, 2002. 274 p.

ALBUQUERQUE, M. S. **O Patrimônio Cultural de Guarulhos criado pelo Decreto** 21.143/2000. Guarulhos: Acervo Arquivo Histórico. 2014. 145 p.

BORGES, A. et al. **Signos e Significados em Guarulhos: Identidade, Urbanização e Exclusão**, São Paulo: Navegar. 2014. 159 p.

CANAL GUARULHOS TEM. WEB TV - Complexo Padre Bento resgata história dos anos 30. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tJjWUu1U-pf0>. Acesso em: 05 jul. 2016.

ERA ASSIM PADRE BENTO - Imagens: Rafael Barbosa). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GEnryRzRy4U> Acesso em: 05 jul. 2016.

SÃO PAULO ANTIGA. **Em Guarulhos, pérgolas do Hospital Padre Bento agonizam.** Disponível em < http://www.saopauloantiga.com.br/pergolas-padre-bento/> Acesso em: 05 jul. 2016.

Aprendizagem Lúdica: A Arte e as Brincadeiras na Educação Infantil

Michelli Santana Andrade Ferreira

RESUMO

Partindo da ideia de que a criança tem sua curiosidade despertada pelo lúdico e por meio dele se relaciona com o meio social e físico, de maneira a alargar seus conhecimento, desenvolver habilidades cognitivas, motoras e linguísticas, a escola deve considerar as brincadeiras como parceiros e utilizá-los largamente para atuar no desenvolvimento das crianças, principalmente na Educação Infantil. Neste sentido, este trabalho tem como principal apresentar a contribuição das brincadeiras para o ensino de artes visuais na Educação Infantil. Visando atender o objetivo proposto procedeu-se com pesquisa bibliográfica com base em materiais já públicos. Os referenciais analisados no decorrer da pesquisa mostraram que a brincadeira serve como uma metodologia educacional para as artes visuais que envolve o aluno nos afazeres diários da sala de aula. Portanto, é importante que o professor conheça e saiba manusear os recursos que pretendem trabalhar e realizem uma análise cautelosa e ponderada dos materiais que serão empregados nas aulas de artes visuais e tendo clareza sobre os objetivos que deseja atingir.

PALAVRAS-CHAVE: Artes Visuais. Educação Infantil. Brincadeiras.

1. INTRODUÇÃO

As artes visuais estão presentes na vida do homem e desde os primórdios se apresentam em todas as manifestações culturais, por meio de cores, formas, gestos, espaços, superfícies e movimentos, com intuito de comunicar-se com o outro. Elas desempenham o papel de ajudar a interpretar a realidade e ao mesmo tempo cumpre sua função como elemento cultural no desenvolvimento da cidadania.

É um campo que contempla qualquer modo de representação visual de forma e cor. Por meio das mais diversas ex-

pressões artísticas o homem pode desenvolver sua cultura e agir de maneira atuante na construção do conhecimento. As artes visuais permitem uma maior compreensão de mundo levando-os a apreciação, análise e contribuindo na formação da sociedade na qual estão inseridos.

Muito além da educação tradicional em artes, o ensino de artes visuais nas escolas brasileiras, públicas e privadas, tem se fortalecido graças a esforços de profissionais e especialistas que visam quebrar paradigmas e tornar essa disciplina parte importante das metodologias. Felizmente para muitos professores as artes deixaram de ser lazer e isso é importante para que a criança cresça interessado em tirar o máximo proveito possível de todos os componentes das artes visuais na Educação Infantil.

As artes visuais representam um conjunto de manifestações como: escultura, desenho, arquitetura, arte urbana, cinema, fotografia, escultura, dança entre outros. Nas últimas décadas essas manifestações passaram a ser ferramentas importantes de aprendizagem desde a infância, e dentre essas manifestações artísticas a dança vem conquistando espaço no meio educacional e, com isso surge à necessidade de um trabalho mais acentuado, direcionada ao desenvolvimento do educando que busca aprendizagem essencial para inteirar suas necessidades e compreensão de maneira coerente que proporcione sua integração na sociedade.

Diante disso, ao ensinar artes visuais a escola não deve atender às necessidades ou expectativas do universo adulto, mas sim refletir os aspectos das crianças sendo repleto de texturas, sons, cores e movimentos. A linguagem lúdica precisa assumir sua posição e ser vista como um artefato teórico e metodológico rico e que tem como principais recursos as expressões artísticas e as brincadeiras. Assim, o professor terá a sua disposição os recursos necessários para mediar e facilitar um processo de aprendizagem bem sucedido, contribuindo para o pleno desenvolvimento de seus alunos.

Justifica-se a escolha do tema devido ao interesse de analisar as contribuições da brincadeira para o ensino de artes visuais na Educação Infantil, além da importância em destacar e compreender as artes visuais enquanto importante ferramenta educacional, sobretudo, nessa etapa educacional. Essa crença nas diferentes possibilidades de práticas pedagógicas, pelo pensar e discutir o lúdico, é que o motiva, sendo a mola propulsora para pesquisar e escrever sobre esse instigante assunto, visando colaborar para que de algum modo seja alargado a defesa do brincar no contexto das artes visuais na Educação Infantil.

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo geral apresentar a contribuição das brincadeiras para o ensino de artes visuais na Educação Infantil. Visando atender o objetivo principal tem-se os seguintes objetivos específicos: discutir sobre o ensino de artes visuais na Educação Infantil; apresentar as recomendações da BNCC para o ensino de artes visuais na Educação Infantil e; compreender a brincadeira como meio de expressão e ferramenta de aprendizagem para as artes visuais na Educação Infantil.

O trabalho presente procedeu-se com revisão de literatura com base em materiais secundários procurando conhecer e analisar algumas contribuições de autores que já abordaram o assunto considerado. Espera-se que esta pesquisa sensibilize o leitor para os efeitos positivos causados pelas brincadeiras no desenvolvimento das crianças pequenas, como também pela ligação estreita das artes visuais com o desenvolvimento, a socialização, a sensibilidade, assim, oportunizando para que a criança pequena descubra seu papel na sociedade

2. O ENSINO DE ARTE VISUAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A arte se constitui de maneiras específicas, de manifestação da atividade criativa dos seres humanos na interação com o mundo em que vivem, ao se conhecerem e ao conhecê-lo. O homem é construtor do conhecimento social e a troca de conhecimentos é essencial para seu desenvolvimento assim é na vida e no encontro com o outro que a aprendizagem se desenvolve.

> Esse processo se dá tanto fora como dentro da escola. Todos nós temos, em nosso dia a dia, acesso a diferentes manifestações artísticas, de diferentes produtores, dos mais populares aos mais eruditos, mesmo que não sejamos moradores das grandes cidades. Esse acesso é hoje possível não só em museus, teatros ou salas fechadas para esse fim, mas também através da televisão, dos jornais, revistas, enfim, de todos os meios de comunicação, dos objetos presentes em nossa casa, na rua. (MOURA, 1997, p. 29).

As Artes Visuais são linguagens e, portanto, uma das formas importantes de expressão e comunicação humana, que estão presentes no cotidiano da vida infantil. Quando a criança desenha, rabisca, utiliza materiais para construir algo ou ao pintar objetos, entre outras formas artísticas, ela está se utilizando das Artes Visuais para expressar experiências sensíveis. Neste sentido, Coleto (2010, p. 139) traz em sua pesquisa que “a arte é importante na vida da criança, pois colabora para o seu desenvolvimento expressivo, para a construção de sua poética pessoal e para o desenvolvimento de sua criatividade”.

As Artes Visuais expressam, comunicam, atribuem sentidos, sensações, sentimentos e pensamentos da realidade, entretanto, na sala de aula a arte muitas vezes é desvalorizada e colocada como momento de repouso das outras disciplinas vistas como mais importantes. Por isso, a necessidade de promover momentos de descontração

e confiança onde o professor faz intervenções indiretas positivas, para que a criança possa manifestar suas possibilidades artísticas livremente exercendo seu direito de cidadão de se expressar bem como de ter contato e refletir sobre as produções artísticas.

> A livre expressão facilita a criatividade da criança, no desenho, na música, no teatro, extensões naturais da atividade infantil, progressivamente responsável por seus comportamentos afetivos, intelectuais e culturais. Eis aí um começo seguro para a conquista de uma vida adulta (SAMPAIO, 1994, p. 30).

Os desenvolvimentos da imaginação criadora, da expressão, da sensibilidade e das capacidades estéticas das crianças podem ocorrer no fazer artístico, assim como no contato com a produção de arte presentes na comunidade. O desenvolvimento da capacidade artística está apoiado também, na prática reflexiva das crianças ao aprender, que articula a ação, a percepção, a sensibilidade à cognição e a imaginação. A arte é a para a criança uma maneira de se expressar, pois a criança tem em sua natureza um modo lúdico de lidar com o mundo e fazer o que lhe dá prazer e satisfação.

De acordo com Coleto (2010) as Artes Visuais são linguagens que expressam, comunicam e atribuem sentidos a sensações, sentimentos, pensamentos e realidade por meio da organização de linhas, formas, pontos, cor, luz etc. Sendo, portanto, uma das maneiras mais importantes de se expressar e se comunicar, o que, por si só, justifica sua presença no contexto da educação e de modo especial na educação infantil.

> A presença das artes visuais na Educação Infantil, ao longo da história, tem demonstrado um descompasso entre os caminhos apontados pela produção teórica e prática pedagógica existente. Em muitas propostas as práticas de artes são entendidas apenas como meros passatempos. Em que atividades de desenhar, colar, pintar e modelar com argila ou massinha são destituídas de significados. Outra prática corrente considera que o trabalho deve ter uma conotação decorativa, servindo para ilustrar temas de datas comemorativas, enfeitar as paredes com motivos para os pais etc. Nessa situação é comum que os adultos façam grande parte do trabalho, uma vez que não consideram que a criança tem competência para elaborar um produto adequado (BRASIL, 1998, p. 87).

As Artes Visuais devem ser concebidas como uma linguagem que tem características próprias no âmbito prático e reflexivo em que aprendizagem se dá através dos seguintes aspectos: fazer artístico, apreciação e reflexão. De acordo com Lowenfeld e Brittain (1970) a arte pode contribuir de maneira fundamental para esse desenvolvimento, pois é por meio da interação da criança com seu meio que se inicia o processo de aprendizagem.

Na infância, segundo Moreno (2007), a brincadeira é a expressão da relação com o todo da vida da criança, e nenhuma teoria da criança será possível se não for também uma teoria que cubra o todo da relação da criança com a vida.

> A capacidade de criação na infância é uma forma da criança manifestar a sua compreensão da realidade que o cerca, de exercitar sua inteligência ao criar, alterar, organizar e reorganizar elementos plásticos, é uma construção do ser humano. Na sua interação com o mundo, ela vivência inúmeros contatos com experiências estéticas que envolvem ideias, valores e sentimentos, experiências estas que envolvem o sentir e também o pensar e o interpretar. (MORENO, 2007, p. 44).

Portanto, a linguagem visual é parte importante da formação integral do sujeito e não pode ser deixada de lado no contexto da Educação Infantil. Além disso, as Artes Visuais, enquanto recurso lúdico é visto como a aplicação de todas as atividades das crianças que são espontâneas e auto geradas; que são fins em si mesmos; e que estão interligadas com as lições ou com as necessidades psicológicas normais e diárias da criança.

3. RECOMENDAÇÕES DA BNCC AO ENSINO DE ARTES VISUAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Tendo em vista as orientações relacionadas ao trabalho com crianças pequenas, nota-se diversas iniciativas das quais destaca-se a BNCC que foi constituída para orientar as escolas no diz respeitos aos currículos pedagógicos. A BNCC apresenta as aprendizagens essenciais da Educação Infantil e busca oferecer aporte para a construção do currículo escolar, que será estruturado no brincar a na interação possibilitando um amplo desenvolvimento das crianças pequenas.

Em suma, pode-se dizer que a Educação Infantil uma área educacional com suas singularidades considerando o cenário brasileiro e seu próprio contexto. Assim, é possível concordar com Valadares e Borges (2018) quando afirmam que há recomendações de um trabalho com as crianças pequenas que supere o espaço de obediência e silêncio para concretização de um espaço em que os alunos possam explorar e serem reconhecidas como protagonistas inteligentes que constroem argumentos ao confrontar com situações estimulantes.

Deste modo, a BNCC para Educação Infantil promulgada em 2017 tem força legal e prevê que cada rede, sistema e ou instituição de ensino, público ou privado, construa seu currículo observado as recomendações curriculares que este

documento apresenta. Especificamente focando o ensino de artes visuais, pode-se destacar a relação com todos os direitos, sobretudo o direito de se expressar e de explorar, considerado que o trabalho com essa área do conhecimento está associado a expressão das crianças através da s diferentes linguagens, inclusive a linguagem artística. Assim como, nas artes visuais também está presente a exploração dos diferentes materiais artísticos e possibilidades de criação.

A BNCC além dos direitos no campo da aprendizagem apresenta a organização da Educação Infantil em áreas de experiências, que organizam as aprendizagens, não em disciplinas ou áreas, mas as aproximando das experiências. A BNCC, considerando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento estabelece cinco campos de experiência que a criança pequena pode aprender a se desenvolver, sendo: "O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações." (BRASIL, 2019, p. 25).

Os campos de experiência, segundo a BNCC, configuram-se como arranjo do currículo que acolhe as experiências e as situações concretas da vida diária dos alunos e seus saberes, os entrelaçando aos conhecimentos que pertencem ao patrimônio cultural. Considerando a idade das crianças, cada um desses campos apresenta diferentes objetivos de desenvolvimento e aprendizagem.

> Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola (BRASIL, 2019, p. 38).

Desta maneira, ao examinar de modo aprofundado o campo da experiência traços, sons, cores e formas, que definem e destacam as aprendizagens e as vivencias que as crianças pequenas precisam ter em relação ao conhecimento artístico, a BNCC orienta que deve ser realizado um trabalho que permita ao aluno a convivência com diferentes manifestações culturais e científicas, tanto locais como universais, no dia a dia das instituições de ensino, além de possibilitar a criança, através de várias experiências, vivenciar diferentes formas de linguagens e expressão, como as artes visuais (modelagem, pintura, fotografia, colagem etc.). (BRASIL, 2019)

Com base nessas experiencias as crianças podem se expressar por diferentes linguagens, criando suas produções culturais e artísticas, exercitando a autoria com traços, sons, gestos, mímicas, desenhos, modelagens etc. Ainda segundo a BNCC essas experiências:

> Contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca. Portanto, a Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas (BRASIL, 2019, p. 41).

Nota-se que este campo de conhecimento está preocupado com o desenvolvimento de conhecimento das artes visuais, descobrindo a gama de expressões e manifestações e vivenciando as várias formas de linguagens permitindo que a criança aproprie, crie e adquira senso estético e crítico, conhecendo a si mesma, aos outros e a realidade que a cerca.

Diante disso, segundo Valadares e Borges (2018) é possível concordar com esse documento, pois é necessário que se desenvolva uma Educação Infantil que promova a participação dos alunos em espaços e tempo para produzir, manifestar e apreciar a arte, de maneira a favorecer o desenvolvimento da criatividade, da sensibilidade e de suas expressões pessoais. Portanto, por meio das artes visuais as crianças terão experiências e vivências que lhes proporcione a apropriação e a reconfiguração de modo permanente da cultura, potencializando suas experiências de interpretação e seus repertórios artísticos.

A BNCC mostra ao longo de seus textos que a Educação Infantil, devido ser a primeira etapa da Educação Básica, tem a incumbência de desenvolver nas crianças pequenas amplas e contextuais vivencias que considerem as diferentes manifestações artísticas. Enfim, levando em consideração as artes visuais, é possível afirmar que a Base prevê um trabalho pedagógico na Educação Infantil rico na construção de conhecimentos com base na diversidade de expressões, vivencias, instrumentos e de materiais, permitindo situações de aprendizagens em que as crianças possam analisar, construir e compreender essa importante linguagem do contexto mundial.

4. AS BRINCADEIRAS NO ENSINO DE ARTES VISUAIS

A essência da infância consiste nos momentos que criança possui para exploração: o jogo, o faz de contas e a brincadeira. Por isso o brincar é essencial ao desenvolvimento in-

fantil, um direito amparado na legislação, e, tão importante quanto o ato de se alimentar e dormir (ALMEIDA, 2017).

O brincar, portanto, deve fazer parte das atividades pedagógicas, sobretudo na Educação Infantil e, ter um tempo estabelecido durante o planejamento educacional para que esse recurso seja desenvolvido. Isso porque as brincadeiras possibilitam que as crianças se tornem criativas e oportuniza um aprendizado com base na interação com o outro e o desenvolvimento de atividade motoras (CORIA-SABINE; LUCENA, 2012).

Este recurso é importante para o desenvolvimento e aprendizagem da criança pequena e é uma atividade que cria e recria, por meio de fantasias que a imaginação faz da realidade, interagindo na produção de novos métodos para construir relações sociais com outras crianças ou até mesmo com outros adultos. Diante disso, segundo Silva et al., (2010) a relação estabelecida pela crianças com os diferentes materiais de artes visuais, no início, se dá por meio da exploração sensorial e da utilização em várias brincadeiras

Segundo Prudêncio e Azevedo (2018) algumas escolas têm uma local próprio para as atividades lúdicas, que pode ser a brinquedoteca ou a própria quadra escolar. Neste contexto, o aluno pode brincar com jogos e brinquedos e, por conseguintes desenvolver seus aspectos motores e cognitivos sem qualquer responsabilidade formal.

As artes visuais enquanto linguagem é um dos aspectos que podem ser aperfeiçoado durante as atividades, principalmente, devida interação entre os alunos que participam das brincadeiras e se comunicam a todo instante. “Mais a frente, os sentimentos vão sendo modelados e as relações sociais começam a se desenvolver de acordo com o nível de interesse individual” (PRUDÊNCIO; AZEVEDO, 2018, p. 8)

As brincadeiras apresentam uma grande versatilidade que permitem sempre inovar, fazendo com que o professor seja realmente um facilitador do processo de aprendizagem e garantindo a participação ativa dos alunos. Quando se insere os conteúdos de arte por meio das brincadeiras, estabelecem-se vínculos com os alunos porque se têm a impressão nítida, embora seja somente impressão, de que se está somente brincando, e isso tira um pouco da resistência muitas vezes demonstrada pelos alunos. Ao trazer à luz esse tema Moreira e Schwartz (2009) afirmam que:

> A prática de atividades lúdicas ou o incentivo ao fl uir artístico são propostas que permeiam a Educação desde a Roma e a Grécia antigas. Platão, citado por Kishimoto (1992) já comentava sobre o papel da Educação como uma forma de dar ao corpo e à alma, toda a perfeição de que são capazes, além da necessidade de se aprender por meio de brincadeiras, como uma contraposição à violência e à opressão (MOREIRA; SCHWARTZ, 2009, p. 206).

Atividade pedagógicas que fazem uso da ludicidade, muitas vezes, também resolvem problemas de socialização e convivência, reduzindo questões de relacionamentos tão comum na infância que explodem no âmbito escolar. Portanto, é importante incluir as brincadeiras como parte das metodologias e procedimentos nas aulas de artes visuais, pois as experiências com o brincar, quando estruturados de modo adequado, podem motivar processos construtivos e expressivos dentro dos conteúdos de arte (GIRARDELLO, 2011).

Quanto as brincadeiras no trabalho com artes visuais Silva (2008) afirma que o professor poderá imprimir uma qualidade maior à sua ação pedagógica ao garantir que o lúdico seja o gerador do processo de produção. A ludicidade favorece uma melhoria na relação interpessoal, havendo um reforço nos valores de confiança, reciprocidade e respeito, portanto, quando se propõe trabalhar conteúdos de artes visuais por meio do brincar, é preciso dominar a função e o desenvolvimento das brincadeiras no universo infantil, as interligando à sala de aula (SOUZA et al. 2019).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O auxílio das brincadeiras nas aulas de artes visuais vai além do ensino de modo lúdico, pois a criança aprende sem que se perceba. Durante as brincadeiras o aluno entra em contato com um mundo colorido, dinâmico e alegre onde se aprende brincando e brinca para aprender.

As brincadeiras podem ser metodologias pedagógicas eficazes para as aulas de artes visuais, pois facilitam o educar e desenvolvem a capacidade de absorção daquilo que foi ensinado pelo professor, acentuando as funções intelectuais e mentais da criança. É pelas brincadeiras que se revelam a autonomia, a criatividade, a originalidade e a possibilidade de simular e vivenciar diferentes episódios do dia a dia.

A brincadeira é uma ferramenta pedagógica capaz de fazer do espaço escolar um lugar melhor, saudável e atraente aos olhos dos alunos e de toda comunidade escolar. Portanto, considerando a temática e a funcionalidade das brincadeiras para o ensino de artes visuais na Educação Infantil é possível considerar que no exercício da prática pedagógica este recurso útil e sem dúvidas uma ferramenta rica na construção do saber.

O ensino de artes visuais dotado de atividades dinâmicas além de agradar as crianças, também fazem parte do processo de maturação proporcionando satisfação, prazer e promove o desenvolvimento da expressão corporal, oral e motora das crianças. Portanto, as brincadeiras são para as crianças a possibilidade de ter um espaço em que a ação praticada ali é de seu total

domínio, onde a criança é seu próprio guia, agindo e criando em função de sua própria iniciativa.

Contudo, é importante relatar a ideia de que as aulas de artes visuais com brincadeiras não devem ser efetivadas sem um conhecimento prévio da atividade e de que modo essa atividade poderá contribuir para a aprendizagem significativa. Portanto, encerro estudo destacando a importância de os professores de arte conhecerem e manusearem as ferramentas a que se propuseram trabalhar e realizarem uma análise criteriosa e ponderadas das atividades e serem desenvolvidas nas aulas de artes visuais, postulando os objetivos que desejam alcançar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo N. **Educação Lúdica: jogos pedagógicos: Estratégias de ensino e aprendizagem**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Loyola, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC. Brasília: MEC/ Senado Federal, 2019.

BRASIL. **Histórico da BNCC**. 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 18 ago. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LDBEN. Brasília: MEC/Senado Federal, 1998.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** - PCN: Arte 1. ed. Brasília: MEC/SEF, 1998.

COLETO, Daniela C. **A Importância da Arte para a Formação da Criança. In. Revista Conteúdo**. Capivari, v.1, n.3, 2010, p. 137-152.

CORIA-SABINE, Maria A.; LUCENA, Regina F. de. **Jogos e brincadeiras na Educação Infantil: uma atitude pedagógica**. 6. Ed. Campinas: Papirus, 2012.

GIRARDELLO, Gilka. **Imaginação: arte e ciência na infância. In. Revista Pro-posições**. v. 22, n. 2, 2011, p. 75-92.

LOWENFELD, V.; BRITTAIN, W.L. **Desenvolvimento da Capacidade Criadora**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MOREIRA, Jaqueline C.C. SCHWARTZ, Gisele M. **Conteúdos lúdicos, expressivos e artísticos na educação formal**. In. Revista Educar. v. 1, n. 33, 2009, p. 205-220.

A Atividade Lúdica na Prática Educativa

Marina Dias Silva Alves

RESUMO

A educação infantil é um espaço que proporciona, além de aprendizagem, relações sociais entre as crianças, onde elas podem vivenciar situações e entender a importância de cada uma delas, como compartilhar pertences, respeitar o outro, aceitar que existe o outro, estruturar essas relações tornando-as firmes e consistentes, etc. O lúdico é uma das ferramentas utilizadas para o desenvolvimento e aprimoramento da aprendizagem nas crianças, com ele o professor pode criar dinâmicas e proporcionar momentos únicos de descoberta para os alunos, onde ele passa a ser mediador e a criança a ser descobridor de sua própria aprendizagem. O lúdico aborda também brincadeiras, fantasias e jogos, três pilares pertencentes a infância que permitem ao professor munir-se e criar um ambiente de descoberta, de trocas, de sentimentos, de habilidades e de convívio sadio para uma formação integral e participativa das crianças futuramente na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Criança, Lúdico, Aprendizagem, Brincadeiras.

1. INTRODUÇÃO

O segmento da Educação Infantil é um espaço de desenvolvimento intelectual, motor e social, pois é este o momento que as crianças iniciam contatos e vivências fora do âmbito familiar, expandindo seu contato social e desenvolvendo ferramentas para o aperfeiçoamento das relações.

Elas saem de um contexto egocêntrico, na maioria das vezes, onde tudo é voltado para si e passa a frequentar espaços de socialização, onde aprende a lidar com partilhas, com regras e com respeito aos limites do outro.

Neste espaço são criadas situações para que ela se adapte e seja desenvolvida por intermédio do lúdico sua aprendizagem, as crianças convivem e descobrem juntas, com o auxílio de jogos e brincadeiras a construir valores.

O lúdico permite que a criança atue diante do grupo cada vez mais independente, ele proporciona momentos de descoberta e de afetividade, brincando as crianças conseguem expressar emoções e sentimentos que fora dali, certamente não conseguiriam. As crianças são, por meio da ludicidade, incentivadas, encorajadas e orientadas a manifestar-se, ação esta que contribuirá para o crescimento e aprimoramento de sua inteligência e convívio social.

Perceberemos como é indispensável a utilização de atividades lúdicas nas práticas pedagógicas com principal embasamento teórico em Kishimoto, que nos constatará a suma importância de vivências e experiências exploradas pelas crianças na Educação Infantil.

A seguir veremos como incluir a ludicidade nas práticas pedagógicas diárias em pilares da infância como as brincadeiras, a fantasia, a aprendizagem e o jogo.

2. O LÚDICO

Etimologicamente a palavra "lúdico" origina-se de "ludus" que tem como sinônimo jogo, impulsionando como referência apenas o ato de jogar, de lazer e de um caráter "não sério".

Entretanto, mediante estudos, o lúdico deixou de apresentar essa conotação de algo "não sério" e não construtivo e passou a ser visto como ferramenta essencial para formação e desenvolvimento humano, mostrando que além do divertimento, o lúdico apresenta possibilidades de aprendizagem em diversas situações. Consoante Regina Dallabona (2004), aplicar o lúdico nas atividades diárias das crianças, não significa estar abrindo mão de sua seriedade, mas sim estar inserindo a criança na realidade que a circunda de maneira que ela posteriormente compreenda o que acontece a sua volta.

De acordo com Audrey Carvalho (2010), a brincadeira possibilita à socialização das crianças, e em alguns casos a facilidade em compartilhar seus objetos, pelo fato de se interessarem pelos objetos de outras crianças o "emprestar o brinquedo" torna-se uma ação menos dolorida.

O brinquedo apresenta e insere a criança num universo imaginário, mostrando ao educador a personalidade de cada uma com o simples ato de brincar. Kishimoto (1996) afirma que o brinquedo proporciona às crianças formas de saber através da brincadeira, onde a função lúdica ocasionará a diversão, incentivando assim o estimulo educativo, auxiliando a compreensão de mundo.

Os brinquedos e brincadeiras contribuem para o aprimoramento da oralidade, da interação social etc., e nos possibilita também, utilizarmos a fantasia para inserir as crianças no mundo que irão atuar posteriormente. A fantasia proporciona à criança, por meio do imaginário, diferentes formas de conhecer e explorar a realidade exterior. Segundo Adriana Friedmann (1992, p. 30):

> [...] Um espaço privilegiado que reúne a possibilidade e o potencial para desenvolver as características lúdicas antes mencionadas. É hoje, um dos caminhos mais interessantes que pode ser oferecido às crianças de qualquer idade e faixa socioeconômica. O intuito é o de resgatar, na vida dessas crianças, o espaço fundamental da brincadeira, que vem progressivamente se perdendo e comprometendo de forma preocupante o desenvolvimento infantil como um todo.

Brincando eles percebem que em momentos perdem, mas que em outros ganham, e para que as crianças notem com mais facilidade e consigam praticar tais ações é preciso que o adulto interfira significativamente e mostre por meio de vivências, diferentes formas de como isto pode ser feito.

Piletti (1984), afirma que quem proporciona as primeiras experiências educacionais da criança é a família, e por meio destas influências familiares seu comportamento é moldado. O autor declara grande relevância para o futuro desenvolvimento da criança (social e escolar), o sentimento nutrido pelos pais antes de ser iniciada sua vida escolar, como por exemplo, a autoconfiança, o autoconceito, o conceito do mundo e do espaço que ocupa no mundo.

Crianças com faixa etária entre 0 e 2 anos (período sensório-motor) contam com os jogos de exercício para compor sua realidade lúdica e sua fase pré-verbal. Estes jogos visam o divertimento e caracteriza-se pela movimentação realizada com o próprio corpo, baseado na produção de ações espontâneas. Este tipo de jogo não apresenta relevância voltada para a aprendizagem, pois a criança ainda se encontra em uma fase de preparo para o desenvolvimento cognitivo.

Com o surgimento da oralidade a criança inicia os jogos simbólicos, ocorre dos 2 aos 7 anos (pré-operatório). Nessa faixa etária a criança pode explorar jogos de imitação e/ou de ficção, com essas brincadeiras a criança torna-se mais próxima de sua realidade assimilando assim, situações nela existentes. Ainda entre os 6 / 7 anos inicia-se a temporada de jogos com regras, onde é desenvolvida plenamente até os 10/ 12 anos de idade, estação esta que vai do estágio pré- operatório até o operatório formal, de acordo com Terra.

Neste período, os jogos acontecem de forma coletiva e a regra será o meio que proporcionará às crianças a organização e o desenvolvimento da brincadeira coletiva. O jogo composto por regras proporciona uma vivência de socialização para as crianças, pelo respeito às regras e a adaptação a elas, acontecimentos estes que serão fundamentais no decorrer de suas vidas.

Vygotsky também elaborou estudos voltados ao lúdico e sua relação com o desenvolvimento e a aprendizagem humana. Para ele, o homem é um ser social em sua essência, e toda a sua aprendizagem é advinda de uma atividade interpessoal (social externa) para que somente depois se torne em intrapessoal (individual e interna), desta forma, o aprendizado se dá inicialmente do âmbito social para posteriormente alcançar a domínio do indivíduo. O teórico acredita também que o desenvolvimento da

criança acontece, primeiramente, com a interação entre ela e as pessoas mais próximas.

A Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) é caracterizada por alguns processos que ainda estão sendo construídos ou ainda não alcançaram o amadurecimento, mas que depois de serem realizados com a ajuda de um profissional munido de experiência, poderá ser realizado com autonomia.

Por alicerçar a criação desta zona, o lúdico pode ser considerado um instrumento a ser utilizado nas propostas pedagógicas, já que ele faz parte da realidade infantil contribuindo para o amadurecimento dos mecanismos que estão em formação.

Vygotsky diz que o nível de desenvolvimento real, representa tudo àquilo que a criança já é capaz de realizar com autonomia, ações estas que já estão estáveis pelo seu desenvolvimento. Para realizar brincadeiras as crianças precisam ter certa independência para que possam escolher seus companheiros e assumir os papeis que escolherão dentro de um tema ou enredo, no qual o seguimento depende apenas do interesse de quem brinca, de acordo com colunista do Portal Educação.

2.1. A EDUCAÇÃO INFANTIL

O nível de escolaridade "educação infantil" tem por objetivo trabalhar, desenvolver e aperfeiçoar alguns princípios e conceitos nas crianças, como, por exemplo, a coordenação motora, vivências de mundo e novas experiências de vida, todas elas realizadas dentro do contexto escolar e proporcionadas de maneira bem natural e descontraída.

Sabemos que as crianças brincam, descobrem e exploram coisas espontaneamente, sendo assim, podemos fazer um paralelo entre o aprender e o brincar, utilizando estratégias lúdicas com o objetivo de uma formação integral da criança, onde ela possa aprender brincando e vivenciar algo simultaneamente. Denise Garon (2000, p. 171) afirma que:

> O brinquedo não deve ser um fim em si, deve ser antes de tudo um objeto que possa ajudar, facilitar e agir favoravelmente sobre certas etapas do desenvolvimento da criança. Nesta perspectiva é necessário poder recorrer a um utensílio de trabalho que sirva de base à observação e análise metódica dos brinquedos.

Percebemos, neste caso que a utilização do lúdico necessita primordialmente de intencionalidade e classificação etária, não basta apenas propor um jogo ou brincadeira sem fundamento ou análise da proposta, é necessário uma ferramenta ou recurso para classificação e observação do material a ser explorado pelas crianças.

2.2. AS BRINCADEIRAS

Contamos também com as brincadeiras para trabalhar habilidades motoras, intelectuais e até interacionais, afirma Carvalho (2010).

Exemplificamos esta colocação de Carvalho (2010), com as seguintes brincadeiras: "Elefantinho colorido", "Brincadeiras de faz-de-conta" e a tradicional "Amarelinha".

Segundo Queiroz e Martins (2002) a brincadeira "Elefantinho colorido" envolve as disciplinas de português, artes e geografia, explorando a comunicação oral, a identificação das cores e a cultura popular; além de divertir tem como objetivo trabalhar a percepção visual e desenvolve valores atitudinais como ordem, respeito às regras e atenção.

"Brincadeiras de faz-de-conta" envolvem as disciplinas de português, geografia e história, explorando a linguagem oral, a narração de histórias, descrição geográfica de localização e história pessoal (imaginação); além de divertir, amplia a criatividade e a atenção.

"Amarelinha" envolve a disciplina de matemática, explorando números, ordem numérica e trajetória; além de divertir, a Amarelinha desenvolve valores como consciência corporal, atenção, paciência, autocontrole e concentração.

Atividades divertidas contribuem para construir o caráter, a consciência e a inteligência emocional da criança, já que elas a fazem espontaneamente (Deise Chapman Weston e Mark S. Weston, 2010).

Uma das principais ferramentas para o desenvolvimento intelectual da criança é a criatividade, sempre que há dúvida ou surge algum problema, é nela também, que encontraremos mecanismos para solução.

É necessário estimular e incentivar a criatividade dos pequenos, aprimorar e encorajar a oralidade, de forma que falem a respeito de seus sentimentos, por exemplo, medo, raiva, alegria, perdas, desejos etc., de acontecimentos vivenciados na/pela família e até mesmo de suas necessidades fisiológicas (nos casos de crianças bem pequenas em desfralde, por exemplo).

Além de auxiliar o desenvolvimento intelectual e social da criança, as brincadeiras lúdicas tem papel fundamental para a construção de seu caráter, pois, em jogos corriqueiros, por exemplo, conseguem perceber e introjetar as regras praticando-as e vivenciando-as como forma de lazer. Observam, vivem e depois combinam tudo o que foi explorado naturalmente.

As brincadeiras nos auxiliam ainda em um desenvolvimento sadio das crianças e também na apreensão de conhecimentos delas. Por meio de brincadeiras podemos explorar a percepção (visual, auditiva, tátil etc.), a imaginação e a fantasia (com o "faz de conta" e as cantigas)

e até os sentimentos (com brincadeiras dirigidas, que ensinam a lidar com vitórias e derrotas, por exemplo).

O ser humano durante toda a sua trajetória de vida, aprende com vivências ou experiências, e por meio de jogos e brincadeiras na infância consegue comunicase com o grupo e consigo, promovendo a socialização, a aceitação da existência do outro e ainda apropria-se dos conhecimentos mais simples aos mais complexos em seu desenvolvimento.

Piaget e Vygotsky veem a criança como um ser que transforma realidades e tem a capacidade de modificar algumas situações vividas, mas para Piaget seu desenvolvimento é advindo da maturação biológica e para Vygotsky este é proporcionado pela interação com o meio social.

A principal função social das escolas hoje é formar cidadãos críticos e ativos na sociedade, mas para que isso aconteça, a criança de hoje precisará entender o contexto em que estará inserida amanhã, precisará interpretar a realidade vivida pela naçã2o, para que assim ela possa criticar e propor melhoras.

A infância é a idade das brincadeiras e descobertas, sendo esse um meio de inserção e compreensão da realidade.

Por meio de observações em brincadeiras, conseguimos entender como a criança interpreta, ordena, desordena, constrói e reconstrói sua realidade. Nós disponibilizamos os materiais para seu uso e manuseio para, a partir dali, passarmos a orientá-las, cada uma em sua individualidade e em seu ritmo.

2.3. A FANTASIA

A principal característica da brincadeira infantil é a conduta assumida enquanto a desenvolve, ao aderir diferentes posições na brincadeira, as crianças atuam diante da realidade de forma não liberal (não do jeito que ela deseja, mas do jeito que a "personagem" é sugerida na realidade), transpassando e substituindo suas ações habituais pelas ações pertencentes ao papel assumido na brincadeira, munindo-se de objetos substitutos que representam os reais.

Por conta do imaginário as ações, o espaço, os sinais, os objetos e os gestos no ato de brincar correspondem a outro episódio, não sendo o real. Brincando as crianças pensam e criam acontecimentos mesmo sabendo que se trata de uma fantasia.

Adriana Friedmann (1992, p.68) diz que:

> Outra característica interessante na brincadeira é a forma como as crianças transformam os espaços e aprimoram-se deles. Uma pista de corrida transforma-se em trincheira, o canto de fantasia e maquiagem, em casinha. Tanto a dinâmica quanto o caráter de transformação da brincadeira variam, evidentemente, com a faixa etária, os interesses, necessidade e o desenvolvimento afetivo, cognitivo e motor da criança.

2.4. A APRENDIZAGEM

Para que a aprendizagem aconteça, deve-se ser levado em consideração que compreender o que é transmitido é um progresso individual e particular, que oferece ao aprendiz a oportunidade de adquirir autonomia no ato de pensar.

Quando a criança apenas recebe informações do professor, não é o bastante para que ela compreenda aquilo que lhe foi oferecido, tornando-se assim uma criança passiva e não pensante.

Para a criança aprender, necessita observar, interagir e investigar o mundo, pois quanto mais explora sua realidade, mais exerce a capacidade de conexão entre ideias e fatos, tirando suas próprias conclusões com mais aptidão no compreender e no pensar. Weston e Weston (2000, p. 144) afirmam que:

> [...] De fato, as crianças muitas vezes aprendem mais observando o que acontece à sua volta do que ouvindo o que é dito ou ensinado a elas. Crianças são observadores vigilantes, sempre olhando e aprendendo com o que veem e ouvem (mesmo o que não é dito).

Teorias que se referem à aprendizagem apontam três variantes globais a respeito: a afetiva, a cognitiva e a psicomotora.

A afetiva é resultante de vestígios internos ou sentimentos como satisfação, prazer, ansiedade e dor. Estamos incumbidos de auxiliar as crianças na criação de sentimentos de autoestima, pois desta maneira, a criança sente-se segura e útil, garantindo assim, o processo de aprendizagem escolar.

A cognitiva resulta das informações organizadas e depositadas na mente do aprendiz. Temos o comprometimento de ampliar e aperfeiçoar o vocabulário da criança, pois conhecer novas palavras possibilita a conquista do progresso escolar, auxiliando a criança na organização de seus pensamentos mediante ao mundo em que está inserida.

A psicomotora é relacionada à aquisição muscular obtida por intermédio de vivências com prática e treino, é traduzido com a eficácia com que a criança realiza suas funções cognitivas e motoras cada vez mais intensas. Podemos estimular a psicomotricidade expondo situações e desafios que desenvolvam a coordenação motora e o raciocínio lógico da criança de acordo com suas limitações e faixa etária.

De acordo com Adriana Friedmann (1992, p. 68-69):

> A criança se desenvolve de forma integrada nos aspectos cognitivos, afetivos, físico-motores, morais, linguísticos e sociais. Este processo de desenvolvimento se dá a partir da construção que a criança faz na sua interação com o meio físico e social. A criança vai conhecendo o mundo a partir da sua ação sobre ele. Nessa interação sujeito-objeto (ou meio), a criança vai assimilando determinadas informações, segundo o seu estágio de desenvolvimento [...].

2.5. O JOGO

Com o jogo a criança consegue expressar suas qualidades espontânea e naturalmente, ela descobre com ele um amplo cenário para explorar de maneira desregrada e involuntária o relacionamento social.

Na atualidade a atividade lúdica mais utilizada pelo professor é o jogo, pois com ele várias lacunas da inteligência são estimuladas, oportunizando que o aluno viva tudo aquilo que esteja sendo executado de forma mais significante.

Por meio do jogo o educador tem opção de realizar dinâmicas entusiasmantes e que além de tudo o instrua a distinguir os princípios morais e éticos, preparando cidadãos conscientes de seus compromissos, além de ocasionar situações em que o contato professor-aluno seja prazeroso em uma aula inovadora, "não-rotineira" e criativa.

Os jogos como aliado ao trabalho realizado em sala de aula é facilitador para o alcance de metas positivas. Eles nos auxiliam para melhorar a convivência entre os alunos; maximizar a integração/interação entre os componentes; obter novas aptidões; compreender e acatar regras; trabalhar as disciplinas já apresentadas; aceitar perdas e ganhos; torna-los mais participativos e naturais engrandecendo sua personalidade; etc.

Para crianças de educação infantil, o jogo é conceituado indispensável, pois, por meio dele a criança produz seu próprio mundo e sua veracidade. O jogo ocasiona o desenvolvimento da criança proporcionando vantagens em seu processo de aquisição no ensino-aprendizagem.

Ele é causador de entusiasmo e descontentamento, mas tem por objetivo proporcionar aprendizagem e divertimento, espontaneamente. Para o alcance de resultados significativos para o aprendizado, o educador precisa planejar os jogos e não apenas inseri-los sem intencionalidade ou rudimentos, somente para ocupação das crianças.

O brinquedo, o jogo e a brincadeira deslocam-se com o crescimento do homem, satisfazendo seus desejos, relevâncias e utilidades. O jogo aprimora na criança perspectivas afetivas, cognitivas, sociais e até culturais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que a educação infantil necessita de artifícios lúdicos para aprimoramento de experiências e vivências no processo de ensino-aprendizagem, pois o maior objetivo é facilitar a aquisição do saber pelas crianças. Brincando a criança descobre diversas maneiras de compreender tudo aquilo que lhe foi oferecido de maneira espontânea.

Para a inserção do lúdico nas práticas pedagógicas, o educador precisa agir com intencionalidade, a fim de agregar conhecimentos na prática dos educandos. O ato lúdico realizado sem intencionalidade não obtém sucesso em sua procedência, pois não acrescenta algo inovador para o processo de ensino-aprendizagem.

O lúdico proporciona para as crianças prazer no aprender, pois, possibilita momentos de socialização, fantasia e descontração no ato pedagógico. Ele estende- se as áreas cognitivas, afetivas, sociais, psicomotoras, abrangendo assim, toda a realidade que é vivenciada pela criança.

Conclui-se então que o lúdico é primordial para a formação da criança, tanto intelectual como socialmente, pois, com jogos e brincadeiras é possível apreender a atenção das crianças, e desta forma transmitir os conceitos para uma formação integral, crítica e ativa perante a sociedade.

REFERÊCIAS

CARVALHO, Audrey. **O lúdico no desenvolvimento da criança**. São Paulo: Rideel, 2010.

CARVALHO, Audrey. **Reinventando sua prática na educação infantil**. São Paulo: Rideel, 2010.

FRIEDMANN, Adriana. **O Direito de brincar: a brinquedoteca**. São Paulo: Scritta, 1992.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Organizado). **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação**. 9 edição. São Paulo: Cortez, 1996.

PILETTI, Nelson. **Psicologia educacional**. São Paulo: Ática, 1984.

COLUNISTA. **A zona de desenvolvimento proximal, de Vygotsky. Portal educação**. São Paulo: Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/25984/a-zona-de- desenvolvimento-proximal-de--vygotsky>, 2013. Acesso em: 28 out.2013.

DALLABONA, Sandra Regina. **Lúdico na educação infantil: Jogar, brincar, uma forma de educar**. Santa Catarina: Disponível em: <http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev04-16.pdf>, 2013. Acesso em: 02 set.2013.

TEIXEIRA, Luzimar. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar**. Disponível em: <http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2011/03/aprendizagemedesenvolvimentointelectualnaidadeescolar.p df>, 2011. Acesso em: 27 out. 2013.

TERRA, Marcia Regina. **O desenvolvimento na teoria de Piaget**. Campinas: Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/d00005.htm>, 2013. Acesso em: 27 out.2013.

Os Desafios da Educação Inclusiva nas Escolas Públicas

Daiane Machado Caetano Pelisser

RESUMO

Este artigo estuda os desafios da literatura infantil na Educação Inclusiva, que é parte integrante da educação e deve ser entendida como direito fundamental e essencial ao ser humano, especialmente quando se trata de alunos com necessidades educacionais especiais e de distúrbios de aprendizagem, preservando assim o direito de todos na educação. A inclusão torna-se uma grande benefício para alunos com ou sem deficiências, pois oferece uma vasta gama de modelos de papéis sociais e de aprendizagem, além da oportunidade explícita de colaboração, solidariedade, compreensão, tolerância e confiança de uns para com os outros, que prepara esses alunos para a vida adulta em uma sociedade diversificada, onde existem diferenças culturais, intelectuais ou orgânica, aproveitando a literatura como parte fundamental na vida da criança, pois quando manuseia tudo o que está à sua volta, através de seus esforços físicos e sem se sentir coagida pelo aluno, começará a ter sentimentos de liberdade e satisfação pelo que faz, dando valor e atenção às atividades que está vivenciando no momento. Ao ter contato com a literatura, a criança apresentará características de um ser livre, motivado pelas necessidades de realização pessoal.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva; Literatura; Prazer.

INTRODUÇÃO

Incluir alunos com deficiência na escola é, atualmente, um dos maiores desafios educacionais. Neste propósito é necessário que a escola crie oportunidades e também viabilize à comunidade escolar, mais especificamente para os professores, romper com as barreiras da sala de aula regular. Nesse processo de Inclusão educacional muitas barreiras já foram derrubadas. O fato de o aluno estar em sala de aula é a principal delas. Mas é importante ressaltar que estar na escola não significa que esse aluno foi incluído. Faz-se necessário que ele participe do processo educacional e que seja aceito por todos como alguém que, apesar das limitações, aprende.

Por isso, a participação desse aluno nas atividades escolares deve ser estimulada, oferecendo-se os recursos necessários para que ele se sinta capaz de dar respostas significativas. A preocupação com a aprendizagem desse "aluno especial" deve ser alvo de discussão, como a de qualquer outro aluno da escola, tendo em vista que a pessoa com deficiência estará, como os demais, aprendendo a desenvolver suas potencialidades. Em contrapartida, precisamos identificar o que mais tem sido impedimento para que esses "alunos especiais" adquiram os conhecimentos acadêmicos. Será que a escola é de fato inclusiva? O prédio possui acessibilidade? O currículo está adequado?

Ensinar está condizente com a necessidade apresentada? Essas são algumas barreiras físicas e espaciais, mas é importante pontuar que o grande impasse se encontra nas barreiras atitudinais. As barreiras que estão nas mentes das pessoas são as mais difíceis de derrubar. É nesse contexto que surge o projeto "A Informação é a Chave para a Inclusão",com o objetivo de quebrar, ou pelo menos amenizar, essas barreiras que se levantam, em sua maioria, pela desinformação. O processo de inclusão é um processo de aprendizado. Conviver com o "diferente" abre espaço para que as barreiras atitudinais sejam quebradas. A comunidade escolar (alunos, funcionários, professores, pais) se sente comprometida com o processo inclusivo e trabalham de forma integrada, desmistificando opiniões e colocando em prática os princípios que ora se encontram fossilizados.

É claro que ainda há um longo caminho a ser percorrido em prol da inclusão das pessoas com deficiência nas escolas, mas ao darmos o primeiro passo tudo se torna mais executável.

Os professores são peças fundamentais nesse processo de transformação; daí a necessidade de serem pesquisadores e executores daquilo em que acreditam. "Ensinar para transformar Vidas" precisa ser real na vida de uma escola que se propõe a ensinar princípios eternos. Em contrapartida, a educação é uma tarefa muito importante para ser executada só por professores. Todos devem fazer parte desse processo, desempenhando cada um o seu papel. Os pais devem se sentir parceiros nesse desafio, até por que os pais que têm filhos com necessidades especiais não recebem treinamento para serem pais especiais. Aprendem fazendo, pelo simples fato de precisarem fazer. Os demais pais da escola têm muito a aprender com eles. Olhar para o aluno e não para a deficiência é a receita mais eficiente; as demais barreiras vão sendo derrubadas com a disposição de fazer e a sensibilização por meio da informação. É esta a principal proposta deste projeto.

O objetivo deste artigo é abrir espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados na escola, por professores, administradores, funcionários e alunos, para o exercício da verdadeira cidadania.

Como professores devemos lutar por uma escola inclusiva, rompendo barreiras já construídas em relação às pessoas com deficiência, garantindo igualdade de direitos para todos. E promover atividades junto aos professores, viabilizando a formação em serviço, assegurando-lhes a informação de que necessitam para trabalhar com os alunos com necessidades educativas especiais.

Outro objetivo desse artigo é possibilitar ao aluno o reconhecimento e a valorização da diversidade, vivenciando situações diferentes de construir conhecimentos e conviver com novas formas de comunicação.

As práticas educativas vêm sendo aprimoradas a cada dia, para que se possa acompanhar o desenvolvimento do aluno envolvido no processo de ensino e aprendizagem. Os fatores que influenciam nas mudanças das práticas já existentes são fatores sociais, culturais econômicos entre outros. Porém, os que mais são observados são os fatores sócio-culturais, pois é a partir da vivência dos alunos e do seu contexto social que poderemos elaborar atividades pedagógicas que venham ao encontro das necessidades e particularidades dos nossos alunos.

As mudanças e as adaptações das práticas educativas existentes são fundamentais para um bom desenvolvimento do trabalho, pois conhecer e tentar entender o mundo no qual o aluno está inserido é o primeiro passo a ser desenvolvido. Proporcionar atividades interessantes que motivam a curiosidade do aluno é essencial.

Portanto, são atividades concretas e bem fundamentadas que poderão guiar o professor a desenvolver as capacidades de seus alunos, a partir de uma nova perspectiva em relação ao aluno e a suas diferenças. Isso também fará com que ele venha a ter um melhor desenvolvimento, respeitando sempre suas características e especificidades e o seu tempo de aprendizado.

Com isso, podemos perceber a importância da ressignificação das práticas educativas para inclusão de todos. O professor deve manter-se em constante atualização para que possa acolher as diversas realidades que chegam à escola, podendo assim adaptar atividades e avaliações de acordo com as especificidades dos alunos.

A inclusão hoje está sendo tratada como assunto primordial na rede pública de ensino. Mas será que os professores estão tendo a formação necessária para atender a esse público seleto de alunos? A capacitação desse profissional é de suma importância para poder atuar efetivamente, desenvolvendo coerentemente seu trabalho em sala de aula, para que atinja os objetivos esperados.

1. LITERATURA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO: O CAMINHAR DA LITERATURA INFANTIL ATÉ OS DIAS ATUAIS

Para que exista um tipo de literatura voltada para o público infantil, é preciso existir infância. A ideia de infância não foi sempre essa que conhecemos atualmente. Então, essa mudança de olhar para a criança será o marco para apresentarmos o surgimento da literatura infantil. Porém, antes disso já existia literatura.

No século XVII, a literatura folclórica criada pelo povo, acumulada até ali, foi se espalhando, atravessando fronteiras e oceanos e assim permaneceu viva ao longo da história. Muitos dos contos de Perrault, Grimm e Andersen são adaptações da literatura dessa época. Muito do que foi criado nesse século é chamado de Literatura Primordial, pois atravessou séculos através da tradição oral, sem registros.

> O poder de resistência dessa coisa, aparentemente tão frágil e precária que é a palavra, (literária ou não) prova de maneira irrefutável que a comunicação entre os homens é essencial à sua própria natureza. O impulso de contar histórias deve ter nascido no homem no momento em que ele sentiu necessidade de comunicar aos outros certa experiência sua, que poderia ter significação para todos. (COELHO, 1991, p.13).

Esse tipo de literatura folclórica ainda é presente em nossos dias atuais, como na "literatura de cordel", no, Nordeste do Brasil.

Alguns estudiosos apontam que foi entre os séculos IX e X que a literatura começa a circular oralmente. No período medieval, com a força da religião, as histórias tinham características moralizantes. Herdamos dessa época algumas fábulas, que foram se modificando com o passar do tempo. A história da Raposa e a Uva, por exemplo, já era contada na Idade Média.

Com a chegada dos tempos modernos, no século XVI, mudanças significativas acontecem na vida cultural e intelectual. A invenção da imprensa e a descoberta da gravura possibilita grandes avanços nas ciências e na arte. O aparecimento da Bíblia de Gutenberg, em 1456, marca a invenção do livro.

Apesar dessa grande evolução, na literatura popular, durante todo o século XVI, continuam circulando as criações literárias da Idade Média, sem novas invenções. Em Portugal, na mesma época em que o Brasil é descoberto, fica muito evidente o distanciamento entre a literatura oferecida para o povo e para a corte. Os filhos dos nobres eram educados em latim e tinham acesso às novelas de cavalaria, aparecidos na Idade Média.

É a partir do século XVII que escritores cultos resgatam os personagens dos contos acumulados na era medieval (cavaleiros, reis, rainhas, fadas, bruxas, etc.) e iniciam a criação e adaptação que resultam na Literatura Infantil tradicional que hoje conhecemos, como, por exemplo, as fábulas de La Fontaine.

> A Jean La Fontaine (1621- 1692) coube o mérito de dar a forma definitiva, na literatura ocidental, a uma das espécies literárias mais resistentes ao desgaste dos tempos: a fábula. Embora escrevendo para adultos, La Fontaine (ou melhor, suas fábulas) tem sido leitura obrigatória das crianças de todo mundo. A despeito das acusações e recusas que elas têm recebido, através dos séculos, e das muitas transformações sofridas, as fábulas continuam vivas, sendo para adultos e para crianças. Seria o talento do escritor? O encanto da fábula? Ou a força da tradição? Difícil decidir... (COELHO, 1991, p. 80)

Cabe ressaltar que essas fábulas foram criadas para o público adulto, pois ainda estamos falando de uma época em que a noção de infância não existia. Na mesma linha e na mesma época, os contos de Charles Perrault se eternizam e encantam o público infantil, apesar de terem sido criados em uma época que ainda não se falava em Literatura Infantil. "O Pequeno Polegar", "Chapeuzinho Vermelho" e "A Bela Adormecida", por exemplo, fazem parte da vida das crianças.

No século XVIII, inicia-se uma caminhada para a "descoberta" da criança como um ser que possui características próprias. Talvez pelo começo desse novo olhar, surgem as primeiras manifestações em relação às mudanças dos, segundo COELHO, "ultrapassados processos educativos" (1991, p.125).

Durante o século XIX ocorreram vários acontecimentos importantes. É nesse período que a criança começa a ser olhada pelos adultos. Inicialmente, ela é vista como um adulto em miniatura e a intenção é que essa fase passe o mais rápido possível para que alcance o estado adulto.

> Nos rastros dessa descoberta da criança, surge também a preocupação com a literatura que lhe serviria para leitura, isto é, para sua informação sobre os mais diferentes conhecimentos e para a formação de sua mente e personalidade (segundo os objetivos pedagógicos do momento). (COELHO, 1991, p.139)

É a partir daí que a literatura começa a tomar formas para o público infantil e os grandes marcos no fim do século são as criações dos Irmãos Grimm e Hans Christian Andersen, presentes com força ainda no mundo infantil atual. A priori, esses autores escreveram suas histórias para o público adulto, mas foram fazendo adaptações e encantaram as crianças. Grande parte das histórias infantis dessa época eram carregadas de pontos moralizantes e os textos bastante infantilizados.

No Brasil, ainda na primeira metade do século XIX, as coisas começam a melhorar em relação ao seu progresso econômico, independência política e conquista da cultura. Em relação à educação, a situação ainda era precária, pois o ensino jesuíta não tinha sido substituído por nenhum outro. Porém, a preocupação nessa área era grande e, na metade do século, graças às reformas no sistema escolar nacional. algumas transformações se concretizam e isso impulsiona a produção literária para crianças e jovens. Inicia-se uma consciência de que é preciso produzir uma literatura própria, brasileira. Segundo COELHO, "essa experiência literária vai-se dar, inicialmente, no âmbito do ensino escolar. Literatura e Pedagogia desenvolvem-se fortemente unidas. A época era de transformações aceleradas" (1991 p.205). Como exemplo de que literatura e pedagogia caminhavam juntas, as publicações infantis lançadas na época eram livros de leituras escolares, que tinham a finalidade de alfabetizar, auxiliando as cartilhas (ainda em folhas manuscritas). Essas histórias eram carregadas de valores ideológicos. Era comum encontrar nas leituras moralismo e religiosidade, valorização do estudo e do livro e preocupação com a língua portuguesa falada no Brasil. Muitas foram às tentativas de se fazer literatura infantil com sucesso, mas o grande marco estava por vim, com Monteiro Lobato[1], no século XX.

> A Monteiro Lobato coube a fortuna de ser, na área da Literatura Infantil e Juvenil, o divisor de águas que separa o Brasil de ontem e o Brasil de hoje. Fazendo a herança do passado imergir no presente, Lobato encontrou o caminho criador que a Literatura Infantil estava necessitando. Rompe, pela raiz, com as convenções estereotipadas e abre as portas para as novas idéias e formas que o nosso século exigia. (COELHO, 1991, p.225)

Por volta de 1916, Lobato já demonstrava seu descontentamento com os livros de leitura, que era a Literatura Infantil oferecida na época. No ano de 1920, pela sua própria editora, Lobato lança A menina do Narizinho Arrebitado, que foi um grande sucesso. A explicação para esse sucesso é simples: as crianças se identificavam com as situações narradas, que misturavam o real com o imaginário. A grande prova de como deu certo esse ingrediente usado por Lobato é a tradução de suas obras para o Exterior. O Sítio do Pica-pau Amarelo, que teve início na TV Tupi São Paulo em 1952, rompeu as fronteiras do país.

Além das aventuras do sítio, Monteiro Lobato adaptou obras já conhecidas, como fez, por exemplo, em O irmão de Pinóquio (1927). Por esse trabalho em traduzir e adaptar livros, tornou possível o conhecimento de várias obras aos leitores brasileiros.

Porém, foi também muito criticado ao mostrar, em suas histórias, algumas verdades que não deveriam ser ditas para as crianças. Lobato tinha intenções muito diferentes daqueles que escreviam Literatura Infantil com a finalidade de moralizar, catequizar. Mesmo com a negação do autor, os críticos da "era getuliana" diziam que essa sua liberdade criativa fazia parte de sua postura comunista.

Em suas obras infantis e mesmo nas traduções, Lobato queria retirar os aspectos pesados e "chatos". Carregava as histórias de divertimento e artifícios que criavam uma grande identificação no público infantil. Nesse trecho escrito por

Tatiana Belinky[2], uma escritora muito entendida sobre Monteiro Lobato, que conviveu e participou de seus sucessos, está o retrato dessas características: no sítio do Picapau-Amarelo Lobato criou uma constelação familiar sui generis, a única talvez na qual seria possível, sem parecer forçado, aquele relacionamento ideal, livre das naturais tensões que existem na família normal. As crianças, Narizinho e Pedrinho, não são irmãos, mas primos, não vivem na mesma casa, e o seu encontro no Sítio não é uma rotina, mas uma festa permanente. Os adultos não pressionam nem atrapalham, porque a autoridade no Sítio não é pai nem mãe, e sim avó. E as relações entre avós e netos são afetuosas e descontraídas.

Especialmente, no caso de uma avó como Dona Benta Encerrabodes de Oliveira, inteligente e culta, enérgica e compreensiva, sensata e carinhosa, realista, mas capaz de topar as mais fantásticas brincadeiras. Lobato teve a habilidade de eliminar de suas histórias o elemento perturbador que seriam os pais, com as ansiedades, atritos e problemas emocionais que assolam normalmente até as melhores relações entre pais e filhos. Pedrinho e Narizinho não são órfãos, eles têm pais que devem ser ótimos, mas são invisíveis, não estão no Sítio. No Sítio, os adultos que existem podem ser curtidos e amados sem maiores complicações: Tia Nastácia tem uma ascendência sem mandonismo, proveniente de afeição mútua e aceita com naturalidade.

> Dona Benta é a autoridade máxima. Tácita e livremente aceita, com amor e respeito, sem qualquer receio ou tensão. No Visconde de Sabugosa, "gente grande", mas boneco, pode ser descarregada, sem prejuízo da consideração devida à sua sapiência sabugal, a crítica ao adulto pomposo e professoral. E Emília, em que pese toda sua brilhante personalidade lobatiana, por ser boneca e não gente pode demonstrar e fazer desfilar impunemente todos os "pecados" infantis: a malcriação, o natural egoísmo de criança, a rebeldia, a birra, a teimosia, a esperteza marota e interesseira e até uma certa maldade ingênua – tudo imediatamente esquecido, sem maiores conseqüências nem sentimentos de culpa. (BELINKY apud COELHO, 1991, p. 234).

Assim, Lobato abria os caminhos para a Literatura Infantil brasileira. Na década de 20 inicia-se uma fase de preocupação com a educação brasileira que resulta em diversas reformas. Nos anos de 30 a rede escolar se expande, juntamente com a Literatura Infantil. Nessa fase os livros eram carregados de intencionalidade pedagógica. Atualmente, ainda temos muita literatura com essa característica (veremos mais sobre esse aspecto nos próximos capítulos), A qualidade das obras era medida através da quantidade de ensinamentos que estas traziam para as crianças.

Nessa mesma época surgem algumas revistinhas infantis como "O Tico-Tico", dando início ao sucesso e valorização das imagens e na década de 40 a Literatura em quadrinhos passa a se expandir com seus super-heróis. Os quadrinhos deixam de trazer somente humor para entrar no mundo da violência e heroísmo.

2. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS E UM BREVE OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO

Dentro das diversas reformas, o ensino primário passa a ser visto como o responsável por formar cidadãos íntegros que contribuirão com a sociedade. As escolas afastam as histórias "mentirosas" do alcance das crianças. Os contos de fadas e os personagens imaginários ficam fora da infância da época. Pelo menos, essa era a intenção da educação. Dentro dessa perspectiva, os livros de Lobato também passam a ser proibidos nos espaços educativos. Para atender as intenções pedagógicas surgem os livros documentários, carregados de informações e histórias do realismo cotidiano (a criança e a escola, a criança no lar, etc.). Esses livros possuem uma linguagem infantilizada.

Na década de 50, graças ao começo da era televisiva a literatura entra em crise. Para disputar com a Tv, os livros destinados ao público infantil passam a ser divulgados como entretenimento, não apenas como um instrumento escolar, como eram. Para rechear a literatura como diversão, ainda nessa década, é introduzida no Brasil a revista em quadrinhos do Pato Donald. Algumas críticas vindas da área da educação são disparadas em relação aos quadrinhos. O argumento usado era que os textos pequenos contribuem para a "preguiça" de ler. Desse modo, as revistinhas não foram adotadas pelas escolas, que continuaram investindo nos livros cheios de ensinamentos e transmissão de valores.

Nos anos 60, alguns críticos chegaram a dizer que o livro estava com seus dias contados, pois seria substituído por gravações e videoteipes. O destaque da época fica por conta das criações na Música Popular Brasileira. Na área da educação, é nessa década que finalmente se votou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 4.204, de 20/12/1961).

Essa primeira versão da LDB tinha como grande objeti-

vo a democratização do ensino e ampliou a escolaridade obrigatória para oito anos. Nos currículos propostos pela lei foi possível encontrar uma grande preocupação com a leitura das crianças. Com isso, inicia-se uma crescente demanda de livros literários. Para atender os objetivos da LDB de ensinar através da literatura, as editoras incluem nas páginas de seus livros fichas de atividades e roteiros de leitura, existentes ainda hoje em alguns livros.

Em 1970 a Literatura Infantil brasileira melhorou muito:

> É ao livro, à palavra escrita, que atribuímos a maior responsabilidade na formação da consciência de mundo das crianças e dos jovens. Apesar de todos os prognósticos pessimistas, e até apocalípticos, acerca do futuro do livro (ou melhor, da literatura), nesta nossa era da imagem e da comunicação instantânea, a verdade é que a palavra literária escrita está mais viva do que nunca. (Que diga o boom da literatura infantil, entre nós, a partir dos anos 70). E parece já fora de qualquer dúvida que nenhuma outra forma de ler o mundo dos homens é tão eficaz e rica quanto a literatura permite. (COELHO, 2000. p. 15)

A autora Lygia Bojunga Nunes recebe o Prêmio Internacional Hans Christian Andersen pelo conjunto de sua obra, estreando essa premiação no Brasil. Esse avanço na literatura é decorrente das mudanças nas características dos textos: produções inovadoras, experimentalismo com a linguagem e histórias inquietas e questionadoras. As ilustrações, em alta, também se aperfeiçoaram. O ponto marcante a partir dessa década é a criatividade.

Esse breve panorama histórico da Literatura Infantil nos possibilita uma reflexão sobre como as características da literatura sempre estiveram ligadas ao momento histórico. Em cada fase que podemos resgatar, as criações literárias eram feitas de acordo com a realidade e necessidade das pessoas que viviam em uma determinada época. Atualmente não é diferente.

Para iniciar esse olhar em direção da literatura atual é importante citar a polêmica existente em relação ao termo "Literatura Infantil". Alguns autores criticam essa denominação, pois consideram que a boa literatura é aquela não direcionada para um único grupo de pessoas. É claro que muitas criações são realizadas com o objetivo de atingir as crianças, mas não precisam ser infantilizadas. Além disso, os livros "infantis" podem ser fonte de prazer quando lidos pelos adultos.

> Evidentemente, tudo é uma literatura só. A dificuldade está em delimitar o que se considera especialmente do âmbito infantil. São as crianças na verdade que o delimitam com sua preferência. Costuma-se classificar Literatura Infantil o que para elas se escreve. Seria mais acertado, talvez, assim classificar o que elas lêem com utilidade e prazer. Não haveria, pois, uma literatura infantil "a priori", mas "a posteriori". (MEIRELES apud GÓES, 1991, p. 5)

Concluímos assim, que o termo é usado para apontar aqueles livros que são "consumidos" em maior parte pelo público infantil, sem que exista a infantilização e pobreza textual, pois a Literatura é sempre uma arte e deve fazer por merecer esse reconhecimento, independente do público que deseja atingir. A Literatura Infantil tem como objetivo proporcionar o prazer para as crianças através de histórias e temas que estejam próximos de sua realidade.

Porém, muitos outros pontos são mais relevantes e merecem mais polêmicas, tratando-se de literatura infantil. Para iniciarmos algumas dessas discussões, vamos olhar para os principais tipos de livros destinados às crianças, lembrando que essa não é uma classificação fechada, e sim uma forma de apresentar características de grande parte dos livros existentes atualmente:

Literatura realista: Nessa categoria, estão a histórias que retratam a realidade, com o objetivo de testemunhar o mundo cotidiano, concreto. Algumas obras com essa característica realista informam as crianças sobre diferentes assuntos. Estamos vendo crescer o número de livros que trabalham com temas difíceis de serem discutidos com o público infantil e que trazem através de uma história a preparação para alguns enfrentamentos como a morte, separação dos pais, inclusão de crianças deficientes, etc. Ex: Rodas, pra que te quero! (Ângela Carneiro e Marcela Cálamo), Menina Nina (Ziraldo).

Literatura fantasista: Traz em suas páginas o mundo maravilhoso da imaginação, como nos contos de fadas, nas fábulas e mitos. "Tanto o mito como os contos de fadas falam-nos na linguagem de símbolos, representando conteúdos inconscientes" (GÓES, 1991, p. 105) Ex: Chapeuzinho Vermelho (Perrault), A gata borralheira (Irmãos Grimm), A lebre e a tartaruga (Esopo), etc.

Literatura híbrida: São as histórias que mesclam o real e o imaginário, anulando os limites entre um e outro. Ex: Reinações de Narizinho (Monteiro Lobato), Agora não Bernardo (David Mckee).

Dentro dessa "divisão geral", estão muitos outros ramos que levam a outros estilos de livros infantis que podem ser em prosa ou poesia, os contos de acumulação e repetição (Ex: O caso do bolinho, Tatiana Belinky), histórias com predominância de elementos cômicos (Ex: História Meio ao Contrário, Ana Maria Machado), etc. Vale levar em conta também a maneira de cada autor escrever, com características próprias, ampliando os tipos de leitura que podemos oferecer às nossas crianças. Com esse grande leque e acervo que possuímos, é muito importante possibilitar a livre escolha da criança para que conheça grandes variedades e identifique suas preferências.

Além desses diferentes gêneros e estilos literários, atualmente encontramos no mercado um grande número de livros sonoros, os chamados "pop-up", cheios de dobraduras e surpresas e aqueles que trazem diferentes acessórios em suas páginas, etc. A crítica literária, bastante presente nas últimas décadas, volta seu olhar para esse material.

> Nota-se uma nova preocupação com o valor. Embora, não mais com o sentido absoluto de corresponder a um modelo, como acontecia com a leitura tradicional. Isto é, não se trata mais de julgar o mérito de uma obra em relação a parâmetros ou modelos considerados ideais, mas de descrever e interpretar a matéria literária (no caso da literatura infantil, também a matéria imagística, que é fundamental), em sua organicidade estrutural, adequação temática, natureza da linguagem usada, etc., tendo em vista o contexto temporal e cultura. (COELHO, 2000, p.60)

Acerca desses livros, surge uma polêmica: esse tipos de materiais que tanto encantam as crianças podem ser chamados de livros ou são brinquedos? Existe o termo 'livro brinquedo" para definir esse material tão presente nas prateleiras das livrarias. Alguns autores acham válido esse tipo de literatura, pois leva a criança a ter mais interesse pelos livros. Segundo Pina, "vendo-se e propondo-se o livro como brinquedo, é possível vencer quaisquer barreiras opositivas, pois a própria proposta construirá uma familiaridade entre o impresso e a criança, a qual poderá predispor positivamente os pequenos para a leitura" (p.89). Do lado de quem defende, dentro das justificativas, há quem defenda que para competir com a televisão e os games eletrônicos o livro precisa ser o mais lúdico possível, mesmo que para isso vire um brinquedo. "Em outras palavras, é ressignificar, no livro, elementos gráficos, imagéticos ou táteis na intenção de seduzir o leitor, transformando a leitura em uma gostosa brincadeira!" (ORNELAS). Por um lado, é levantada uma outra questão: os livros brinquedos podem ser considerados como literatura? Riscado deixa uma certa dúvida nessa questão:

O que é facto é que grande parte dessa produção não pode, de forma alguma, inserir-se na literatura. De entre uma considerável em termos de quantidade, imperam os livros comerciais com ilustrações que chegam pela exuberância das formas, das linhas e das cores, em suma, pelo exagero e falta de qualidade estética, quanto aos textos, eles são por vezes, de uma pobreza constrangedora no que diz respeito a fabulação, com recurso frequente a moralidades desadequadas e passadistas e, quanto à linguagem utilizada, revelam uma enorme infantilização. (RISCADO, p. 2)

A crítica literária aponta os "livros brinquedos", em sua maioria, como inadequados sendo literatura, por possuírem um texto pobre e infantilizado. "Infantilizar" as crianças não cria cidadãos capazes de interferir na organização de uma sociedade mais consciente e democrática" (OLIVEIRA). Infelizmente, muitos desses "livros brinquedos" deixam a desejar no quesito história e texto infantil. Mas apesar disso, são sim considerados literatura infantil e são bastante chamativos e queridos pelas crianças. Ele pode sim ser bastante explorado pelo mundo infantil. Porém, a preocupação surge quando esse tipo de material é o único oferecido como fonte de leitura.

Acompanhando estudos e observando as crianças em escolas de educação infantil, conclui-se que diferentes faixas etárias apresentam maior interesse por alguns aspectos dos livros infantis. Porém, não é necessário, e nem recomendável, se prender a um único tipo de livro, pois a criança precisa ter o contato com grande acervo, diferentes gêneros e estilos seja qual for sua idade. Veremos algumas das preferências de cada faixa etária:

0 - 2 anos: Nessa fase, quanto mais chamativo o livro e suas imagens, mais a criança se encanta. As histórias curtas acompanhadas de grandes imagens são as ideais. Os "livros brinquedo", de pano, que acompanham fantoches estão como indicados para a inserção da literatura na vida dos pequenos. Vale lembrar que os textos não devem ser infantilizados, cheios de diminutivos, pois, além de menosprezar o entendimento da criança, isso atrapalha no desenvolvimento de sua oralidade.

– 3 anos: O forte ainda são as imagens, mas as crianças se atentam mais e demonstram interesse pela história. De preferência, textos curtos. É nessa fase que os contos de acumulação e repetição fazem mais sucesso, pois a criança sente-se segura em conhecer parte do texto que vem a seguir e ao mesmo tempo fica cheia de curiosidade para conhecer o novo elemento/personagem. Por se interessarem por animais, atribuem grande valor aos livros que os trazem como personagens.

- 6 anos: Por sentir-se mais próxima da história, a criança nessa fase gosta de ouvir histórias que tragam elementos que se aproximem de suas vivências. As imagens do livro podem trazer elementos implícitos, pois a criança se atentar mais aos detalhes. Essa é a idade do "conte outra vez", pois a criança gosta de ouvir a mesma história várias vezes. Os contos de fadas, sucesso em todas as idades, são os preferidos durante esses anos da infância.

6 – 8 anos: Quando a criança começa a navegar no mundo da escrita e das palavras. As poesias fazem bastante sucesso por brincarem com as palavras e as rimas. Os textos podem ser maiores, pois a criança consegue se prender mais tempo a história.

Conhecer sobre o desenvolvimento infantil e as características mais marcantes de cada idade é essencial para os adultos que são os responsáveis, de alguma maneira, pela escolha dos livros que serão oferecidos para as crianças.

Se pensarmos nos critérios de seleção do acervo de livros para os mais novos deparamos, às vezes, com uma quase total ausência de critérios, sendo os livros escolhidos mais em função das capas e dos títulos do que propriamente dos conteúdos; e aqui podem entrar ainda em linha de conta fatores economicistas que em nada contribuem para melhorar o estado de coisas. (RISCADO, p.2)

Possibilitando o contato das crianças com bons e diversos livros, contribuiremos para a formação de futuros leitores que apreciam o ato de ler e que o fazem por prazer. Mas, infelizmente, nem sempre as escolas de educação infantil introduzem a literatura de maneira prazerosa na vida das crianças. Para iniciarmos a análise de situações reais e para uma crítica com fundamentos, precisamos olhar um pouco para a educação infantil atual e os profissionais que nela estão inseridos. Para isso, usaremos como base o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

A expansão da educação infantil no Brasil e no mundo tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas, acompanhando a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias. Por outro lado, a sociedade está mais consciente da importância das experiências na primeira infância, o que motiva demandas por uma educação institucional para crianças de zero a seis anos. (RCNEI, p. 11)

Dessa maneira, a educação infantil vem crescendo cada vez mais. O censo da educação básica de 2009 mostra que há 1,2 milhão de crianças matriculadas em creches. Em 2000, esse número era de 652 mil. Com esse crescimento, espera-se cada vez mais profissionais qualificados e um olhar diferenciado para a infância. Realmente, percebo que muito têm sido feito para isso: as faculdades mostram-se mais preocupadas incluindo novas disciplinas em seus cursos na área da educação e as escolas pensam mais na formação continuada oferecendo palestras e outros meios de promoverem o desenvolvimento de seus profissionais.

No início, quando a educação infantil começou a ser oferecida, ela era extremamente assistencialista. A única função das escolas era cuidar, sem refletir sobre o desenvolvimento da criança por inteiro, levando em conta seus aspectos físicos, sociais, cognitivos e afetivos. Isso vai mudando simultaneamente a nova concepção de infância que vai se construindo na sociedade.

Primeiramente, não é correto pensar a infância como única para todas as crianças. Dentro de cada sociedade, cada família, a criança vive a infância que lhe é oferecida pela organização em que está inserida.

> As crianças possuem uma natureza singular que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos.(RCNEI, p. 21)

Esse trecho do Referencial mostra muito bem o quanto conquistamos em relação ao olhar voltado para a criança, porém, nem sempre as práticas, seja na escola com os professores, ou em casa com os pais, estão de acordo com essa visão.

As instituições de Educação Infantil devem incorporar de maneira integrada as funções de cuidar e educar, visando a socialização e desenvolvimento das crianças, por meio de atividades diversificadas e prazerosas. Para isso, é essencial o papel do professor, principal mediador entre criança e conhecimento. Usando sua competência polivalente, o professor de educação infantil deve criar situações para que a criança entre em contato com as diversas possibilidades de desenvolvimento.

Para não fugir do foco deste trabalho, em relação à literatura infantil não é diferente. É o professor que faz a mediação entre criança e literatura. A maneira como essa mediação é feita traz reflexões diretas para o sentimento da criança diante de um livro. Assim, apesar da discussão em evidência na educação ser a mesma para todos, mesmo com esse diferente olhar para a infância ser discutido e divulgado, cada professor possui uma história de vida, carregada de resquícios da educação que recebeu, que interferem em sua maneira de agir diante da educação infantil.

> O difícil, o delicado, é resgatar dentro de cada educador sua criança escondida, suas histórias, como aprenderam a ler e escrever e como hoje ensinam. Pois só assim, juntamente, com a reflexão, o estudo da prática e da teoria, poderão tomar consciência de quem foram seus modelos e que modelos são hoje, apropriando-se de sua autoria, seus desejos e sonhos. (FREIRE, 2007, p.6)

Por meio de um estudo de caso e com o apoio de referências teóricas, refletiremos sobre a literatura infantil no contexto da sala de aula.

3. CONCLUSÃO

Após o surgimento da ideia de infância é que tem início a preocupação com uma literatura diferenciada para esse público. O caminhar da literatura infantil sempre esteve de acordo com o contexto histórico e o que se esperava das crianças. No interior da escola não era diferente. A literatura sempre foi utilizada de acordo com a concepção de educação em prática: dentro da educação tradicional em que o professor, detentor do saber, transmite

o conhecimento para alunos submissos, as histórias tinham a finalidade de moralizar e instruir. E assim, por muito tempo, caminharam juntas educação e literatura.

Muitas reformas educacionais, mudanças, reflexões... A educação mostra uma nova cara. Existe então uma preocupação com a formação de um sujeito ativo, a noção de que o conhecimento é construído, o respeito ao tempo de cada um. A literatura também muda, pois quer atingir esse público, crianças pensantes, ativas. Atualmente, as livrarias destinam muitas prateleiras aos livros infantis. São diversos gêneros, literatura brasileira de qualidade, traduções e adaptações de grandes obras. Um passaporte para o mundo encantado dos livros. A escola é um lugar privilegiado para colocar a criança em contato com esse acervo tão rico. As pesquisas e estudos que mostram o quanto a literatura é importante para os pequenos estão acessíveis, muitas vezes em murais ou mesmo na mesa dos professores.

Porém, é possível ver na prática que o contato das crianças com os livros em muitas escolas é restrito, pobre, sem encantamento. Dessa maneira, os professores não contribuem para que a criança se atrai pelos livros. Garantir esse contato cheio de desejo e curiosidade na educação infantil é uma forma de contribuir para a formação de futuros leitores. Assim, não será necessário no ensino fundamental que os professores façam ameaças ou usem as notas para conseguir que seus alunos leiam. Muitos professores, ao resgatarem suas lembranças da época em que eram estudantes sentem a angústia das leituras obrigatórias na escola e, para a maioria, esse foi o primeiro contato com a literatura. Esse motivo deveria impulsionar os professores a terem uma postura diferente daqueles docentes que lhes deixaram lembranças amargas, ruins. Porém, não é o que acontece sempre. Por não terem sido estimulados a apreciar a literatura em suas vidas, é grande o número de professores que não possuem o hábito de ler e não se sentem atraídos pelos livros.

Para mudar essa situação é necessário, antes de mais nada, que a gestão das escolas incentivem a leitura de todos que estão inseridos nela, pois nunca é tarde para se envolver por uma história e perceber o quanto uma leitura pode nos fazer bem. Dessa maneira, os professores se envolverem mais no trabalho com a literatura, podendo transparecer empolgação e tornando suas leituras convidativas. Não podemos privar as nossas crianças de algo tão prazeroso quanto à leitura. Nós educadores temos a possibilidade de abrir as portas da literatura para nossos alunos, contribuindo, dessa maneira, com a formação de futuros jovens e adultos apaixonados pelos livros.

E ainda, o primeiro passo para a escola ser também inclusiva é o reconhecimento e a aceitação das diferenças individuais, pois as necessidades educativas especiais pressupõe outras estratégias de ensino-aprendizagem que não as usadas rotineiramente com a maioria dos alunos.

Segundo a UNESCO (1994, p. 61, apud Revista Integração):

> O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, o uso de recursos e parcerias com a comunidade.

A escola inclusiva se adapta para que todas as crianças, deficientes ou não, tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem. Incluir é respeitar e aceitar as individualidades, as diferenças de cada um e aprender com elas. Porém, aceitar e respeitar não são suficientes. É necessário criar condições para que a inclusão aconteça para todos. Dentro desse processo existem inúmeras formas de trabalho junto aos alunos especiais. A proposta desta pesquisa foi buscar na literatura a estimulação de relações interpessoais mais dinâmicas e livres de preconceitos entre alunos - alunos, professores - alunos e funcionários - alunos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. **Literatura Infantil: espaço de desejo, espaço de prazer**. Disponível em: <http://sitemason.vanderbilt.edu/files.pdf >. Acesso em: 20 ago. de 2020.

ALVES, R. **A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir**. 9ª edição. Campinas, SP: Papirus, 2001.

BIANCHETTI, L.& FREIRE, I. M. **Um Olhar Sobre a Diferença**. Porto Alegre, Papirus.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil**. Vol. 1. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CADEMARTORI, L. **O que é literatura infantil?** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COELHO, N. N. **A literatura Infantil: história, teoria, análise.** 3.ed. São Paulo: Quíron, 1984.

. **Literatura Infantil: Teoria, Análise, Didática**. São Paulo: Moderna, 2000.

. **Panorama Histórico da Literatura Infantil/ Juvenil**. 4. ed. São Paulo: Ática. 1981.

CUNHA, M. A. A. **Literatura Infantil: teoria e prática**. 18. ed. São Paulo: Ática, 1999.

FREIRE, M. **A paixão de conhecer o mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Organizadora Ana Maria Araújo Freire – São Paulo: Editora Unesp, 2001.

GÓES, L.P. **Introdução à Literatura Infantil e Juvenil**. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

Apropriação Social da Leitura e da Escrita de Crianças do 1º Ano do Ensino Fundamental, por Meio do Letramento, em uma Unidade Escolar do Município de Mauá – SP

Angela Cristina Torres de Andrade

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a leitura a leitura nos primeiros anos escolares e as exigências que o mundo contemporâneo impõe à rotina das pessoas, bem como a importância do contato da criança com os materiais de leitura. Para tanto, discorre sobre os problemas relacionados à leitura na escola, dando ênfase às dificuldades por parte dos alunos e a escolha dos materiais pelo professor, assim como a falta de estímulos à leitura frente ao desenvolvimento das novas tecnologias. Dentre os itens estudados, pesquisou-se o cidadão leitor e a relação entre alfabetização e letramento, além da afetividade no processo de apropriação da linguagem escrita e a função social da leitura. Paralelo a uma revisão bibliográfica, foi realizado um estudo de caso com uma professora que leciona, atualmente, num 1º ano do Ensino Fundamental, numa escola municipal do município de Mauá, a partir do qual foi possível verificar que a teoria está perfeitamente interligada com a prática do cotidiano. Conclui-se que muitas questões ainda merecem ser analisadas em relação ao caminho da oralidade em busca do letramento, uma vez que essas práticas apresentam nuances muito diversificadas nas instituições de educação infantil de todo o país. Reitera-se que o hábito de leitura será uma realidade se a pessoa sentir que vale à pena, se ela perceber o que trará de benefícios pessoais, profissionais e sociais. Conseguindo perceber a satisfação dos interesses e necessidades inatas, passa à percepção do proveito proporcionado pela leitura e chega ao trato regular dos livros, adquirindo uma posição firme e permanente.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura. Escrita. Letramento.

INTRODUÇÃO

Na nossa prática diária, percebemos que a linguagem oral é uma realidade das instituições escolares, na medida em que as pessoas falam e se comunicam entre si, expressando desejos, vontades e ideias em todos os momentos e lugares que frequentam. Teoricamente, no entanto, ela não tem sido tratada com a importância educativa e intencional devida, pois ou a tratam de forma casual e espontânea, ou por meio de atividades e repetição.

Como educadoras observamos colegas aflitas para atingirem logo o letramento, sem dar a devida importância ao desenvolvimento da oralidade na educação formal e informal que as crianças recebem desde o nascimento.

Considerando que atualmente as crianças têm sua entrada nas instituições mais cedo, temos que despertar a atenção da família e, especialmente, dos educadores, para que este problema não persista, desenvolvendo uma orientação para ampliar o universo discursivo infantil.

Desta maneira, o presente trabalho tem como objetivo salientar, numa posição construtivista, a linguagem oral e escrita para que as crianças obtenham futuramente mais êxitos do que fracassos escolares, engajados neste processo que busca a valorização do indivíduo de forma que aprofunde cada vez mais seu próprio conhecimento e sua autoestima.

É importante ressaltar que quando a alfabetização se dá por meio do letramento, a primeira coisa que a escola deve fazer é descobrir o grau de letramento das crianças, uma vez que este inclui a capacidade que o indivíduo tem de instruir-se por meio da leitura e de selecionar, entre muitas informações, aquela que mais lhe interessa.

Aprender a ler não é muito diferente de aprender outros procedimentos ensinados na escola. Requer, no entanto, que o aluno atribua sentido à leitura, que conte com recursos cognitivos suficientes para fazê-lo e que tenha ao seu alcance a ajuda insubstituível de pessoas que confiem na competência da criança e que saibam intervir para fomentá-la.

O objetivo geral deste trabalho é analisar como o letramento apropria, socialmente, a leitura e a escrita das crianças do 1º Ano do Ensino Fundamental, em uma unidade escolar do Município de Mauá.

Dentre os objetivos específicos:

- Verificar o conceito e os objetivos atuais de alfabetização e letramento.
- Pesquisar as estratégias utilizadas no letramento, que envolvem a apropriação social da criança a partir da leitura e da escrita.
- Analisar, a partir de uma pesquisa de campo, os resultados do letramento versus a sua apropriação social, numa turma de 1º Ano do Ensino Fundamental, de uma unidade escolar do Município de Mauá.

Atualmente, percebe-se que o "desencontro" entre a escola e as crianças têm mobilizado profissionais da educação ao questionamento e à busca de novos horizontes para as práticas educacionais.

Para que se revelem vantajosas as pesquisas no campo da leitura e a experiência no moderno ensino da mesma, é preciso encontrar meios de aplicá-las no dia-a-dia. São necessárias atividades que coloquem as crianças em confronto direto ou indireto com livros, sobretudo na escola.

As dificuldades que as crianças encontram para ler são indiscutíveis; não existem livros; não há espaço para ler; não se formam circuitos de leitura e não existe vinculação entre o lido e o vivido.

O direito de ler significa, igualmente, o direito de desenvolver capacidades intelectuais e espirituais da pessoa, o direito de aprender e progredir, e a todos deve ser reservado esse direito.

Os livros não devem ser considerados como uma "obrigação escolar", mas como "companheiros do leitor". Não se deve fazer tentativa alguma para esgotar um livro ao discuti-lo. Os próprios estudantes precisam descobrir o que determinada leitura tem de significativa em termos de sua vida, de seus problemas e de suas perguntas.

As discussões acerca de cada leitura devem conduzir também ao auto-reconhecimento. O papel do professor não é o de examinador, mas o de uma pessoa para a qual os livros são importantes, que não somente quer que os alunos lhe falem sobre suas experiências com livros, mas que relatem também o que a leitura lhes proporciona.

Enfim, a leitura é muito mais importante do que toda a atividade baseada em livros, mais importante até que a melhor discussão. A prática regular é a pré-condição da formação do hábito de ler. Deste modo, justifica-se o interesse na escolha deste tema, reiterando que o hábito de leitura será uma realidade se a criança sentir que vale à pena, se ela perceber o que trará de benefícios pessoais e sociais.

O verdadeiro leitor é aquele que sabe ler o que está escrito e o que está implícito; que é capaz de relacionar o que lê com a sua vida e com a realidade social. Nada está pronto e acabado. Portanto, as folhas subsequentes cabem a cada um de nós.

METODOLOGIA

Este trabalho será realizado a partir de pesquisa e revisão bibliográfica em livros específicos, artigos, periódicos e artigos de *Internet*. Segundo Lakatos e Marconi (2001, p. 37):

> A pesquisa bibliográfica significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos. (...) implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas.

Além da revisão bibliográfica, será apresentado um estudo de caso, com observação direta intensiva, por meio de observação de uma turma de crianças do 1º Ano do Ensino Fundamental, em uma unidade escolar do Município de Mauá, em atividades de alfabetização e letramento.

1. O CIDADÃO LEITOR

As exigências do mundo contemporâneo acabam por afastar os pais, por longas horas, do convívio com os filhos. Nos dias atuais, diante da inserção cada vez mais comum das mulheres nas empresas, a família acaba se desestruturando, o que agrava ainda mais a situação.

É comum que as crianças fiquem sob o cuidado, muitas vezes, de empregados, ou mesmo sozinhas em casa, geralmente em frente à televisão. Os pais, os primeiros responsáveis pelo estímulo ao hábito de leitura dos filhos, não dispõem de tempo hábil para ler para e com os filhos. Lêem pouco, perdendo a oportunidade de, pelo exemplo, despertar na criança o interesse pela leitura.

Desta maneira, o acesso à leitura exige que esta, juntamente com a produção do texto, se tornem ferramentas de pensamento de uma experiência social renovada. Busca-se um novo ponto de vista, diante de uma realidade ampla, na qual a escrita faz parte.

Hoje, a literatura não é entretenimento, pois não pode competir com a televisão, com o *videogame* e com a *Internet*. Vygotsky (1998) afirma que, é durante a infância que são consolidados os conceitos que vão acompanhar a criança pelo resto da vida. A leitura é fundamental para o desenvolvimento intelectual, social e emocional, levando o indivíduo a construir conhecimentos e exercer a cidadania.

Segundo Gallart (1999), a leitura tem um papel formador e prazeroso. Ela amplia o entendimento do mundo; propicia o acesso à informação com autonomia; permite o exercício da fantasia, da imaginação, do faz-de-conta e estimula a reflexão crítica, a formação de consciência, o debate e a troca de ideias. No entanto, o que se nota na maioria das escolas é uma desmotivação, por parte dos alunos, quanto à leitura. Esta parece ser vista por eles como um castigo. As queixas, as constatações de que as crianças e os jovens não lêem são imensas.

O primeiro contato que a criança estabelece com a leitura é por via oral, ouvindo as histórias contadas por seus pais, avós, tios, entre outros, através dos contos de fadas, trechos da Bíblia, histórias inventadas, contos surrealistas, entre outros. A hora do conto, por sua vez, é uma das atividades realizadas com a finalidade de despertar nas crianças o interesse maior para explorar o mundo mágico da leitura.

Conforme Oliveira (1996), ler e contar histórias é uma forma de desenvolver o gosto pela fantasia, incentivando aspectos que dizem respeito ao seu potencial criativo. Dessa forma, o gosto literário da criança pode ser estimulado introduzindo o livro, desde cedo, nas suas brincadeiras. Quando a criança ainda não lê, é bom que alguém lhe conte histórias. Este poderá ser o primeiro passo para que mais tarde a criança tenha o gosto pela leitura.

Abramovich (1989) diz que é por meio duma história que se pode descobrir outros lugares, outros tempos, outros jeitos de agir e de ser, outra ética, outra ótica. É ficar sabendo História, Geografia, Filosofia, Política, Sociologia, sem precisar saber o nome disso tudo e muito menos achar que tem cara de aula, porque se tiver, deixa de ser literatura, deixa de ser prazer e passa a ser Didática, que é outro departamento.

Na fase de socialização, por volta dos seis ou sete anos, os professores deverão instigar as crianças a folhear livros de gravuras e a praticar com maior assiduidade a narrativa de histórias e a leitura em voz alta. Esse período consiste em incentivar na criança a expectativa de aprender a ler, tomando o cuidado para não sobrecarregá-la, o que facilitará seu desempenho no primeiro ano escolar.

Segundo Bettelheim (1980), as crianças devem ser criadas de uma forma que a vida lhes seja significativa. Os pais, responsáveis e professores são elementos importantes nesse processo, como também a herança cultural do grupo ao qual faz parte.

Para que a criança tenha condições de gostar de ler, precisa tomar contato com leituras de diferentes níveis e assuntos. Quando a criança lê textos simples por conta própria, o professor deve ampliar seu repertório de conhecimentos mostrando-lhe outras leituras (BRASIL/MEC, 1997).

Aproximar a leitura das crianças não pressupõe aproximá-las, necessariamente, de um problema de decodificação; pressupõe aproximá-las de algo que elas, na sua maioria, já conhecem, que lhes proporciona em geral experiências divertidas e gratificantes e que faz parte de sua vida (GALLART, 1999).

Se nessa aproximação as crianças sentirem a necessidade de explorar o código, não haverá maior inconveniente em responder à sua curiosidade, da mesma forma que se responde aos seus questionamentos sobre o mundo em geral, oferecendo uma informação pertinente e adaptada às suas necessidades.

Embora os sucessos e as derrotas dependam em grande parte do primeiro ano da escola, de modo geral, percebe-se que a escola não valoriza muito o ato de ler, pois o considera menos importante que a habilidade de escrever. Assim, deixa de lado o conceito de que a leitura é a realização da escrita, pois se um texto foi confeccionado, o objetivo é que um dia uma pessoa possa ler o mesmo e exprimir suas opiniões sobre ele.

Se o professor puder observar e estimular cada progresso da leitura, a criança assumirá uma atitude positiva em relação ao assunto. A ajuda do professor no desenvolvimento de interesses e do hábito de leitura é especialmente necessária em se tratando de leitores que apresentam dificuldades específicas.

Aprender a ler é mais fácil do que aprender a escrever. Uma criança pode começar ouvindo histórias, aprendendo a decifrar o som das letras (no seu dialeto e no da escola) em diversos contextos (palavras diferentes), e se pôr a ler pequenos textos de cujo conteúdo já tem conhecimento (já ouviu) ou que sabe de cor, como canções, provérbios, adivinhações etc. (CAGLIARI, 1997).

Nos primeiros anos escolares, é importante que seja dada maior atenção a alguns assuntos especiais relacionados ao desenvolvimento do hábito de leitura por parte da criança. A expansão do vocabulário, em especial, é a mais importante aquisição do ensino da leitura, já que, obtendo mais vocabulário, a criança apresentará uma melhor elaboração de frases, podendo até formular ideias mais complexas sobre um determinado assunto.

Um outro aspecto relevante é o material que será utilizado, devendo este corresponder às necessidades e interesses gerais da criança, pois um material mais apreciado pode influenciá-la positivamente durante todo o desenvolvimento do gosto e hábito pela leitura.

Ler e escrever são atividades que se complementam, pois quem lê mais dispõe de um vocabulário mais rico e compreende melhor a estrutura gramatical e as normas ortográficas da Língua Portuguesa. Ou seja, quanto mais variados, interessantes e divertidos forem os textos, maior será a chance das crianças se tornarem leitoras hábeis (BRASIL/MEC, 1997).

O exemplo e a imagem do professor exercem, também, grande influência quanto à leitura. Ao identificar-se com o professor, a criança começa, automaticamente, a tentar seguir seu exemplo, lendo. Dentre as várias atividades que desenvolvem o interesse e o hábito de leitura nos primeiros anos da escola, podem ser citadas: a exposição de livros na sala de aula; os desenhos de livros e composições escritas sobre eles, ou seja, uma adição interessante ao currículo normal e a mostra à criança que a experiência do livro nunca se esgota, podendo ser utilizado de diversas maneiras.

Por outro lado, a excessiva ênfase nos exercícios mecânicos poderá diminuir o prazer que provém da leitura, visto que ao mecanizar uma atividade, esta se torna desagradável e cansativa, fazendo com que a criança não cultive nenhum desejo em ler novamente.

Portanto, nos primeiros anos escolares a criança deve ser estimulada e ajudada ao máximo para que desenvolva o mais rapidamente possível o prazer pela leitura e conquiste o mundo mágico dos livros o quanto antes, aumentando sua capacidade criativa e ampliando sua compreensão a partir dos exercícios de gramática.

É preciso, no entanto, tomar cuidado para não fazer apenas a decodificação da língua com as crianças. O ideal é alfabetizar letrando. O letramento inclui a capacidade que o indivíduo tem de instruir-se por meio da leitura e de selecionar, entre muitas informações, aquela que mais lhe interessa:

O ensino inicial da leitura deve assegurar a interação significativa e funcional da criança com a língua escrita. Para alguns, isso prolongará aprendizagens já iniciadas em sua família; para outros, será a ocasião para realizá-las, ocasião que não se deve protelar mais. Propiciar essa interação implica a presença pertinente e não indiscriminada do escrito na aula. Implica, sobretudo, que os adultos encarregados da educação das crianças usem a língua escrita, quando for possível e necessário, diante delas, fazendo-as compreender, assim, seu valor comunicativo.

Entre os diversos textos que podem ser utilizados em sala de aula, podem ser citados: jornais, folhetos de propaganda, revistas, gibis, anúncios de cartomantes, receitas, enfim, tudo o que possa servir para garantir que o primeiro tijolo da grande construção da cidadania fique bem assentado.

Até mesmo algumas embalagens de produtos alimentícios trazem pequenos textos repletos de informações interessantes. O importante é que o material escrito apresentado aos alunos seja interessante e desperte a curiosidade das crianças. Textos literários e poesias também devem ser usados.

Para Ferreiro e Teberosky (1999), diagnosticar quanto os alunos já sabem antes de iniciar o processo de alfabetização é um preceito básico. O livro "Psicogênese da Língua Escrita", escrito por ambas, mostra que as crianças não chegam vazias à escola, sem saber nada sobre a língua. De acordo com a teoria, toda criança passa por quatro fases até que esteja alfabetizada: pré-silábica; silábica; silábico-alfabética e alfabética.

Segundo Pellegrini (2001), para Piaget, a forma de raciocinar e de aprender da criança passa por estágios sucessivos. Por volta dos dois anos, ela passa do estágio sensório-motor para o pré-operatório. Outra progressão se dá por volta dos sete anos, quando passa para o estágio operacional-concreto. Finalmente, por volta dos 12 anos, chega ao estágio operacional-formal. Tais informações, se bem utilizadas, ajudam o professor a melhorar sua prática.Vygotsky (1998), afirma que o bom ensino é o que incide na zona proximal. Ensinar o que a criança já sabe é pouco desafiador e ir além do que ela pode aprender é ineficaz. O ideal é partir do que ela domina para ampliar seu conhecimento.

Na opinião de Freire (1983), os alunos não devem ser estimulados a memorizar mecanicamente a descrição do objeto, mas aprender sua significação profunda. O conteúdo proposto não deve ser reduzido em tabletes de conhecimento que devem ser engolidos pelos estudantes, pelo contrário, deve ser estimulada a curiosidade dos alunos, de maneira dinâmica e ativa, para aí sim acontecer a efetiva aprendizagem.

A insistência na quantidade de leituras sem o devido adentramento nos textos a ser compreendidos, e não mecanicamente memorizados, revela uma visão mágica da palavra escrita. A alfabetização de adultos, na visão de Paulo Freire, é um ato político e um ato de conhecimento, por esse motivo, um ato criador: "Fui alfabetizado no chão do quintal de minha casa, à sombra das mangueiras, com palavras do meu mundo e não do mundo maior dos meus pais. O chão foi o meu quadro-negro; gravetos o meu giz" (FREIRE, 1983, p. 16).

Entende-se que é muito importante o indivíduo ser alfabetizado considerando os seus conhecimentos e a sua realidade; não se deve esquecer que a realidade é diferenciada de pessoa para pessoa e, em maior grau, de um adulto para uma criança. Portanto, a alfabetização deve acontecer de acordo com a "visão de mundo" de cada alfabetizando.

1.1. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A alfabetização, assim como o letramento, tem sido temas muito discutidos nos dias de hoje. Buscam-se respostas para dúvidas como: de que modo a criança aprende? Que método utilizar? Como ensinar? Qual é o papel do professor? Qual é o papel da criança? Que interações são possíveis na sala de aula? Assim, procuramos neste capítulo, analisar algumas destas questões.

Apesar de possuir uma das mais avançadas legislações no que diz respeito às crianças, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o panorama básico da alfabetização infantil no Brasil ainda apresenta números desesperadores de crianças sem possibilidades de estudar e receber uma educação sólida e consistente. O art. 53 do ECA está assegurado que:

> A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (...)" (AZEVEDO; MARQUES, 1997, p. 32).

O art. 54 acrescenta: É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente "ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria" (AZEVEDO; MARQUES, 1997, p. 32).

Apesar da legislação assegurar que a educação é um direito de todos, o cenário atual é completamente diferente. Segundo o censo realizado em 1988, 30 milhões de pessoas eram analfabetas. Mesmo a década de 90 tendo sido considerada a Década Mundial da Alfabetização, em 2000 uma em cada quatro crianças eram analfabetas.

A conclusão inevitável desse retrato sem retoque não é a de que boa parte da infância brasileira está analfabeta porque permanece à margem do sistema escolar, e sim a de que, muito pelo contrário, passa pela escola sem aprender. Metaforicamente poderíamos dizer que a infância brasileira vem sendo, há muito tempo, analfabetizada pela escola (...) (AZEVEDO; MARQUES, 1997).

Romper o círculo vicioso do analfabetismo é uma preocupação constante dos pesquisadores brasileiros das últimas quatro décadas. Duas são as áreas predominantes em que este assunto é abordado, a Psicologia e a Pedagogia.

O quê e como ensinar vem sendo muito discutido nos últimos tempos, mas, felizmente, o conceito de alfabetização vem sofrendo alterações ao longo do tempo na medida em que diferentes correntes: psicológicas, sociológicas, linguísticas, têm influenciado a prática pedagógica. Cada uma dessas correntes chama a atenção dos interessados para um aspecto do processo, ainda que não consiga, na maioria das vezes, defini-lo de forma suficientemente abrangente (MOURA; SILVA, 1998).

Mais recentemente se tem procurado dar à alfabetização o cunho de "iniciação", pois a palavra tem sido utilizada em muitos campos do conhecimento científico: "alfabetização matemática", "alfabetização ecológica", "alfabetização científica", entre outras. Se for assim, ela começa antes mesmo da educação infantil, já quando a criança, curiosa, começa a explorar o mundo ao seu redor e é estimulada para isso.

No dia-a-dia de nossa sala de aula, a alfabetização é um processo mais complexo e mais completo. É através dela que a criança, como sujeito, assume sua identidade como ser no mundo, passando a integrar-se de forma satisfatória com ele, conhecendo-se e conhecendo os outros sujeitos, assim como ao ambiente, de forma a garantir uma convivência harmônica e produtiva.

A alfabetização passa a ser vista, então, como o instrumento que permite ao homem sair do "caos" de uma visão indiferenciada da realidade para buscar a organização tão necessária para a sua própria sobrevivência e da humanidade.

Embora a alfabetização seja de enorme significância para a compreensão da realidade, é apenas um dos instrumentos que fazem parte do processo de letramento. A criança começa a se alfabetizar muito antes de entrar na escola. E desde então ela já usa a palavra de forma satisfatória.

Quando começa a identificar os objetos de sua realidade bem como os atributos que lhe são próprios, a criança inicia um processo de leitura que lhe permite conhecer tudo aquilo que está ao seu redor, passando daí a perceber a relação que existe entre os objetos e a compreender toda a gama de relações possíveis (MOURA; SILVA, 1998).

Nesse percurso, a criança relaciona-se com a escrita antes mesmo de entrar para a escola, passando a reconhecê-la também como um objeto dessa realidade, cuja posse vai lhe possibilitar o acesso aos segredos da história, da ciência, da ficção, enfim, de todo o pensamento humano acumulado ao longo do tempo.

Por se constituir num projeto interdisciplinar, a alfabetização não pode ser considerada tarefa de um único educador. Especialmente porque ela não se limita no tempo. Não tem um momento para começar nem tampouco para terminar.

É urgente a necessidade de uma mudança. Trabalhar a alfabetização de forma interdisciplinar pode ser uma das maneiras de tornar a criança mais interessada e, consequentemente, mais permeável à aprendizagem da leitura e da escrita (MOURA; SILVA, 1998).

1.1.1. LETRAMENTO

Normalmente, pensamos sobre a área de Língua Portuguesa sob dois aspectos: as "primeiras letras", hoje alfabetização, e o estudo da língua propriamente dita.

Durante o primeiro estágio, previsto para durar em geral um ano, o professor deveria ensinar o sistema alfabético de escrita e algumas noções ortográficas de português, o que garantiria ao aluno a possibilidade de ler e escrever por si mesmo. O segundo estágio se desenvolveria em duas linhas básicas: os exercícios de redação e os treinos ortográficos e gramaticais.

> O conhecimento atualmente disponível recomenda uma revisão dessa metodologia e aponta para a necessidade de repensar sobre teorias e práticas tão difundidas e estabelecidas, que, para a maioria dos professores, tendem a parecer as únicas possíveis (BRASIL, 1997, p. 33).

Na Antiguidade grega, o autor era quem compunha e ditava para ser escrito pelo escriba; a colaboração do escriba era transformar os enunciados em marcas gráficas que lhes davam a permanência.

A compreensão atual da relação entre a aquisição das capacidades de redigir e grafar rompe com a crença de que o domínio do bê-á-bá seja pré-requisito para o início do ensino de língua e nos mostra que esses dois processos de aprendizagem podem e devem ocorrer de forma simultânea. Um diz respeito à aprendizagem da escrita alfabética; o outro se refere à aprendizagem da linguagem que se usa para escrever.

É importante lembrar que a escrita alfabética não garante ao aluno a possibilidade de compreender e produzir textos em linguagem escrita.

> Quando são lidas histórias ou notícias de jornal para crianças que ainda não sabem ler e escrever convencionalmente, ensina-se a elas como são organizados, na escrita, estes dois gêneros: desde o vocabulário adequado a cada um, até os recursos coesivos que lhes são característicos (BRASIL, 1997, p. 34).

Assim como o autor grego, o produtor do texto é aquele que cria o discurso, independentemente de grafá-lo ou não. Essa diferenciação é que torna possível uma pedagogia de transmissão oral para ensinar a linguagem que se usa para escrever.

Ensinar a escrever textos torna-se uma tarefa muito difícil fora do convívio com textos verdadeiros, com leitores e escritores verdadeiros e com situações de comunicação que os tornem necessários. A diversidade de textos que existe fora da escola pode e deve estar a serviço da expansão do conhecimento letrado do aluno.

É preciso deixar claro que as propostas didáticas difundidas a partir de 1985, ao enfatizar o papel da ação e reflexão do aluno no processo de alfabetização, não sugerem uma abordagem espontaneísta da alfabetização escolar, ao contrário, o conhecimento dos caminhos percorridos pelo aluno favorece a intervenção pedagógica e não a omissão, pois permite que o professor ajuste as informações de acordo com o cotidiano de seus alunos. O professor pode utilizar os erros cometidos, para guiar a sua prática, tornando-a menos genérica e mais eficaz. "A alfabetização, considerada em seu sentido restrito de aquisição da escrita alfabética, ocorre dentro de um processo mais amplo de aprendizagem da Língua Portuguesa" (BRASIL, 1997, p. 35).

Percebemos, então, que se cria a necessidade de um novo papel para o professor das séries iniciais: o de professor de Língua Portuguesa.

Analisando, agora, os tipos de métodos de alfabetização existentes, nota-se que eles estão divididos em dois grupos: o método tradicional e o método global.

O método tradicional, também chamado de silábico ou bê-a-bá, consiste no aprendizado das letras primeiramente, depois das sílabas, palavras e frases. Já o método global, posto em prática no começo do século XX pelo psicólogo e educador belga, Decroly, é o contrário do método tradicional. Nesse método primeiramente se ensina as palavras, para depois dividi-la em sílabas e só posteriormente em letras. Existe também um terceiro método, chamado de método misto, em que adiciona-se ao método tradicional algumas palavras do método global, sendo o mais utilizado nos manuais atuais.

O letramento é a competência linguística e literária na elaboração de textos diversos: cobre uma vasta gama de conhecimentos, habilidades, capacidades, valores, usos e funções sociais. Mesmo sem estar alfabetizada uma criança pode "ler" um livro ou "escrever" uma carta.

Na dimensão individual, letramento (*letracy events*) são os eventos em que a linguagem escrita é essencial à natureza das interações e aos processos e estratégias interpretativas de seus participantes. Já numa dimensão social ou cultural, letramento é o uso que se faz da habilidade da leitura/escrita para responder às demandas sociais.

Existem diferentes definições de alfabetização. A definição mais atual, porém, diz que ser alfabetizado é estar em condições de poder abordar convenientemente os diferentes tipos de textos, tanto na leitura como na escrita, incluindo nestes diferentes textos até mesmo a leitura e escrita em computadores.

A metacognição é a avaliação das principais habilidades e a consciência das estratégias mais apropriadas para atender a cada tarefa específica. No baixo letramento, as crianças preferem ler em voz alta; não retomam o texto para buscar uma informação específica; repetem apenas o que está escrito no texto; afirmam que já dominavam o assunto sem identificar novas informações.

2. A AFETIVIDADE E O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DA LINGUAGEM ESCRITA

Wallon (1971, p. 91) defende, em sua teoria, o caráter contagioso das emoções. "A emoção necessita suscitar reações similares ou recíprocas em outrem e, (...) possui sobre o outro um grande poder de contágio". Nesse sentido, a afetividade, que permeia a atuação do professor, desencadeará reações semelhantes nos alunos.

No cotidiano da instituição escolar, diferentes indivíduos confrontam-se com suas histórias de vida, suas concepções de mundo, com seus objetivos e intenções. Encontros e desencontros, as diferentes ações e reflexões dos que participam dessa dinâmica escolar propiciam novas relações que podem facilitar, ou não, o processo ensino/aprendizagem (SOUZA, 1997).

Na escola, o professor é um dos mediadores na interação sujeito-objeto. Nesse espaço interativo, acontecem as transformações: as ações são partilhadas, e a construção do conhecimento dá-se de forma conjunta. As ações, tanto do professor quanto do aluno, não são ações isoladas, mas convergentes entre si, quando as discussões e trocas colaboram (ou não) para que se alcancem os objetivos desejados. O processo interativo em sala de aula pressupõe um espaço onde todos terão possibilidade de falar, formular suas hipóteses e chegar a conclusões que favoreçam a construção do conhecimento (MARTINS, 1997).

> Dizer que a relação professor-aluno é ao mesmo tempo afetiva e de progresso cultural (progresso na conquista da cultura) é afirmar que o elemento intelectual está apto a se unir aos elementos de sentimento. Dizer que essa relação escolar pode proporcionar alegria é garantir que o elemento intelectual contém como que um apelo à junção com os elementos de sentimento – quando ambos são vividos com bastante profundidade. Reciprocamente, o afetivo dá acesso ao intelectual: sentimento paixão torna-se compreensão e, portanto, saber (SNYDERS, 1993, p. 91).

Snyders, em seu livro "Alunos Felizes", ressalta a importância do papel da escola na forma como as pessoas se apropriam da cultura. Destaca a necessidade de a escola olhar o indivíduo em sua totalidade, buscando a inter-relação entre o afetivo e o cognitivo, afirmando que:

> De todos os conhecimentos, da geografia à matemática, esperam-se ressonâncias afetivas. Todos sabemos que, para o aluno, o conhecimento é trazido pelo afetivo: ele aprende realmente bem o que o cativa, numa atmosfera de aula que lhe parece segura, com um professor que sabe criar afinidades. Eis porque a escola, ao mesmo tempo, tem necessidades de conciliar o intelectual e o afetivo, e constitui um local privilegiado para essa conciliação (SNYDERS, 1993, p. 92).

Então, a possibilidade de união entre o afetivo e o intelectual está no desejo de compreender e na alegria de conhecer que são inerentes à nossa natureza. Os aspectos afetivos que permeiam a relação professor-aluno não se restringem somente às virtudes e aos valores do professor com relação aos alunos. Manifestam-se também na maneira como o professor lida com o conteúdo e na habilidade de ensino que desenvolve.

Segundo Dantas (1992), na medida em que o indivíduo evolui em conquistas cognitivas, a vinculação afetiva passa a nutrir-se por essas vias:

> Instala-se o que se deveria denominar de forma cognitiva de vinculação afetiva. Pensar nessa direção leva a admitir que o ajuste fino da demanda às competências, em educação, pode ser pensado como uma forma muito requintada de comunicação afetiva (DANTAS, 1992, p. 90).

A escola, como espaço legítimo para promover a apropriação da experiência culturalmente acumulada, deve levar em conta que os aspectos cognitivos e afetivos são indissociáveis e proporcionar o desenvolvimento do indivíduo na sua totalidade. Toda aprendizagem está impregnada de afetividade. A trama que se tece entre alunos, professores, conteúdo escolar, livros, escrita etc. não acontece puramente no campo cognitivo. Existe uma base afetiva permeando essas relações (LEITE et al., 2001).

2.1. ESCRITA E ALFABETIZAÇÃO

Ao iniciarmos a alfabetização, ajudamos a criança a marcar um ponto, imaginário, através do qual a criança dará início a sua reta, ao seu caminho. Devemos contribuir para que essa reta não seja curta, porém longa e rica em conhecimentos (FARACO, 1994).

Para aprender a ler e a escrever é preciso pensar sobre a escrita, pensar sobre o que a escrita representa e como ela representa graficamente a linguagem. Algumas situações didáticas favorecem especialmente a análise e a reflexão sobre o sistema alfabético de escrita e a correspondência fonográfica. São atividades que exigem uma atenção à análise, tanto quantitativa como qualitativa, da correspondência entre segmentos falados e escritos (FARACO, 1994).

Não é qualquer texto que, além de permitir este tipo de leitura, garante que o esforço de atribuir significado às partes escritas coloque problemas que ajudem o aluno a refletir e a aprender. Os textos mais adequados são as quadrinhas, parlendas e canções que, em geral, se sabe de cor; e, no segundo, as embalagens comerciais, os anúncios, os folhetos de propaganda e demais portadores de texto que possibilitem suposições de sentido a partir do conteúdo, da imagem ou foto, do conhecimento da marca ou do logotipo, isto é, de qualquer elemento do texto ou do seu entorno que permita ao aluno imaginar o que poderia estar aí escrito (FARACO, 1994).

Estudos em diferentes línguas têm mostrado que, de uma correspondência inicial pouco diferenciada, o alfabetizando progride em direção a um procedimento de análise em que passa a fazer corresponder recortes do falado a recortes do escrito. Essa correspondência passa por um momento silábico em que, ainda que nem sempre com consistência, atribui uma letra a uma sílaba antes de chegar a compreender o que realmente cada letra representa. Nas atividades de escrita aqui referidas, o aluno que ainda não sabe escrever convencionalmente precisa esforçar-se para construir procedimentos de análise e encontrar formas de representar graficamente aquilo que se propõe escrever.

É por isso que esta é uma boa atividade de alfabetização: havendo informação disponível e espaço para reflexão sobre o sistema de escrita, os alunos constroem os procedimentos de análise necessários para que a alfabetização se realize. As propostas de escrita mais produtivas são as que permitem aos alunos monitorarem sua própria produção, ao menos parcialmente (FARACO, 1994).

A Psicologia valoriza o raciocínio em detrimento da mecanização da alfabetização, ou seja, substitui o olho que vê, o ouvido que ouve, a mão que escreve por um cérebro que pensa.

> A prática pedagógica de alfabetização baseada na abordagem construtivista-interacionista permite transformar a tarefa de aprendizagem em um desa-

> fio intelectual sempre significativo e emocionante, e o clima da sala de aula em um espaço de encontro de competências diversas sobre a língua escrita, cujo objetivo final é o de fazer com que todas as crianças construam uma teoria adequada sobre a relação fonema-grafema na língua portuguesa, isto é, fazer com que todas cheguem ao domínio da hipótese alfabética (AZEVEDO; MARQUES, 1997, p. 43).

A abordagem de Piaget (1996) sobre o desenvolvimento parte da distinção entre o que ele chama de desenvolvimento espontâneo e os aspectos determinados pelas transmissões educativa ou familiar. Ele descreve o desenvolvimento como sendo um processo de socialização progressiva, partindo do egocentrismo inicial para chegar às coordenações interindividuais, que são coordenações internas regidas pela lei da equilibração. Além das coordenações interindividuais estão as transmissões educativas, que são menos efetivas à medida que mais reduzida é a fase que a criança se encontra, limitando-se a acelerar ou retardar, como que de fora, um processo que se realiza segundo uma lógica interna.

Micotti (1996, p. 42) utiliza o referencial piagentino na abordagem específica da questão da alfabetização. Para ela, "(...) a aprendizagem da leitura e da escrita implica o desenvolvimento de certas estruturas cognitivas e não meramente o treino mecânico de habilidades como a discriminação auditiva, visual etc.".

Quem também estudou os meios de aquisição da escrita foi Ferreiro (1996), que alicerçada na concepção de desenvolvimento espontâneo de Piaget (1996), formula alguns estágios, ou equilibrações intermediárias, que levam a criança ao aprendizado da escrita.

Ferreiro (1979) também pesquisou, junto com Teberosky (1979) e colaboradoras, o que pensam as crianças a respeito do sistema alfabético da escrita – a chamada psicogênese da língua escrita – descobrindo evidências de problemas que a metodologia contida nas cartilhas gera para muitas crianças.

A cartilha é proveitosa para as crianças que conseguem diferenciar sílabas de letras, sabendo identificar cada uma delas. Mas para aquelas crianças que ainda não adquiriram esse conceito, o ensino de que uma sílaba se escreve com mais de uma letra não faz sentido nenhum, já que ela não conseguiria entender o que se está dizendo.

Na década de 70, Emília Ferreiro e Ana Teberosky iniciaram trabalhos procurando desvendar o processo de aquisição da escrita e utilizaram como pressupostos teóricos em suas pesquisas as ideias piagetianas de construção d conhecimento. É fundamental que se tenha clareza de que construtivismo não é método, mas sim pressuposto teórico, e que Ferreiro e Teberosky não estavam preocupadas em propor uma metodologia de alfabetização.

O "construtivismo" aplicado hoje em muitas salas de aula é a simples transferência da metodologia de pesquisa utilizada por Emília Ferreiro e Teberosky para um equivocado "método de alfabetização". Mas essa transposição direta de procedimentos não é adequada, pois a dinâmica e os objetivos de uma e outra são diferentes.

As descobertas de Ferreiro e Teberosky influenciaram a prática pedagógica quando indicaram que a criança já chega à escola com algumas concepções sobre a escrita, uma vez que convivem com ela desde o seu nascimento, já que, na sociedade atual, a escrita tem presença garantida em inúmeros outdoors, placas, jornais, embalagens, programas de televisão, revistas, livros etc.

As ideias construtivistas de educação, da forma como vieram sendo divulgadas nos últimos anos, acabaram por colocar o professor frente a dúvidas quanto ao seu papel no processo de ensino-aprendizagem que ocorre na escola: como e porque trabalhar com a criança, como interferir no processo de aquisição de conhecimento, por qual prática pedagógica optar, o que é ser "moderno" e o que é ser "tradicional".

Tais dúvidas resultaram na hesitação quanto ao responsável pela condução da prática de sala de aula: muitas vezes, a responsabilidade pela transmissão do conhecimento desviou-se do professor e centrou-se no aluno, considerado construtor do seu próprio conhecimento. Subestimou-se, desse modo, o papel do professor enquanto educador. A própria Ferreiro afirma que cabe à escola e ao professor auxiliar a criança na aquisição e construção do conhecimento.

Na trama das relações que ocorrem na sala de aula, todos os participantes têm papel fundamental, tanto na construção do conhecimento quanto nas relações sociais que se estabelecem. Par que isso se efetive, é necessário que o professor acredite que a construção do conhecimento se dá por meio dessas relações.

Na primeira série, as classes são geralmente muito heterogêneas: há desde as crianças já alfabetizadas até as estreantes na tarefa de arriscar os primeiros registros escritos – que muitas vezes não passam de seus próprios nomes. Cabe ao professor acompanhar as dificuldades dos diferentes grupos, circulando pela sala, observando as crianças e interferindo de acordo com as necessidades.

As atividades propostas, desde o início, visam à construção da escrita a partir dos diferentes níveis das crianças de uma mesma turma. A criança precisa estar em contato com todas as letras do alfabeto também dentro da escola, pois isso já ocorria fora dela. Por exemplo: um outdoor na é escrito só com sílabas simples ou apenas com as letras iniciais do alfabeto. O professor deve assegurar que cada criança realize o trabalho de acordo com suas possibilidades e que, ao mesmo tempo, receba orientação para avançar no processo de aquisição da escrita.

No início, a ênfase está na comunicação da ideia e não na forma correta de registro. Isso não significa que as crianças já alfabetizadas devam regredir no domínio da escrita: pelo contrário, todas devem avançar a partir do ponto em que chegaram à escola. Momentos de atendimento individualizado (o professor exige de acordo com as possibilidades de cada criança no decorrer do processo) constituem a melhor maneira de fazer com que elas avancem no domínio da escrita e consigam expressar cada vez melhor suas ideias.

Não se deve esperar que, no início do processo de aquisição da escrita, todos os alunos estejam escrevendo da mesma forma. Nesse momento a correção visa estimular a criança a avançar no domínio da escrita. A interação entre professor e aluno é fundamental: o professor deve ser visto pela criança como alguém que vê no erro uma etapa da aprendizagem e que vai conduzi-la ao aprimoramento, estabelecendo-se uma relação de confiança.

O professor deve corrigir de acordo com o nível de domínio de escrita de cada criança. As crianças que já dominam a escrita (alfabéticas) devem ser auxiliadas no sentido de dominar a norma culta (ortografia e pontuação). As que ainda não dominam a escrita devem ser incentivadas por meio de questionamentos que as levem a rever a forma como escreveram, para avançarem no processo de aquisição da escrita. As intervenções feitas pelo professor devem estender-se por todo ano letivo, pois pode haver questões que exijam trabalho recorrente.

> Cada concepção de aprendizagem produz sua própria linha de investigação. É ela que determina as pesquisas que se fazem e o ponto de vista do cientista que vai se preocupar com as questões estudadas. Na concepção de aprendizagem que se tem chamado de construtivista - na qual o conhecimento é visto como produto da ação e reflexão do aprendiz - esse aprendiz é compreendido como alguém que sabe algumas coisas e que, diante de novas informações que para ele fazem algum sentido, realiza um esforço para assimilá-las (WEISZ, 2000, p. 24).

Do ponto de vista construtivista, nenhum conceito nasce com o sujeito ou é importado de fora, mas precisa ser construído. Para tanto, o aprendiz precisa passar por um processo que não tem a lógica do conhecimento final, já construído. Por exemplo, para crianças pequenas, a mesma quantidade de bolinhas juntas e espalhadas não são iguais; para elas, o grupo de bolinhas espalhadas é mais numeroso.

Para os adultos isso parece não ter lógica, mas para o pensamento infantil, que ainda não adquiriu o conceito da conservação da quantidade de matéria, a noção espacial se torna predominante e o grupo mais espalhado se torna maior e, portanto, mais numeroso. Quando as crianças adquirem o conceito de conservação de quantidade de matéria, o conceito anterior desaparece e ela acaba esquecendo-se que um dia adquiriu aquele conceito, passando a achar que o atual é o que sempre acreditou.

> Não é à toa que só agora a concepção construtivista de aprendizagem começa a fazer diferença na questão pedagógica da escola fundamental - embora a pedagogia namore o construtivismo desde o começo do século. Foram necessários esses anos todos para que se produzisse um conhecimento que pudesse servir de referência a uma prática pedagógica apoiada nessa concepção de aprendizagem. O que mostra que não é verdadeira a ideia de que uma concepção da aprendizagem gera diretamente uma pedagogia de um determinado tipo (WEISZ, 2000, p. 29).

Concluindo, percebemos que os problemas com a alfabetização podem ser facilmente resolvidos quando o professor e o sistema educacional utilizam os métodos já abordados e as teorias já formuladas na elaboração de um plano de aula eficaz e que realmente sirva para fazer da criança analfabeta um cidadão que saiba ler e escrever.

2.2. A CONSCIENTIZAÇÃO DO PROCESSO DE LEITURA

A leitura é um importante instrumento de libertação e reconstrução de um indivíduo. Se fizermos uma restrospectiva da história da leitura em nossa sociedade, vamos sempre redundar em privilégios de classe e, portanto, em injustiça social. O acesso a leitura e aos livros nunca conseguiu ser democratizado em nosso meio.

> Essa "crise de leitura" da qual muito se fala, vem sendo produzida desde o período colonial com a reprodução do analfabetismo, com a falta de bibliotecas e com a inexistência de políticas para a popularização do livro (CAGNETI, 1986, p. 22).

Em estudos realizados, autores concluíram que o ato de ler, se efetuado dentro dos moldes críticos, é um ato perigoso àqueles que ilegitimamente dominam o poder. Desta forma: (i) o ato de ler é um ato de conhecimento, e conhecer significa perceber mais contundentemente as forças e as relações existentes no mundo da natureza e no mundo dos homens, não interessando, portanto, aos dominadores, exploradores e opressores que isso aconteça; (ii) a escrita tem servido de domínio de uma classe social sobre a outra; (iii) o aumento do público leitor não passa por censura, tendo acesso as informações mais objetivas em termos de colocação.

2.2.1. FUNÇÃO SOCIAL DA LEITURA

O texto se refere a um determinado contexto e a ele se cristaliza na prática através da dinâmica imposta ao processo de interpretação do texto, principalmente durante

a trajetória escolar dos indivíduos.

Sabemos que o significado atribuído a um texto depende da história e, portanto, das experiências do leitor. Dentro do aparelho escolar os significados são pré-estabelecidos de modo que ocorra a homogeneização e o enquadramento de consciências. Dessa forma, a pessoa que se afasta da chave da interpretação do texto, como é utilizada pela escola para finalidades diversas, é penalizada e reprimida.

A nossa sociedade é constituída por classes, onde a leitura se apresenta como questão de princípios e não de direito da população. A classe dirigente bloqueia o livro, distorce e fragmenta o conteúdo das obras de modo que a gênese dos fatos do real, não seja descoberta através da leitura. Assim, a crise da leitura onde se tem o desgosto pelos livros e a falta de capacidade das pessoas para ler, é um aspecto da ideologia disseminada, que produz os efeitos esperados na manutenção da organização social vigente.

2.2.2. A LEITURA E A TRANSFORMAÇÃO

A consciência é um atributo estritamente humano que possibilita ao homem descobrir e alargar suas representações do mundo, e ainda permite que o homem estabeleça relações entre a parte e o todo, entre o particular e o universal, entre a cauda e a consequência.

> É a consciência que permite distanciar o conteúdo de suas experiências e de suas representações, a fim de proceder a análise e a transformação desse conteúdo. O processo de conscientização faz com que dialeticamente direcione-se para determinados fatos e relações contidas na realidade circundante e tome distância desses fatos e relações a fim de refleti-los, questioná-los e se necessário modificá-los (CANCLINI, 1980, p. 28).

A leitura se constitui numa forma de encontro entre o homem e a realidade sociocultural. Por meio do prazer gerado pela complexidade e oscilação dos significados, quando é adentrado no texto literário, é que se conhece e compreende melhor o mundo e a nós mesmos.

O escritor articula ideias movido por um sentimento do mundo e recebendo influências desse mundo, transforma referências da realidade no sentido de viver experiências da criação e assim estruturar o seu texto.

A partir dos elementos da obra (personagens, tempo, espaço) o autor dá forma e expressa uma perspectiva cultural. Através de sua percepção crítica e aguçada, torna visível os problemas vividos em sociedade e estabelece uma vinculação entre os processos de criação e de politização da consciência artística. "A arte verdadeiramente revolucionária é aquela que, por estar a serviço das lutas populares, transcende o realismo, mais do que produzir a realidade, interessa-lhe imaginar os atos que a superem" (CANCLINI, 1980, p. 31-32).

3. ESTUDO DE CASO

O presente estudo de caso foi realizado com uma professora que leciona, atualmente, num 1º ano do Ensino Fundamental, numa escola municipal do município de Mauá, a partir do qual verificamos que, neste caso, a teoria está perfeitamente interligada com a prática do cotidiano.

A partir de um roteiro aberto de perguntas, perguntamos à professora sobre as principais dificuldades encontradas durante as atividades de leitura na sala de aula. Percebemos que o grande problema parece estar relacionado à falta de motivação por parte da maioria dos professores, muitas vezes por não terem sido preparados e também motivados durante sua escolaridade, e consequentemente, falta de interesse pelos alunos que não são estimulados para tal atividade. "Apesar de gostar de contar história, queria ter o 'dom' de um contador de história, assim as atividades seriam mais interessantes", disse a professora.

A professora foi questionada sobre quem é responsável pelo estímulo à leitura da criança, se a família ou a escola, respondendo que os dois ambientes devem propiciar à criança o contato com a leitura, não havendo, portanto, um único responsável.

> As duas são responsáveis, pois a criança é o reflexo da família e esse primeiro estímulo (contato) parte do ambiente em que ela vive. A escola, por sua vez, também tem esse papel, pois uma criança que adquire o gosto pela leitura, "provavelmente" irá escrever melhor e corretamente, e também interpretará com mais atenção e coerência (Professora).

Neste ponto, a teoria estudada segundo os autores tem validade também na prática do dia-a-dia, pois a professora também acredita que numa família onde o hábito da leitura se faz presente por meio da aproximação de livros, revistas, jornais, é mais certo que se desenvolva o gosto pela leitura.

Notamos que o interesse da leitura vem, sim, diminuindo com o passar do tempo, e isso se faz por diversas razões, sendo que a principal delas, segundo a professora entrevistada, está relacionada com a precária situação financeira pela qual atravessa o nosso país. A maioria das famílias trabalha para garantir o seu sustento. "No meio em que nossos alunos vivem, eles não têm condições de comprar livros, não têm costume de ler jornais, revistas. O pouco de dinheiro que seus pais ganham é para sustentar a família" (Professora).

Consideramos interessante ressaltar que a falta de acesso a materiais diversificados e interessantes, tanto no âmbito familiar como escolar, também causa grande dificuldade de compreensão e interpretação para as crianças.

A partir dessa realidade, a professora estimula a leitura durante a aula de muitas maneiras, entre as quais:

levando para eles livros de histórias infantis, romances; questionando os alunos sobre o tema abordado no livro, despertando a curiosidade para a leitura; gibis e livros bem coloridos; poemas, enunciados de exercícios, avisos; rodas de leitura em classe.

> Leio livros interessantes e diferentes. Às vezes, chamo a atenção dos alunos quanto a uma matéria de jornal ou revista (...). "'Vocês leram?", pergunto. Leio alguma coisa pela metade e deixo em suspense para o próximo dia de leitura... Mudo a voz, trabalho com fantoches para os alunos menores prestarem mais atenção (Professora).

Os recursos mais utilizados para motivar a leitura são roda de leitura e manchetes atuais; biblioteca na sala, podendo levar o livro para casa; histórias em transparências; leitura feita pelos próprios alunos. A professora aproveita para utilizar textos (em forma de poesia, fábulas, anúncios etc.) que estejam relacionados com aquilo que está enfocando nas aulas.

> Procuro despertar o gosto pela leitura através de momentos felizes, recontagem da história ou da parte que o aluno mais gostou. Uma leitura sem cobranças, sem prova. Ler por prazer, para descobrir um novo mundo na comunicação (Professora).

Na escola onde a professora trabalha há biblioteca, cujo acervo pode ser considerado bom, pois atende às necessidades dos alunos. Além da biblioteca da escola, existe uma pequena biblioteca circulante. Ainda assim, a professora comentou:

> Não tenho como opinar com maiores detalhes sobre a qualidade da biblioteca, por perceber, neste momento, uma falha da minha parte em não conhecer e não procurar conhecer melhor o acervo desta. Mas não há um acesso livre aos alunos (Professora).

Ao ser questionada sobre o último livro lido pela professora, e os melhores já lidos durante os últimos anos, a professora respondeu: "O Matuto", "Orquídeas na Janela", "O Alquimista". Os últimos livros lidos com as crianças foram: "A casa sonolenta"; "O homem que amava caixas", "Cadê o Júlio"; "Era uma vez uma bruxa".

Notamos, neste caso, que a maioria dos livros citados não é didático. Portanto, não podem ser compartilhados com as crianças. A professora acrescentou o seguinte comentário: "Eu, infelizmente, não tenho um grande hábito de leitura" (Professora).

Assim, não podemos deixar de considerar a urgente necessidade de uma reformulação por parte das escolas e, consequentemente, dos professores, para o incentivo à leitura das crianças.

A seguir, selecionamos algumas fotos cedidas pela professora entrevistada.



Figura 1 – Leitura de palavras



Figura 2 – Pesquisa de letras e números



Figura 3 – Reconstrução de palavras



Figura 4 – Identificação do nome

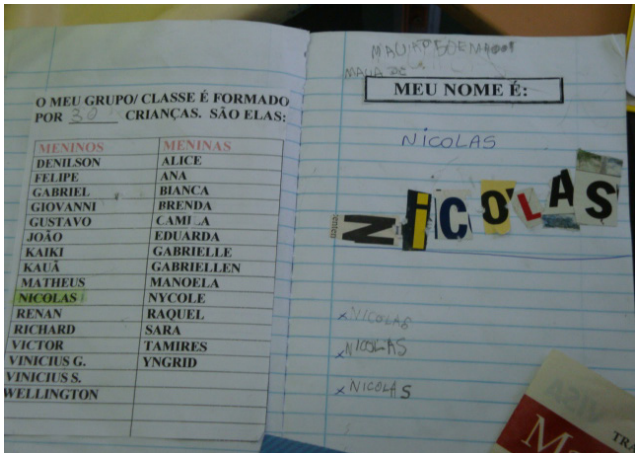


Figura 5 – Listagem e reconstrução de nomes



Figura 6 – Construção do nome

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, percebemos que o desencontro entre a escola e as crianças tem mobilizado profissionais da educação ao questionamento e à busca de novos horizontes para as práticas educacionais.

Para que se revelem vantajosas as pesquisas no campo da leitura e a experiência no moderno ensino da mesma, é preciso encontrar meios de aplicá-las no dia-a-dia. São necessárias atividades que coloquem as crianças em confronto direto ou indireto com livros, sobretudo na escola, na biblioteca e nos grupos jovens.

As dificuldades que as crianças encontram para ler são indiscutíveis; não existem livros; não há espaço para ler; não se formam circuitos de leitura e não existe vinculação entre o lido e o vivido.

O direito de ler significa, igualmente, o direito de desenvolver capacidades intelectuais e espirituais da pessoa, o direito de aprender e progredir, e a todos deve ser reservado esse direito.

Os livros não devem ser considerados como uma obrigação escolar, mas como companheiros do leitor. Não se deve fazer tentativa alguma para esgotar um livro ao discuti-lo. Os próprios alunos precisam descobrir o que um livro tem de significativo em termos de sua vida e de seus questionamentos.

As discussões acerca dos livros devem conduzir, ainda, ao auto-reconhecimento. O papel do professor não é o de examinador, mas o de uma pessoa para a qual os livros são importantes, que não somente quer que os alunos lhe falem sobre suas experiências com livros, mas que relatem o que a leitura lhes proporciona.

A leitura é muito mais importante do que toda a atividade baseada em livros, mais importante até que a melhor discussão. A prática regular é a pré-condição da formação do hábito de ler.

Finalizando, reitera-se que o hábito de leitura será uma realidade se a pessoa sentir que vale à pena, se ela perceber o que trará de benefícios pessoais, profissionais e sociais. Conseguindo perceber a satisfação dos interesses e necessidades inatas, passa à percepção do proveito proporcionado pela leitura e chega ao trato regular dos livros, adquirindo uma posição firme e permanente.

O verdadeiro leitor é aquele que sabe ler o que está escrito e o que está implícito; que é capaz de relacionar o que lê com a sua vida e com a realidade social.

Nada está pronto e acabado. Portanto, as folhas subsequentes são suas, viva simplesmente...

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 1989.

ALMEIDA, P. N. de. **Educação lúdica: prazer de estudar técnicas e jogos pedagógicos**. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 1997.

AZEVEDO, M. A., MARQUES, M. L. **Alfabetização hoje**. São Paulo: Cortez, 1997.

BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução – Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília, 1997.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e lingüística**. São Paulo: Scipione, 1997.

CERVO, A.; BERVIAN, P. A. **A pesquisa: noções gerais – metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

Intervenção Psicopedagógica no Processo de Inclusão na Educação Infantil

Cleide Rosália Fernandes Nichele

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar e relatar as informações sobre a inclusão de crianças com algum tipo de deficiência, seja física ou psíquica, na educação infantil, visando o papel que a escola inclusiva deve assumir no processo de inclusão escolar. A Educação Inclusiva é, sem dúvida, um dos maiores desafios da sociedade. Como se deu o processo histórico deste movimento, o que a legislação nos oferece, e como se dá o processo de intervenção psicopedagógica através do lúdico pelos profissionais da educação infantil, são as partes principais que compõe este trabalho. O estudo está orientado para a repercussão dessas condições que implicam a não existência de um território comum, com consequências para a explicitação de ideias e o diálogo autêntico, principalmente porque escola/professores estão despreparados para atender a essa clientela. O referencial teórico tem embasamento nas definições e importância da escola como instituição mediadora de conhecimento e aprendizagem junto à família buscando harmonia com a visão de mundo integradora. Diante disso fica claro uma abordagem mais sucinta e esclarecedora sobre o termo inclusão na educação infantil, sendo um espaço de aprendizagem para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Criança; Lúdico; Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo refletir sobre a complexidade da problemática da aceitação da diversidade, exclusão e inclusão de pessoas com deficiência de qualquer natureza, e problematizar, levantar questões acerca dos limites e possibilidades a respeito da proposta da inclusão dentro da escola que tanto pode excluir quanto incluir. Esta discussão é importante para que possamos compreender os limites e possibilidades da proposta da inclusão para as pessoas com deficiência intelectual ou física dentro de uma escola de educação infantil e, a partir disso, construir práticas e políticas de inclusão que de fato sejam bem-sucedidas.

A meta desta pesquisa é conhecer como se entrelaçam as diferentes maneiras de enxergar e combinar possibilidades de intervenção psicopedagógicas e educativas no processo de inclusão do deficiente e entender em que medida ocorre ou não a efetivação das novas diretrizes do ensino básico brasileiro.

A pesquisa visa compreender, particularmente, o que pode determinar ou dificultar que os professores incorporem práticas inclusivas. Emerge de vários questionamentos sobre o que fazer? E como fazer? Nessa perspectiva o educador é levado a questionar-se sobre saberes necessários para trabalhar com crianças deficientes considerando que não dispôs de formação para tal "desafio".

Pretende-se desenvolver nesse trabalho um estudo a respeito das diferentes dificuldades apresentadas pelos professores quando trabalham em uma sala de aula da educação infantil e é inserido na turma um aluno com deficiência, seja ela física ou psíquica e que são discutidas em pesquisas e estudos sobre esse tema.

Em minha experiência em sala de aula como professora de educação infantil, me deparei com alunos de necessidades educacionais especiais e muitas vezes não sabemos o que fazer e como trabalhar com esses alunos, devido a despreparação, muitas vezes acaba sendo excluído. A inclusão surge sempre à ideia de inserção de algo ou alguém novo ou diferente, a um processo de andamento. E não se deve esquecer que a inclusão de deficientes é um direito garantido a todos.

A inclusão para as pessoas com deficiência intelectual dentro de uma escola regular tem em seu cerne a construção de práticas e políticas que de fato sejam bem-sucedidas. Dentre essas políticas ganha-se destaque, ações nos âmbitos educacionais. A perspectiva da construção de políticas públicas de inclusão educacional significa escolas para todos em que os alunos, independentemente de suas características, tenham condições de acesso, como previsto na legislação.

Vivemos em uma sociedade marcada pela padronização das pessoas, sociedade esta que o ter significa muito mais, onde os valores morais estão sendo cada vez mais corrompidos e desvalorizados, pela rejeição daqueles que consideramos diferentes. Ao professor cabe o difícil papel de inventar e reinventar, criar suas próprias experiências, ter autonomia suficiente para aplicá-la e permitir que cada educando tenha ação própria. Piaget afirma que:

> "Fazer é compreender em ação uma dada situação em grau suficiente para atingir os fins propostos e, compreender é conseguir dominar, em pensamento, por outro, utilizadas na ação". (PIAGET, 1970, p.176)

Diante de tal situação e vivências particulares sobre o tema inclusão o qual faz meu sangue vibrar não só de alegria, mas também de tristeza por ter consciência de sua não efetividade cotidianamente, talvez pela novidade, tanto para a escola como para sociedade há muito para se discutir no sentido de uma inclusão plena.

Provocar discussões sobre esse assunto significa munir cada vez mais a sociedade para o caminho da ética, da moral e da responsabilidade como ser humano em seu mais profundo existir na luta pela libertação das amarras e do descaso e do desrespeito.

Trago, no entanto inquietações políticas, econômicas, sociais, culturais e pedagógicas, pois vertentes como estas não podem ser tratadas separadamente e principalmente individualizadas. Sabe- se que até hoje crianças com deficiência intelectual ou qualquer outra, enfrentam várias dificuldades ao ingressar na educação infantil, devido à rejeição das escolas e de seus profissionais.

A metodologia utilizada para o trabalho foi leitura, reflexão e ainda algumas pesquisas teóricas em minhas experiências vivenciadas sobre a inclusão de deficientes na educação infantil. Para realizar meus estudos esta pesquisa foi baseada na análise da bibliografia para obter as informações de que necessitava, realizei algumas pesquisas na Internet, li artigos em revistas especializadas em educação, além de consultar literaturas de autores que abordam sobre o tema.

Este trabalho está organizado em quatro momentos distintos e interligado entre si. No primeiro, contextualizam-se os aspectos históricos da inclusão e apresenta-se de forma sucinta o processo de inclusão de alunos com deficiências e algumas considerações na busca da melhoria nesse processo. No segundo capítulo os aspectos legais da inclusão de como vem se dando com o amparo das leis, não como um favor, mas como obrigação a ser cumprida e respeitada, pois a inclusão não é favor que se faz a estes alunos. A Educação Inclusiva preconiza o acesso e permanência dos alunos com deficiência nas escolas, por intermédio da matrícula em classes regulares de ensino, ao mesmo tempo em que propõe a reestruturação do sistema educacional para atender à diversidade de aprendizagem dos alunos com deficiência. No terceiro e ultimo capítulo vamos falar sobre as intervenções psicopedagógicas que auxiliam o processo de inclusão das crianças pequenas na educação infantil de forma lúdica, através do brincar. A atividade lúdica como instrumento de investigação e intervenção permite ao educando expressar-se livre e prazerosamente. Nesse contexto as atividades lúdicas são utilizadas, pois, fazem com que as crianças revelem aspectos que não aparecem em situações mais formais. Portanto, o estudo deste capítulo, mostra a importância do lúdico na intervenção psicopedagógica, e como contribuírem para o aprendizado e o desenvolvimento integral do educando.

E finalmente é apresentada a conclusão da pesquisa. A escolha do tema desta monografia, que tem como objeto de pesquisa a educação Inclusiva, surgiu por uma trajetória pessoal e profissional e pela necessidade de aprofundar estudos e pesquisas. Por essa razão, a presente pesquisa tem por objetivo geral: investigar a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais na educação infantil.

CAPITULO I

Neste primeiro capítulo apresentaremos de forma sucinta o que significa inclusão escolar e o processo de como se deu o início dos trabalhos registrados sobre a inclusão de crianças com algum tipo de deficiência no espaço escolar em nosso país.

1.1. INCLUSÃO ESCOLAR: UM BREVE HISTÓRICO

A inclusão escolar é um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade e não deve ser confundida com assistencialismo ou caridade. O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão, para tanto deve estar fundamentada com a concepção social, pessoal, cultural, filosófica, política e econômica.

Para Sassaki (1997, p.42) inclusão é:

> "Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papeis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da via."

Tem sido prática comum deliberar e discutir acerca da inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência: mencionando direitos inerentes a uma deficiência específica, abrangendo todos os direitos de forma generalizada, embrulhando-os, sem maiores cuidados em mostrar detalhadamente estes.

Incluir não é apenas a permissão do convívio daquele que julgamos diferente, incluir é muito mais que integrar, é fazer parte de, é estar com. Contudo a inclusão coloca inúmeros questionamentos aos professores e técnicos que atuam nessa área. Por isso é necessário avaliar a realidade e as controvertidas posições e opiniões sobre o termo.

A inclusão trouxe a necessidade de repensar a educação e a instituição escolar, principalmente pelas dificuldades enfrentadas pelos docentes. Por isso, traz consigo mudan-

ças na forma de ver, pensar e fazer a educação escolar e a docência. Ela surge como um estímulo para se pensar a educação a partir da inadequação de um sistema escolar tradicional no qual é o aluno que necessita adaptar-se a escola, e esta por sua vez esquiva-se de possíveis mudanças. É também a oportunidade de rever e repensar práticas escolares desestimulantes procurando torná-las mais atraentes, inovadoras e dinâmicas. (Dal Forno e Oliveira, 2004)

A inclusão é um processo bastante complexo que requer uma adaptação social ampla, pois envolve a família, a escola, a sociedade e o indivíduo a ser incluído. A primeira inclusão a ser feita é no meio social representado pela família depois a escola.

É necessário mudar o prisma pelo qual são observados os direitos já ordenados e os que precisam ser acrescentados, substituindo totalmente o paradigma que até então é utilizado, até mesmo inconscientemente, em debates e deliberações.

A inclusão social, é um processo para a construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, e, portanto, também do próprio portador de necessidades especiais.

Com a ideia de que a escola deve buscar as diferenças e que as mesmas não podem ser vistas como obstáculos para o cumprimento da ação educativa (Britto, 1999)

A inclusão é uma ação que combate a exclusão social, geralmente ligada a pessoas de classe social, nível educacional, portadoras de deficiência física e mental, idosas ou minorias raciais entre outras que não tem acesso a várias oportunidades, ou seja, incluir é também oferecer às mais necessitadas oportunidades de participarem da distribuição de renda do País, dentro de um sistema que beneficie a todos e não somente uma camada da sociedade.

As classes regulares representam para a inclusão um avanço histórico em relação aos movimentos de integração, que pressupunha alguns tipos de treinamentos do deficiente para permitir sua participação no processo educativo comum. Para que a integração de deficientes ocorra, se faz necessário que realize nos âmbitos políticos, cultural e social.

Nas últimas décadas as escolas vêm se deparando com uma desafiadora questão, a de incluir as pessoas com necessidades educacionais nas salas da rede regular.

Se adentrarmos na história, até o século XVI tamanha era a injustiça feita com os que apresentavam deficiência, pois não existia preocupação da sociedade em oferecer atendimento a essas pessoas.

No século XIX, foram criadas nos Estados Unidos, instituições e escolas que tinham por objetivo auxiliar ou reabilitar pessoas deficientes e a partir daí estas escolas tornaram-se locais populares para a assistência e educação de tais indivíduos.

Em meados do século XX, o conceito "*deficiente*" passou a ser entendido como "*problemas de desenvolvimento*", ou seja, suas causas eram orgânicas e havia diferentes categorias, de distúrbios, porém, as crianças que possuíam tais distúrbios eram consideradas com poucas "*chances de mudanças*".

Sendo assim, surgiram as escolas de educação especial, porém as mudanças mais importantes ocorrem nas décadas de 1940 e 1950, com questionamentos sobre a fundação legal e impossibilidade de se curar os distúrbios, com grandes influências sociais e culturais.

> "Os objetivos da Educação Especial destinada às crianças com deficiências mentais, sensoriais, motoras ou afetivas são muito similares aos da educação geral, quer dizer: possibilitar ao máximo o desenvolvimento individual das aptidões intelectuais, escolares e sociais. " (UNESCO, 1968, p. 12).

Em 1970, o número de alunos com necessidades educacionais especiais triplicou nas escolas públicas e entre os anos 1960 e 1970, a quantidade de crianças deficientes que recebiam serviços de educação especializada aumentou em torno de seis vezes mais, a contar do ano de 1948 a 1974 nos Estados Unidos. Essas crescentes preocupações com a educação especializada tem sido uns dos principais acontecimentos educacionais da década de 1970.

No início do século XXI é que o conceito de inclusão escolar ganhou força, surgindo uma nova etapa que revolucionou a visão de uma educação especial, no Brasil. A Legislação passa a garantir direitos básicos a educação e trabalho, que determinou o aumento e participação das pessoas com deficiência nos espaços sociais.

A inclusão social orientou a elaboração de políticas e leis na criação de programas e serviços voltados ao atendimento das necessidades especiais de deficientes nos últimos 50 anos. Este parâmetro consiste em criar mecanismos que adaptem os deficientes aos sistemas sociais comuns e, em caso de incapacidade por parte de alguns deles, criar-lhes sistemas especiais separados.

As escolas apresentam resistência e dificuldades perante a inclusão, principalmente quando é inserido um aluno com deficiência. Alunos com necessidades especiais são aqueles que, por alguma espécie de limitação requerem certas modificações ou adaptações em programa educacional, a fim de que possam atingir seu potencial máximo. Em sua visão holística inclusive predial podem decorrer de problemas visuais, auditivos, mentais ou motores, bem como de condições ambientais desfavoráveis.

A autonomia e a independência são prismas que devem fazer parte das decisões de todos os seres humanos, nos âmbitos das influências (relações) e da satisfação.

Filosoficamente todos têm direitos as mesmas oportunidades, e devem estar ligada a princípios como: aceitação das diferenças individuais, valorização, respeito a diversidade, aprendizagem através da cooperação. Um processo que contribui para a construção de uma sociedade, sendo capaz de transformar os ambientes físicos nos procedimentos técnicos, e pedagógicos nas ações e mentalidade das pessoas.

É necessária a preparação das escolas para receber estas crianças e garantir sua permanência (UNICEF, 2002)

Na educação inclusiva a participação da família é fundamental, para acompanhar o desenvolvimento, desempenho no processo de inclusão, para que a escola possa desenvolver com eficiência seu papel. Para isso é de suma importância formar parcerias com a família na construção de atitudes que beneficiem o processo de ensino-aprendizagem.

> "(...) a família é fundamental, pois participando das decisões sobre o ensino e a educação através de conselhos, associações de pais e mestre etc. A família pode exigir seus direitos a educação que respeite suas características sociais e culturais". (UNICEF, 2002)

A cooperação, a convivência a troca de sentimentos pode ajudar a todos envolvidos neste processo de inclusão. Este princípio assegura a oportunidade de aprendizagens múltiplas reduzindo os estigmas dos inclusos que se diz respeito às deficiências.

A educação inclusiva tem como princípio a valorização da diversidade, dentro da sociedade, e quando abraçamos essa causa, deixamos de lado a ideia que só a criança "normal", sem deficiência contribui para a sociedade.

As escolas devem acolher todos os alunos independentes de suas condições intelectuais, sociais, emocionais ou outras. O desafio proposto para uma escola inclusiva é o de desenvolver do ponto de vista pedagógico, um currículo que contemple a necessidade do educando, sendo capaz de educar com sucesso todos que nela está inserido.

A escola está inserida na sociedade e na inclusão social, a educação não é privilégio, mas um direito universal, e tanto o acesso quanto a permanência no sistema educacional constituem dever e direito obrigatório, garantindo acesso no ensino regular e oportunidades para todos.

Na educação escolar a inclusão veio indicar transformações profundas ao sistema organizacional e as propostas curriculares vigentes. A meta de a inclusão escolar objetiva transformar as escolas, de modo que se tornem espaços de formação e de ensino de qualidade para todos. (Mantoan, 2002)

Tem em seu bojo uma educação fundamentada na filosofia inclusiva e deve enfrentar o desafio que garanti o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos.

Assim incluir, significa mais do que dar oportunidade apenas para crianças portadoras de necessidades especiais conviverem com outras crianças em uma sala de aula. A inclusão na educação é uma mudança de postura (Mantoan, 2002)

Ao adotar uma postura inclusiva, que exige ética, respeito, dedicação além de muita pesquisa, pode se verificar a necessidade de reestruturação dos sistemas de ensino brasileiro que devem se organizar para dar respostas às necessidades educacionais de todos educandos.

Na década de 90 todos esses princípios são reforçados e explicitados, com maior clareza, nos textos subsequentes, inspirados em documentos internacionais como a proposta de Educação para Todos Jomtien - Tailândia em 1990 e a Declaração de Salamanca - Espanha, 1994. Nessa conferência, foi elaborado o documento "Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais", que "inspirada na igualdade de valor entre as pessoas, propõe ações a serem assumidas pelos governos em atenção às diferenças individuais" (Carvalho, 1998, p. 146).

De acordo com a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), o conceito de inclusão é um desafio para a educação, uma vez que estabelece que o direito à educação seja para todos e não só para aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais, como podemos observar no trecho abaixo: as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (Salamanca, 1994). A Declaração de Salamanca defende a ideia de que todos os alunos, sempre que possível, devem aprender juntos, independentemente de suas capacidades. Ao mesmo tempo, ela apontava a escolarização de crianças em escolas especiais, nos casos em que a educação regular não pode satisfazer às necessidades educativas ou sociais do aluno. No entanto a Declaração de Salamanca trouxe um avanço importante ao chamar atenção dos governantes para a necessidade de aplicar todo o investimento possível para o redimensionamento das escolas, para que possam atender, com qualidade, a todas as crianças, a despeito de suas dife-

renças e /ou dificuldades. Não podemos ser ingênuos a ponto de julgar que a inclusão é um processo fácil e que uma mudança significativa nas possibilidades educacionais das pessoas que apresentam deficiência já está se dando, como afirmam os documentos oficiais (Ferreira e Ferreira, 2004 apud Oliviera e Miranda, 2006).

Numa sociedade democrática todas as pessoas devem ser consideradas cidadãs, e, portanto, necessitam de uma vida com qualidade, sem exclusões, sob qualquer pretexto. Para isso são necessárias além de garantias legais, condições para que portadores de necessidades especiais possam usufruir os direitos a eles assegurados, para isso, é preciso identificar e dimensionar pontos de mudanças para alcance da qualidade de vida esperada por todos. (Mazotta, 1996).

CAPITULO II

Neste capítulo apresentaremos um apanhado geral sobre a legislação brasileira no que se diz respeito a inclusão escolar de crianças pequenas, pois nesta etapa, considremos que a perspectiva de mudanças histórico cultural sejam significativas para crianças de 0 a 6 anos. É neste contexto que o capítulo focará seu estudo no âmbito legal do assunto.

2.1. O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO

A Legislação Brasileira ampara o processo da inclusão na educação infantil de forma a se embasar numa trajetória que diariamente construímos juntos. Para tanto, é interessante fazer uma retrospectiva desta caminhada em torno do amparo legal.

Antes do século XX o sistema de educação no Brasil não contemplava o processo de inclusão, ao contrário, foi um período caracterizado pela exclusão. Mais tarde, surgiram as classes especiais localizadas em poucas instituições de ensino, onde só havia espaço para a segregação das crianças especiais.

A partir da década de 50, as escolas especiais começam a surgir e posteriormente, classes especiais em todas as escolas regulares de ensino. Já na década de 70, as crianças puderam frequentar as salas regulares, porém ainda sem qualquer tipo de adaptação necessária ao atendimento especializado destas.

É relevante destacar que o Brasil tem uma importante legislação que contempla tal assunto e que merece ser apreciada. A Constituição Federal de 1988 estabelece, no artigo 208, III, que é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Essa lei é reforçada e amparada por leis posteriores: Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e Decreto n° 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Com o incentivo das Nações Unidas, na década de 90, passa-se a discutir com maior ênfase, a importância da inclusão educacional propriamente dita através das adaptações necessárias.

Este movimento mundial em torno teve como pontapé inicial a Conferência Mundial de Educação para todos na Tailândia em 1990, sendo implementando e complementado na Espanha, em 1994, por meio da Declaração de Salamanca.

A Declaração de Salamanca é o texto mais completo sobre Inclusão Educacional e o nosso país é signatário. Este apresenta uma estrutura de ação em Educação Inclusiva que define as linhas de ação a serem desenvolvidas enfatizando a Educação Infantil no processo. Determina ainda a reformulação das instituições educacionais em Escola para Todos, que têm como princípio orientador a inclusão de todo aluno, em seu contexto educacional e comunitário.

Atendendo a Declaração de Salamanca, a Educação Infantil deve ser implementada com uma Pedagogia voltada para a diversidade e necessidade específicas das crianças que apresentam necessidades especiais em diferentes contextos, não se esquecendo de beneficiar a todos de forma igualitária.

A partir deste movimento a Inclusão Educacional tornou-se cada vez mais necessária e por isso, a implantação de políticas no segmento da Educação Infantil para alcançar tal objetivo, tornou-se ainda mais urgente, na qual se baseava em três vertentes: garantir o acesso e a permanência, com êxito, das crianças com necessidade especiais na Educação Infantil da rede regular de ensino; organizar e redimensionar os programas de estimulação precoce e das classes pré-escolares pertencentes às Instituições de educação especial; apoiar o processo de transição dos alunos atendidos anteriormente nos centros de educação especial para a rede regular de ensino, por meio de ações integradas de apoio à inclusão.

Sendo assim, é possível observar que implementações importantes foram feitas ao longo da história da Educação Inclusiva Brasileira e que mesmo assim registrou-se uma tímida evolução.

O modelo escolar antigo possuía uma visão assistencialista na Educação Infantil, rompendo com este e buscando atender as crianças que apresentam necessidades especiais com a Inclusão efetiva, conseguiremos alcançar o desenvolvimento de todas as crianças, considerando-a autônoma e capaz no ambiente em que está imersa.

Portanto a Inclusão de crianças que apresentam necessidades especiais na Educação Infantil segue as definições da Constituição no que diz respeito à importância que devemos dar a vivência destas com as demais crianças no intuito de favorecer seu desenvolvimento. O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças

devem aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter, e isso são o que concebe o princípio básico de toda Legislação Brasileira.

Atualmente, na legislação educacional (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Educação Infantil é definida como a primeira fase da educação básica, que para os leigos no assunto, significa um período de brincar, de desfrutar do lúdico sem cobranças, para outros com mais conhecimento, a criança é vista como um sujeito ativo na construção do seu conhecimento e da sua cidadania.

Todo professor precisa conhecer a política educacional que orienta as ações no campo da educação inclusiva para que possam trabalhar de acordo com o que é legal e sabendo que está agindo amparado por pesquisas, análises e procedimentos indicados corretamente. Estes podem ser facilmente encontradas no Plano Decenal de Educação para Todos (1993 – 2003), as metas são definidas no Plano Nacional de Educação (2001) e as orientações, nas Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001) e no documento Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais (MEC, 2001). Daí a importância ainda maior, de insistir em saber em que se baseia a inclusão das crianças que apresentam necessidades especiais na classe regular de ensino desde a primeira infância.

Ao longo da história o conceito de deficiência que foi sendo construído, certamente o foi na perspectiva de atender aos interesses daqueles que se apresentavam como eficientes. Isto não quer dizer que as diversas deficiências em si, não tiveram existência concreta. O que se pode constatar, é que o tratamento destas questões, durante o longo processo que a humanidade realizou em direção a maior humanização, poucas vezes privilegiou o atendimento a estas dificuldades apresentadas pelo corpo.

Na sociedade em que vivemos poucas vezes, o homem foi visto como ser social, mas sim como ser físico, o que na maioria das vezes fazia a criança que apresenta necessidade especial ser isolada, pois de nada significava para a sociedade que estava inserida.

No âmbito da Educação Infantil, o panorama não era diferente, se a criança dotada de suas faculdades físicas e mentais perfeitas não era aceita como seres integrantes da sociedade educativa, imagine a criança que apresentava necessidades especiais. É necessário lembrar que a Educação Infantil é uma etapa privilegiada para o avanço em direção aos objetivos da educação inclusiva e a infância é o melhor momento para se oportunizar a aprendizagem das diferenças, envolvendo-se também neste processo, pais, professores e sociedade em geral. Diante disso, as vantagens não são só oferecidas a estas crianças e suas famílias, mas a todos os envolvidos, inclusive a sociedade a qual pertence. Todos aprendem juntos através da interação mútua e solidária.

A Educação Infantil é um indispensável percurso a ser traçado pelas crianças em faixa etária adequada a este segmento por se tratar da mais interessante forma de socialização e escolarização que antecede o Ensino Fundamental. Desta forma, registra-se a sua importância diante da inserção das crianças nestes espaços coletivos de cuidado e educação. Para tanto, é interessante dizer que a inclusão se torna cada vez mais necessária no sentido que a Educação Infantil, como 1ª etapa da Educação Básica, apresenta tantas oportunidades que favorecerão o desenvolvimento integral infantil.

Uma instituição educacional que acredita na inclusão deve ter o compromisso de proporcionar situações na rotina da escola que envolva o respeito, amor, cidadania, cuidar de si e do outro, aceitação, companheirismo e todos os valores necessários na formação de um cidadão. Mas, como destaque, devemos conhecer esta criança, suas particularidades param então, incluí-la com uma intencionalidade educacional.

A definição básica da criança que apresenta necessidade especial consiste em que esta apresenta uma necessidade especial na aprendizagem, podendo ser decorrente ou não de causa orgânica, ou ainda, ser resultado de um talento muito superior à média dos colegas das classes regulares de ensino. De forma legal, esta criança é aquela que apresenta “significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter temporário ou permanente”, (Política Nacional de Educação Especial).

Portanto, a comunidade escolar precisa conhecer, antes de qualquer coisa, quem são as crianças que apresentam necessidades especiais, para então melhor entender a relevância do processo. Para isso, é necessário fazer o diagnóstico educacional que consiste em utilizar recursos e procedimentos técnicos por profissionais que compões uma equipe multidisciplinar que avaliarão as crianças e destacarão as características de suas necessidades especiais, bem como poderão elencar causas e consequências destas de forma segura e que serão úteis para o desenvolvimento do trabalho na sala de aula inclusiva.

Sabe-se que podemos encontrar no Brasil diversas formas de se efetivar a inclusão educacional e que as adaptações são muitas, mas é ainda um problema regional, já que vivemos em um país com uma desigualdade social muito evidente e que de forma direta, atinge também as escolas. Diante disso, a partir dos diagnósticos educacionais realizados e das escolas e da realidade de cada instituição, pode ser sugerida a organização do Ensino Itinerante (professor especializado visita escolas diferentes orientando os demais professores e também alguns alunos) e da Sala

de Recursos (sala que conta com material e equipamentos especiais, utilizados por professor especializado que orienta os alunos a utilizá-los na construção do conhecimento). Tais propostas são apenas algumas daquelas que podemos inserir no dia a dia da escola inclusiva.

Outro recurso muito interessante e de grande valia, principalmente para as crianças menores é a Estimulação Precoce que tem como princípio básico a intervenção de uma equipe multidisciplinar no sentido de incentivar o desenvolvimento global da criança através das vivências, estratégias que enfocam os aspectos físico, sensório-perceptivo, motor, sócio-afetivo, cognitivo e da linguagem. A construção de um ambiente inclusivo pressupõe a articulação de um coletivo de educadores e funcionários da escola de Educação Infantil, estendendo-se também às crianças, aos pais e à sociedade. O compromisso com uma moral voltada à construção de uma sociedade mais humana, em que as diferenças possam existir, deve refletir-se em ações concretas.

Uma escola de Educação Infantil pautada na inclusão e que permita a convivência da comunidade, essa consciência da diversidade, possibilitará um preparo para a cidadania e um desenvolvimento humano muito maior para todas estas crianças, proporcionando a elas a garantia do cumprimento das leis vigentes, bem como do desenvolvimento integral da criança e consequentemente da conquista de um futuro mais justo nos diversos segmentos da sociedade a que pertence. O professor precisa estar atento.

Como dito anteriormente, a Educação Infantil enfrenta atualmente um grande desafio: a inclusão em creches e pré-escolas e esta realidade trazem ao professor muitos sentimentos que envolvem receio, ansiedade, insegurança. Mas é necessário lembrar que tudo que é novo traz o medo, portanto conhecer o novo, implementá-lo, criar suas próprias receitas proporcionarão o sucesso deste processo.

Conhecendo melhor as peculiaridades de cada uma destas necessidades especiais são possíveis identificar a significância da luta pela inclusão que visa a inserção destas crianças na escola regular de ensino desde a Educação Infantil, tentando assim assegurar a elas melhores condições de vida e de crescimento, tendo em vista que suas limitações podem ser superadas, embora precisem de auxílio constante da escola, da família, da sociedade tão quanto antes for possível.

Infelizmente a inclusão de crianças que apresentam necessidades especiais ainda não é totalmente realizada na maioria das creches e pré-escolas brasileiras por falta de informação e de interesse das famílias, educadores, instituições educacionais e poder público. Milhares de crianças ainda são privadas de frequentarem uma classe regular de ensino e, portanto, lhes são negados os direitos de conhecerem o conhecimento, partilharem amizades e desenvolverem o pensamento do coletivo de forma democrática.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – Volume II, p. 13:

> " o ingresso na instituição de educação infantil pode alargar o universo inicial das crianças, em vista da possibilidade de conviverem com outras crianças e com adultos de origens e hábitos culturais diversos, de aprender novas brincadeiras, de adquirir conhecimentos sobre realidades distantes."

Para a criança que apresenta necessidades especiais, este ingresso pode significar a vitória sobre a segregação, pois estando em contato com crianças "normais", ela aprende o que vivencia e se torna parte fundamental deste mundo, no qual tudo parece desconhecido, mas também do qual necessariamente fará parte.

O RCNEI – Estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais definem que o paradigma anterior que propunha uma visão assistencialista, de educação preparatória deve ser rompido e precisamos enxergar a criança como pessoa autônoma, inserida num contexto sócio, histórico e cultural. Nesse contexto, prioriza-se a valorização da dimensão humana, da criança cidadã com seus direitos fundamentais e deveres garantidos, desde seus primeiros anos de vida.

Com a inclusão, a escola de Educação Infantil passa a ser um lugar comum em que se respeitam os alunos de acordo com suas individualidades e em que se torna um ambiente justo, onde estas crianças que apresentam necessidades especiais não serão mais categorizadas a qualquer pretexto. Mesmo que as crianças incluídas não consigam aprender os conteúdos previstos, que são também muito importantes, mas não podem ser o único objetivo da escola, há que se dar a estas crianças o direito à convivência na escola, entendida como espaço privilegiado da formação global. Uma pessoa em tais condições precisa inquestionavelmente dessa convivência. Além disso, os conteúdos que não aprender numa escola que lhe proporcione um ambiente desafiador e que adote métodos de ensino adequados à diversidade, provavelmente não irá também aprender num ambiente segregado.

Na pedagogia da Educação Infantil, as crianças e as interações que estabelecem entre si e com os outros são o ponto de partida para a construção e reconstrução de uma cultura que está viva, é dinâmica, na qual o "corpo e movimento", seus sentidos e significados são vistos e vividos como características especificamente humanas. Diante disso, podemos imaginar como se sente as crianças PNEE em contato com o mundo real da qual fazem parte, aprendendo a transpor as limitações e construindo um mundo adaptável a estas.

É importante também que recebam estímulos adequados para garantir a construção de sua autoconfiança e autoestima, possibilitando às crianças estarem seguras para dar conta de suas necessidades especiais ou não, e

as questões inerentes do seu próprio desenvolvimento. A criança aprende por imitação, portanto elas aprenderão aquilo que lhe for proposto a partir do contato com a escola inclusiva. Quando se fala em benefícios que a inclusão traz, o primeiro pensamento que surge é o de que as crianças que apresentam necessidades especiais têm mais chances de se desenvolver integralmente. Esse senso de responsabilidade pelo bem-estar do outro é um exercício constante nas escolas inclusivas.

É preciso que tenham o direito de serem diferentes quando a igualdade os descaracteriza e o direito de serem iguais quando a diferença os inferioriza. Não há como agir com a criança pequena, sem considerar suas vontades, suas necessidades, seus medos, seus sentimentos. As mudanças substanciais em geral despertam ansiedade, daí a importância de um trabalho consciente e responsável da inclusão ainda na Educação Infantil. O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não conduzem nem restringem o processo de ensino, como comumente se deixa que aconteça.

Entre os benefícios que os alunos das escolas inclusivas, desde a Educação Infantil, comumente relatam estão a descoberta de pontos em comum com pessoas que superficialmente parecem e agem de maneira muito diferente; ter orgulho em ajudar alguém a conseguir ganhos importantes aparentemente impossíveis; ter oportunidades para cuidar de outras pessoas; agir consistentemente baseados em valores importantes, como a promoção da igualdade, a superação da segregação ou a defesa de alguém que é tratado injustamente, etc.

As amizades conquistadas ao longo dos encontros na escola inclusiva, estão de fato no cerne de que todos precisamos uns dos outros. São nossas amizades que nos permitem ser membros ativos e protegidos da comunidade. As amizades ajudam as crianças que apresentam necessidades especiais a garantir que fazem parte da comunidade – em vez de apenas estar na comunidade – é uma realidade para todos, que pode ser construída a Educação Infantil, no ato da inclusão escolar.

As creches e escolas de Educação Infantil, dentro de sua atual e reconhecida função de cuidar e educar, não podem mais deixar de receber crianças que apresentam necessidades especiais, a partir de zero ano, oferecendo-lhes cuidados diários que favoreçam sua estimulação precoce. A escola comum é o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral.

Nessa nova perspectiva, a educação inclusiva assume as funções: social, cultural e política, garantindo dessa forma, além das necessidades básicas (afetivas, físicas e cognitivas) essenciais ao processo de desenvolvimento e aprendizagem, a construção do conhecimento de forma significativa, por meio das interações que estabelece com o meio. Essa escola promove a oportunidade de forma aberta, flexível e acolhedora. Os benefícios da educação inclusiva são recíprocos. A criança tem o estímulo de superar o desafio da execução das tarefas comuns. E o aluno sem deficiências aprende a aceitar o diferente e a atender que há limite para tudo, até mesmo para ele próprio.

Incluir é indispensável, principalmente para melhorar as condições da educação, de modo que na escola possam formar futuros cidadãos mais preparados para viver a vida na sua totalidade, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos atenuar a situação, devemos buscar soluções, pois o nosso compromisso com o resgate de uma vida escolar de forma a evitar a marginalização e a evasão, a criança estigmatizada é tão grande quanto a paz que carregaremos em nossas consciências. É necessário compreender que a inclusão consiste em reverter a forma de pensar nestas crianças como os "coitadinhos", e mostrar que a responsabilidade de incluir é de todos nós, membros da comunidade destas crianças. Não é só uma questão de recursos técnicos, mas principalmente na mudança de atitudes de toda a comunidade.

CAPITULO III

Neste capítulo o estudo refere-se à exibição e análise do que é a intervenção psicopedagógica e a importância de aplicá-la através do lúdico, com jogos e brincadeiras, quando o foco do atendimento são crianças de 0 a 6 anos, no sentido de dinamizar analisar de modo reflexivo crítico como se dá estes elementos psicopedagógicos.

3.1 INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Historicamente, o professor comum e o professor especializado trabalharam separadamente em virtude do modelo segregativo destinado aos alunos com deficiência, de forma que um trabalho colaborativo não faz parte da nossa experiência profissional. No entanto, a literatura tem apontado a colaboração como um meio eficaz para construção de escolas inclusivas. O desafio posto é criar modelos de colaboração em que o professor comum, com sua experiência na tarefa de ensinar e no manejo da classe, e o professor especializado, com experiência nas especificidades relacionadas às deficiências, una esses saberes em prol do desenvolvimento e aprendizagem de todos os alunos.

O trabalho de colaboração não se destina apenas a favorecer aos alunos com deficiência, mas beneficia a todos os alunos.

Construir uma prática flexível capaz de atender as diferenças individuais e oportunizar outras formas de aprendizagem a todos os alunos promove um ambiente educacional democrático e justo, além de promover a prática reflexiva do professor, elemento indispensável para o novo paradigma que a educação inclusiva aponta. A prática colaborativa requer alteração na estrutura da escola de forma a modificar uma cultura de trabalho isolado entre os professores.

Esta gestão pedagógica compreende em um trabalho em conjunto com o professor, de modo a oferecer e a orientar estratégias a esse profissional, com a finalidade de manter uma melhor qualidade pedagógica. E para manter a qualidade se faz necessário desenvolver juntamente com o professor instrumentos que possibilitem tanto uma adequada avaliação dos alunos, assim como instrumentos que permitam ao professor ter a resposta pedagogicamente mais adequada na sala de aulas.

Para uma melhor abordagem do assunto é fundamental que fique claro para o educador ou profissional da área, a imprescindível observação de forma profunda, enxergando toda singularidade do aluno e assim, direcionando para o processo a ser utilizado, jogos e brinquedos que se adaptem perfeitamente ao mesmo.

É necessário ter e/ou programar um espaço físico e temporal, para que as brincadeiras aconteçam, assim como há diferenças no desenvolvimento da capacidade de brincar das crianças decorrentes da disponibilidade e qualidade de materiais lúdicos que são oferecidos a elas. O corpo docente da educação infantil necessita estar consciente da necessidade do espaço/ambiente, e conhecer a importância da atividade lúdica para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

É importante, na prática, desenvolver fichas de observação para o professor, para que o mesmo possa fazer seu registro sobre a evolução pedagógica de seus alunos, de modo que possa começar a perceber as necessidades de cada um, e a partir daí, discutir sobre as estratégias mais adequadas para responder a tais necessidades que o professor pode observar através das fichas.

A Psicopedagogia pode cooperar com o trabalho realizado na Educação Infantil, principalmente na prevenção de futuros problemas de aprendizagem, oferecendo meios para que seja melhor trabalhado o desenvolvimento infantil, podendo assim:

* Apontar direções para o planejamento de atividades a serem realizadas com as crianças;

* Sinalizar eventuais dificuldades que as crianças dessa faixa etária possam apresentar;

* Realizar um trabalho que possibilite ao aluno desenvolver as funções cognitivas necessárias para que assim melhore em seu desempenho na escola.

* Trabalhar em conjunto com o professor, de modo a oferecer e a orientar estratégias a esse profissional, com a finalidade de manter uma melhor qualidade pedagógica.

* Desenvolver juntamente com o professor instrumentos que possibilitem tanto uma adequada avaliação dos alunos na educação infantil, assim como instrumentos que permitam ao professor ter a resposta pedagogicamente mais adequada na sala de aulas;

O trabalho lúdico busca propiciar situações concretas que ajudam as crianças a superar suas próprias dificuldades, quer sejam de memória, atenção, observação, raciocínio ou outras, brincando. Este trabalho estimula sentimentos espontâneos contribuindo para a desinibição, favorecendo a construção da confiança e segurança dos alunos na construção do conhecimento. No processo de ensino-aprendizagem o brinquedo ou jogo apresentado ao aluno, pode passar de um objeto concreto apresentado pelo professor para um objeto construído pelo aluno. Porém é fundamental que o professor perceba em que contexto simbólico ou imaginário o objeto do aluno se encontra inserido.

O psicopedagogo utilizará para essa faixa etária tanto no diagnóstico como na intervenção psicopedagógica as brincadeiras. É importante salientar que a brincadeira é a atividade privilegiada da infância. Ela contribuirá tanto na constituição psíquica como no seu processo de desenvolvimento, de aprendizagem e de socialização. Os educadores que se dedicam ao ensino infantil devem ter isso em mente e privilegiar também essa atividade na proposta de tarefas.

O brincar é o primeiro experimentar do mundo que a criança tem, pois através do brincar desenvolvem-se capacidades importantes como a memória, a atenção, a imitação a imaginação, ou seja, o brincar não é uma perda de tempo, nem mesmo um desperdício, pois muito pelo contrário, o BRINCAR vai muito mais além, pois envolve um conjunto de fatores que ajudam no desenvolvimento da linguagem, moral, emocional, afetivo e físico. Ao brincar, a criança passa a ter condições de explorar e refletir sobre a realidade e a cultura na qual está inserida, podendo assim interiorizar, e assim começar a se questionar sobre as regras e papéis sociais. O brincar proporciona o desenvolvimento, a criança aprende a conhecer, fazer, conviver e, sobretudo aprende a ser.

3.2. O LÚDICO NA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA COM CRIANÇAS PEQUENAS

A aprendizagem do educando é compreendida multidisciplinarmente, abrangendo as implicações, e componentes dos vários eixos de sua estruturação orgânica como: afetivo, cognitivo, motores, sociais, econômicos e políti-

cos. Partindo desse pressuposto verifica-se que o psicopedagogo pode utilizar do lúdico como possibilidade de trabalho, de intervenção psicopedagógica, e diagnóstica no tratamento das dificuldades apresentadas pelas crianças em seu desenvolvimento cognitivo.

A atividade lúdica como instrumento de investigação permite ao educando expressar-se livre e prazerosamente. Nesse contexto as atividades lúdicas são utilizadas, pois, fazem com que as crianças revelem aspectos que não aparecem em situações mais formais.

Com a imaginação, apresentação, simulação, as atividades com jogos são consideradas como estratégia didática, facilitadora da aprendizagem, quando as situações são planejadas e orientadas por profissional, visando aprender, isto é, proporcionar à criança a construção de conhecimento ou desenvolvimento de alguma habilidade. Neste ângulo, o trabalho do psicopedagogo se completa com a relação entre o sujeito, sua historia pessoal e a sua modalidade de aprendizagem. Enfatizando os processos didáticos e metodológicos, com todos profissionais nela inseridos (VYGOTSKY, 1994).

3.3. A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS ATRAVÉS DO BRINCAR

A criança quando brinca, elabora inúmeras hipóteses para resolver seus problemas, e, muitas vezes, tem atitudes além do comportamento cabível a sua idade, pelo simples e complexo fato de sempre buscar maneiras de mudar e transformar a realidade. Seus desejos e vontades podem se realizar inúmeras vezes, o quanto desejarem, de modo que criam situações para que possam satisfazer suas vontades.

> "Todos conhecemos o grande papel que nos jogos da criança desempenha a imitação, com muita frequência estes jogos são apenas um eco de que as crianças viram e escutaram dos adultos; não obstantes estes elementos da sua experiência anterior nunca se reproduzem no jogo de forma absolutamente igual e como acontecem na realidade. O jogo da criança não é uma recordação simples do vivido, mas sim a transformação criadora das impressões para a formação de uma nova realidade que responda as exigências e inclinações da própria criança". (Vigotsky, 1998, p.12)

O lúdico e a Psicopedagogia, contribuem para uma escuta do que realmente esta acontecendo em cada momento com a criança, considerando as necessidades específicas de cada indivíduo, sem esquemas generalizadores, pois o sistema simbólico e imaginário de cada pessoa é único. Assim o objeto não é estático e sendo dinâmico ele se altera em função simbólica e imaginária de cada indivíduo.

Em se tratando de crianças com necessidades educativas especiais, por apresentarem algumas características específicas, como dificuldades de expressão oral ou motora, é preciso que seja estimulada com a supervisão de um adulto, e também precisa de atenção, orientação, conhecimento e atividades de lazer como qualquer outra criança.

A brincadeira simbólica é ponte entre a realidade e a fantasia, entre o eu e o outro, entre o consciente e o inconsciente, próximos do sonho oferecendo condições à criança de representar situações carregadas de afeto, emoção e de se aproximar de forma mais criativa de conteúdos angustiantes, afirmando ainda que:

> Com a brincadeira há possibilidade também de viver os medos e as tensões do outro, de intervir papéis e, portanto, de compreender melhor as relações vividas (OLIVEIRA, 2000: 33/34)

O incentivo para que a criança especial manuseie brinquedos é fundamental. Nunca espere que uma criança especial faça isso sozinha, ajude-a. Sobretudo, não exija da criança especial atuação incompatível com a sua realidade e maturidade. Muitos pais e educadores sabem que os brinquedos são facilitadores do processo ensino-aprendizagem, mas precisam conhecer vários tipos de brinquedos, suas alternativas de exploração e suas especificidades.

Segundo VYGOTSKY (1994), o papel do brinquedo refere-se à brincadeira de "faz- de- conta", que seria brincar de casinha, de escolhinha, ele faz referência a outros tipos de brinquedos, porém a brincadeira de "faz-de- conta" é que discute o papel do brinquedo no desenvolvimento.

> "Mas além de ser uma situação imaginária, o brinquedo é também uma atividade regida por regras. Mesmo no universo do "faz- de- conta" há regras que devem ser seguidas. Numa brincadeira de "escolhinha", por exemplo, tem que haver alunos e uma professora, e as atividades a serem desenvolvidas têm uma correspondência pré-estabelecida com aqueles que ocorrem numa escola real. Não é qualquer comportamento, portanto, que é aceitável no âmbito de uma dada brincadeira". VYGOTSKY (1998).

O autor ainda afirma que o brinquedo é um estímulo ao seu desenvolvimento físico e mental.

Então, o brinquedo e os jogos contribuem definitivamente no processo de socialização, desenvolvendo na criança especial a expressão e a comunicação verbal, podendo ainda responder às pretensões da sua qualidade de vida, podendo fazer com que a mesma participe prontamente dos processos da aprendizagem de maneira feliz, divertida e muito prazerosa.

A criança precisa de desafios para sentir-se estimulada, assim como êxito na exploração do brinquedo. O que

vale é que o pequeno se sinta valorizado pela conquista, seja montar um bloco ou apertar um botão. À medida do possível, as crianças devem ser expostas às experiências e brincadeiras naturais da idade.

O importante é ter sempre pessoas preparadas para facilitar e mediar a interação. Estratégias como texturizar, sonorizar ou iluminar móbiles, chocalhos e demais acessórios possibilitam que o objeto seja mais bem percebido e interessante.

A música, o canto e a representação de histórias são indicados para qualquer criança, inclusive as com limitações graves no leito. Cabe abusar de máscaras, fantasias, bonecos e super-heróis, são boas alternativas aos distúrbios comportamentais em crianças pequenas.

Para estimular a percepção visual, vale lançar mão de lanternas, purpurina e laminados. Os rostos de brinquedos com muitos detalhes e cores contrastantes ajudam a organizar esquemas visuais. Utilizar os demais sentidos na brincadeira como a audição e o tato é fundamental.

As crianças com limitações motoras devem ter seu acesso facilitado a diversos ambientes e posições que possibilitem a exploração. No caso das limitações auditivas, as brincadeiras corporais são as mais indicadas. Jogos de percussão são interessantes, pois possibilitam perceber a vibração do som e ampliar a sensibilidade.

> "Na estrutura dos jogos e brincadeiras simbólicos, os aspectos fundamentais dos jogos e brincadeiras de exercício estão presentes como parte, como elemento, porque quando uma criança brinca de boneca, simula sua casa: brincando com bonecas exercita papéis sociais, transforma as coisas, exercitando-as. Ou seja, no jogo e na brincadeira simbólica há exercício, prazer funcional, repetição" MACEDO (1995, p. 09).

Para colocar as intervenções em prática é necessário que se saiba as necessidades e incentivos para cada criança, e sabermos o seu avanço de um estágio para o outro, sempre registrando, pois todo avanço está conectado com uma mudança acentuada nas motivações, tendências e incentivos.

Temos que estar atentos a certas necessidades da criança com relação ao brinquedo, pois não podemos conceber que o brinquedo seja só uma forma de atividade.

O brinquedo assume a função lúdica enquanto propicia diversão e prazer, e quanto a sua função educativa, o brinquedo produz a apreensão do mundo, completando o sujeito em seu saber e conhecimento.

> "Construindo, transformando e destruindo a criança expressa seu imaginário, seus problemas e permite aos terapeutas o diagnóstico de dificuldades de adaptação, bem como a educadores o estímulo da imaginação infantil e o desenvolvimento afetivo e intelectual" KISHIMOTO (1996)."

CONCLUSÃO

Através do presente trabalho, conclui-se que as crianças com deficiências físicas ou intelectuais que estão matriculados na educação infantil, mostram que a inclusão educacional não vem acontecendo de forma que gostaríamos, a contribuir significativamente para seu o desenvolvimento ainda temos muito que aprender sobre o assunto. Mesmo no atual contexto, em que o papel da educação dos indivíduos e das sociedades amplia-se ainda mais, e aponta para a necessidade de se construir uma escola inclusiva, voltada para a formação de cidadãos responsáveis e participativos.

O desafio proposto para uma escola inclusiva é o de desenvolver do ponto de vista pedagógico um currículo que contemple as necessidades especiais do educando, sendo capaz de educar com sucesso todos que nela estão inseridos, discutir a inclusão dos alunos com necessidades especiais em escolas de educação infantil regulares que se encontram preparadas para receber estas crianças.

A educação infantil deve estar voltada para os princípios da inclusão, garantindo a criança, desde o inicio de sua escolarização, as condições básicas para seu ingresso e percurso na educação.

A escola precisa assumir seu papel no processo de inclusão, buscando realizar as transformações necessárias, desde as adaptações arquitetônicas, curriculares, capacitação de professores e mudanças didáticas, pedagógicas, metodológicas que possam aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem das crianças com deficiências na educação infantil.

A inclusão escolar é uma necessidade real e pontual para possíveis mudanças, em consonância com a modernização e o aperfeiçoamento das práticas educativas, tornando-se consequência natural de todos, em espaço de atualização das condições de ensino, com comprometimento, pois não se trata de um privilégio, mas sim um direito que deve ser respeitado. Há muito ainda a ser feito para que possa caracterizar um sistema apto a oferecer oportunidades educacionais a seus alunos de acordo com as especificidades de cada um, para que de fato ocorra a inclusão e educação mais humana e igualitária. É notório de que ainda estamos num grande processo para conquistar uma educação verdadeiramente de qualidade para todos. Cabe a cada um de nós cumprirmos a nossa parte e um pouquinho mais, como cidadão e a cima de tudo cobrar das autoridades competentes suas responsabilidades e deveres.

No estudo pode-se comprovar as contribuições do lúdico na intervenção psicopedagógica, apresentando novos caminhos a trilhar, e que asseguram o sucesso do educando no processo de construção do conhecimento. O maior desafio como psicopedagoga é construir com o educando sua reintegração à vida escolar, e no seu dia a dia, construir possibilidades que despertem o seu interesse prevenindo possíveis problemas e recuperando seu aprendizado.

Finalizo esta pesquisa com a convicção de que a escola e a sala de aula devem ser um espaço inclusivo, acolhedor, um ambiente estimulante que sempre reforçará os pontos fortes do indivíduo, reconhecendo suas dificuldades e adaptando-se as peculiaridades do alunado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)**.Ministério da Educação, 1996. BRASIL. http://br.search.yahoo.com/r/_ylt=A0geu8GHnNNR6jwACbbz6Qt;_ylu=X3oDMTBybnZlZnRlBHNlYwNzcgRwb3MDMQRjb2xvA2FjMgR2dGlkAw/SIG=121o4h1vl/EXP=1372851463/**http%3a//portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pd.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto. Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília, DF: MEC, 1993.

BRASIL. **Lei 10.172 - PNE 2001 - 2010**. Brasília: 2001

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação**

Fundamental e Secretaria de Educação Especial. **Referencial curricular nacional para a educação infantil: Estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais**. /Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2001.

BRITTO, Lucinda F. **Integração social & educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1999.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "Is".** Porto Alegre: Mediação, 1998.

DAL FORNO, Josiane Pozzatti; OLIVEIRA, Valeska Fortes de. **Ultrapassando barreiras: professoras diante da inclusão**. 2005. Monografia (Especialização em Educação Especial) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004..

FERREIRA, J. R. **A nova LDB e as necessidades educativas especiais**. In Cadernos CEDES 46. Campinas:Universidade Estadual de Campinas, 1a. ed., p. 7-15, 2006.

GLAT, R., FERREIRA, J. R; OLIVEIRA, E. da S. G. & SENNA, L. A. G. **Panorama nacional da educação inclusiva no Brasil. Relatório de consultoria técnica, Banco Mundial, 2003**. Disponível em www.cnotinfor.pt/projectos/worldbank/inclusiva . Acesso em 30 de janeiro de 2014.

KISHIMOTO, T. M. **Jogos, brinquedos, brincadeira e a educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996

MACEDO, Lino de . **Os Jogos e sua importância na escola**. São Paulo, 1995

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon/ SENAC, 2002.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez,1996.

MEC, BRASIL. **Conferência Mundial de Educação para Todos, 1990**. www.mec.gov.br

MEC, BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, 1999. www.mec.gov.br

OLIVEIRA, A. A. S. de. **Um diálogo esquecido: a vez e a voz de adolescentes com deficiência**. Bauru/SP: Práxis, 2000.

PIAGET, Jean. **Psicologia e Pedagogia**. São Paulo.1989.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Um guia muito especial**. Disponível na internet em: http://www.defnet.org.br. Acesso em 12 de dezembro de 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

A Importância da Leitura no Processo Educacional

Raphaella Christina Rocha Nascimento

RESUMO

A leitura deste artigo pretende contribuir para questões relevantes do contexto escolar, a partir da compreensão de que há muitos meios de se ensinar um determinado conteúdo. Neste sentido, o ambiente e a forma como está sendo introduzida a leitura no cotidiano deste indivíduo são fatores relevantes para que ocorra a aprendizagem de fato. Relacionar também questões referentes à sua realidade de mundo visando desta forma, fazer com que o educando sinta-se parte integrante da escola e passe a frequentá-la não apenas por obrigação mas sim, com prazer e dedicação.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura - textos - educação -compreensão – realidade.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, podemos refletir sobre a importância do ato de ler no cotidiano de cada indivíduo. Ação esta que se aprende não somente na escola, mas sim, nos momentos

que precedem o início das atividades escolares. Sendo assim, a leitura de mundo é a leitura que aprendemos inicialmente e nos faz refletir sobre o mundo e seu contexto, partindo do mais simples para o mais complexo.

Por estas e outras inúmeras questões, a leitura é imprescindível no dia a dia de cada indivíduo, pois está relacionada também com a escrita; procedimentos esses que devem ocorrer de maneira concomitantes, ou seja, de forma que um ato seja consequência do outro. Desta forma, cabe ao educador refletir sobre as vias de acesso para a melhor transmissão deste novo conhecimento, de maneira prazerosa e significativa para o educando, considerando aspectos de sua realidade e de seu conhecimento adquirido previamente. Cabe também ao educador, apresentar aos alunos os diferentes tipos de textos que existem (jornais, revistas...) e que a mídia contribuiu muito para a evolução desses materiais e que hoje estão presentes nas salas de aula e fazem parte da realidade dos educandos também.

Portanto, este artigo tem como principal objetivo destacar o ato de ler como um ato fundamental para o indivíduo em sua formação, partindo do conhecimento prévio, seguindo pelas séries iniciais até os dias de hoje. Para que desenvolva o hábito de ler desde pequenos e posteriormente, desenvolvam o senso crítico que atualmente se faz necessário numa sociedade acrítica que prima pela desigualdade social como a nossa. Sendo assim, a leitura não se limita apenas aos espaços escolares como também fora desses ambientes por isso, a leitura está presente em nossa cultura, no cotidiano de cada indivíduo que mesmo que não queiram, as notícias estarão presentes em seu dia a dia.

Neste contexto, vale ressaltar a importância deste ato principalmente para as séries iniciais pois, devemos refletir sobre que tipo de cidadão queremos no futuro e a partir dessas conclusões, analisar o que e como ensinar determinados conteúdos de maneira que o educando sinta-se à vontade para ler, debater e discutir sobre o objeto lido de forma natural e espontânea.

Através da leitura, trabalhar também questões referentes aos temas transversais, transmitindo conhecimentos éticos para que os indivíduos vejam a escola não somente como uma tarefa obrigatória diária mas também, a vejam como base para seu futuro e aprendam antes de mais nada conhecer a si mesmo e respeitar os limites do outro, uma vez que o currículo e a instituição escolar auxiliam na formação de identidades. Desta forma, estaremos formando pessoas capacitadas para o convívio em sociedade e não apenas aptas para o trabalho e desta maneira, contribuiremos para um ensino democrático, visando principalmente o aprendizado dos educandos. Neste contexto, a leitura torna-se a base fundamental para este avanço no sistema de educação atual.

A LEITURA COMO BASE FUNDAMENTAL PARA A VIDA EM SOCIEDADE

A leitura é fundamental para realizar atividades no cotidiano de cada indivíduo, pois ela nos possibilita enxergar além do que está escrito num texto, ou seja, através da leitura, podemos compreender e interpretar o que foi lido de forma natural, a partir do momento em que ler deixa de ser uma ação obrigatória e torna-se um hábito.

No caso das crianças que estão iniciando suas atividades escolares, deve-se pensar em uma forma de introduzir a leitura de maneira dinâmica, de forma a tornar-se também um hábito adquirido espontaneamente.

Partindo do pressuposto de que o aluno não é uma folha de papel em branco no qual é possível depositar qualquer informação de maneira descontextualizada; educação esta que Paulo Freire denominava educação bancária deve-se levar em consideração o conhecimento adquirido previamente pelo educando, evidenciando o período que antecede a educação infantil. Nesta perspectiva, Freire (2003, p. 71) ressalta a importância desses conceitos para os educandos, pois: "[...] Desde muito pequenos aprendemos a entender o mundo que nos rodeia. Por isso, antes mesmo de aprender a ler e a escrever palavras e frases, já estamos "lendo" bem ou mal, o mundo que nos cerca."

Neste contexto, identificamos que o educando ao iniciar a educação infantil, carrega consigo uma bagagem cultural pré-estabelecida e a escola não deve substituir estes saberes por nenhum outro, pois isto certamente afetaria de forma direta no cognitivo do educando, dificultando seu desenvolvimento escolar, fugindo de seu real contexto, sua real compreensão do que é uma sociedade partindo de um ponto de vista totalmente particular.

Neste sentido, a leitura deve ser inserida no contexto do educando de forma cautelosa, a partir de livros que explorem sua capacidade imaginária. Hoje, isto é possível, pois há disponibilidade de se obter acesso a livros específicos para cada faixa etária, como por exemplo, livros clássicos e literatura infantil que possibilitam a interpretação de diferentes textos.

A leitura possibilita pensar o mundo sob uma perspectiva crítica, desperta inquietação perante a inúmeras injustiças e preconceitos que estão presentes no dia a dia da sociedade e que sem conhecimento científico e um olhar crítico-argumentativo, será quase impossível combater o descaso que há muito acompanha esta sociedade. Fatos ocorrem diariamente e as mídias contribuem, nem sempre de maneira positiva, uma vez que espalham as informações em tempo real devido à tecnologia que existe no mundo globalizado. Desta forma, o indivíduo que se recusa a ler as notícias que estão em evidência em determinado momento, contribuem para que se torne um

sujeito acrítico, sem argumentos e desatualizado. Importante ressaltar a importância de diferenciar informação de conhecimento e para tanto, o que auxilia nesta diferenciação é a qualidade na formação de um leitor que interpreta o texto e o contexto.

Neste sentido, os textos de divulgação científica são essenciais não apenas para que os educandos se insiram na cultura escrita atual, mas para que aprendam também os mais variados conteúdos das diferentes áreas de cultura agregando assim, sua realidade cultural com os novos conhecimentos adquiridos.

Diante do acima exposto surge um grande desafio aos educadores uma vez que constatam falta de interesse dos alunos relacionada à leitura. Vale lembrar que o ideal seria que desde pequenos fossem incentivados pela família, entretanto muitos pais ou por ignorar importância de sua atuação no processo de aprendizagem de seus filhos, ou por falta de tempo, uma vez que possuem uma jornada de trabalho que os deixam ausentes do lar, dificultando tanto o incentivo à leitura, quanto o acompanhamento da realização de tarefas diária. Muitos acreditam que o professor é o único responsável pelo desenvolvimento da criança e o ideal seria se ambos, professor e pais buscassem alternativas para alavancar os processos de aprendizagem.

Dito de outra forma, a sociedade na qual vivemos, obriga os indivíduos a trabalhar na maior parte de seus dias, impossibilitando-os de serem pais em tempo integral, desta maneira, o pouco tempo que lhes restam são para outros afazeres como descansar e realizar as tarefas domésticas. Muitos nem possuem hábitos de leitura. Estes são fatos reais da criança do mundo contemporâneo, são fatores externos que ocorrem longe das instituições escolares mas, que interferem diretamente no desenvolvimento das crianças enquanto educandos afetando assim, seu cotidiano escolar.

Por estas questões, para muitos educandos, o acesso à leitura não faz parte do seu cotidiano justamente porque os pais não possuem o hábito de ler e por esta razão, não o repassam para seus filhos fazendo com que os mesmos não tomem para si o hábito e o gosto pela leitura. Na maioria das vezes, as crianças começam a ter contato com a leitura somente no momento em ingressam na escola.

Por outro lado, a cultura na qual vivemos resiste a modificações partindo do pressuposto de que ao nascermos, já existe o conceito do que é considerado certo ou errado ou seja, são os padrões éticos e morais determinados pela sociedade e mesmo concordando ou não com esses conceitos, seguimos o modelo sem questionar. Por isso, ao iniciar alguma nova atividade, os indivíduos têm receio do que as outras pessoas irão achar, se haverá algum reconhecimento ou não, ou se será aceito pela sociedade como algo correto. Neste contexto, acabamos por repassar para as crianças este receio de arriscar e adquirir novas bagagens culturais necessárias para sua vida pessoal e profissional e desta forma, repassamos o medo e a insegurança em modificar algo que encontra-se estável. Neste sentido, ao ingressarem na educação infantil, as crianças permanecem com essa resistência ao novo, ao desconhecido que muitas vezes dificulta o processo de ensino e aprendizagem. Talvez pelos mesmos motivos citados acima, em alguns casos aprender a ler é uma tarefa complexa sendo que em algumas situações, ela pode ocorrer de maneira dinâmica e prazerosa, já em outros momentos esta leitura acontece de forma mecânica por meio de "decifração" ou "decodificação" de palavras que para o educando, não estabelece sentido algum pelo contrário, desperta no indivíduo o desinteresse pela leitura e consequentemente pela escrita.

Nas séries iniciais por exemplo, é exigido que os alunos copiem conteúdos retirados de textos científicos como forma de exercitar a leitura e a escrita porém, somente a cópia desses conteúdos não trará significado algum para os educandos se não for trabalhado da maneira correta, se não tiver qualquer relação com a disciplina ou até mesmo se não tiver a explicação necessária que um texto científico requer, essas informações não acrescentarão o conhecimento aos educandos, serão apenas informações descontextualizadas que não se transformam em conhecimento tornando-se memorização. Pensando nesta perspectiva, Burgarelli (2009, p.9) evidencia que:

> [...] Suas exigências com relação à leitura, à produção textual , às correções gramaticais e aos demais jogos lingüísticos de nada adiantarão se não forem tomadas como questões pelo próprio sujeito.

A leitura para o educando deve ser de alguma forma, significativa para que ocorra de fato a aprendizagem e conseqüentemente adquira o gosto pela leitura. Caso esse aprendizado se dê de maneira fragmentada e descontextualizada, os educadores estarão formando leitores passivos ou "pseudo-leitores", em outros casos, formarão analfabetos funcionais.

Neste contexto, deve-se pensar em como introduzir a leitura de uma forma abrangente no cotidiano desses educandos. Nesse processo, o educador é uma peça fundamental, capaz de promover a interação entre os alunos e a interação destes alunos com o livro em questão, de forma a aproximá-los deste universo tão maravilhoso no qual se resume o ato de ler, e tão necessário para a vida de qualquer cidadão reflexivo.

O papel do educador enquanto mediador desse processo é incentivar a prática à leitura, de forma a intensificar esta leitura que se inicia na educação infantil. É necessário também, que o educador mantenha-se atualizado nas novidades que aparecem diariamente, pois através delas, poderão surgir novas ideias que podem auxiliar em seu trabalho peda-

gógico trabalhando assim com outros textos, uma vez que cada autor possui uma característica diferente.

A leitura de variados textos possibilita aos educandos a criação de situações, problematizações e questionamentos que serão resolvidos inicialmente maneira como os percebem, de acordo com suas vivencias, suas realidades de mundo, e paulatinamente auxiliam na formação de sujeitos críticos, independentes e com capacidade de expressar suas opiniões e seus pontos de vista de maneira objetiva. Neste contexto, Aratangy (2008, p.54) ressalta a seguinte idéia:

> [...] Convidá-los a empreender viagens por meio das leituras pode ser um bom início na construção da sua relação com o mundo das letras. Assim, selecionar livros interessantes, clássicos e ler para eles bons textos talvez sejam determinantes nessa empreitada.

Cabe ao educador criar situações utilizando- se de rodas de conversa, debates, discussões sobre o texto abordado, pois nesta perspectiva, além de proporcionar a liberdade para que possam se expressar, poderão também aprender a respeitar o próximo ouvindo suas opiniões havendo desta forma, não só interação como também a total compreensão dos fatos discutidos. Assim, conforme Freire (1996, p.27) "Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção".

Partindo desses princípios, a bagagem cultural dos educandos deve estar inserida no contexto escolar, deve ser discutida em sala de aula de forma a enriquecer os conteúdos, fazendo com que os mesmos sintam-se como parte da escola, não só trazendo apenas sua realidade para o ambiente escolar, como também levando o que aprendeu neste ambiente para sua casa.

Diante do acima exposto, o aluno não deve ser considerado objeto de aprendizagem, sendo que ambos (educadores e educandos) são sujeitos neste processo, logo porque no decorrer dos anos nos quais a escola faz parte de seu cotidiano, ambos passam por diversas transformações proporcionadas através da troca de experiências. Por isto, o termo utilizado na linguagem atual é educador e educando, para que se dê um sentido de continuidade, pois o aprendizado e o ensino são processos contínuos e convergentes, que ocorrem de maneira concomitantes e não mais distintas como se via no antigo modelo tradicionalista.

Neste contexto, a quantidade de livros que se lê em determinado espaço de tempo deixa de ser um fator relevante, o que se deve considerar é a qualidade e o sentido que a leitura provoca. Uma prática comum e vivenciada na escola é a leitura mecânica, onde para muitos, ler significa levantar-se do lugar e fazer a leitura em voz alta para os demais integrantes da sala de aula. Esta é uma tarefa que pode se tornar um trauma na vida das crianças, pois nas séries iniciais, embora reconheçam as letras, muitos ainda possuem uma certa dificuldade em pronunciar as palavras de forma contínua, não conhecem o sentido global das mesmas, tornando-se assim, motivo de risadas entre os demais, causando-lhe um certo desconforto que pode ter continuidade nas séries seguintes o que apenas reforça o desgosto pela leitura.

Apesar do acima exposto, existem em muitas escolas os cantinhos de leitura criados especialmente para essa prática, para que os educandos leiam da maneira como sabem, respeitando e ensinando os demais colegas que ainda apresentarem tais dificuldades, e aqui valem lembrar que os educandos não aprendem da mesma forma, nem ao mesmo tempo. O educador deve ter consciência de que o aprendizado é um processo muitas vezes demorado e exige tentativas contínuas até que haja não só a leitura em si, mas também o mais importante: a interpretação e a compreensão do que foi lido, caso contrário, não houve aprendizagem de fato. Neste contexto, Belintane (2006, p. 269) evidencia que:

> [...] A entrada no ensino se dá a partir de uma rígida sistematização das fases iniciais da aprendizagem e cuja premissa básica assume que a leitura fluente resulta de um domínio seguro da correlação entre as unidades mínimas da fala e as da escrita.

Respeitar o tempo de aprendizagem de cada educando, que ocorre de maneiras distintas e conscientizar os demais educandos que cada indivíduo possui seu próprio ritmo de aprendizagem, uns tem mais facilidade e outros nem tanto, contribui para a existência de uma sala de aula mais democrática e compreensiva. A partir deste contexto, Nunes (2001, p.58) destaca que [...] Uma criança do pré-escolar, ao tentar descobrir o que está escrito abaixo de uma figura, procura estabelecer uma relação entre os elementos significativos da figura e as palavras.

Neste sentido, escolher o livro certo, que dê continuidade ao que está sendo ensinado em outras disciplinas auxilia ainda mais na compreensão tanto do livro quanto da disciplina. As imagens também são fundamentais nesse processo, uma vez que as crianças quando possuem liberdade para escolher os livros que vão ler, procuram escolher imediatamente algum que lhe atraia mais atenção, geralmente são as imagens e as cores contidas neste livro, para que depois comecem a analisar o conteúdo do texto.

Vale ressaltar que a forma como o educador lê determinadas histórias para os educandos é também um fator imprescindível para a sua aprendizagem. Assim, segundo Nunes (2001, p.29) [...] A fim de aprender a ler, é necessário estabelecer uma conexão entre os sons e as palavras que você ouve (informação auditiva) e as palavras escritas que você vê (informação visual).

Portanto, é necessário deixar de lado os vícios de linguagem comuns entre os adultos e fazer o uso correto

das palavras pronunciando-as minuciosamente, respeitando todos os acentos, os hífens, os pontos e as vírgulas para que os educandos não reproduzam aquilo que ouviram de forma incorreta.

Atualmente, existem exercícios dinâmicos que exploram a leitura e a escrita. Pode-se utilizar diversos materiais possibilitando desta forma, o conhecimento e o acesso a diversos tipos de texto que não sejam somente os que estão presentes nos livros. Atividades como pesquisar, recortar e colar, pensando na interdisciplinaridade e temas discutidos em sala de aula, buscar informações no dicionário, na internet entre outros, incentivam o educando a buscar uma certa independência e autonomia a partir do momento que adquire determinadas responsabilidades como, por exemplo, concluir a tarefa e levá-la à escola na data estipulada pelo professor ou até mesmo, explicar aos colegas quais foram os passos para que chegasse a essas conclusões.

Este tipo de atividade, além de incentivar a autonomia, aproxima os educandos da realidade, é possível analisar, por exemplo, como era a sociedade há algum tempo atrás e como estas transformações influenciaram no mundo no qual vivemos hoje. Neste contexto, Sawaya (2000, p.71) destaca que "Construir a história do bairro, cartografá-lo, é mais uma das funções da palavra para as crianças, o que acaba por transformá-las em porta vozes, em memória viva e coletiva da vida do bairro e das pessoas que nele moram".

Portanto, este tipo de exercício auxilia em uma compreensão maior do seu contexto, lembrando que este tipo de atividade não é uma tarefa que tem como principal objetivo proporcionar lazer e entretenimento, mas uma atividade relacionada à reflexão, ao conhecimento científico, além de auxiliar o educando a reconhecer-se, relembrando sua história, suas origens como um sujeito histórico, que passa por mudanças ao longo da vida da mesma maneira que um determinado bairro e determinadas pessoas também se modificam ao longo dos anos.

O contato com materiais diversificados possibilita aos educandos repensar em seu vocabulário de forma a torná-lo mais culto. Desta forma, o indivíduo começa a perceber, por exemplo, a diferença entre os gêneros textuais, quais são as diferenças entre um texto com características de um conto e um texto de caráter jornalístico. Situações de aprendizagem que se forem exploradas de uma forma que haja compreensão por parte dos educandos (sempre analisando que a leitura deve partir do modo mais simples para o mais complexo), qualquer leitura fluirá de maneira agradável, pois os mesmos serão capazes de interpretar os textos tanto no ambiente escolar como fora dele, exercitando uma leitura individual e reflexiva. Neste contexto, Kleiman (2004, p.29) ressalta que:

Essa flexibilidade própria do leitor maduro deve ser modelada desde os primeiros contatos com a escrita, num primeiro momento para fornecer um modelo que valha a pena ser imitado, para depois ser incorporado como parte construtiva das estratégias de leitura e das atitudes do leitor.

Desta forma, quando o leitor sentir-se suficientemente maduro para realizar leituras mais aprofundadas e complexas, passará a compreender as mensagens ocultas existentes em alguns textos. Mensagens estas que devem estar relacionadas de alguma forma com algo que o educando já tenha vivenciado anteriormente, ou seja, alguma disciplina ou alguma discussão realizada em sala de aula. Neste sentido, poderá comparar as informações obtidas anteriormente com as informações que recebeu analisando assim, os fatos contidos no texto e no seu cotidiano, de forma a obter conclusões gerais acerca desses fatos que podem ser através de sínteses, resumos feitos pelo próprio educando, retirando do texto os principais aspectos tornando-se assim, uma ótima ferramenta de estudo que pode ser utilizada posteriormente em outros trabalhos e avaliações.

Entretanto, relacionar os conteúdos científicos essenciais para se concretizar qualquer tarefa principalmente no campo profissional futuramente com os saberes empíricos adquiridos previamente auxiliarão os educandos em sua jornada tanto dentro da escola como fora dela. O principal objetivo é auxiliar para que os educandos tornem-se pessoas cultas além de leitores e escritores competentes e posteriormente repassem este hábito de ler para seus filhos e netos para que tenhamos num futuro próximo, pessoas atualizadas, considerando que a leitura é um processo diário e o caminho mais simples para se adquirir novos conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre tantas metodologias e métodos considerados ideais para se garantir um ensino de qualidade há um método que mais se destaca no que diz respeito à educação atual, é a perspectiva do método de educação construtivista que ressalta a leitura como um processo contínuo, um exercício diário de construção de conhecimentos. Para isto, deve-se definir quais são as finalidades e metas da atividade de leitura partindo da situação na qual o leitor se encontra: ler para trabalhar, estudar, para o entretenimento, buscar alguma informação ou simplesmente atualizar-se enfim, procurar diversas leituras que satisfaçam as necessidades do leitor naquele determinado momento assim, a leitura passa a ser um hábito e não uma obrigatoriedade.

São inúmeras as dificuldades de se viver em um mundo voltado para a tecnologia e para a globalização como no mundo no qual vivemos atualmente. A leitura nos possibilita refletir sobre o mundo, seu desenvolvimento e sobre nós mesmos como parte integrante dele uma vez que a leitura nos fornece uma base para discursar sobre diversos assuntos de forma espontânea. E a partir do momento em que o indivíduo expressa sua opinião diante de outras

pessoas, estará expondo também sua indignação e senso crítico perante aos acontecimentos positivos ou negativos que acompanham o desenvolvimento do nosso país.

Neste contexto, a leitura é imprescindível para a vida ou seja, para um melhor convívio em sociedade, para o crescimento individual, profissional e coletivo por isto, as instituições de ensino tem o dever de ensinar aos seus educandos os conhecimentos científicos (que são os saberes considerados "universais") para que tenham um bom embasamento teórico e bons argumentos quando forem debater sobre seus direitos e deveres enquanto cidadãos críticos e reflexivos sem desprezar o conhecimento empírico que está presente em nossa cultura há muito tempo.

A perspectiva de um modelo de educação moderna e democrática proporciona tanto educadores quanto educandos a exporem suas ideias de forma abrangente, considerando que este modelo de educação moderna não despreza os saberes adquiridos previamente pelos educandos pelo contrário, auxilia para que as relações de ensino e de aprendizagem se tornem mais simples, agradável e prazeroso pois, o aluno sente-se valorizado por este conhecimento pré existente e começa a identificar-se ainda mais com o ambiente escolar. É fundamental para o educando este momento, esta troca de experiências principalmente ao ingressar na educação infantil considerando que este é o momento em que as crianças começam a compreender que a partir daquele momento, fazem parte de um novo grupo, no qual irá comunicar-se com outras crianças que possuem ou conhecem outras formas de cultura diferente da sua e isso lhe proporcionará reconhecer-se como um ser individual que possui características próprias e em seguida iniciará todo um processo de construção de identidade no qual os educadores fazem parte e devem acompanhar seu progresso de uma maneira que os auxilie neste processo de transição.

Diante do acima exposto, compreendemos a importância de uma boa relação entre educadores e educandos durante o processo educacional no qual ambos são sujeitos neste processo pois ao mesmo tempo em que aprendem também ensinam.

Introduzir a leitura no cotidiano dos educandos não é uma tarefa fácil principalmente na educação infantil que é uma fase muito delicada na vida da criança e qualquer conceito mal trabalhado pode ocasionar um trauma para a vida inteira. Porém, é fundamental que eles adquiram este hábito desde pequenos para que cresçam e desenvolvam o gosto pela leitura que é imprescindível no cotidiano de qualquer indivíduo. Neste sentido, os educadores têm um papel fundamental neste exercício de introdução à leitura, escolher bons livros e auxiliar na construção de hipóteses elaboradas pelas próprias crianças pode ser um grande passo para que a leitura seja de alguma forma significativa para estas crianças.

Este novo método de ensino é o modelo que as escolas precisam atualmente. Uma escola interessada nos problemas da sociedade e preocupada com a realidade e o aprendizado de seus educandos. Neste contexto, deve-se refletir sobre uma forma de atrair os educandos para a escola sem que eles se sintam obrigados a frequentá-la, somente desta maneira conseguiremos formar cidadãos críticos engajados no desenvolvimento satisfatório de um país.

REFERÊNCIAS

ARATANGY, Cláudio. **Didáticas; professor alfabetizador -1ª série/Secretaria da Educação, fundação para o desenvolvimento da educação**. São Paulo: FDE, 2008.

BELINTANE, Claudemir. **Leitura e Alfabetização no Brasil: Uma busca para além da polarização**. http:// www.scielo.br/pdf. São Paulo, 2006. Acesso em Junho de 2010.

BURGARELLI, Cristovão. **Desejos de encadear letras**. http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo. Campinas, 2009. Acesso em Junho de 2010.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler; em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 45ºed, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KLEIMAN, Angela. **Oficina de Leitura: teoria e prática**. São Paulo: Pontes, 10ºed, 2004.

LERNER, Délia. **Ler e Escrever na Escola: o real, o possível e o necessário**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

NUNES, Terezinha. **Dificuldades na Aprendizagem da Leitura: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 4ºed, 2001.

SAWAYA, Sandra Maria. **Alfabetização e Fracasso Escolar: problematizando alguns pressupostos da concepção construtivista**. http:// www.inep.gov.br. São Paulo, 2000. Acesso em Junho de 2010.

Mediação e Gestão de Sala de Aula em Tempos de Pandemia: Um Estudo de Caso em uma Escola Pública de São Paulo

Luana Beatriz Xavier Nunes

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo refletir e discutir as mudanças relacionadas na mediação e gestão de sala de aula frente à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), no

contexto de uma escola municipal de ensino fundamental da cidade de São Paulo. Embora ainda não seja possível mensurar os reais impactos ocasionados pela pandemia no ensino público, estes já são sentidos na sociedade, exigindo adaptação de estudantes e professores, buscando novas estratégias pedagógicas para o enfrentamento da situação. Para tal, utilizou-se a análise de um estudo de caso descritivo a partir de observação participativa. Percebe-se que a tecnologia pode ser uma grande aliada para atenuar o impacto da pandemia na área educacional exigindo, entretanto, uma outra perspectiva e preparo por parte de alunos e professores gerando profundas mudanças principalmente relacionadas à mediação e gestão de sala de aula, exigindo novos conhecimentos, práticas e organizações do trabalho pedagógico.

PALAVRAS-CHAVE: mediação; ensino à distância, pandemia, COVID-19, gestão de sala de aula.

1. INTRODUÇÃO

A suspensão das aulas presenciais em decorrência das medidas de distanciamento social com o objetivo de conter o avanço e disseminação do novo coronavírus trouxe profundas mudanças na forma de organização do trabalho pedagógico, especialmente nas escolas públicas de ensino básico.

Com essa nova realidade no país, alunos, responsáveis e professores tiveram que adaptar suas rotinas de aprendizado, sendo orientados a manter atividades remotamente utilizando plataformas digitais a fim de continuar garantindo o direito constitucional de acesso à educação contido no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394 de 1996.

Para as escolas municipais da cidade de São Paulo, a instrução normativa nº15 publicada em 08 de abril de 2020 estabeleceu critérios para a organização das estratégias disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação para assegurar a aprendizagem dos estudantes durante esse período. De acordo com o Art.2º: "O processo de aprendizagem a partir de 13/04/2020 e enquanto durar o período de suspensão (...), dar-se-á prioritariamente por meio de material impresso e complementarmente em ambiente virtual.

O material impresso foi disponibilizado pela Rede Municipal de Ensino e enviado para a casa dos estudantes com atividades para um período de dois meses, além disso, os professores e estudantes deveriam manter contato de forma online, por isso, em parceria com a Google, foi disponibilizado também o Google Sala de Aula plataforma para responder dúvidas e continuar o processo de ensino e aprendizagem, assumindo que a maior parte dos estudantes já usa celular ou tablet e estariam prontos para acessar as ferramentas que os manteriam conectados e engajados com as atividades escolares (SME, 2020).

A modalidade à distância exigiu uma mudança nas práticas de mediação pedagógica e gestão de sala de aula. A gestão da sala de aula é conceitualizada por Djigic e Stojiljkovic (2012) como o conjunto de ações desenvolvidas pelo professor para a evolução de um ambiente favorável e estimulante à aprendizagem escolar e socioemocional dos alunos. Engloba a gestão do espaço, tempo e atividades, assim como a gestão do comportamento (disciplina) dos alunos, articulando, para tal, as características do professor e as suas competências.

As diferenças entre a mediação na aprendizagem presencial e à distância também são evidentes já que as propostas da educação à distância nem sempre têm a mesma preocupação e os mesmos princípios educacionais que norteiam seu planejamento, organização, metodologia e mediação pedagógica. De acordo com Prado (2006), a mediação pedagógica, na abordagem do estar junto virtualmente, se concretiza pelas constantes recriações de estratégias a partir da interrelação dos materiais, atividades e interações pessoais.

Diante desse cenário e das alterações exigidas na organização do trabalho pedagógico, esse artigo busca refletir e discutir as mudanças relacionadas na mediação e gestão de sala de aula frente à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), no contexto de uma escola municipal de ensino fundamental da cidade de São Paulo.

2. MEDIAÇÃO E GESTÃO DE SALA DE AULA EM TEMPOS DE COVID-19

Brophy (2011) define a gestão da sala de aula como sendo as medidas tomadas pelo professor para "[...] criar e manter um ambiente de aprendizagem propício para o ensino eficaz (organizar o ambiente físico, estabelecer regras e procedimentos, manter a atenção dos alunos nas aulas e engajá-los nas atividades)". Gauthier et al (1998) enfatiza que a gestão da sala de aula deve manter um ambiente favorável tanto ao ensino quanto à aprendizagem.

Estudos que se propõem a discutir gestão em sala de aula normalmente tem como foco o problema da indisciplina, entretanto, o tema vai além disso. Para Gauthier et al (1998), as habilidades de gestão da sala de aula estão relacionadas aos ganhos de aprendizagem dos alunos, pois maximizam o empenho deles em suas tarefas, o que significa que bons gestores da classe tendem a ser bons professores também e vice-versa. Isso porque os professores com grandes habilidades de gestão da sala de aula tomam medidas preventivas que diminuem a frequência dos comportamentos inadequados. Entretanto, quais seriam os comportamentos inadequados dentro de uma plataforma de ensino remoto?

De modo geral, nessas plataformas, é solicitado ao aluno explorar o material enviado e responder isoladamente, a exercícios e testes. Há também, atendimento às dúvidas, fórum de discussões, contam com a possibilidade da reali-

zação de videoconferências e não exigem o acesso simultâneo de professores e alunos. O que se espera é a participação dos estudantes, cumprimento dos prazos estabelecidos, compreensão e respeito às regras de cidadania digital.

De acordo com Rosa (2016), esse novo ambiente, permeado por novas formas de se interagir, posto como um recurso didático para o fazer cotidiano da sala de aula, contribui para aumentar a participação dos alunos no processo de ensino-aprendizagem.

No entanto, a principal problemática surge quando pensamos que o ambiente presencial de sala de aula é diferente do ambiente virtual de aprendizagem, que acaba exigindo do professor o uso e domínio de plataformas que forneçam essa mediação entre o docente e o estudante.

Nesse sentido é importante ressaltar que os conceitos de gestão de mídias em educação são englobados no contexto da gestão de sala de aula, envolvendo uma variedade de reflexões e tomada de decisões que orientam o trabalho pedagógico e se articulam com o planejamento. Segundo Kenski (2006), a gestão das mídias envolve cuidados com a seleção, condições de operação e de manutenção dos equipamentos escolhidos para serem utilizados. Requer a garantia de seu pleno funcionamento e a disponibilização dos mesmos durante todo o tempo em que as atividades estiverem sendo realizadas. O que veremos mais adiante que não foi possível dado ao fato de que boa parte dos alunos nem possui acesso à internet.

No cenário atual, foi exigido do professor esse domínio do uso dessas tecnologias digitais sem que antes fosse feita uma formação adequada. Segundo Mercado (2014), são necessárias competências específicas desde a formação, conhecimento dos instrumentos pedagógicos das tecnologias digitais, mediação pedagógica entre alunos, grupos e material didático, produção de conhecimento colaborativo e a necessidade do desenvolvimento de novas práticas pedagógicas.

Sendo assim, as atuais necessidades da educação implicam no desenvolvimento das competências docentes relacionadas à alfabetização tecnológica, que incluem habilidades em alfabetização digital, com capacidade de selecionar, produzir, adaptar e utilizar conteúdos educacionais digitais, jogos, exercícios e conteúdo da web em laboratórios de informática ou em salas de aula (MERCADO, 2014).

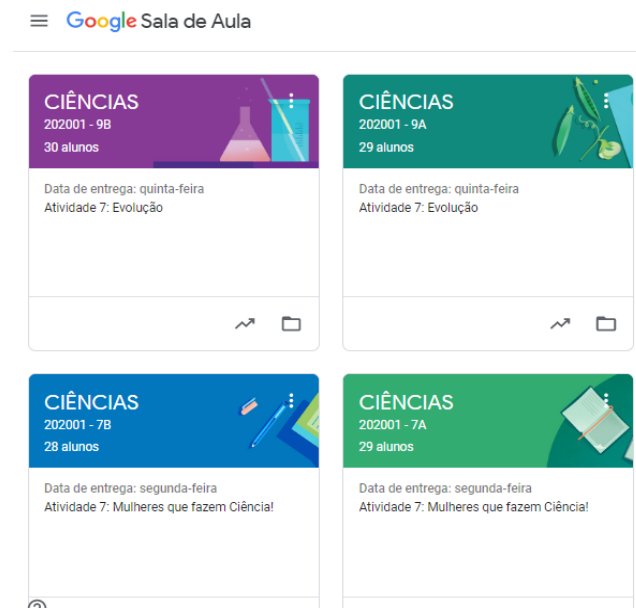
De acordo com Ferreira (2020), é muito difícil para as escolas públicas adaptarem-se à cultura digital, já que mesmo o governo disponibilizando algumas ferramentas tecnológicas às escolas, há, em contrapartida, as unidades educacionais sofrendo, por exemplo, pela falta de uma formação adequada dos docentes no que tange a aplicabilidade educacional desses recursos e outros entraves.

O professor precisou se adaptar e utilizar como recurso para mediação do processo de aprendizagem em tempos de pandemia, para tal, foi disponibilizado o Google Classroom (Figura 1), ferramenta assíncrona com potencialidades pedagógicas para o ensino remoto. A ferramenta é online, abriga alunos e professores, facilitando a entrada (login) e a integração de diferentes recursos disponibilizados pelo próprio Google como: Gmail, Google Drive, Hangouts, Google Docs e Google Forms (GOOGLE CLASSROOM, 2020).

O sistema de atividade ou postagem na plataforma gera automaticamente uma notificação direta no e-mail do aluno, deixando-o sempre atualizado sobre os conteúdos inseridos no ambiente virtual, fator que possibilita maior a interação e engajamento entre a turma (GOOGLE CLASSROOM, 2020).

Ao fazer login, o professor pode fazer as atualizações da plataforma, postando informações, avisos, comentários e atividades que podem ser disponibilizadas de diferentes formas, como perguntas objetivas, testes, fóruns e materiais de apoio como anexar arquivos de texto, imagem, vídeos do Youtube e outros sites.

Figura 1: Exemplo da página inicial do Google Classroom.



Fonte: Google Classroom

A Secretaria de Educação de São Paulo (SME-SP) disponibilizou e-mails e senhas de acesso aos alunos e professores, disponibilizando também uma página com um guia de orientações para os estudantes e família[1] incluindo tutoriais de como realizar os primeiros acessos à plataforma, orientações quanto à rotina de estudos e cidadania digital. Além da plataforma, a SME-SP produziu um material impresso o "Trilhas de aprendizagens" abordando temas de Português, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

(1) Disponível em <https://www.edu.sme.prefeitura.sp.gov.br/>

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Para esse trabalho, foi utilizado o método de estudo de caso qualitativo (LUDKE e ANDRÉ, 1986) que se caracteriza pelo estudo de um caso bem delimitado, possuindo três fases, uma primeira aberta ou exploratória que define as unidades de análise, as questões iniciais e estabelece mais precisamente os procedimentos e instrumentos de coleta de dados; uma segunda mais sistemática em termos de coleta de dados, utilizando fontes variadas e instrumentos estruturados e uma terceira, com a análise e interpretação dos dados.

O estudo foi realizado com a observação participativa como técnica de levantamento de dados, durante 10 semanas entre abril e junho de 2020 em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental na Zona Leste de São Paulo.

A pesquisadora observadora é professora de Ciências das turmas de Ensino Fundamental II dessa escola há três anos e assim como todos os outras professores da unidade teve que iniciar atividades remotas incluindo aulas e reuniões pedagógicas nesse período. Diante das propostas e recomendação da Secretaria Municipal de Educação, as observações buscaram responder: Como se deu efetivamente a reorganização do trabalho pedagógico à distância? Quais as dificuldades enfrentadas durante essa transição? Quais as mudanças com relação a mediação do professor no processo de ensino aprendizagem? Como se deu a gestão de sala de aula em ambientes virtuais?

Uma vez identificados os elementos-chave e os contornos aproximados do estudo, segundo André (2013), o pesquisador pode proceder à coleta sistemática de dados, utilizando fontes variadas, instrumentos – mais ou menos – estruturados, em diferentes momentos e em situações diversificadas.

Bassey (2003) considera que há três grandes métodos de coleta de dados nos estudos de caso: fazer perguntas (e ouvir atentamente), observar eventos (e prestar atenção no que acontece) e ler documentos. Nesse estudo, a observação foi o método de coleta de dados. As observações, segundo Stake (1995) dirigem o pesquisador para a compreensão do caso. É preciso fazer um registro muito detalhado e claro dos eventos de modo a fornecer uma descrição incontestável que sirva para futuras análises e para o relatório final. Para analisar os dados, foram selecionadas informações levantadas no caso, descartando as desnecessárias e organizando em categorias definidas (QUADRO 1) sobre a mediação pedagógica e sobre a gestão de sala de aula. O material analisado consistiu em:

a) registros escritos de observação da prática pedagógica da professora, em que foram explorados os seguintes núcleos temáticos: planejamento, gestão de sala de aula, atividades propostas, uso de materiais concretos, comunicação entre professor e aluno.

b) registros de observações das reuniões pedagógicas realizadas duas vezes por semana entre os meses de abril, maio e junho.

c) registros de comentários, participação dos alunos nas atividades propostas.

Quadro 1: Categorias de análise

Mediação pedagógica	**Gestão de sala de aula**
Comunicação (diálogo, debates, interações)	Regras e procedimentos
Atividades	Engajamento e participação
Materiais	Tempo
	Disciplina

Fonte: Elaborado pela autora

Os resultados foram organizados e apresentados com o objetivo de facilitar a verificação das proposições e as respostas às questões de pesquisa a partir do relato de caso no estilo informal e narrativo (ANDRÉ,2013) concluindo assim a análise.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho tem como objetivo refletir e discutir as mudanças relacionadas na mediação e gestão de sala de aula frente à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), no contexto de uma escola municipal de ensino fundamental da cidade de São Paulo a partir de um estudo de caso.

Durante as 10 semanas de trabalho remoto os professores da unidade escolar observada postaram cerca de 8 atividades em média na plataforma Google Classroom. No início, o grupo de professores foi orientado a elaborar atividades que não utilizassem o livro distribuído pela SME-SP "Trilhas de aprendizagem", pois nas primeiras semanas os estudantes estariam recebendo o material e realizando os primeiros acessos à plataforma. No primeiro momento, muitos estudantes foram informados pela televisão e redes sociais de que as aulas retornariam remotamente após um período de recesso antecipado. Os professores tiveram um dia de formação que se deu pelo Youtube, com o objetivo de auxiliar os docentes na ativação de suas contas Google e acesso ao Classroom.

A primeira semana então, foi de acolhimento, foi solicitado que os alunos explorassem os recursos da plataforma, enviassem dúvidas e se familiarizassem com esse novo formato de aulas à distância. Nas primeiras três semanas, cerca de 20% dos estudantes do Ensino Fundamental II acessaram e enviaram as atividades.

No mesmo período, foram realizadas reuniões com o corpo docente para que houvesse o planejamento e a reorganização do trabalho pedagógico. Os professores deveriam postar uma atividade por semana na plataforma, para cada turma, complementando e/ou utilizando as atividades do "Trilhas de aprendizagens". Nas reuniões muitos docentes manifestavam sua insatisfação diante das dificuldades de preparar novos materiais, dúvidas em relação ao manuseio das ferramentas da plataforma e da pouca participação dos estudantes. Os professores com maior aptidão digital prepararam tutoriais em vídeo e escritos de como acessar e utilizar o Google Classroom e seus recursos como o Drive e Formulários, além disso prepararam um material com sugestões de sites e ferramentas que poderiam ser utilizadas pelos professores para enriquecer suas práticas.

Nesse período, os professores ocupavam-se em buscar materiais, selecionar leituras, vídeos e imagens que complementassem as atividades, além de estruturar e preparar formas de avaliação. As correções, devolutivas e plantão de dúvidas se dava a partir dos recursos do Google Classroom, enquanto as reuniões pedagógicas ocorriam de forma síncrona por outra plataforma de comunicação digital. Além disso, os professores realizaram reuniões semanais por área para planejar as atividades em cada eixo: Ciências Naturais, Ciências Humanas, Português, Matemática e Inglês.

Durante as reuniões outras dificuldades apresentadas pelos professores foram relacionadas ao acesso à plataforma e como adaptar as atividades e os conteúdos ao formato digital. Como a maioria dos docentes não estava acostumado a utilizar tecnologias digitais, não sabiam como transformar uma atividade impressa e um conteúdo que seria escrito na lousa em um arquivo para ser disponibilizado online. Foi recomendado pela coordenação pedagógica da escola que as atividades postadas fossem diferenciadas e promovessem a interação entre os alunos e professores. Nesse contexto, foi necessário conhecer outros sites e ferramentas que trouxessem novos recursos para as aulas, como jogos educativos, livros digitais, quiz, plataformas de vídeo e outras mídias. Para isso, os professores deveriam buscar por conta própria essas ferramentas e tutoriais de como utilizá-las. Outra problemática foi a falta do contato presencial para oferecer um suporte com relação às dúvidas dos alunos e explicações de conteúdos que tradicionalmente são trabalhados em aula expositiva dialogada. Muitos professores optaram por utilizar apenas a mediação via Google Classroom de forma assíncrona, ou seja, sem aula por videoconferência, já que muitos não se sentiam à vontade com a exposição online. Sendo assim, a mediação se deu exclusivamente por dúvidas enviadas a partir de comentários na plataforma e posteriormente por gravação de áudios ou vídeos preservando a imagem do professor.

Durante as 10 semanas, cerca de 50% dos alunos estavam acessando semanalmente e enviando as atividades, devido à diversas dificuldades, incluindo a falta de internet, aparelho celular/computador, por não saberem acessar, visualizar e enviar atividades. Desse mesmo modo, alguns professores também possuíam as mesmas dificuldades e ao longo do tempo precisaram se adaptar. Os professores com mais facilidade prepararam oficinas, tutoriais de diversos tipos para orientar e auxiliar professores e estudantes com essas dificuldades técnicas.

As principais mudanças com relação a mediação do professor no processo de ensino aprendizagem dizem respeito à comunicação, atividades elaboradas e materiais utilizados. Apesar da recomendação para diversificar atividades, os alunos não possuem todas as ferramentas de acesso necessárias para tal diversificação, sendo assim, os professores optaram por utilizar com mais frequência o Google Formulários com questões dissertativas e alternativas, vídeos do Youtube, textos explicativos em formato PDF.

Os estudantes enviavam suas respostas a partir de foto da tarefa feita no caderno, pelos recursos da própria plataforma, ou arquivo pelo Google documentos ou Word, dependendo do que era solicitado. As correções e devolutivas feitas pelos professores ficaram mais intensas, ao passo que cada atividade postada exigia uma avaliação e/ou feedback individual, o que não ocorria nas aulas presencias, em que nem todas as atividades giravam em torno de uma devolutiva individual por escrito.

Percebemos que o tempo de dedicação ao trabalho aumentou devido às devolutivas como também pela seleção de materiais adequados, preparação e adaptação das atividades. Como já mencionado as interações ocorreram em sua maioria pelos comentários do Google Classroom, por lá os estudantes enviavam dúvidas e sugestões e os professores respondiam individualmente ou em discussões em grupo.

Quanto à gestão de sala de aula em ambientes virtuais, focaremos nos aspectos sobre as regras e procedimentos, engajamento e participação, tempo e disciplina. Em um questionário realizado em maio, ente a 6ª e 7º semana de atividades à distância, os estudantes tiveram a oportunidade de relatar suas maiores dificuldades e dar sugestões para melhorar as interações na plataforma. Os alunos participantes pertenciam ao Ensino Fundamental II entre 7º e 9º ano, 92 alunos responderam e 77,2% deles declararam sua preferência por atividades no Google formulários. Os professores perceberam que as atividades mais respondidas e realizadas dentro do prazo eram aquelas que utilizavam os formulários como recurso. 60% dos alunos participantes preferiam 1 atividade por semana de cada disciplina apesar de alegarem que nem sempre conseguem respeitar os prazos estabelecidos.

Muitos sugeriram o uso de vídeos contendo explicações gravadas pelo próprio professor regente, atividades de trabalhos manuais, mapas mentais e jogos.

Quanto às regras e procedimentos, desde a primeira semana os professores foram orientados a informar na plataforma que dia da semana fariam a postagem das atividades, se atribuiriam uma nota e se estipulariam um prazo para entrega. A maioria optou por dar cerca de 7 dias para a realização da tarefa e atribuir nota de 0-10 para cada atividade a fim de motivar e engajar os estudantes.

Percebemos também que atividades que não demandassem muitos anexos eram mais acessadas, por isso, muitos colocavam todo material no próprio formulário, por exemplo, textos, explicações, questões e vídeos ficavam todos reunidos em um único formulário facilitando o acesso por parte do aluno e a correção por parte do professor.

Entendemos que esse novo formato demanda muita organização e disciplina para todos os envolvidos, por essa razão os estudantes que já apresentavam bom desempenho na modalidade presencial e possuíam condições de acesso à plataforma mantiveram bons resultados, realizavam mais interações, tirando dúvidas, conferindo as correções e dando feedbacks quanto às atividades solicitadas pelos professores.

Por sua vez, os estudantes menos engajados nas aulas presenciais e que possuíam condições de acesso à plataforma, em sua maioria, não enviaram todas as atividades, não respeitavam os prazos estipulados, brincavam nas respostas às questões dos formulários, participavam pouco pelos comentários e não enviavam suas dúvidas.

Por outro lado, as questões de indisciplina que sofríamos na sala de aula não são mais um problema, o estudante que deseja se concentrar e realizar as tarefas não sofre mais com as interferências do barulho, conversas paralelas, conflitos e desinteresse dos demais estudantes, que na modalidade presencial acabam atrapalhando o andamento da aula. Outro ponto importante é o acompanhamento dos pais e responsáveis que podem agora observar de perto a realização das tarefas.

Ainda foi observado maior participação e interação dos alunos durante as atividades online quando comparadas ao engajamento da classe na modalidade presencial. Algumas das hipóteses levantadas pelo grupo se relacionam a falta de interferência pela indisciplina da classe e melhor flexibilidade do tempo, já que o estudante pode escolher o melhor momento para realizar às atividades, adequando às suas necessidades. Do mesmo modo, o estudante pode desenvolver habilidades de gestão de tempo, já que pode realizar as atividades da forma que achar melhor e no momento que julgar mais adequado, apresentando mais autonomia para a realização das mesmas.

Os professores ainda apontaram que tem recebido mais atividades do que na modalidade presencial. Apesar de muitos não respeitarem o prazo de uma semana, realizam a entrega pouco tempo depois, totalizando em média 10 a 15 entregas de atividades por turma na semana, diferente do presencial em que mesmo com prazos maiores, cerca de 5 ou 6 alunos entregavam as atividades por turma. Ainda é importante ressaltar que os números aqui apresentados correspondem apenas aos estudantes que realizam os acessos à plataforma, ou seja, os que possuem acesso à internet e as ferramentas adequadas.

Os enunciados e comandas das atividades também se apresentam como obstáculo já que nem sempre há a compreensão do que a tarefa solicita, havendo mal entendidos e/ou respostas erradas por falhas na comunicação.

De modo geral, é possível perceber mesmo com todas as dificuldades, algumas potencialidades da utilização de ferramentas digitais no ensino e que as mudanças na organização pedagógica da escola trouxeram o desenvolvimento de novas habilidades por parte do corpo docente além de atitudes de colaboração e criatividade.

Nos quadros ao lado são apresentadas as principais mudanças observadas em relação à mediação e gestão de sala de aula antes e depois da pandemia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do relato de caso foi possível perceber que as exigências decorrentes das medidas de isolamento social na pandemia do novo coronavírus (COVID-19) trouxeram profundas modificações no trabalho pedagógico do professor da escola municipal paulistana que não obteve formação adequada anteriormente e que tão pouco tem domínio das ferramentas tecnológicas para informação.

Como não houve a integração do ensino presencial com a modalidade a distância devido às medidas de distanciamento social, não houve também tempo suficiente para a troca de experiências entre as equipes docentes atuantes em ambas modalidades; nem a preparação de materiais didáticos adaptados para a situação, sendo assim o professor teve que alterar seu planejamento e adequar as atividades enquanto explorava as ferramentas de ensino à distância e gerenciava o tempo de trabalho com relação às reuniões pedagógicas, correções e devolutivas das atividades.

Ao longo deste estudo, verifica-se que a mediação das tecnologias digitais para o ensino remoto em período de isolamento social, devido ao COVID-19, é possível e trouxe alguns benefícios para professores e estudantes que tiveram que adaptar suas rotinas de trabalho e

Quadro 2: Principais mudanças observadas na mediação pedagógica antes e depois da pandemia.

Aspectos observados	Antes	Depois
Regras e procedimentos	Estipulados pelo professor e grupo docente. Ocorrem no ambiente escolar.	Estipulados pelo professor, envolvendo regras de cidadania digital. Envolvem apenas o comportamento no ambiente digital.
Engajamento e participação	Pouco engajamento.	Mais engajamento e participação.
Tempo	Mais rígido.	Mais flexível, melhor gestão do tempo.
Disciplina	Alunos desinteressados que não entregam atividades. Ambiente conflituoso em sala de aula, barulho e desmotivação.	Melhor devido a falta de interferência causada pelos alunos desinteressados e presença dos pais e responsáveis.

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 3: Principais mudanças observadas na gestão de sala de aula antes e depois da pandemia.

Aspectos observados	Antes	Depois
Comunicação (diálogo, debates, interações)	Presencial, com todos os alunos simultaneamente envolvidos do debate. Interações com proximidade no ambiente escolar.	Ocorre via plataforma de forma assíncrona, assumindo má interpretações.
Atividades	Diversificadas, envolvendo grupos, projetos manuais, experimentações etc.	Essencialmente via Formulário Google, individuais.
Materiais	Diversificados, impressos ou online, livros didáticos.	Disponíveis online e de fácil acesso. Trilhas de aprendizagens.

Fonte: Elaborado pela autora

estudo respectivamente. Percebe-se que a tecnologia pode ser uma grande aliada para atenuar o impacto da pandemia na área educacional exigindo, entretanto, uma outra perspectiva e preparo por parte de alunos e professores gerando profundas mudanças principalmente relacionadas à mediação e gestão de sala de aula, exigindo novos conhecimentos, práticas e organizações do trabalho pedagógico.

Por isso, pesquisas como essa que apresentamos nesse artigo, mesmo que de tamanho reduzido, são importantes para fomentar novos estudos e reflexões a respeito desse tema, de maneira que se construa um conjunto de conhecimentos teoricamente fundamentados e realmente úteis para orientar os professores em seu trabalho cotidiano.

Atividades que possibilitem a aprendizagem contínua, colaboração professor/aluno, aluno/aluno, a proatividade do aluno, podem ser aplicadas para dar continuidade na rotina de aprendizagem neste período de isolamento social e aponta para a necessidade de repensar nossa prática pedagógica no sentido a buscar metodologias inovadoras em sala de aula de maneira que, coloquem o aluno como protagonista no processo de aprendizagem e o professor como mediador da aprendizagem.

Portanto, apesar das limitações que este artigo possa apresentar, essas não comprometem as contribuições que ele traz, especialmente no sentido de, assim como se propõe, trazer reflexões acerca das mudanças trazidas pela modalidade de ensino proposta frente ao contexto da pandemia.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação? Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 22, n. 40, p. 95-103, 2019.

BASSEY, M. **Case study research in educational settings**. Londres: Open University Press, 2003.

BROPHY, Jere. **History of research on classroom management**. In: EVERTSON, Carolyn M.; WEINSTEIN, Carol. **Handbook of classroom management: research, practice and contemporary isues**, 2011.

DJIGIC, G., STOJILJKOVIC, S. **Protocol for classroom management styles assessment designing. Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 45, p.65-74, 2014.

FERREIRA, Carlos Roberto Santos. **Tecnologia nas Escolas Estaduais: Breves Reflexões**. Revista Psicologia & Saberes, v. 9, n. 19, p. 123-137, 2020.

GAUTHIER, C. et al. **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. Ijuí: Editora Unijuí, 1998

GOOGLE. **Google Classroom**, 2014. Disponível em <https://classroom.google.com/u/0/h> Acesso em 05, 2020.

KENSKI, Vani Moreira. **Gestão e uso das mídias em projetos de educação a distância**. Revista e-curriculum, v. 1, n. 1, 2005.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986. 99p.

MERCADO, Luis Paulo Leopoldo. **Tecnologias digitais e educação a distância: letramento digital e formação de professores**. XVII Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, Fortaleza, 2014.

PRADO, Maria Elisabette Brisola Brito. **A Mediação Pedagógica: suas relações e interdependências**. In: Brazilian Symposium on Computers in Education (Simpósio Brasileiro de Informática na Educação-SBIE), p. 101-110, 2006.

ROSA, A. M. **O uso da tecnologia da informação em sala de aula como fator mediador do trabalho do professor de história: a utilização da plataforma MOODLE**. 2017. 98 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017.

SÃO PAULO. **Secretaria Municipal de Educação**. Estabelece critérios para a organização das estratégias disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação para assegurar a aprendizagem dos estudantes durante a pandemia. Instrução normativa nº15 de 08 de abril de 2020.

STAKE, R. E. **The art of case study research**. London: SAGE Publications, 1995.

Desigualdade Social e Sistema Educacional: A Distribuição de Renda como Ferramenta para Melhorar a Educação

Tainá Mayra Moreira Maciel[1]

RESUMO

O sistema educacional reflete as características da sociedade, isso explica a grande desigualdade que existe na educação brasileira. As questões materiais de sobrevivência, tradicionalmente ignoradas pelo Estado em suas diversas instâncias, têm impacto quantitativo e qualitativo sobre o processo de ensino-aprendizagem em todos os níveis do ensino, em particular, de crianças e adolescentes. Diante das condições sociais a que alguns estudantes estão suscetíveis, é necessário que o Estado use estratégias para promover uma vida digna a estes indivíduos. Uma das estratégias mais importantes para se promover a melhoria da educação é transformar as condições sociais locais. Entender que investir isoladamente em educação resolve os problemas sociais é um grande equívoco. As instituições públicas de ensino, diante deste contexto de exclusão social, têm uma importante missão de fornecer aos educandos as mínimas condições para que estejam aptos para o desenvolvimento cognitivo.

PALAVRAS-CHAVE: sociedade, educação, distribuição de renda.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa a apresentar uma reflexão acerca de como as desigualdades sociais repercutem nas desigualdades da educação brasileira, de como a divisão de classes fruto do sistema capitalista é legitimada no ambiente escolar. Também será enfatizada a necessidade de promover políticas públicas que reduzam a miséria e a pobreza da população, para que, assim, as desigualdades dentro do sistema educacional também sejam reduzidas.

O objetivo é avaliar a possibilidade de maior conexão entre escolas da rede pública com o Estado, a fim de que sejam garantidos aos estudantes os seus direitos Universais, tornando-os, assim, cidadãos com integridade física, saúde e dignidade, para que possam desenvolver as habilidades cognitivas esperadas.

A educação é parte da sociedade. Quando analisamos as características do sistema educacional de um deter-

(1) Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe

minado lugar, é possível compreender os padrões de desenvolvimento do lugar. Especialmente as desigualdades sociais são reproduzidas na educação. É importante conhecermos o conceito de *habitus*:

> É através dos seus *habitus* que os indivíduos elaboram suas trajetórias e asseguram a reprodução social. Esta reprodução, no entanto, não pode se realizar sem a sutil ação dos agentes e das instituições, preservando as funções sociais por uma forma de dominação simbólica exercida sobre os indivíduos e com a adesão deles. Dessa maneira, um dos primeiros e mais importantes conceitos utilizados por Bourdieu é o de *habitus*. O *habitus* traduz, dessa forma, estilos de vida, julgamentos políticos, morais e estéticos, além de ser também um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas (FERREIRA, 2013, p. 48).

A educação brasileira é bastante desigual, ainda que seja considerada apenas o sistema público. Em uma cidade grande como São Paulo, as escolas públicas serão classificadas de formas distintas — dependendo da região em que a escola está localizada, ela terá um determinado conceito. As regiões que possuem as escolas públicas mais bem avaliadas são as regiões onde a população tem um melhor poder aquisitivo; nos lugares onde a renda é mais baixa as escolas apresentam um desempenho mais baixo. É preciso considerar, portanto, a estrutura familiar da criança:

> Na verdade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças da experiência escolar e, consequentemente, pelas taxas de êxito (BOURDIEU, 1998, p. 42).

O capital cultural é a troca estabelecida através da convivência social, que se dá principalmente através das relações interpessoais, para uma criança em idade escolar, a convivência com a família e com os amigos do bairro, tem caráter decisivo em seu processo formativo.

O processo de aprendizagem ocorre principalmente em ambientes informais (fora do ambiente escolar), e todo o aprendizado realizado fora dos muros da escola, irá também repercutir dentro do ambiente escolar, seja ele adequado aos padrões formais estabelecidos pelas instituições de ensino, ou não.

Apesar da grande interferência do ambiente externo nas escolas, também é necessário considerar que os processos de aprendizagem que ocorrem nas escolas irão repercutir nas comunidades, na vida das famílias dos estudantes. A relação de interdependência entre a escola e as comunidades, precisa ser percebida como uma possibilidade de estabelecer estratégias para garantir as necessidades básicas de estudantes.

Ao longo do artigo, serão apresentados dados que comprovam a relação direta entre desigualdade social, considerando o índice de Gini (responsável por medir a concentração de renda), e os índices responsáveis por medir a qualidade na educação. Também será avaliada a relevância de programas de distribuição de renda condicionados como forma de garantir a melhoria dos índices educacionais.

Também será gerada uma reflexão acerca do quanto ainda é necessário melhorar as políticas públicas de distribuição de renda, uma vez que estas são diretamente responsáveis pela melhoria no desempenho escolar dos indivíduos mais vulneráveis e desassistidos pelo Estado.

2. O CONTEXTO SOCIAL DO ESTUDANTE

O do materialismo histórico dialético, é relevante nesta análise por entender que a educação é uma das esferas sociais e por isso reflete as características desta, tendo como um dos principais referenciais teóricos Bourdier (1998), o autor retrata em sua ampla e importante obra, como a educação e as outras esferas da sociedade são interdependentes.

A teoria crítico-reprodutivista (Saviani, 1984,1982 e Tedesco, 1986), tem-se que a intervenção dos contornos socioeconômicas é reproduzida pela escola e pela sociedade. As teorias críticas-dialéticas atribuem um valor diferenciado à educação que, dependendo do contexto, torna-se agente transformador da sociedade (ações educativas dinâmicas, materialismo histórico).

É elementar considerar que o indivíduo em processo educativo é um ser social, capaz de educar-se por ações políticas. Sendo assim, serão investigadas as ações de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades sociais na cidade de São Paulo, uma vez que redistribuição de renda é a principal forma de promover a equidade dentro do sistema educacional.

A vida cotidiana de um estudante tem grande influência em seu desempenho escolar, é indispensável pensar quais são as condições materiais na vida de um indivíduo em idade escolar, para que posteriormente seja avaliado exclusivamente o seu desempenho escolar. As condições que garantem dignidade ao estudante, são premissas que antecedem as questões ligadas ao desenvolvimento educacional.

A criança que tem um suporte familiar para realizar as atividades de casa consegue ter um melhor desempenho nas atividades do que uma criança que os pais não sabem ler nem escrever. A transferência informal de conheci-

mento é muito importante em processos educativos. No entanto, é notório que as questões materiais de sobrevivência, tradicionalmente ignoradas pelo Estado em suas diversas instâncias, têm impacto quantitativo e qualitativo sobre o processo de ensino-aprendizagem em todos os níveis do ensino, em particular, de crianças e adolescentes. Para uma criança sem alimentação adequada, torna-se difícil desenvolver o pensamento da forma como é desejado pela escola.

É necessário considerar que alguns grupos sociais que vivem em periferias, formados por indivíduos que têm as suas principais preocupações voltadas para as necessidades mais básicas de sobrevivência: moradia, comida, água tratada — inclusive para uso mais elementar, como banho. A vivência como professora da rede municipal de São Paulo, mostra, cotidianamente, alunos que têm na escola a sua única refeição digna durante todo o dia; crianças e adolescentes que ficam sentados na sala de aula e esperam ansiosamente pelo momento que é oferecida a merenda, pois não têm comida em casa. Esses alunos, devido a situação de fome, costumam estar nervosos, agitados ou, em alguns casos, sonolentos.

Diante das condições sociais a que alguns estudantes estão suscetíveis, é necessário que o Estado use estratégias para promover uma vida digna a estes indivíduos, garantir a dignidade da pessoa humana é uma premissa básica para garantir o bom desempenho dos estudantes.

> Reitero a necessidade de considerar o *habitus* um sistema flexível de disposição, não apenas resultado da sedimentação de uma vivência nas instituições sociais tradicionais, mas um sistema em construção, em constante mutação e, portanto, adaptável aos estímulos do mundo moderno: um *habitus* como trajetória, mediação do passado e do presente; *habitus* como história sendo feita; *habitus* como expressão de uma identidade social em construção.(SETTON, 2002, p.67)

A desigualdade educacional só será reduzida quando o habitusfor modificado.A maior preocupação do Estado e das escolas públicas (que também fazem parte do aparato estatal) é com os índices que mostram o desempenho da instituição de ensino nas avaliações que medem o desempenho escolar dos estudantes dentro do sistema público de ensino. Os casos de vulnerabilidade acabam sendo negligenciados pelos dirigentes escolares, pelos supervisores de ensino.

> Um conjunto de padrões de comportamento, pensamento e gosto, com 'traduções' nos diferentes domínios da prática, que acaba operando um ligamento entre a força do 'coletivo' e os registros caprichosos das práticas individuais. A 'interdependência' entre os integrantes dos diversos agrupamentos sociais garantiria a circulação de constrangimentos, fazendo ver ao homem mais humilde os fundamentos sociais dos privilégios dos poderosos e, vice-versa, não poupando sequer os dirigentes mais arrogantes de algum sentimento de responsabilidade pelas condições de pobreza e violência entre os miseráveis. (Miceli, 1997).

Os alunos que têm dificuldades em desenvolver as habilidades esperadas costumam ter comportamento indisciplinado e são pouco compreendidos pelos colegas, professores e gestores da instituição de ensino. De forma geral, ainda que sejam analisados os problemas sociais vivenciados por alguns educandos, existe pouca articulação para que os direitos universais do indivíduo sejam garantidos.

Segundo o **artigo 25 da Declaração dos Direitos Humanos**:

> 1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

O ambiente escolar reflete as condições sociais. Em escolas públicas localizadas nas periferias da cidade de São Paulo, onde algumas famílias não têm renda necessária para garantir a subsistência dos seus integrantes — às vezes, nem ao menos recursos mais básicos, como água encanada —, não existe a aplicação dos direitos universais, que são condições mínimas para que os humanos tenham uma vida digna. Como é possível que crianças e adolescentes aprendam diante da ausência dos seus Direitos Universais?

As instituições públicas de ensino, diante deste contexto de exclusão social, têm uma importante missão de fornecer aos educandos as mínimas condições para que estejam aptos a desenvolver os processos cognitivos adequados. Porém, a articulação entre escolas da rede municipal de São Paulo e o Estado tem sido insuficiente para garantir os direitos dos estudantes a uma vida digna.

3. ÍNDICES E PROGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

O sistema educacional deve ser amparado por princípios legais de igualdade e equidade, a inclusão social se dá através de medidas político-administrativas e de caráter pedagógico, somente a articulação efetiva dos itens mencionados anteriormente, pode tornar a educação brasileira mais inclusiva e capaz de combater as desigualdades sociais.

A estruturação de um sistema educacional capaz de incluir, é principalmente uma ação política. Antes de pensar em novas estratégias, é pertinente analisar os dados acerca de programas de distribuição de renda e de índices que avaliam a concentração de renda da população brasileira.

Quando a maior preocupação do sistema educacional é avaliar a educação através de dados, as condições sociais e históricas acabam sendo esquecidas, há forte dependência com das avaliações.

> A discussão da questão da dependência é uma outra orientação de análise que nos ajuda a compreender a questão teórico-metodológica dos estudos comparados em educação. Há evidência empírica de que nossos países têm ingerências externas que comprometem a sua soberania. Mas, como os estudos a questão e a própria realidade histórica demonstraram, a situação de dependência revela-se como uma "unidade dialética", historicamente determinada entre classes e grupos sociais, nos países dependentes e nos países capitalistas centrais (FRANCO, 2000 p. 204).

Apesar dos dados sobre a educação não serem aplicados de forma adequada para combater as desigualdades sociais e regionais do Brasil, é possível ter, através da análise de índices, a comprovação de que há desigualdade

Para comprovar que a desigualdade social reflete na educação brasileira, utilizaremos dados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), índice que, segundo o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira): varia de 0 a 10 e a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões. Se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou na Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

Segundo o DATASUS, o estado com menor desigualdade social do Brasil é Santa Catarina, cujo índice de Gini (índice que mede a desigualdade social) foi de 0,4942 em 2010. Já o estado com maior índice de Gini e, portanto, com maior desigualdade social é o Amazonas — 0,6664 em 2010.Com relação ao IDEB, foi considerada toda a rede pública da educação básica.O Amazonas atingiu 5,4 em 2017.No mesmo ano, Santa Catarina atingiu 6,3.

Os dados analisados conseguem exemplificar como a desigualdade social reflete na desigualdade da educação. Uma das estratégias mais importantes para se promover a melhoria da educação é transformar as condições sociais do lugar em que se deseja melhorar a educação. Entender que investir isoladamente em educação resolve os problemas sociais é um grande equívoco.

Também é necessário considerar o Bolsa Família como ferramenta importante no combate de desigualdades sociais, que reflete na melhoria da educação brasileira. Segundo informações do site do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada), o Programa Bolsa Família também responde por 10% de redução da desigualdade no Brasil, entre 2001 e 2015. Esse impacto é relevante, tendo em vista o baixo custo do programa, de apenas 0,5% no Produto Interno Bruto (PIB). Contudo, o estudo também ressalta que os desafios permanecem, pois 64% dos beneficiados pelo Bolsa Família continuam em situação de extrema pobreza. Isso pode ser explicado pelo valor médio transferido mensalmente para cada família — cerca de R$ 180, em 2017. O valor modesto impede que o programa seja ainda mais eficaz no combate à pobreza no país (de Souza et al., 2018).

O bolsa família é um programa cujo principal objetivo é garantir à população de baixa renda as suas necessidades essenciais, especialmente alimentação. É preciso considerar a importância do programa para garantir renda ao grupo de pessoas em situação de pobreza, ou extrema pobreza. Um dos elementos responsáveis por garantir a eficácia do programa, é o fato dele ser condicionado, pois a família para ser beneficiada precisa ter uma criança, ou adolescente de 6 a 17 anos, matriculado e freqüentando a escola.

Programas de distribuição de renda quando são condicionados costumam ter maior eficiência, no caso específico do bolsa família, os benefícios trazidos para o Brasil são diversos, pois além de ter melhorado a alimentação das pessoas, colaborou com a elevação da taxa de alfabetização, aumentou o nível de escolaridade das pessoas.

Em diversos países do mundo já foram testados programas de distribuição de renda condicionados e não condicionados. Os não condicionados não colaboram com a redução do trabalho infantil, nem com a melhora no nível de escolaridade da população, pois as crianças não são obrigadas a ir para a escola. O benefício apesar de necessário costuma ser insuficiente para garantir todas as necessidades de uma família, então quando um programa de distribuição de renda não é condicionado, os jovens em idade escolar acabam indo trabalhar para complementar a renda da família.

Ainda que o benefício do bolsa família seja insuficiente para a manutenção plena dos indivíduos beneficiados, a imposição do programa em auxiliar apenas as família com crianças e adolescentes que freqüentam a escola, gera um grande benefício social, por melhorar o nível de escolaridade do país e reduzir a taxa de analfabetismo. Melhorar a taxa de alfabetização da população e garantir que pessoas em situação de miséria freqüentem a escola e possam estudar, também é elementar para garantir a melhoria na qualidade de vida da população, e principalmente para combater as desigualdades sociais.

Após analisar os dados do IDEB e o índice de Gini, é possível constatar que o sistema educacional é interdependente de políticas públicas focadas em de distribuição de renda, programas de assistência social. Além disso, o corpo técnico das instituições educacionais precisa conseguir articular as necessidades da unidade ao sistema macro. Isso se dá através de ações pedagógicas planejadas e focadas em atender as distintas necessidades dos discentes.

> [...] é preciso considerar que o conceito de sistema não se resume à ideia de rede de escolas. Para lá dessa acepção, o termo sistema denota um conjunto de atividades que se cumprem tendo em vista determinada finalidade. E isso implica que as referidas atividades são organizadas segundo normas decorrentes dos valores que estão na base da finalidade preconizada. Assim, sistema implica organização sob normas próprias (o que lhe confere um elevado grau de autonomia) e comuns (isto é, que obrigam a todos os seus integrantes). (SAVIANI, 2008, P.215)

O conceito de sistema educacional, é capaz de elucidar a articulação entre os diferentes setores responsáveis pela estruturação da educação, também analisa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Constituição Federal, as instituições de ensino e indivíduos (professores, estudantes, gestores).

A exclusão social e o fracasso escolar são questões amplamente interligadas, no caso do Brasil, são questões responsáveis pelos problemas enfrentados em nosso sistema educacional. Considerando a dicotomia inclusão/exclusão social, é preciso refletir sobre o que é estar incluído

A escola tem como função pensar em ações em uma escala menor de abrangência, porém também indispensáveis na construção de uma educação democrática, capaz de compreender as necessidades do indivíduo aprendiz de forma ampla, auxiliando a formação do pleno desenvolvimento emocional, das habilidades intelectuais, a saúde física. A escola deve possibilitar aos estudantes o aprimoramento da memória cultural, a compreensão da importância do exercício da cidadania, desta forma é possível desenvolver a consciência crítica dos estudantes acerca do que são os critérios básicos responsáveis por lhes garantir uma vida digna.

Também é necessário que a escola articule o conhecimento formal ao saber local (características do bairro: hidrografia, líderes comunitários). O exercício da cidadania pode ser desenvolvido do local para o nacional, o inverso também pode ser feito, uma vez que as ações políticas locais são influenciadas por questões nacionais. As escalas de análise local e nacional devem ser articuladas para que seja possível garantir uma formação cidadã aos educandos.

A compreensão da exclusão social demanda o entendimento de um processo histórico e cultural, o processo de segregação não é um fenômeno pontual. O sucesso do Bolsa Família se dá justamente por ser uma forma de indenizar famílias em situação de pobreza, tornando possível que crianças e adolescentes freqüentem a escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi analisado ao longo deste artigo, é elementar entender que o sistema educacional é reflexo das características sociais, o Brasil apresenta grande desigualdade social e como conseqüência tem diversos problemas em seu sistema educacional.

Programas de distribuição de renda, como o bolsa família, colaboram com a redução das desigualdades sociais, e por isso são imprescindíveis para garantir a melhoria dos índices educacionais. É muito comum que a análise do desempenho dos alunos esteja associada exclusivamente às condições da instituição de ensino em que estão matriculados, o contexto social dos educandos acaba sendo ignorado.

Desprezar a realidade social a qual os estudantes estão inseridos é uma falha que tem dificultado a melhoria da qualidade da educação no Brasil, desta forma, as instituições atuam como ferramenta de dominação simbólica, tornando a escola aparato para a manutenção e agravamento das desigualdades sociais.

Ao analisar especificamente a situação das escolas da cidade de São Paulo, é possível constatar que o desempenho da unidade escolar nas avaliações externas, está diretamente ligado ao contexto social em que a unidade escolar está inserida, portanto gestores responsáveis por pensar estratégias para melhoria da distribuição de renda e da educação, precisam trabalhar de maneira articulada.

Criar estratégias eficazes para melhorar a distribuição de renda no Brasil, é a forma que pode garantir melhor eficácia no desenvolvimento do sistema educacional, uma vez que este não pode ser tratado como parte isolada da sociedade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre .**O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis, Vozes, 1998.

CATANI, Afrânio Mendes; CATANI, Denice Bárbara; PEREIRA, Gilson R. de M. **As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro através de periódicos da área**. Revista Brasileira de Educação, Anped, maio-ago. 2001c, no 17.

CAVALIERE, Ana Maria. **Educação Integral: uma nova identidade para a escola brasileira?.** Educação e Sociedade, Campinas, v.23, n.81, p. 247-270, dez. 2002.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS (DUDH), **artigo n° 25**, 10 de dezembro de 1948

FERREIRA, Walace. **"Bourdieu e educação: concepção crítica para pensar as desigualdades socioeducacionais no Brasil"** in e-Mosaicos – Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira. Rio de Janeiro: CAp-UERJ). V. 2 – N. 3. Junho 2013.

FRANCO, Maria Ciavatta. **"Quando nós somos o outro: Questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados"**in Educação & Sociedade, ano XXI, no 198 72, Agosto/00

GONÇALVES, S. L. **Vulnerabilidade das famílias à pobreza: uma análise empírica para seis regiões metropolitanas** (2002 a 2011). Rio de Janeiro: BNDES, 2015

INEP. Consulta IDEB , c2019. Página inicial. Disponível em: <http://inep.gov.br/consulta-ideb>. Acesso em: 10 de ago. de 2019.

MICELI, Sergio. **Entenda a sua época: Sociologia**. Folha de S. Paulo, Caderno Mais!, 13 abr. 1997.

OSORIO, R. G.; SOARES, S.; SOUZA, P. H. G. F. **Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n. 1619).

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da Cidade: Ensino Fundamental** – 2.ed. – São Paulo: SME/COPED, 2019.

SAVIANI, D. **Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação**. Trabalho, Educação & Saúde, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 213-231, jul./out. 2008.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **"A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea"**. In: Revista Brasileira de Educação, nº 20, Maio/Jun/Jul/Ago, 2002.

DE SOUZA, Pedro H. G. Ferreira. OSORIO, Rafael Guerreiro. PAIVA, Luis Henrique. SOARES, Sergei. **"Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade: um Balanço dos Primeiros Quinze Anos"** inSILVA, T. F. (Org.). Bolsa Família 15 anos (2003-2018). Brasília: ENAP, 2018.

TEDESCO, Juan Carlos. **Los paradigmas de lainvestigación educativa**.En: Revista Colombiana de Educación. CIUP, Universidade Pedagógica Nacional, Bogotá, no 18, II semestre, 1986, pp. 7-35.

VELLOSO, Jacques. **Dependência e educação comparada. Educação & Sociedade**. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação, (22): 105-119, set./dez. 1985, p.106.

A Importância das Vivências dos Estudantes nos Colegiados como Forma de Concsientização Cidadã e Incentivo das Práticas Políticas e Democráticas

Jeanini Goretti Beloto Bonazzi

RESUMO

A escola ocupa papel relevante na sociedade, que vai além da transmissão e acumulação de conhecimentos. A educação pode se constituir como afirmadora dos direitos humanos, ajudar na construção de uma sociedade cidadã. O presente trabalho apresenta um breve estudo a cerca dos princípios que norteiam a gestão escolar quando esta se caracteriza como democrática, bem como sua integração com a comunidade tendo em vista alguns aspectos escolares. A gestão escolar deve ser enxergada como um conjunto de práticas voltadas à promoção do fazer democrático e da cidadania. Por isso a importância destas vivências dos estudantes nos colegiados, pois a sociedade vem se transformando em ritmo cada vez mais acelerado. Portanto nota-se que é imprescindível que a comunidade local esteja em sintonia com o ambiente escolar para garantir a melhoria educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão. Escola. Comunidade. Colegiados.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, prevê que a educação é um direito de todos e que esta deve visar o desenvolvimento pleno da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania. A lei maior preconiza, então, que o desenvolvimento de um indivíduo passa também por sua formação política, pois viver em sociedade significa tomar decisões políticas e para isso é preciso que cada pessoa compreenda este papel. Se essa percepção não é desenvolvida durante a vida escolar, ao chegar na idade adulta, a responsabilidade individual de atuar como cidadão ativo e participativo não se concretizará, pois faltarão bases e vivências que promovam essa tomada de consciência.

Nesse sentido, a escola ocupa posição fundamental no incentivo e na consolidação da participação nos processos de tomada de decisão, pois a Constituição Federal estabelece também a gestão democrática como um dos princípios básicos do ensino público (art. 206), tendo sido regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/96) e, em 2014, pelo Plano Na-

cional da Educação, em sua meta 19. Esse modelo de gestão propõe que ela seja exercida efetivamente por todos da comunidade escolar: professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica e demais funcionários.

Reforçando ainda mais esse papel da escola, em uma concepção de Educação Integral com base nas práticas democráticas em que o estudante é levado a um desenvolvimento amplo, não apenas no sentido de acumular conteúdos acadêmicos, mas também de formar-se como um ser autônomo, crítico, participante ativo da realidade que o cerca, conhecedor da sociedade e do papel que lhe cabe perante ela, o incentivo à participação efetiva nos colegiados torna-se fundamental para alicerçar valores democráticos.

DESENVOLVIMENTO

A existência dos órgãos colegiados nas escolas é tema que suscita uma profunda importância quando falamos sobre gestão democrática, pois é por meio deles que se dá eficácia ao que está previsto em lei e garantem, não apenas no aspecto legal, mas de maneira prática e participativa na escola, um incentivo à consciência social do papel individual e do grupo em busca de uma educação de qualidade.

Nesse contexto, os colegiados escolares têm papel fundamental, seja para tomada de decisões que vão nortear os investimentos das verbas e execução de melhorias, assim como atividades escolares que darão significado ao conhecimento acadêmico realizado no ensino regular. Projetos, Feiras, Parcerias com a comunidade do entorno, tudo deve ser conversado e pautado na decisão democrática que é vivenciada pelos colegiados escolares.

O Conselho de Escola, o Grêmio Estudantil, as Associações de Pais e Mestres (APM) e as Assembleias Estudantis cumprem esse papel ao qual estão destinados, porém é preciso que haja incentivo constante por parte da Gestão Escolar, provocando, discutindo, publicizando e valorizando ações que se destinem a esse fim.

O Conselho Escolar (CE) é mais uma das ferramentas que concede à escola um caráter democrático, pois é através dele que inicia-se o diálogo e a correlação entre os agentes diretos da escola (gestão, corpo docente e demais funcionários) e os agentes indiretos (membros da comunidade). Há uma expressiva relação do CE com o PPP, pois é o conselho o responsável pela efetivação do Projeto Político Pedagógico, afinal este tem como uma de suas atribuições assegurar que as determinações discriminadas no projeto sejam realmente cumpridas, bem como tem como função, também, fiscalizar as questões financeiras da escola, além de ter um caráter deliberativo e decisório. Percebe-se a positividade do CE no que diz respeito à descentralização do poder nas instituições escolares, o que assegura uma maior vigência do espaço democrático na escola, desfazendo a antiga ideia de que o gestor é o centro de todas as ações que norteiam a escola e garantindo uma maior participação do coletivo no ambiente escolar em suas mais diferentes dimensões.

Segundo o Ministério da Educação:

> (...) a complexidade da sociedade atual e o processo de democratização do público impuseram a ampliação dos mecanismos de gestão das políticas públicas, criando as políticas setoriais, com definição discutida em conselhos próprios, com abrangências variadas: unidades da federação, programas de governo, redes associativas populares e categorias institucionais (2004, p. 18).

A escola não pode se distinguir das demais instituições da sociedade em relação às questões que passam por transformações, sobretudo, se tais transformações influenciam diretamente no desenvolvimento de seus trabalhos, dessa forma, as instituições educacionais devem aderir à dinâmica dos conselhos, principalmente quando estes são formados de acordo com as determinações do Ministério da Educação.

Durante a formação do CE deve-se buscar de forma autêntica a construção de uma equipe que realmente esteja disposta a contribuir com a melhoria da educação. "O Conselho será a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, desde os diferentes pontos de vista, deliberando sobre a construção e a gestão de seu projeto político pedagógico" (ibidem, 2004, p. 36). Nota-se, portanto, a importância que existe em criar um conselho com membros que saibam como buscar melhorias no âmbito escolar, pois o Conselho Escolar está diretamente ligado ao PPP e se o CE não for formado por uma equipe que seja capaz de compreender a dimensão das atribuições do conselho, um grande número de ações propostas para a escola poderão tornar-se falhas.

Os conselhos escolares consolidam espaços efetivos à formação dos alunos, pois permitem o efetivo exercício da participação, essencial à formação do cidadão. Ser cidadão não se aprende sabendo o conceito de cidadania e respondendo uma questão de prova. Formar para cidadania envolve, sobretudo, o seu exercício que requer um olhar atento ao entorno, os Conselhos Escolares como espaço formativo à cidadania, a reflexão e o questionamento sobre os aspectos e forças que compõe o mosaico social, político, econômico e cultural e, sobretudo, pela ação. Dentre as finalidades da educação torna-se fundamental resguardar o processo de democratização da escola, o qual não envolve apenas o acesso da população à educação formal, mas também a garantia de condições adequadas para a apropriação dos conhecimentos, o desenvolvimento de competências e condições para o exercício da cidadania. Dessa forma, precisamos favorecer a democratização do conhecimento, o que envolve propor-

cionar aos sujeitos da educação o saber e o saber-fazer críticos, que favoreçam a participação na vida social e melhoria nas condições de vida.

Segundo Libâneo (1985, p. 12), a democracia da escola pública deve ser entendida como "ampliação das oportunidades educacionais, difusão dos conhecimentos e sua reelaboração crítica, aprimoramento da prática educativa escolar visando à elevação cultural e científica das camadas populares" e que, a partir disso, tais oportunidades atendam as necessidades dessas camadas relacionadas à melhoria de vida e à inserção no projeto coletivo de mudança da sociedade. Essa mudança só pode ser efetivada por uma visão ampliada do processo de formação que inclui a criação das instâncias de participação social na própria escola, como parte de seu currículo e como espaço de aprendizagem.

Os conselhos escolares em suas quatro principais funções: deliberativa, consultiva, fiscal e mobilizadora (BRASIL, 2004b) consolidam inúmeras possibilidades de atuação e exercício de habilidades fundamentais à cidadania. A partir disso, reforça-se que o conselho escolar é uma instância formativa e reafirma-se o papel da escola na formação de sujeitos cidadãos. Assim, podemos vislumbrar, sem uma visão romântica da educação, que a escola assume o papel de uma instituição com a função de formar cidadãos para intervirem na sociedade, oferecendo acesso aos conhecimentos científicos acumulados pela humanidade, visando contribuir para a constituição de um sujeito social e participativo.

Já a APM (Associação de Pais, Mestres) caracteriza-se por: [...] órgão de representação dos pais, mestres e funcionários do estabelecimento de ensino, sem caráter político, partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos não sendo remunerado os dirigentes e conselheiros, sendo constituído por prazo indeterminado. (PARANÁ, 2003). Esta Associação tem como principais objetivos possibilitar a aproximação da comunidade com o trabalho desenvolvido pela escola, atuar juntamente com a gestão escolar nos aspectos gerais no que tange a função da escola, integrar-se com o Conselho Escolar, a fim de discutir juntos às necessidades da instituição, desenvolver ações que visem a conquista de melhorias na Escola, atuando juntamente dos órgãos públicos, a fim de não deixar a mesma a mercê de seus direitos. A APM é uma associação sem fins lucrativos que representa os interesses comuns dos profissionais e dos pais dos alunos de uma escola. A ideia é que a opinião deles colabore com a gestão sempre com o objetivo de impactar positivamente na aprendizagem dos alunos e na qualidade da Educação oferecida pela escola. Ela permite que famílias e escola dialoguem, promovendo uma integração da comunidade com a instituição de forma democrática. A APM possui uma organização administrativa, registrada em Estatuto próprio, constituída de pessoas eleitas em assembleia geral, com mandato de dois anos, com o pleito realizado por voto secreto, em caso de mais de uma chapa inscrita, ou direto, na ocorrência de chapa única e seus componentes podem pais ou responsáveis, mestres e funcionários da escola, colaboradores (ex-alunos, pais de ex-alunos, ex-professores, ex-funcionários e membros da comunidade em geral).

Grêmio Estudantil é outra forma de organização colegiada na escola. O Grêmio Estudantil é uma instância colegiada que representa a vontade coletiva dos estudantes. Através dela, os discentes têm voz e vez no processo educativo. Esse colegiado, organizado e composto pelos alunos, pode ser considerado como uma das primeiras oportunidades que os jovens têm em participar de maneira organizada das decisões de uma instituição, agindo em uma perspectiva política em benefício, no caso da escola, da qualidade de ensino e de aprendizagem. Assim, os alunos têm voz na administração da escola, apresentando suas ideias e opiniões, com uma participação responsável. De acordo com Pescuma (1990), no ano de 1985 foi aprovada a Lei Federal 7398/85 pelo presidente José Sarney, que garantia a organização autônoma dos estudantes de primeiro e segundo graus, legalizando novamente o Movimento Estudantil no Brasil. O artigo 1º da lei 7398 assegura que "a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais". A partir da promulgação desta lei o Grêmio Estudantil é estabelecido. De acordo com o "§ 2º A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmio s serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada Estabelecimento de Ensino convocada para este fim." (BRASIL, 1985).

Além da Lei 7.398, uma outra que garante esta forma de organização é o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Prezando pelo pleno desenvolvimento da criança e adolescente, o Estatuto explicita o direito a uma educação de qualidade, com o intuito de preparar para o exercício da cidadania, bem como qualificação para o trabalho. A atuação do Grêmio Estudantil possibilita ao aluno uma atitude investigativa/cognitiva e uma prática social voltadas para a autonomia e participação, através da compreensão da construção social da realidade e da emergência de ações efetivas para transformá-la a cada dia, a cada escolha, a cada modo de saber e de fazer, a metodologia do ensino/aprendizagem passa necessariamente pela pesquisa e pela construção coletiva de conhecimentos e atitudes, a partir do alargamento das experiências e representações sociais cotidianas de todos os envolvidos no processo (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 95).

De acordo com Colares (2009), os direitos de participação foram estabelecidos pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança (artigo 12) como direito de expressar livremente suas opiniões, com a condição de

que a criança seja capaz disso, e sobre assunto que a afetem. A participação de crianças e jovens na rotina escolar apresenta um universo de sociabilidade, pois, na escola é que se coloca a necessidade de convivências

com diferentes estudantes, com professores e demais membros do universo escolar. Os jovens precisam ser estimulados para o sentimento de pertencimento à escola, sendo protagonistas do processo educativo.

Os membros do Grêmio Estudantil devem ser estimulados a defender os interesses comuns de todos os alunos, em uma ação formadora da construção da visão crítica do ato políticos, firmar parcerias com a direção escolar, equipe pedagógica, professores, funcionários administrativos, Conselho Escolar e Associação de Pais e Mestres, assim o Grêmio terá uma atuação em prol dos alunos, da escola e da comunidade.

Um Grêmio que estabelece uma boa rede de relações com os sujeitos da comunidade escolar terá mais pessoas comprometidas com as ações que pretende realizar. A construção da cidadania deve ser constante no ambiente escolar. Deve ser incentivado para que os alunos desenvolvam senso crítico e autonomia. Através da participação os estudantes se percebem como agentes de transformação. Esse processo faz parte da gestão democrática da escola, onde todos tem papel fundamental na edificação de uma escola de qualidade. Rego (1996), explicita que a construção de uma escola ideal é resultado do diálogo. A escola deve ser um local em que se possa questionar, discutir, duvidar, errar, colaborar mutuamente, ser espaço de contradições. Isso não é tarefa isolada, mas coletiva. Os alunos precisam assumir suas responsabilidades no que diz respeito a uma escola democrática. Porém, apenas estimular a participação é pouco. A escola deve escutar e dar voz aos alunos, levando em consideração os anseios deles. Aí entra o papel do Grêmio Estudantil. Sendo bem organizado, devem ser reconhecidos como sujeitos de direitos e deveres. Agentes de transformação. Pois, o Grêmio é um elemento institucional legal, onde os estudantes da educação básica têm a possibilidade de se organizarem e desenvolverem atividades das mais variadas, visando promover o desenvolvimento intelectual, social e político de seus integrantes. Alunos ativos são mais interessados, contribuem positivamente para o bom andamento das atividades escolares, desenvolve senso crítico, se reconhece como pertencente ao meio e responsável por contribuir para sua melhoria. Luta pelos ideais de sua escola. A escola precisa propiciar esta participação, tornando-se libertadora. Do ponto de vista de Freire:

> A Escola Cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com o seu discurso formador, libertador. É toda escola que, brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia (apud RIO DE JANEIRO, 2013, p. 6).

A formação cidadã deve ocorrer no cotidiano escolar. Sair do discurso para a prática. Dar liberdade aos alunos para serem agentes de transformação. Permitir que tenham voz ativa. " [...] a escola que se abre para a atuação do grêmio está construindo um espaço de diálogo [...]. Com essa abertura, todos terão a oportunidade de criar uma nova realidade na escola, condizente com a identidade daqueles que a frequentam" (RIO DE JANEIRO, 2013, p. 5).

É importante ressaltar que: A escola que se abre para a atuação do grêmio, permitindo que os

alunos contribuam com a sua dinâmica, está construindo um espaço de diálogo. E se a comunidade escolar adotar esses espaços como regra de funcionamento e manifestá-los de forma cotidiana e em diversas esferas, ela estará permeada por uma cultura de participação democrática, possível de ser percebida em várias faces de seu universo. Com essa abertura, todos terão a oportunidade de criar uma nova realidade na escola, condizente com a identidade daqueles que a freqüentam (RIO DE JANEIRO, 2013, p. 7). A participação faz parte do processo de formação da cidadania. Dá oportunidade ao educando de expor suas ideias e ouvir opiniões diversas sobre o assunto, oportunizado elaboração do senso crítico. Demo (1988) explicita que, a participação não é algo natural e, sim, um processo de conquista, aprendizado e, sobretudo, de disputa com o poder dominante. À medida que nos organizamos para participar, estabelecemos uma disputa com o poder dominante e, com isso, criamos outra forma de poder.

Uma gestão só pode ser considerada verdadeiramente democrática com a promoção da prática da autonomia dos sujeitos para, além de compartilhar decisões, valorizar o potencial colaborativo dos indivíduos dentro de cada segmento da escola e dessa forma, incentivar os trabalhos coletivos, construindo uma consciência cidadã e plena conhecedora de sua importância na efetivação do processo democrático escolar e social.

Pautados no compromisso de que a educação deve zelar pela aprendizagem dos alunos com fins de uma prática cidadã e democrática, a vivência nos colegiados deve ser incentivada desde os anos de alfabetização, através de jogos, eleições de representantes de sala, discussões em grupo acerca de combinados e regras decididas pelo grupo por meio de assembleias.

Para além da atuação nos limites da escola abrem-se as possibilidades de participação juvenil em programas chamados de Parlamentos Jovens. Nessas oportunidades, ocorrem simulações envolvendo os ritos das Casas (a depender da instituição que abriga o programa) como

posse, composição das Mesas Diretoras, exposição e votação dos projetos de leis que são previamente desenvolvidos pelos estudantes nas unidades escolares.

Na Câmara Municipal de São Paulo, o programa existe desde 2002, é direcionado aos estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e as ideias apresentadas podem inspirar projetos para o município. Já no âmbito estadual, a Assembleia Legislativa do Estado, também possui a iniciativa, abarcando estudantes dos Anos Finais e Ensino Médio e, no âmbito federal, durante cinco dias, jovens de Ensino Médio podem exercer seus "mandatos" em Brasília. Os programas pretendem levar para a sala de aula discussões sobre temas relacionados à política, cidadania e participação popular, além de desenvolver habilidades de pesquisa, aprofundamento em temas indispensáveis à prática social, argumentação, diálogo e articulação política.

Todas essas vivências possibilitam a criação e o fortalecimento dos vínculos escolares com a comunidade em que a unidade está inserida e para além da vida estudantil. Tais práticas democráticas, se pautadas na valorização da escuta e do diálogo, podem consistir em alternativas viáveis para equalizar as demandas das realidades locais a fim de construir pontes permanentes destes cidadãos com o poder público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É bem evidente que, atualmente, a participação da comunidade nas ações da escola torna-se algo de pertinente relevância, pois a escola reflete várias dimensões a cerca do que ocorre fora de seus muros, dessa forma não há como não haver uma relação entre as instituições educacionais e a comunidade onde as mesmas estão inseridas. Diferentemente do passado, onde a escola se fazia autônoma no que diz respeito aos processos educacionais, hoje em dia fica difícil conduzir as práticas pedagógicas sem o apoio e a participação de todos que formam um meio social específico.

A partir do momento em que a escola, sobretudo a gestão adquirem a consciência a cerca desses fatos, percebe-se uma urgente relação de reciprocidade entre a comunidade e a escola, pois dessa maneira a busca de soluções para possíveis problemas será mais fácil tendo em vista que haverá uma parceria entre ambos e assim poderão ser calcados passos mais largos rumo a um melhor ensino que não fique designado somente às instituições escolares, mas onde a sociedade poderá contribuir de forma positiva, colocando-se à disposição da educação e procurando garantir juntamente com a escola a construção da cidadania através dos processos educacionais. É importante que a comunidade tenha a noção da importância de seu papel na educação. É preciso deixar de lado as velhas convicções de que os processos educativos são dever somente da escola e que esta deve desempenhá-los sozinha e sem uma participação mais ampla.

A escola não deve ser concebida como a detentora de toda autonomia no que diz respeito à educação e nem deve colocar-se como tal, pois do contrário os desafios encontrados no decorrer do ensino se darão numa escala muito maior do que quando a escola trabalha juntamente com a comunidade levando em consideração suas peculiaridades e as contribuições que esse trabalho em conjunto poderá trazer para a educação e consequentemente para o meio social, afinal por mais que a escola atue sem a participação da comunidade, todo o trabalho realizado se refletirá futuramente na mesma e na própria sociedade como um todo.

A comunidade deve inserir-se no ambiente escolar de forma a propiciar o melhor andamento da educação. Esse envolvimento se dá de várias formas, afinal a escola desempenha diversas funções no âmbito educacional, logo a comunidade tem muitas oportunidades de exercer um papel atuante e transformador, principalmente para a melhoria do ensino aprendizagem.

O protagonismo da comunidade na escola pode dá-se, primeiramente quando a mesma percebe que pode influenciar de maneira positiva nas mais variadas dimensões da educação. É interessante que a gestão busque maior proximidade com o meio comunitário, procurando sempre envolvê-lo mais efetivamente nas ações escolares, tanto pedagógicas, como administrativas. Dessa forma começa a se dá a democratização do ambiente escolar, uma das características da gestão democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 15/06/2016. BRASIL. Lei Federal nº 7398. 1985. Disponível em: http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gremio_estudantil/lei_federal_7.pdf.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social**. São Paulo: Summus, 1998.

REGO, Tereza Cristina. **Vigotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOUZA, Vilma de. **Juventude, solidariedade e voluntariado**. Salvador: Fundação Odebrecht; Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em Educação: a observação**. Brasília: Líber livro Editora, 2007.

Contruibuição Antonio Gramsci na Educação

Agnaldo Dos Santos

RESUMO

O presente artigo tem objetivo evidenciar que os trabalhos de Antonio Gramsci, possibilitam rever a perspectiva de análise dos estudos até hoje realizados sobre educação popular no Brasil, no nosso entender essa perspectiva apreendida em Gramsci parece indicar uma linha de reflexão e de análise que centraria sua atenção na educação popular enquanto processo , que permitiria às classes subalternas elaborar e divulgar uma concepção de mundo organicamente vinculada aos seus interesses e não , simplesmente, como um instrumento ideológico empregado pelas classes dominantes para a conquista ou manutenção de sua hegemonia , quando se aceita essa outra possibilidade, parece necessário repensar a história da educação popular á luz dos interesses próprios das classes subalternas , história esta que não está desvinculada daquela das classes dominantes , mas que justamente se constrói a partir do embate ideológico-político constantemente travado entre essas classes enquanto polos antagônicos. No Brasil nos mostra que, em sua maioria, tais estudos tendem a privilegiar como centro de enfoque a educação popular como sendo um empreendimento, no âmbito das várias práticas adotadas pelo Estado brasileiro, para difundir a ideologia dominante e garantir a reprodução das relações sociais de produção.

PALAVRAS-CHAVE: Gramsci, Leitura, Educação, Ideologia.

ABSTRACT

This article aims to show that the work of Antonio Gramsci, makes it possible to review the perspective of analysis of studies carried out to date on popular education in Brazil, in our view this perspective apprehended in Gramsci seems to indicate a line of reflection and analysis that would center his attention to popular education as a process, which would allow the subordinate classes to elaborate and disseminate a conception of the world organically linked to their interests and not simply as an ideological instrument used by the dominant classes for the conquest or maintenance of their hegemony, when this acceptance is accepted. another possibility, it seems necessary to rethink the history of popular education in the light of the subordinate classes' own interests, a history that is not unrelated to that of the dominant classes, but which is precisely built from the ideological-political clash constantly waged between these classes as poles antagonistic . In Brazil, it shows us that, for the most part, such studies tend to favor popular education as a center of focus as being an enterprise, within the scope of the various practices adopted by the Brazilian State, to spread the dominant ideology and guarantee the reproduction of social relations of production.

KEYWORDS: Gramsci, Reading, Education, Ideology.

INTRODUÇÃO

Antonio Gramsci pode ser caracterizado, dentro da tradição do pensamento marxista, como o autor se preocupa não somente em identificar como se dá a reprodução da ideologia das classes dominantes, mas também em detectar como a ideologia dominante pode ser redefinida e desestruturada a partir de uma perspectiva que mais se coadune com os interesses das classes subalternas principalmente do proletariado, entendido como a classe subalterna essencial em uma forma capitalista, Gramsci perpassa desde as diferentes instâncias da superestrutura- o Estado e os aparelhos ideológicos de Estado – até chegar ao estudo das instituições educacionais e a função dos intelectuais.

> A concepção de escola: os pressupostos que demarcam a concepção gramsciana de escola. Apresenta o modelo de educação estabelecido por Gramsci, que buscou a democratização do ensino já em sua época onde, educação "humanista". Pregava que formar pensadores era privilégio da elite, e a "profissional" formava trabalhadores para atender a demanda do mercado de trabalho e; por último. A concepção de trabalho e ensino na formação do povo. (NOSELLA, 2004, p.15)

Ao fazer uma crítica das instituições educacionais existentes na Itália , no primeiro quartel do século XX, o autor não só tenta desmascarar o caráter ideológico de classe de seus propósitos, como também vai à procura de vias alternativas de educação, que possibilitariam a organização e a difusão de uma cultura articulada a partir das bases: círculos, clubes e associações, diretamente coordenadas com a organização política da classe operária italiana, sindicatos e partidos, ou seja daquilo que mais adiante associamos à ideia de educação popular, é quando Gramsci passa a reivindicar a necessidade de ir em busca de uma cultura proletária autônoma e comprometida, que vá se edificando à medida que se tenta desestruturar as velhas hierarquias culturais da sociedade burguesa (COUTINHO,1989,p.83), Gramsci se esforça para explicar que os limites pedagógicos inerentes ao método escolar por Correspondência não constituem algo negativo de forma irreparável, porque a primazia no processo formativo da pessoa cabe à vida, a experiência de luta, da produção e da reprodução. A escola é algo importante, mas complementar; acelera as potencialidades huma-

nas, não as crias. Tayloriza o saber geral, no sentido de que organiza as partes, subdivide os pontos, interliga os atos pedagógicos de forma que a sequência produza um todo orgânico e superior (NOSELLA, 2005, p. 103).

Dentre outras coisas, Gramsci considera além da escola única, propriamente dita, o partido como tendo uma função diretiva e não organizativa, isto é, de educar, considerando as características mais gerais até as mais específicas de formação sócio-econômica e política do desenvolvimento do grupo social, educar no sentido político e filosófico, (DALE, 1995, p.140). Tendo isto em vista e o fato de que na civilização moderna (complexa no sentido técnico-científico e nas relações sociais) podemos afirmar que toda atividade prática por tendência, cria uma escola específica para dirigentes e especialistas, (PORTELLI, 1987, p. 225). Assim, Gramsci reitera a necessidade de uma escola única, de sentido humanista, destinada a desenvolver em cada sujeito uma cultura geral, bem como de educar para a vida. Isto requer que o Estado, a princípio, assuma as despesas com os serviços públicos, requer que a educação como um todo seja pública sem diferenciar classes. É na escola que o estudo e o aprendizado científico deve começar, não se restringir às universidades, a escola única deve ser uma escola criadora, que desenvolva a autonomia dos sujeitos.

O Estado deve ser entendido, segundo Gramsci, como "educador" na medida em que tende precisamente a criar um outro tipo ou nível de civilização, uma vez que este opera sobre as forças político-econômicas que se reorganizam, (NOGUEIRA, 2001, p.117). O Estado é também um instrumento de "racionalização", atua pressiona, incita, solicita e pune, cria condições e modos de vida. Nesse contexto, Gramsci atribui uma dupla função à escola, numa perspectiva dialética: a de conservação e a de superação das estruturas capitalistas. Além disto, faz uma revisão do conceito de Estado, dividido em duas esferas em termos metodológicos, pois o autor compreende que ambos os processos caminham juntos: sociedade e a política (onde se concentra o poder repressivo da classe dirigente) e a sociedade civil (constituída pelas associações privadas – igreja, escola, sindicato, meios de comunicação), onde se buscam obter o consentimento dos governados, através da difusão de uma ideologia unificadora, (MENDONÇA, 2000, p.27).

A CONCEPÇÃO DA ESCOLA: OS PRESSUPOSTOS GRAMSCIANOS

Para Gramsci, todo homem é um filósofo porque possui condições de pensar, o que há são níveis de compreensões distintas, que devem ser potencializadas ao longo da vida. Deste modo, a educação pretendida pelo autor visa uma formação integral do homem, no sentido de desenvolver a sua formação técnica e intelectual ao mesmo tempo. Para tal, toda instituição ou organização cultural objetiva desenvolver a cultura e formar consciência das massas (GRAMSCI, 2002, p.262), a concepção de escola unitária, visa a democratização da escola, e acreditando no poder de libertação da escola, como meio de formar pessoas para serem dirigentes numa nova sociedade.

Surge da crítica a escola classista / dualista italiana, a dualidade se expressava na oferta do ensino clássico para a classe influente e profissional para os operários. As escolas surgem de maneira desordenada, escolas particulares para atender à necessidade de formar os especialistas e dirigentes para as complexas atividades práticas requeridas pela civilização moderna (BRAZ, 2004,p.32), para Gramsci o operário deveria ter acesso à teoria marxista, compreendendo o modelo econômico em que estava inserido, tendo assim uma visão crítica da sociedade, dessa maneira fez uma crítica à divisão entre a escola clássica e profissional, a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais. (GRAMSCI, 1991, p. 118). Considerando a escola italiana como elitista e discriminatória, buscou orientar a sociedade quanto à ideia de uma escola que assinalasse as acentuadas diferenças entre a formação profissional e a formação intelectual. É por esse tipo de educação que lutava, pensando em uma melhor qualidade de vida para o trabalhador, onde o acesso ao conhecimento científico e à cultura não fosse apenas privilégio da elite. Mesmo na prisão repetiu a sua atividade educativa. Gramsci deixou uma grande contribuição no campo da educação, inclusive na área das atividades da escola informal, que ele criou antes de ser preso, ele se convenceu que para chegar à hegemonia do proletariado necessitava de uma elaboração intelectual dessa forma (NETTO,2005, p.40), precisava trabalhar mais a cultura para com a ajuda dela realizar a transformação política, pois naquela época, a arma usada era uma ideologia dos proletariados para uma revolução. Sobre essa relação Manacorda (1990) aponta a necessidade de elaboração de um programa escolar que se baseie não somente no mundo das relações de trabalho, mas também na liberdade de pensamento e opinião, formando trabalhadores pensantes, visando à plena humanização, (TEIXEIRA,2009,p,193), para solucionar a crise educacional italiana, que tinha origens na base material da sociedade, imaginou um novo princípio educativo, com vistas à "formação para a capacidade de agir ao mesmo tempo intelectualmente e manualmente, isto é, no mundo contemporâneo, tecnicamente e industrialmente em uma organização educativa unitária, vinculada às instituições produtivas e culturais da sociedade adulta, (BRAZ,2009,p.45) .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em análise aos estudos de Gramsci é possível perceber que sua busca por liberdade da ação política e cultural foi a maior inspiração de suas obras, sendo o filósofo um grande influenciador das massas, foi preso e encar-

cerado que escreveu sua obra mais famosa: “Cadernos do Cárcere”. Um grande defensor da luta de classes, Gramsci pensou na instrução da classe operária, entendendo que através do conhecimento ocorre a verdadeira revolução. A grande contribuição dos relatos de Gramsci sobre o almejado sistema de ensino faz-se presente na educação da atualidade, sendo que é um filósofo considerado em todos os cursos de licenciatura, além de ser reconhecido na economia, política, filosofia, entre ouras áreas. Pode-se concluir dentro do pensamento de Gramsci que sua consciência de mundo ampla e visionária resultou em ideias que até a atualidade são respeitadas e seguidas. A transformação da escola ao longo dos anos vê muitos resquícios da escola de Gramsci. Considerando como um dos precursores dos princípios da educação para todos, seu aporte no âmbito educacional lutando por uma proposta de instrução às classes menos favorecidas, fez dele não apenas um filósofo ou idealista político, mas também um educador, ao expor suas ideias e disseminar conhecimentos de tanta relevância para a sociedade, trazendo um grande desenvolvimento intelectual e aflorando uma visão de mundo com maior criticidade.

REFERÊNCIAS

BRAZ, M.; TEIXEIRA, J. B. **O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 2009.

CARNOY, M. **O Estruturalismo e o Estado: Althusser e Poulantzas: Estado e Teoria Política**. Campinas: Papirus, 1986.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 .

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez , 1996.

JESUS, A. T. de. **O pensamento e a prática escolar de Gramsci**. Campinas/SP: Edição. Autores Associados, 2005.

NOGUEIRA, M. A. **Gramsci desembalsamado: em torno dos abusos do conceito de sociedade civi**l. Educação em Foco, Juiz de Fora, 2001.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

ROIO, M. D. **Gramsci e a educação do educador**. Caderno Cede. Campinas, 2006.

SCHLESENER, Anita Helena. **Antônio Gramsci e a política italiana: pensamento, polêmicas, interpretação**. 2005.

Alfabetização e Letramento: A Importância de Conciliar Dois Processos Distintos, mas Indissociáveis

Patricia Silva Vieira

RESUMO

Diante da defasagem de aprendizagem apresentada no final do ciclo de alfabetização e das mudanças propostas para a redução do referido ciclo em apenas dois anos, no qual a criança deverá estar alfabetizada até o final do 2º ano do ensino Fundamental, o presente artigo visa refletir acerca dos processos de Alfabetização e Letramento na perspectiva Construtivista. Incitando assim a reflexão por parte dos docentes acerca de suas práticas pedagógicas bem como a importância de conciliar esses processos durante o ciclo de alfabetização, a fim de cooperar para a redução dos índices de fracasso que lamentavelmente favorecem a manutenção das desigualdades sociais no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização, Letramento, Alfabetizar Letrando.

INTRODUÇÃO

O baixo nível das competências leitora, escritora e reflexiva dos estudantes brasileiros, denunciados pelas avaliações externas entre alunos das escolas públicas demandam que sejam desenvolvidos estudos acerca desses desafios, a fim de entendermos o que está acontecendo e refletirmos sobre possíveis alternativas que visem minimizar esse problema.

O tema abordado, se faz relevante por conta da defasagem de aprendizagem apresentada no final do ciclo de alfabetização, em que muitos educandos não desenvolvem as competências leitora, escritora e reflexiva necessárias para o avanço na aprendizagem de outros conteúdos curriculares, sendo atualmente, um dos maiores desafios dos educadores.

Nessa perspectiva, diante da mudança no tempo de duração do ciclo de alfabetização, surge a necessidade de estudos referentes aos processos de alfabetização e letramento que de certa forma precisam ser repensados para que suas práticas sejam desenvolvidas com sucesso, alcançando os direitos de aprendizagem, em apenas dois anos.

A investigação a ser realizada neste artigo classifica-se como explicativa e segue a linha dos estudos qualitativos, apresentando uma abordagem indireta. No que tan-

ge ao procedimento, fez-se a opção pelo método dedutivo, visto que a pesquisa bibliográfica surge como um meio para a reflexão e compreensão do tema, mas não limitam os questionamentos e os argumentos apresentados pelos teóricos apontados na pesquisa.

Sendo assim, irá propiciar aos educadores momentos de reflexão sobre suas práticas e a necessidade de reinventar-se, buscando desenvolver um olhar sensível diante dos educandos a fim de garantir os direitos de aprendizagem e consequentemente diminuir os índices de defasagem de aprendizagem que estão cada dia mais patentes na escola, possibilitando assim a formação do cidadão crítico e reflexivo, agente transformador da sociedade.

Para tanto, este artigo pretende iniciar a discussão apresentando os conceitos de Construtivismo, Alfabetização e Letramento, o que dizem os teóricos sobre as práticas desses processos, bem como a importância de conciliá-los no ciclo de Alfabetização.

1. OS CONCEITOS DE CONSTRUTIVISMO, ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

1.1. CONSTRUTIVISMO

O Construtivismo pode ser caracterizado como uma corrente de pensamento que se destacou, especialmente no campo das teorias pedagógicas, desenvolvido pelo psicólogo e epistemólogo suíço Jean Piaget (1896-1930) no início da década de 1980. Piaget foi reconhecido por dedicar sua obra ao entendimento dos processos de aquisição do conhecimento humano, que segundo seus estudos o processo da aprendizagem acontece por meio da interação do indivíduo com o objeto de conhecimento e com o meio.

A teoria Piagetiana tem como um dos princípios básicos, o fato de que os estímulos oportunizados ao sujeito favorecem o processo de transformação de seus esquemas por meio da assimilação e da tentativa de acomodação do novo conhecimento construído.

Para Coll e Solé (1997, p.19), a concepção construtivista baseia-se no fato de que a escola é um dos meios de acesso às informações culturais que serão imprescindíveis para a progressão dos indivíduos, por meio da construção do conhecimento, que vai além do aspecto cognitivo, sendo a educação incitadora do desenvolvimento integral do mesmo, incluindo a inserção social, a capacidade de equilíbrio pessoal, a relação interpessoal bem como o desenvolvimento motor.

Desse modo, o sujeito deve ser o centro do processo de ensino aprendizagem sendo agente ativo na elaboração pessoal do conhecimento, que ao mesmo tempo, dependerá da participação de outros significativos importantes para sua a efetivação.

Conforme os estudos de Coll e Solé a concepção construtivista:

> [...] assume todo um conjunto de postulados em torno da consideração do ensino como um processo conjunto compartilhado, no qual o aluno graças à ajuda que recebe do professor, pode mostrar-se progressivamente competente e autônomo na realização de tarefas, na utilização de conceitos, na prática de determinadas atitudes e em numerosas questões (COLL SOLÉ, 1997, p.22).

Nesse sentido, entende-se a concepção construtivista como um referencial teórico que propiciará ao docente a reflexão acerca da ação educadora com a finalidade de orientar as decisões em relação as suas práticas, haja vista, sua importância dentro do processo de ensino e aprendizagem, que de acordo com Coll e Solé é imprescindível, sendo o mediador desses conhecimentos e portanto:

> [...] essa ajuda, que varia em qualidade e quantidade, que é contínua e transitória e que se traduz em coisas muito diversas – do desafio à demonstração minuciosa, da demonstração de afeto à correção – que se ajustam às necessidades do aluno, é, no sentido de progredir em suas capacidades. E isso acontece dessa forma porque essa ajuda situa-se na zona de desenvolvimento proximal do aluno, entre o nível de desenvolvimento efetivo e o nível de desenvolvimento potencial, zona em que a ação educativa pode alcançar sua máxima incidência (COLL e SOLÉ, 1997,p.23).

Assim sendo, a prática construtivista também requer uma metodologia de trabalho e uma organização curricular previamente planejada, pois os sujeitos não se encontram no mesmo ponto de partida, nem aprendem ao mesmo tempo e do mesmo modo, ainda que se encontrem em uma mesma turma ou ano.

Dessarte, o mediador, por meio de uma metodologia que propicie ao educando uma participação ativa, tem como objetivo a construção do conhecimento a partir dos conhecimentos prévios que cada indivíduo carrega consigo visando a representação pessoal de cada um em relação ao objeto, realidade ou conteúdo a ser aprendido, pois segundo Coll e Solé:

> Nesse processo, não só modificamos o que já possuímos, mas também interpretamos o novo de forma peculiar, para poder integrá-lo e torna-lo nosso. Quando ocorre esse processo, dizemos que estamos aprendendo significativamente, construindo um significado próprio e pessoal para um objeto de conhecimento que existe objetivamente (COLL e SOLÉ, 1997,p.20).

Portanto, o construtivismo tem como pressuposto a diversidade, e para tanto o agente mediador dos conheci-

mentos terá que dispor de critérios e referenciais que o auxiliem a compreender o que acontece em sala de aula, o que funcionou e o que precisa ser reelaborado a fim de estabelecer estratégias que atendam a todos os indivíduos no que tange à construção do conhecimento dentro do processo de ensino e aprendizagem.

1.2. ALFABETIZAÇÃO

De acordo com Soares (2008), alfabetização, em seu sentido próprio é o processo de aquisição do código escrito, bem como das habilidades de leitura e escrita.

Antes dos estudos realizados acerca da Psicogênese da Língua Escrita, acreditava-se que o processo de aquisição do sistema de escrita alfabética estava relacionado à um preparo do indivíduo no que tange ao desenvolvimento da coordenação motora e de habilidades perceptivas desenvolvidas na Educação Infantil ou nos primeiro meses do 1º ano para então iniciarem a alfabetização.

Nesse período o ponto de partida para o processo de alfabetização eram os métodos sintéticos, analíticos e analíticos-sintéticos e a aprendizagem do código alfabético realizava-se pela transmissão das unidades da língua, cuja a progressão era pré- determinada, sendo das unidades mais fáceis para as mais difíceis. Desse modo, eram ensinados letras, sílabas e palavras por meio da utilização dos textos das cartilhas, ou seja, um ensino descontextualizado, baseado na memorização e repetição, no qual o erro deveria ser evitado e que desconsiderava os saberes das crianças acerca da escrita alfabética.

Entretanto, com as pesquisas realizadas no início dos anos 80 por Emília Ferreiro e Ana Teberosky acerca da Psicogênese da Língua Escrita, constatou-se novos elementos nesse processo por meio da análise de como se ocorre o processo de alfabetização na perspectiva de quem aprende e apontam que a construção da língua escrita acontece por níveis, sendo esses:

> 1- Pré-silábico, na qual o sujeito escreve por meio de garatujas, compostos por linhas e curvas, podendo incluir algumas letras e números além de desenhos;
>
> 2- Silábico, na qual o grafismo já se assemelha às letras e o sujeito passa a refletir sobre a quantidade mínima de três letras e sua variedade para se escrever uma palavra;
>
> 3- Silábico com valor, na qual o sujeito tenta atribuir um valor sonoro às letras que compõe sua escrita, e utiliza uma letra para cada sílaba;
>
> 4- Silábico Alfabético, no qual o sujeito passa a refletir sobre sua escrita percebendo a contradição entre a escrita silábica e a sonoridade da palavra, que precisa de mais de uma letra para cada sílaba;
>
> 5- Alfabético, na qual o sujeito chegará ao final da evolução em relação às hipóteses da escrita, surgindo a partir de agora as dúvidas e dificuldades acerca da ortografia das palavras.

Embora esse processo seja aparentemente simples, para concluir esses níveis a criança superou muitos conflitos por meio do seu raciocínio inteligente, e muita reflexão sobre sua escrita em busca de sentido e significado para a mesma, ou seja, um grande esforço cognitivo dentro do processo de construção efetivo.

Para fundamentar essa discussão pode-se dizer que Alfabetização é a apropriação do sistema alfabético, a aquisição da tecnologia do ler e do escrever por meio da codificação de sons em letras ou grafemas e a decodificação de letras ou grafemas em sons, que segundo Ferreiro e Teberosky (2007), é um processo de construção no qual o educando é sujeito ativo, criando as hipóteses acerca da língua escrita.

Por conseguinte, percebemos a importância de todo esse processo, tanto na realização de uma sondagem acertada pelo docente, que servirá de parâmetro para propiciar atividades aos educandos, adequando-as à cada nível e levando-os a realizar tais reflexões com a finalidade de alcançar uma escrita alfabética, quanto na sensibilidade do docente frente às tentativas dessas produções escritas.

1.3. LETRAMENTO

O termo Letramento vem da palavra inglesa literacy, que significa a condição ser letrado, adquirida pela capacidade de ler e escrever.

Segundo Ferreiro e Teberosky (2007), Letramento é o desenvolvimento de competências para utilizar a tecnologia do ler e escrever, inserindo o indivíduo nas práticas sociais de leitura e escrita. De modo que tais competências serão desenvolvidas conforme as experiências que serão propiciadas ao indivíduo para que se aproprie do uso social da leitura e da escrita.

Para Soares, letramento é um estado ou condição de quem interage com diferentes gêneros e variadas práticas de leitura e de escrita, assim como as diferentes funções que desempenham em um determinado contexto (SOARES, 2006), ou seja, o estado ou condição que o indivíduo adquire quando aprende a ler e a escrever, a consciência de ter se apropriado, bem como o exercício das mesmas no seu contexto social por meio dos diversos gêneros.

O letramento é um processo que se inicia a partir do contato do indivíduo com o mundo, de modo que o mesmo pode ser letrado mesmo ser estar alfabetizado por ser capaz de entender a função social da leitura e da escrita, quando se utiliza os gêneros orais como: entrevistas, palestras, novelas, conversas, etc, e gêneros escritos como: receitas, notícias, avisos, poemas, etc.

Pode-se dizer ainda, que há diferentes níveis de letramento, variando de acordo com o contexto, nos quais serão considerados letrados quem for capaz de ler, escrever e interpretar um bilhete simples, assim como os que leem e escrevem uma Tese de Doutorado, conforme aponta Soares (2006, p.49), "há diferentes tipos de letramento, dependendo das necessidades, das demandas do indivíduo e de seu meio, do contexto sócio e cultural".

De sorte que, a partir do momento em que o indivíduo perpassa pelos diversos tipos de letramento, tem como consequência a alteração seu estado em relação à diversos aspectos da sua vida como social, econômico, cultural, linguístico e político.

Sendo o letramento um processo contínuo na vida do indivíduo, se faz necessário garantir à todos a oportunidade de inserção nas práticas da leitura e da escrita a fim de que não aconteça apenas de forma funcional para as ações básicas do cotidiano mas sim, revolucionária despertando o senso crítico do indivíduo para a tomada de consciência da realidade e transformando-a, promovendo uma mudança social.

2. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: PROCESSOS INERENTES NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Diante de um cenário bastante preocupante, no qual educadores têm se deparado com um dos grandes desafios da educação, quando colocados diante dos resultados das avaliações externas dos alunos das escolas públicas, que tem apontado baixo desempenho em relação às competências leitora, escritora e reflexiva dos estudantes brasileiros, é urgente pensarmos acerca de estratégias para melhorar tais resultados.

Embora este seja um tema muito estudado nas últimas décadas, que evidencia a importância de alfabetizar letrando, sob à ótica construtivista, para que o educando se torne ao mesmo tempo alfabetizado e letrado, percebemos que ao final do ciclo de alfabetização, muitos educandos não atingem os direitos de aprendizagem necessários em relação a Alfabetização e ao Letramento.

Diante desses fatos, nos questionamos sobre como e onde esses processos estão se perdendo, que tipo de trabalho pedagógico tem sido desenvolvido com estes discentes acerca da alfabetização e letramento e como conciliá-los buscando inovação e equilíbrio entre os mesmos a fim de atingir os objetivos esperados para este ciclo.

Para iniciar a reflexão, segundo Morais (2012) o reconhecimento da proposta construtivista ocorre por ser a que melhor explica o que é a escrita alfabética e como o indivíduo se apropria da mesma, incluindo princípios como:

> a-Formar pessoas não conformistas, críticas, que lutam pelos seus direitos;
>
> b-Formar pessoas que não só repetem, mecânica ou ordeiramente, o que lhes é transmitido, mas que criam ou recriam conhecimentos e formas de expressão;
>
> c-Formar pessoas que se regem por princípios éticos de justiça social, de redução das desigualdades sócio-econômicas, de respeito à diversidade entre os indivíduos, grupos sociais e povos;
>
> d-Formar pessoas respeitando suas singularidades, seus ritmos de aprendizagem, e elevando em conta em quê especificamente, necessitam ser ajudadas em suas aprendizagens (MORAES, 2012, p.114).

Nessa conformidade, é necessário que o professor tenha consciência e clareza sobre o seu papel (político) dentro destes processos, bem como a necessidade de estar comprometido com seu trabalho, a fim de propiciar ao educando as experiências adequadas para que o mesmo construa novos conhecimentos.

Considerando que, proporcionar tais aprendizagens ao educando é um meio de garantir muito mais que a aquisição da técnica da leitura e da escrita, e sim o acesso a condições de possiblidade da inserção e participação social e cultural, no qual indivíduos marginalizados serão capazes de lutar pela conquista dos seus direitos, bem como de uma transformação social (SOARES, 2008).

Em face de realidades e necessidades tão distintas dentro de uma mesma sala de aula, e do compromisso de garantir os direitos de aprendizagens a todos, o professor precisa ter um novo olhar diante da aprendizagem de cada educando, valorizando cada avanço, consciente de que o conhecimento se constrói nesse processo por diversos caminhos, inclusive com os erros e que estes servirão como ponto de partida para perceber o que é necessário propor para que os mesmos avancem no processo de ensino aprendizagem.

Sendo o ciclo de alfabetização, a base para a continuidade da escolarização do educando se faz necessário que repensemos relativamente as práticas pedagógicas a fim de atribuir a devida importância à aquisição do sistema de escrita alfabética de forma cuidadosa e explicita. Com base nos estudos realizados por Emília Ferreiro e Ana Teberosky, sobre o que supõem as crianças em relação do sistema alfabético da escrita evidenciou-se que:

> Crianças constroem hipóteses sobre a escrita e seus usos a partir da participação em situações nas quais os textos têm uma função social de fato, frequentemente as mais pobres são as que têm as hipóteses mais simples, pois vivem poucas

> situações desse tipo. Para elas a oportunidade de pensar e construir ideias sobre a escrita é menor do que para as que vivem em famílias típicas de classe média, ou alta nas quais as crianças ouvem frequentemente a leitura de bons textos, ganham livros, gibis, observam o adulto manusearem jornais para buscar informações, recebem correspondência, fazerem anotações, etc (WEISZ e SANCHEZ, 2006, p. 21).

Consequentemente, essa discrepância de oportunidades será percebida em sala de aula, visto que a escola será, para muitos, o único meio de acesso à tais experiências. Dessa forma, estudos realizados acerca da aprendizagem da leitura e da escrita em uma proposta construtivista, segundo Colomer e Teberosky (2008), apontam que cabe ao professor:

> [...] a responsabilidade de organizar atividades nas quais se descobre um jogo de participação ativo, rico em relações sociais: atividades de leitura e de escrita compartilhadas, situações de discussão e argumentação... elementos essenciais para a co- construção do conhecimento (COLOMER e TEBEROSKY, 2008, p. 78).

Assim sendo, é indispensável oportunizar ao educando experiências que envolvam tanto a leitura e produção de texto, quanto a reflexão sobre o sistema da escrita alfabética, para que o educando se aproprie do mesmo. Visto que esse processo não ocorre de forma espontânea, como fora considerado por alguns docentes que realizaram uma má interpretação da teoria construtivista, imaginando que por ser protagonista na construção do conhecimento, não fosse necessário fazer intervenções juntamente ao educando.

Fato que de certa forma contribuiu para a defasagem ao final do ciclo pois a ênfase do trabalho pedagógico foi concentrado apenas no letramento, esperando que a apropriação do sistema da escrita alfabética ocorresse como em um passe de mágica.

Sabe-se que o letramento não se inicia no ciclo de alfabetização e tão pouco se finda no mesmo, pois a cada ano o sujeito se torna cada vez mais letrado conforme as experiências que lhe são propostas no decorrer da vida. Desse modo, é crucial que o docente do ciclo de alfabetização organize e planeje seu trabalho na perspectiva do letramento, mas dando a devida atenção à apropriação do sistema da escrita alfabética, conscientes de que este deve ser concluído com qualidade ao final do ciclo.

Para tanto, precisa incluir as atividades de reflexão acerca das palavras, das sílabas, das letras, das rimas, não por meio de memorização, mas de práticas lúdicas e jogos, além da utilização dos gêneros textuais, explicitando suas funções e propriedades, que auxiliarão o educando a raciocinar e descobrir o que esse sistema nota e como nota, pois a escrita é objeto de conhecimento.

Diante disso, tanto a Alfabetização quanto o Letramento são processos que precisam ser oportunizados ao educando e sendo estes aprendizagens culturais de natureza simbólica, analisados sob a ótica construtivista, é necessário que o professor seja mediador do conhecimento entre o educando e o seu contexto social. De modo que o mesmo construa significado na interação com o material escrito e suas relações sociais, considerando a singularidade de cada indivíduo e a possibilidade de que a escola seja, muitas vezes, o único acesso ao ambiente de alfabetização.

Considerando as pesquisas de Rojo realizadas acerca do níveis de alfabetismo da população brasileira, cujo foco "está relacionado ao conhecimento e às capacidades envolvidas na leitura e na escrita" Rojo (2009), apontam resultados muito aquém do esperado. Tendo utilizado como base a pesquisa do INAF 2001 – Indicador de Alfabetismo Funcional, que aponta somente 26% da população adulta brasileira, com nível pleno de alfabetismo, ainda que este considere apenas a leitura literal dos textos e não a leitura crítica.

À vista disso, para a autora, refletindo sobre as constantes transformações da sociedade, desenvolver o trabalho com a leitura e a escrita que atenda às necessidades dos usuários de hoje:

> [...] é muito mais que trabalhar com a alfabetização ou os alfabetismos: é trabalhar com os letramentos múltiplos, com as leituras múltiplas – a leitura de vida e a leitura na escola - e que os conceitos de gêneros discursivos e suas esferas de circulação podem nos ajudar a organizar esses textos, eventos e práticas de letramento (ROJO, 2009, p. 118).

Dessa maneira, como desenvolver isso na escola, que tipo de letramento devo oportunizar para o meu aluno? Pensando no cidadão contemporâneo, em concordância com Rojo (2009), para além da apropriação da escrita alfabética, se faz necessário a organização de um trabalho que inclua os letramentos semióticos, a leitura e produção de textos nas suas diversas linguagens, verbal, escrita, musical, imagética, corporal, matemática e digital. Além dos letramentos multiculturais, que inclua além da cultura escolar e dominante, as diversas culturas locais e populares em que a escola está inserida, bem como a cultura de massa. De modo que se estabeleça um diálogo entre essas diversas culturas, visto que:

> Essa triangulação que a escola pode fazer, enquanto agência de letramento patrimonial e cosmopolita, entre as culturas locais, global e valorizada é particularmente importante – em especial no Brasil - quando reconhecemos a relevância de se formar um aluno ético e democrático, crítico e isento de preconceitos e disposto a ser "multicultural em sua cultura" e a lidar com a diferenças socioculturais (ROJO, 2009, p. 120).

Conjuntamente, aos anteriores, o letramento crítico, que discorre a respeito de desses textos e produtos das variadas mídias e culturas, de modo crítico, revelando suas ideologias e propósitos.

Para tanto, diante de muitas possibilidades, será necessário fazer escolhas que segundo Rojo (2009) poderá ser administrada conforme a necessidade de ensino de determinada escola, comunidade e discente. Rojo (2009, p.121), ainda acrescenta que, "essas escolhas nunca são neutras, nem impunes, pois o tempo escolar que tomo com um objeto de ensino não será dedicado a outro: cada escolha presentifica um dentre muitos outros perdidos."

Logo, estabelecer tais escolhas requer consciência da imensa responsabilidade atribuída ao ato de educar, dada a complexidade do seu processo inclusive no ciclo de alfabetização, que é imprescindível para a continuidade dos estudos nos ciclos seguintes, assim como para a vida.

CONCLUSÃO

Dada a relevância e peculiaridade do tema, essa é uma discussão que não se esgota aqui, mas nos incita a refletir sobre a práxis docente e como podemos contribuir para minimizar esses índices de fracasso escolar, sendo responsabilidade de todos os educadores promover uma educação de qualidade à todos.

Nesta direção, cabe, neste momento, buscar estratégias para atingir tais objetivos, por meio de um planejamento bem organizado que promova a construção do conhecimento tanto no processo de Alfabetização, tendo em vista a importância de oportunizar a apropriação do sistema da escrita alfabética bem como no Letramento, considerando sua multiplicidade de modo harmonioso, visto que ambos são indissociáveis, possibilitando assim, a emancipação do educando.

Logo, Alfabetizar Letrando é propiciar uma tomada de consciência crítica, tornando o educando participante de um grupo que está em constante evolução social e cultural pois a medida que a leitura e a escrita começam a fazer sentido para ele, surge a necessidade de vive-la em seu contexto social, apropriando-se verdadeiramente de sua prática e consequentemente mudando o seu modo de viver em sociedade.

Portanto, inferimos que a Alfabetização é um processo que ocorre dentro do Letramento, e a conciliação de ambos é muito importante dentro do processo de ensino e aprendizagem, para que o educando tenha contato com a escrita e com o mundo pois alfabetização na perspectiva do letramento é um meio e condição para a conquista e o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

COLL, C.et al. **O Construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.

FERREIRO, E.;TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MORAIS,A.G.de, **Sistema de escrita alfabética**.São Paulo: Melhoramentos,2012.

ROJO, Roxane, **Letramentos Múlltiplos, escola e inclusão social**.1.ed.São Paulo: Parábola Editorial,2009.

SOARES, Magda, **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica,2006.

. **Letramento e Alfabetização: as muitas facetas**. 26ªReunião Anual da Anped, 2004.

. **Alfabetização e Letramento**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

TEBEROSKY, A.; COLOMER, T.; trad. MACHADO, A. M. N. **Aprender a Ler e a escrever: Uma proposta construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

WEISZ, T.; SANCHES, A. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**.2. ed. São Paulo: Ática, 2006

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Normas para publicação de trabalhos

A comissão Editorial da Revista ITEQ Educacional Projetos e Projeções torna público aos interessados que receberá textos de entrevistas, traduções de documentos e textos clássicos, artigos, resenhas e relatórios de campo, de caráter inédito, cujas matérias tratem das teorias, objetos e metodologias das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, resultantes ou não de pesquisas empíricas. Os referidos textos deverão conter as seguintes cláusulas:

1. Resumo em Língua Portuguesa, contendo 100 palavras, referências do autor (instituição, cargo, titulação e endereço eletrônico);

2. Resumo em inglês ou espanhol;

3. Palavras-chaves: até cinco;

4. Redação em língua portuguesa, digitação em folha formato A4, Word for Windows, fonte Time New Roman, tamanho 12, espaço 1,5, margens esquerda e superior com 3 cm, direita e inferior com 2cm;

5. As entrevistas deverão ter, no máximo 04 (quatro) laudas; as traduções de documentos e textos clássicos e os artigos científicos, de 08 (oito) a 16 (dezesseis) laudas, as resenhas até 03 (três) laudas, e os relatórios de trabalho de campo até 15 (quinze) laudas, incluindo-se nessas delimitações as tabelas, quadros, gráficos, figuras, fotografias e referências bibliográficas que fizerem parte dos textos.

6. Apresentar notas de rodapé (se necessário) numeradas em algarismos arábicos;

7. As citações e referências bibliográficas devem obedecer ao padrão estabelecido pela Associação Brasileira de Normas técnicas (a mais atualizada), para referenciamento de livros, revistas, suportes eletrônicos e outros multimeios, disponíveis no site **www.abnt.org.br**

8. Os textos encaminhados à comissão Editorial do ITEQ Educacional Projetos e Projeções, serão apreciados por três membros desta comissão, que poderão aceitá-los integralmente, propor reajuste ou recusá-los, com base em critérios técnicos como: coerências textuais, encadeamento lógico, normas da ABNT vigentes, problemática enunciada e desenvolvida, introdução, referencial teórico, considerações finais e referência bibliográficas;

9. Os textos que não observarem os padrões aqui estabelecidos não serão publicados;

10. Os autores que tiverem trabalhos publicados receberão o Termo de Aceite com as orientações necessárias para cadastro dos mesmos, não sendo pagos direitos autorais.

11. O conteúdo dos textos deve passar por criteriosa revisão textual, que é de responsabilidade de seus autores;

12. Os casos omissos serão discutidos e deliberados pela Comissão Editorial;

13. Informações sobre o periódico podem ser solicitadas aos editores, no Centro de Projetos e de Atividades Pedagógicas do Grupo ITEQ **fone: 2074-5110**.Os trabalhos deverão ser enviados somente por e-mail para: **projetoseprojecoes@grupoiteq.com.br**

14. **OBS: Enviar os Artigos e os Textos, Entrevistas e demais trabalhos acadêmicos de acordo com as normas da ABNT para que sejam aceitos integralmente**.

COMISSÃO EDITORIAL

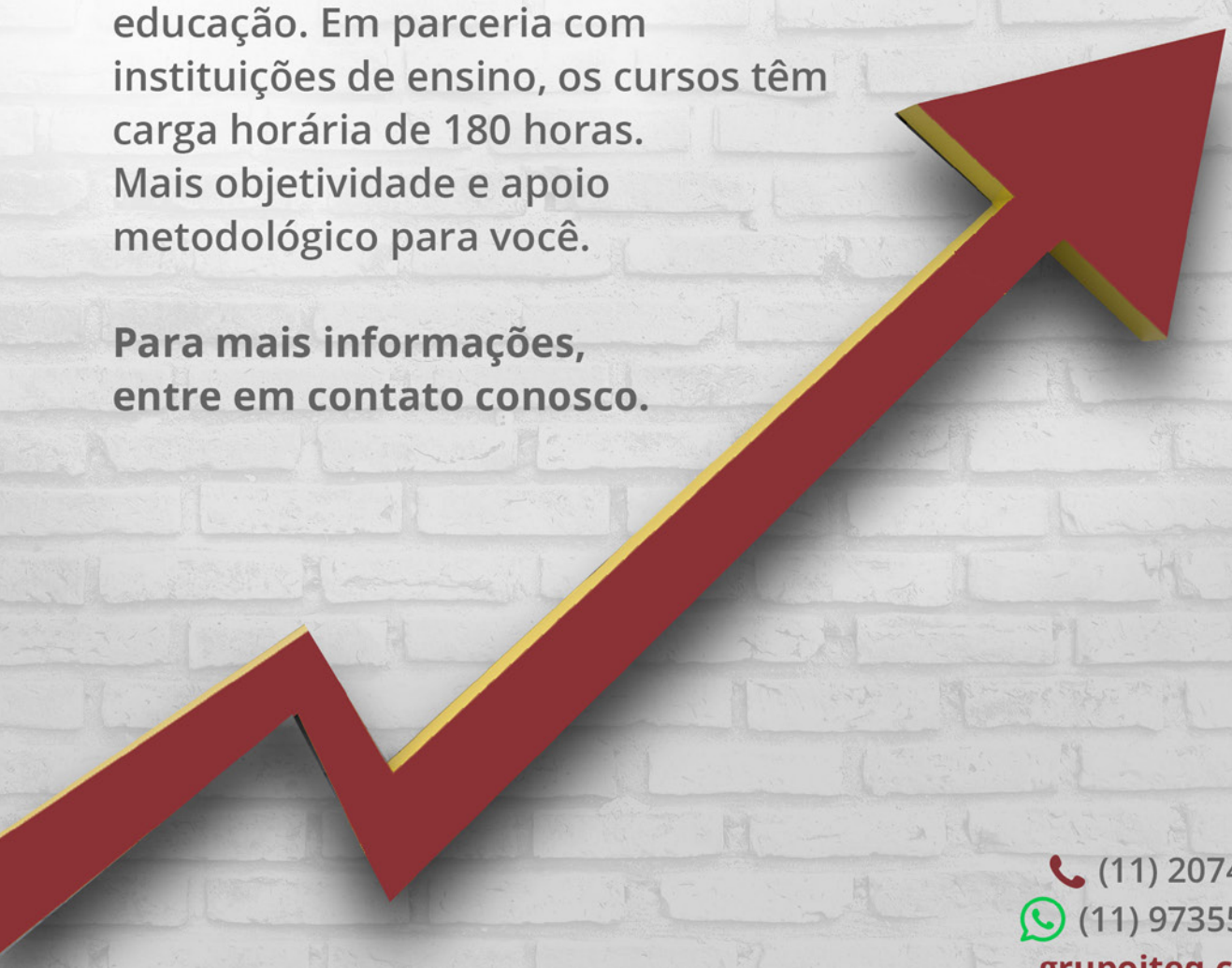
ITEQ

520
741

Aperfeiçoe
a sua carreira

O Grupo ITEQ possui cursos de aperfeiçoamento aos profissionais que desejam complementar ou atualizar a carreira dentro da educação. Em parceria com instituições de ensino, os cursos têm carga horária de 180 horas. Mais objetividade e apoio metodológico para você.

Para mais informações, entre em contato conosco.



(11) 2074-5110
(11) 97355-2554
grupoiteq.com.br